UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ARIADNE LOPES ECAR

**DEBATES SOBRE ENSINO RURAL NO BRASIL E A PRÁTICA
PEDAGÓGICA DE NOÊMIA SARAIVA DE MATTOS CRUZ
NO GRUPO ESCOLAR RURAL DE BUTANTAN
(1932-1943)**

São Paulo
2017

ARIADNE LOPES ECAR

Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de
Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan
(1932-1943)

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação

Área de concentração: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Diana Gonçalves Vidal

São Paulo
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
371.291
E17d	Ecar, Ariadne Lopes Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943) / Ariadne Lopes Ecar; orientação Diana Gonçalves Vidal. São Paulo: s.n., 2017. 294 p. ils.; tabs.; anexos Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1. Ensino rural 2. Cruz, Noêmia Saraiva de Mattos 3. Grupo Escolar Rural de Butantan I. Vidal, Diana Gonçalves, orient.
-

ECAR, A. L. Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943). 2017. 294 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À Nilza Lopes Ecar, amor eterno.

Ao Junior e à Agnes, eternos amores.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever os agradecimentos tenho clareza de que não conseguiria terminar esta tese sozinha, assim, manifesto minha profunda gratidão àqueles que contribuíram para que eu chegasse até o fim do doutorado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa, imprescindível para cursar o doutorado. Além da bolsa mensal, a reserva técnica me proporcionou a participação em eventos nacionais e internacionais que contribuíram para minha formação.

Sou grata pela oportunidade de estudar na Universidade de São Paulo. Nesse momento em que a universidade no Brasil tem passado por reestruturações, gerando sucateamento e diminuição dos financiamentos, é importante reconhecer o importante papel das instituições de ensino superior públicas, gratuitas e de qualidade para a sociedade.

À professora Diana Gonçalves Vidal pelo compartilhamento de saberes acadêmicos e de saberes que extrapolam os muros da universidade. Agradeço por ter contribuído para ampliação do meu conhecimento, tenho certeza de que não esquecerei suas valiosas lições. Agradeço imensamente pela parceria durante o doutorado, pela dedicação, principalmente nos últimos meses em que leu e releu inúmeras vezes os textos que enviei e por me instigar a dar sempre um passo mais adiante.

Às professoras Maurilane Biccás, Maria Angela Salvadori e Ana Luiza Costa pela solidariedade e colaboração com a minha pesquisa.

Às professoras Maria Angela Salvadori e Zeila Demartini pela leitura atenta do relatório de qualificação, por terem me oferecido saídas para que eu pudesse chegar à escrita da tese.

À Alessandra Schueler pelo incentivo em prosseguir na caminhada acadêmica e amizade desde o mestrado.

À Louisa Mathieson, Surya Pombo, Fabiana Munhoz, Fernanda Moraes, Sandra Caldeira, Crisley Custódio e Aura Hurtado, pessoas inigualáveis cujas amizades são verdadeiros *fios terapêuticos*. Cada uma à sua maneira ofereceu um fio para que eu pudesse percorrer o labirinto e chegar até o fim.

À Fernanda Franchini e Rafaela Rabelo pela companhia, cafés e conversas criativas.

À Angélica Borges, Filipe Moraes, Erica Maldonado, Ana Paula Damas e demais colegas do NIEPHE.

À Cíntia Borges e Marcelo Gomes pelos momentos de descontração quando nos encontramos.

Aos “vizinhos” Louisa e Paulo pela amizade e apoio nos últimos anos.

À Fernanda Costa pelas palavras amigas, pelo incentivo e companhia.

À Guaciara Freire, Vanessa Sena, Denise Pacheco, Monica Sansi, e Maria Célia, amigas de longe e de perto.

Aos “Gomes” (Mateus, Hanna e Marilda), por me auxiliarem durante o doutorado, principalmente no cuidado com a Agnes. Aos “Marinangelo” por terem nos acolhido desde que chegamos a São Paulo.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação e da biblioteca da FEUSP sempre solícitos aos meus pedidos.

Às instituições que abriram as portas para eu pesquisar os acervos, e às pessoas que me receberam: Filipe Sanches e Diógenes Lawand, do Centro de Referência em Educação Mário Covas; Elisa Lima, historiadora do Centro de Memória da Escola Estadual Alberto Torres; Helenice Bueno e Tomico Mitumori, do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Agradeço especialmente à Suzana Fernandes, Eny Ferreira e Sylvia Machado, respectivamente, diretora, documentalista e ex-estagiária do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Agradeço também à Maria José, da Biblioteca do Livro Didático e Coleções Especiais da FEUSP.

Agradeço imensamente à minha família. Por certo, não fosse o desprendimento, a compreensão e a confiança não teria conseguido ao menos a passar na seleção do doutorado. Junior e Agnes talvez não saibam o quanto suas presenças no processo de doutoramento foram importantes para mim. Para que eu pudesse estudar na USP, Junior interrompeu seu curso no Rio de Janeiro, precisando transferir-se para outro em São Paulo, e necessitou deslocar-se de Campos para São Paulo e de São Paulo para Campos para continuar em seu trabalho. Agnes teve o desafio de ser aluna de creche desde seus 1 ano e 3 meses de idade, ainda portadora de alergia à proteína do leite de vaca e soja. Foram tantos contratemplos, mas em todos os momentos eles me auxiliaram, cada um à sua forma. Nos últimos meses em que a escrita se tornou mais intensa, às vezes me surpreendia com as observações da Agnes: -Mamãe você é muito “trabalhista”, mas também é cuidadora; ou ainda -Mamãe se você não conseguir terminar seu trabalho, vai continuar sendo minha mãe. São frases engraçadas e que expressam compreensão e carinho. Junior, que me acompanha há muitos anos e sempre soube da minha vontade de prosseguir na vida acadêmica, ajudou em todas as fases do doutorado, inclusive trocando escalas de trabalho para que eu pudesse participar dos congressos, propôs diversas alternativas de planejamento domiciliar para que o processo da pesquisa se tornasse mais leve. A vocês posso dizer que meu coração transborda de gratidão.

Agradeço à minha mãe Nilza Lopes Ecar. Sem concluir a escolarização, sempre me incentivou a estudar e ajudou na escolha da Escola Normal. Ela não viveu para me ver formada como professora, imagino que hoje estaria muito feliz em ver que cheguei ao doutorado.

Por fim, agradeço à Deus pela paz nos momentos conturbados, pelo ânimo quando houve desencorajamento e pela esperança de prosseguir sem desanimar.

“Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio” (CERTEAU, 2007, p. 183).

“Os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos de mundo” (CERTEAU, 2007, p. 188).

RESUMO

ECAR, A. L. **Debates sobre ensino rural no Brasil e a prática pedagógica de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan (1932-1943)**. 2017. 294 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

No início do primeiro período republicano, houve no Brasil movimentos em prol da fixação do indivíduo à terra, baseando-se principalmente nas reflexões de Alberto Torres, ao mesmo tempo em que se pretendia construir a imagem do país como “eminentemente agrícola”. Nesse contexto, agrícola, regional e rural eram conceitos tomados como sinônimos. Nos debates empreendidos nos círculos educacionais havia discussões sobre a viabilidade da especialização das escolas, se deveria ser rural ou regional, pois havia entendimento de que ensino agrícola estaria voltado para o campo profissional. Os adeptos do ensino rural ou regional, viam a educação para o trabalho como fim das escolas primárias das zonas rurais, associada ao higienismo e ao nacionalismo, considerados como meio de desenvolvimento do país. As reformas efetuadas na década de 1920 problematizaram o regional e o rural abrindo espaço para acirradas disputas em torno do ensino mais eficaz para as escolas rurais. Em 1932 foi criada a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, entidade de alcance nacional, que pretendia vulgarizar o pensamento torreano, e em 1935 a Sociedade Luiz Pereira Barreto em São Paulo, com o intuito de divulgar conhecimentos de ensino, agricultura, saúde e economia doméstica às populações do interior. Em 1932, a Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo tinha como diretor Sud Mennucci, ávido defensor do ensino rural, que convidou Noêmia Saraiva de Mattos Cruz a iniciar uma prática pedagógica rural no Grupo Escolar que funcionava dentro do Instituto Butantan, no bairro paulista homônimo. Noêmia Cruz formada pela Escola Normal da Praça da República, exerceu o magistério no Grupo Escolar de Pedreira na década de 1910. Em 1920 pediu demissão, e em 1932, voltou a exercer a profissão. Ao ingressar no Grupo Escolar de Butantan fez cursos rurais na Secretaria de Agricultura; no Instituto Biológico de Defesa Agrícola; na Diretoria de Indústria Animal; no Horto Florestal da Cantareira; na Escola Agrícola “Luiz de Queiroz”; no Instituto Agrônomo de Campinas; e na Fazenda Experimental Santa Elisa, que lhe capacitaram a trabalhar com sericicultura; apicultura; avicultura; cunicultura; horticultura (incluindo roças e plantas de estufa); silvicultura; jardinagem; e pomicultura. Noêmia Cruz criou um Clube Agrícola no Grupo Escolar Rural de Butantan, associação de alunos que tinha por objetivo ensinar culturas rurais ludicamente, de modo a criarem vínculo com a terra. A produção do Clube Agrícola era utilizada na alimentação oferecida pela escola, o excedente era vendido e o montante empregado na assistência aos alunos. O Grupo Escolar passou a rural definitivamente pelo Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933, e recebeu nova organização pelo Decreto n. 7.268, de 02 de julho de 1935. Baseando-se no ensino ativo, Noêmia Cruz articulava o programa de ensino oficial com as atividades rurais, registradas em cadernos; jornais; livros da vida; e fotografias. Sua proposta foi amplamente propagandeada pelo Brasil como modelo de ensino rural.

Palavras-chave: Ensino rural. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. Grupo Escolar Rural de Butantan.

ABSTRACT

ECAR, A. L. **Discussions about rural education in Brazil and the pedagogical practice of Noêmia Saraiva de Mattos Cruz in the Rural School Group of Butantan (1932-1943).** 2017. 294 f. Thesis (Doctorate in Education), Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

In the beginning of the first republican period in Brazil, there were movements for the settlement of the individual to the land, based mainly on the reflections of Alberto Torres, as well as it was intended to build an image of the country as "eminently agricultural". In this context, agricultural, regional and rural were concepts taken as synonyms. In the debates held in educational circles there were discussions about the feasibility of the specialization of schools, whether it should be rural or regional, since there was an understanding that agricultural education would be aimed at the professional field. Rural or regional followers saw education for the work as the end of primary schools in rural areas, associated with hygienism and nationalism, ways of developing the country. The reforms carried out in the 1920s problematized the regional and the rural, making room for fierce disputes over the most effective teaching for rural schools. In 1932, the Society of Friends of Alberto Torres was created, an entity of national scope that sought to popularize Alberto Torre's thinking, and in 1935, it was created Society Luiz Pereira Barreto in São Paulo, with the purpose of disseminating knowledge of teaching, agriculture, health and domestic economy to the population of the interior. In 1932, the Directorate of Education of the State of São Paulo had as director Sud Mennucci, an avid defender of rural education, who invited Noêmia Saraiva de Mattos Cruz to start a rural pedagogical practice in the School Group that operated inside the Butantan Institute, in the São Paulo homonymous district. Noêmia Cruz graduated from the Normal School of Praça da República, and worked at the Pedreira School Group in the 1910s. In 1920 resigned and in 1932 returned to exercise the profession. When he joined the Butantan School Group, he attended rural courses in the Agriculture Department, the Agricultural Defense Biological Institute, the Animal Industry Board, the Cantareira Forestry Department, the Luiz de Queiroz Agricultural School, the Campinas Agronomy Institute and the Experimental Farm Santa Elisa, which enabled her to work with sericulture, beekeeping, poultry, rabbits, horticulture (including crops and greenhouse plants), forestry, gardening and pomiculture). Noêmia Cruz created an Agricultural Club in the Rural School Group, an association of students whose aim was to teach rural cultures in order to create a bond with the land. The production of the Agricultural Club was used in the meals offered by the school, the surplus sold and the amount was used to assist the students. The School Group became rural definitively by Decree number 6.047, in 1933, and was reorganized by Decree number 7.268 in 1935. Based on active education, Noêmia Cruz articulated the official teaching program with rural activities, which were recorded in notebooks, newspapers, books of life and photographs. Her proposal was widely propagated in Brazil as a model of rural education.

Keywords: Rural education. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. Rural School Group of Butantan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Modelo de Granja Escolar	65
Imagem 2 - Congressistas paulistas reunidos para embarque em Santos - SP, 1934	74
Imagem 3 - Foto oficial de fundação do Clube Agrícola da Escola de Brotas	78
Imagem 4 - “D. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, lendo o relatório sobre seus trabalhos no Grupo E. de Butantan [...]”	79
Imagem 5 - Mostruário 1 do Grupo Escolar Rural de Butantan, 1934	81
Imagem 6 - Mostruário 2 do Clube Agrícola do Butantan, 1934	83
Imagem 7 - Casa do Butantã ou Casa do Bandeirante antes do restauro.....	120
Imagem 8 - Anúncio Companhia <i>City</i>	121
Imagem 9 - Grupo Escolar de Pedreira	128
Imagem 10 - Capa do livro <i>Educação Rural</i>	139
Imagem 11- Primeira fotografia do livro de Noêmia Cruz	141
Imagem 12 - Propaganda do livro de Noêmia Cruz	142
Imagem 13 - Estrada de Osasco, trecho a ser macadamizado, 1922	151
Imagem 14 - Estrada de Osasco. Betumadeira dupla para pavimentação, 1927	151
Imagem 15 - Avenida Vital Brazil, obras de pavimentação concluída, 1928	152
Imagem 16 - Fotografia da cocheira aonde foi inicialmente instalada a Escola Isolada Mista do Instituto Serumtherápico	159
Imagem 17 - “Grupo Escolar de Butantan. Uma aula de gymnastica”.....	163
Imagem 18 - Antiga residência de Vital Brazil. Prédio que abrigou o Grupo Escolar a partir de 1931	173
Imagem 19 - Preparação de terreno para plantio, 1934	175
Imagem 20 - Frente da carteira de sócio do Clube Agrícola Escolar do Grupo Escolar Rural de Butantan	176
Imagem 21- Verso da carteira de sócio do Clube Agrícola Escolar do Grupo Escolar Rural de Butantan	177
Imagem 22 - Noêmia Cruz ministrando informações de cunicultura na casa de Pedro Madaleno, 1934	178
Imagem 23 - Interior de uma sala de aula do Grupo Escolar Rural de Butantan, 1928.....	182
Imagem 24 - Sala de aula improvisada ao lado do recinto de lavagem de vidros	183
Imagem 25 - Uma aluna e um aluno segurando galhos de amoreira com lagartas, s/d.....	184
Imagem 26 - Aluno exibindo os casulos de fio de seda, s/d.	185
Imagem 27 - Exame de um favo de mel, s/d.	186
Imagem 28 - Alunos retirando insetos de um cedro rosa, 1934	187
Imagem 29 - Coleção de insetos para o museu escolar, 1934	189
Imagem 30 - Avicultura, preparo de ninho para incubação natural, 1934	190
Imagem 31 - Pose para foto com o “Campeão das Raças Mediterrâneas”, 1935	194
Imagem 32 - Cunicultura, s/d.	195
Imagem 33 - Horticultura, 4º grau feminino e masculino, Noêmia Cruz está em pé entre os alunos, 1936	197
Imagem 34 - Plantação de um pinheiro, s/d.....	199

Imagem 35 - Festas das Árvores em Itapira, SP	201
Imagem 36 - Festa das Árvores no Grupo Escolar Rural de Butantan, 1938	201
Imagem 37 - Sopa escolar, 1937	205
Imagem 38- Construção de carvoeira, 1934	206
Imagem 39 - Alunos jogando gude, 1936	208
Imagem 40 - Alunas pulando corda, 1937	208
Imagem 41 - Capa do Livro de Atividades Rurais, 1934	213
Imagem 42 - Capa do Livro de Registro das Árvores, 1934	215
Imagem 43 - Jornal <i>Rumo ao Campo</i> , 1936	218
Imagem 44 - Jornal <i>Rumo ao Campo</i> , 1941.....	219
Imagem 45 - A aluna Benedita Cavalheiro, s/d	220
Imagem 46 - Visita de alunos e professores da Escola Normal “Padre Anchieta” ao GERB, em 1 de agosto de 1936	221
Imagem 47- Jornal <i>Nosso Esforço</i> , 1939	222
Imagem 48 - Jornal <i>Nosso Esforço</i> , 1940	223
Imagem 49 - Jornal <i>Correio Paulistano</i>	224
Imagem 50 - Jornal <i>Gazeta Infantil</i>	224
Imagem 51 - Capa do caderno de Horticultura, 1939	228
Imagem 52 - Texto assinado pela aluna Yolanda Cesar Campos, 1937	231
Imagem 53 - Noêmia Cruz posando para foto rodeada por crianças da escola	234
Imagem 54 - “Aula de aritmética - Pesagem de alimentos para aves”	235
Imagem 55 - “Temos a alegria de apresentar o resultado de nosso trabalho!!!!” (sericicultura)	236
Imagem 56 - “Construção de bancos para colmeias”	237
Imagem 57- Coelheiras do Clube Agrícola do GERB	238
Imagem 58 - “Limpeza dos canteiros de alface”	239
Imagem 59 - Colheita de sementes de cravinas	240
Imagem 60 - A professora Laudicena Colaço plantando uma videira com as crianças.....	241
Imagem 61 - Festa das Árvores, 1937	242

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área urbanizada de São Paulo, de 1915 a 1929	118
Mapa 2 - Imagem atual dos arredores do Jockey Clube no Butantan. Traçado do Rio Pinheiros em azul, antes e depois da retificação	150

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo.....	90
---	----

LISTA DE PLANTAS

Planta 1 - Modelo de Granja Escolar.....	65
Planta 2 - Cidade de São Paulo, apresentando os arrabaldes e terrenos arruados em 1924...	149
Planta 3 - Terras do Instituto Butantan, 1928.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas gerais e específicos do I Congresso de Ensino Regional	75
Quadro 2 - Disciplinas da Escola Normal Secundária da Praça da República	125
Quadro 3- Relação de culturas e número de participantes	214
Quadro 4 - Número de exercícios mensais contidos nos cadernos	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Academia Paulista de Educação
AEESP	Anuário do Ensino do Estado de São Paulo
ABE	Associação Brasileira de Educação
CAAPAN	Campanha Associativa de Proteção à Natureza
CPP	Centro do Professorado Paulista
CNE	Conselho Nacional de Educação
ESALQ	Escola Superior Agrícola “Luiz de Queiroz”
GERB	Grupo Escolar Rural de Butantan
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IB	Instituto Butantan
LR	Legião Revolucionária
LNSP	Liga Nacionalista de São Paulo
NDIB	Núcleo de Documentação do Instituto Butantan
PNE	Plano Nacional de Educação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico
SAAT	Sociedade dos Amigos de Alberto Torres
SBAA	Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura
SLPB	Sociedade “Luiz Pereira Barreto”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 EDUCAÇÃO RURAL, REGIONAL E AGRÍCOLA: TENSÕES NA BUSCA DA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO.....	34
1.1 FORMANDO A NAÇÃO “EMINENTEMENTE AGRÍCOLA”	34
1.2 “FIXAR O HOMEM NO CAMPO”: DEBATES SOBRE O ENSINO PARA AS POPULAÇÕES RURAIS	55
2 SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES E SOCIEDADE “LUIZ PEREIRA BARRETO”: A PROPAGAÇÃO DO ENSINO RURAL NO BRASIL	69
2.1 A CONSOLIDAÇÃO DO “RUMO AO CAMPO”	94
3 “THE RIGHT WOMAN IN THE RIGHT PLACE”	107
3.1 “THE PLACE”: SÃO PAULO, CIDADE CICLÓPICA	108
3.2 BUTANTAN RURAL E SUBURBANO	117
3.3 “THE WOMAN”: NOÊMIA SARAIVA DE MATTOS CRUZ	123
3.3.1 Família, infância e escolarização	123
3.3.2 A docência - primeira fase	127
3.3.3 Matrimônio	131
3.3.4 Estudos rurais e docência - segunda fase	133
3.3.5 Noêmia Cruz fotógrafa, palestrante e escritora	136
3.3.6 Outras atividades	143
4 INSTITUTO SERUMTHERÁPICO/BUTANTAN E O ENSINO PRIMÁRIO: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO	146
4.1 O INSTITUTO SERUMTHERÁPICO	147
4.2 O CURSO ELEMENTAR DE HIGIENE	153
4.3 A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESCOLA ISOLADA NO INSTITUTO SERUMTHERÁPICO	159
4.4 A ESCOLA ISOLADA MISTA SE TRANSFORMA EM GRUPO ESCOLAR	161
4.5 O GRUPO ESCOLAR RURAL DE BUTANTAN	164
5 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE NOÊMIA CRUZ E O CLUBE AGRÍCOLA DO GRUPO ESCOLAR RURAL DE BUTANTAN.....	167
5.1 PRINCÍPIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE NOÊMIA CRUZ NO CLUBE AGRÍCOLA ESCOLAR DE BUTANTAN	179
5.1.1 Atividades com insetos e pequenos animais	181
5.1.2 Atividades agrícolas	196
5.1.3 Assistência escolar	203
6 REGISTRO DAS ATIVIDADES DO CLUBE AGRÍCOLA	212
6.1 LIVROS DA VIDA	212
6.2 JORNAIS	217

6.3	CADERNOS	226
6.4	FOTOGRAFIAS	232
 CONSIDERAÇÕES FINAIS “UM CASO MICROSCÓPICO”		243
REFERÊNCIAS		248
FONTES		259
ANEXOS		279

INTRODUÇÃO

Desde a graduação em Pedagogia, cursada na Universidade Federal Fluminense em Niterói, no Rio de Janeiro (RJ), vinha me dedicando a pesquisar a formação de professores. Era um tema que me instigava, visto ter sido normalista e ter atuado na pré-escola e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, como eram denominadas. Durante a graduação, fui monitora da disciplina Educação Especial (2004), bolsista de um projeto de extensão que promovia Seminários de Pesquisa e Prática Pedagógica (2005-2006), e bolsista de iniciação científica, colaborando em uma pesquisa que buscava compreender como ocorriam as práticas pedagógicas em cinco cursos de Pedagogia de universidades públicas federais e estaduais do Rio de Janeiro (2006-2007), sendo que, baseada nesta investigação, escrevi minha monografia. Já formada, ingressei na pós-graduação *lato sensu* (2007-2008) “Profissionais da escola e práticas curriculares”, na mesma universidade, dando continuidade ao tema pesquisado na graduação.

No mestrado, ingressei na pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde estudei de 2009 a 2011. A proposta inicial era pesquisar a oferta de cursos normais no Estado do Rio de Janeiro na década de 1990, com foco na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que propunha novas instruções para a formação de professores. Ao começar o mestrado, fui instigada pela minha orientadora à época, Alessandra Schueler, a conhecer a produção sobre a escola normal na Primeira República e a procurar fontes sobre a Escola Normal de Niterói. Por sugestão da professora Heloísa Vilela, fui ao arquivo do Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, e encontrei exames finais dos alunos do curso normal (1892 a 1911), fontes que serviram de base para a escrita da dissertação *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a "missão docente": a formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915)*, defendida em 2011.

Por certo, a minha intenção no doutorado era ampliar a investigação do mestrado utilizando história oral, visto ter conhecido uma ex-normalista que se encontrava com um grupo de amigas todos os anos, desde que se formaram em 1937. O projeto apresentado no processo seletivo para ingresso na pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2012 tinha como título “*Experimentando a nossa experiência*”: *As práticas pedagógicas dos ex-alunos da Escola Normal de Niterói (1925-1937)*. A proposta era conhecer a experiência dos egressos como professores, focando na trajetória do ex-aluno Armando Gonçalves, professor e diretor da instituição na década de 1930.

Em 2013, mudei para a Capital paulista com minha família e no decorrer dos primeiros meses percebi que não seria possível viajar a Niterói para buscar fontes e realizar entrevistas. Precisava tomar uma decisão e, como já vinha pensando há algum tempo, optei por mudar de tema, focalizando o ensino rural.

E por que ensino rural? Alguns motivos viriam justificar a mudança. Sem uma ordem específica, penso que um pretexto para a troca de tema foi a vontade de sair do âmbito da formação institucional de professores e poder ver outras experiências, como aquela em que o professor ou a professora chamados de leigos, acumulam conhecimentos sem terem contato com a formação específica para a docência. Presumo que essa temática surgiu de questões levantadas sobre a formação de professores pela escola normal durante o mestrado, bem como pelo contato que tive com as obras de Edward Palmer Thompson e o conceito de experiência. Outro fator que contribuiu para a mudança foi uma palestra proferida pela professora Diana Vidal, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011¹, sobre temas pouco pesquisados no campo da História da Educação, e dentre eles estava o ensino rural.

Naquele momento de reflexão e mudança me lembrei que, durante a graduação, havia participado do projeto de formulação de um Curso de Formação de Professores para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, que capacitaria professores em serviço e sem habilitação formal para lecionar. O projeto não pode ser levado adiante por falta de verbas.

Creio também que a minha história de vida influenciou na escolha. Neta de lavradores e caseiros que migraram da Zona da Mata mineira para o interior do Rio de Janeiro em busca de novas oportunidades de trabalho, fixando-se na década de 1950 em um Distrito de Mendes - RJ, chamado Cinco Lagos, há algum tempo vinha pensando nos deslocamentos que as pessoas fazem em busca de alternativas de sobrevivência ou mesmo de ampliação de conhecimentos como eu mesma fiz para alcançar o ensino superior. Minha mãe foi matriculada na Escola Rural Judith Emília, estudando até o 5º ano escolar (1971), como consta em seu certificado, e depois não prosseguiu nos estudos porque o exame de admissão era pago e seus pais não tinham condições de arcar com os custos. Acredito que todas essas questões podem ter influenciado na alteração do tema.

Após orientação da professora Diana Vidal, resolvi pesquisar a atuação de professores leigos que trabalharam em escolas rurais no interior do Estado de São Paulo. Fiz um

¹VI Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Práticas/Teorias Sociais na Contemporaneidade. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

investimento inicial lendo os relatórios de inspetores do interior do Estado, que redundou na comunicação *O Curso Profissional “não ensina a ensinar”: Discussões acerca do professor ideal para a zona rural de São Paulo*, apresentada no XI Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (CIEHLA), realizado no México. Neste trabalho analisei as discussões feitas entre Sud Mennucci e Almeida Junior, na década de 1930, sobre o professor considerado ideal para trabalhar na zona rural do interior de São Paulo. Como os resumos para congressos são enviados com certa antecedência, quando apresentei a comunicação já havia percebido que não conseguiria prosseguir com o tema, pois seria preciso fazer entrevistas com professoras leigas que haviam trabalhado em escolas rurais no interior do Estado de São Paulo.

Mais uma vez estava envolta em incertezas sobre qual caminho seguir. Naquele momento, a professora Diana Vidal comentou sobre o funcionamento de uma escola rural no bairro/distrito da cidade de São Paulo denominado Butantã, na década de 1930, conforme leitura que havia realizado dos textos de Zeila Demartini. Essa informação gerou várias dúvidas, a primeira foi fruto da surpresa de que existia uma escola rural em uma Capital que estava em ampla urbanização e depois surgiram outras questões, como onde essa escola estava instalada? Como era seu funcionamento? Era isolada ou grupo escolar?

Em busca de informações, li o artigo *Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: Reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em História da Educação*, de Zeila Demartini (1997). A autora analisou fotografias que retratavam a experiência pedagógica do Grupo Escolar Rural de Butantan (GERB) e que pertenceram a Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, professora que iniciou a proposta. A partir desse texto, fiz várias buscas na internet e encontrei o artigo *Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930*, do professor André Mota (2010), no qual analisou a experiência rural do GERB e sua relação com o higienismo na década de 1930. As buscas também me levaram ao blog da Escola Estadual Alberto Torres², denominação do Grupo Escolar Rural de Butantan a partir de 1952. Após contato, realizado em 2013, conheci Elisa Rocha Lima, professora de História e coordenadora do Centro de Memória da escola, o qual conserva os documentos desde que a escola saiu do Instituto Butantan.

Após a leitura dos artigos, contatei o Núcleo de Documentação do Instituto Butantan (NDIB) para consultar o acervo relativo ao GERB. Ao manusear os documentos, fiquei admirada pela sua diversidade, e não houve dúvidas de que queria pesquisar a temática do ensino rural e perscrutar aquela experiência ocorrida no terreno do Instituto Butantan.

²Disponível <http://albertotorresacessa.blogspot.com.br/>. Acesso em maio de 2013.

No NDIB encontrei recortes de jornais e revistas sobre o GERB e sobre o ensino rural de um modo geral; textos escritos por Noêmia Cruz; Relatório do Clube Agrícola Escolar (1934-1935); Livro de Atividades Rurais do Clube Agrícola (1934); atividades dos alunos em cartazes com ilustrações (entomologia, sericicultura, apicultura, horticultura e avicultura), todos de 1934; cartas; folha com a frequência média e resultados dos exames alcançados pelos alunos (1939); poesias com temas rurais de autores desconhecidos; tradução do livro *Elevação moral e material dos camponeses*, de Mallart y Cutó, realizada por Noêmia Cruz; o jornal infantil *Rumo ao Campo* (1936 - fotocópia, 1941 - impresso); álbuns de fotografias organizados por Noêmia Cruz (1933-1942); fotografias avulsas separadas por datas pelo NDIB, de 1934 a 1943; cadernos de sericicultura (1937), puericultura (1937), avicultura (1938), horticultura (1939) e jardinagem (1945); instruções para Escolas Isoladas da Capital (1929); Livro de Registro das Árvores (1934); Boletim Pedagógico n. 5, do Prof. Luis Americo Introine, Inspetor Escolar em Santos (1936); Legislação do Ensino Rural, Granjas Escolares e Grupos Escolares Rurais (1944); e outras fontes do período em que Noêmia Cruz trabalhou como Inspetora Rural e que não serão abordadas na tese.

Ainda no NDIB, encontrei relatórios anuais do Instituto Serumtherápico/Butantan (1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1907, 1909, 1911, 1912, 1914, 1918, 1925, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1937, 1940, 1941, 1944, 1946, 1948, 1949). Nestes documentos, consegui perceber a dimensão da Fazenda Butantan, que abrigava plantações de cana, alfaça, milho, aveia, etc. para sustento dos animais utilizados na produção de vacinas e soros, bem como para sustento dos funcionários e de suas famílias que ali viviam. De um modo geral, os relatórios são parecidos e eu priorizei apenas às introduções que davam uma visão geral do que ocorria no Instituto.

Outras fontes foram encontradas no Instituto Sud Mennucci (livros do autor e outros sobre ensino rural); no Centro de Referência em Educação Mário Covas (acervo Sud Mennucci, Atas da Congregação da Escola Normal Caetano de Campos); no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública, Boletim de Agricultura e Anuários do Ensino do Estado de São Paulo); no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (Pasta Butantã e fotografias); na Universidade de São Paulo: na Biblioteca da Faculdade de Educação e nas Faculdades de Direito, Medicina, Saúde Pública, Psicologia, Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Economia, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e na Escola Superior Agrícola “Luiz de Queiroz” (ESALQ).

Na internet localizei Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Diários Oficiais que tratam de elementos da vida profissional e pessoal de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz; Leis (Decretos, Decretos-Lei, Códigos, Atos normativos, Resoluções estaduais e federais); periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; fotografias e mapas no site do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

O número de fontes encontradas me proporcionou segurança em alguns momentos, em outros, intranquilidade. Novo tema, nova pesquisa, teria que começar, de certa forma, sem aproveitar o que eu havia estudado no mestrado. Logo, apresentei o projeto de pesquisa denominado *As práticas ruralistas do Grupo Escolar Rural Butantan (1930-1940)* à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que foi aprovado em maio de 2014 (processo 2014/04238-4).

Na época tinha muitas indagações com relação ao tema, se aquele ensino rural da década de 1930 teve continuidade, se havia formação específica para o professor ou não, se a escola era profissional e a questão que mais me intrigava era porque uma escola rural foi instalada no Butantan com a cidade de São Paulo já urbanizada. Outras dúvidas surgiram. Por que o ensino rural era tão discutido como um meio para manter as famílias no campo? Será que o urbanismo era tão sedutor ao habitante do campo como as autoridades de ensino relatavam nas décadas de 1930 e 1940?

No caso desta pesquisa, para compreender o lugar e o espaço ocupados pelo Grupo Escolar Rural de Butantan foi preciso entender a extensão do urbanismo paulistano na primeira metade do século XX. No meu entendimento, era primordial ler a historiografia sobre a cidade e a educação em São Paulo no período que compreende a Primeira República para, somente então, chegar à década de 1930. Esse foi um modo que encontrei de aproximação com o tema.

Em contrapartida, teria que enfrentar alguns percalços, pois a historiografia que abarca os anos de 1930 é bem conhecida, estudada e pesquisada, fato que poderia trazer muitas implicações para mim como pesquisadora. Primeiro porque quem inicia as pesquisas sobre uma época não pode se esquivar de compreender a trama vivida pelos sujeitos e pelas instituições; segundo, pela vastidão da bibliografia e o receio de que eventos significativos escapassem ao olhar, mesmo estando atenta; e por último, apesar de todo o contexto ser importante para o entendimento do objeto pesquisado, havia a necessidade de focar para não sucumbir ao emaranhado de acontecimentos. Cabe pontuar que, ao remeter-me a um ou outro evento, inevitavelmente deixei diversos episódios fora do texto. Os exemplos citados procuraram mostrar São Paulo como uma cidade dinâmica em obras e cheia de conflitos políticos e sociais, não tendo a pretensão de abarcar todos os eventos em uma conjuntura tão complexa.

Outra questão importante foi pensar o espaço no qual o GERB estava inserido. O bairro era rural ou urbano? Tratar de termos como rural/agrícola e cidade/urbano é ter ciência da complexidade de significados históricos. No Brasil, os termos destacados sofreram mudanças com o tempo, porém é importante salientar que, para esta pesquisa, a análise dos conceitos abrangeu a partir do fim do século XIX no contexto republicano até meados da década de 1940.

De acordo com Yi-Fu Tuan (2012), o ser humano tende a tratar de conceitos estabelecendo oposições binárias a fim de obter uma explicação rápida acerca do mundo que o cerca. Portanto, falar de rural gerará, consequentemente, seu “oposto”, o urbano. E vice-versa.

Para o pesquisador inglês Raymond Williams (2011, p. 11), “‘campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas”. Na língua inglesa, *country* pode ter o significado de país, campo, como toda a sociedade ou somente a área rural. Etimologicamente, *country* derivou de “contrata” e significava “situada em frente, do lado oposto” (WILLIAMS, 2007, p. 314), ou seja, a terra que estava à frente de seu observador. No século XIII, “contrata” denotava a terra autóctone, e no século XVI, denotava zona rural, quando o termo passou a ser usado em contraposição à cidade, tendo em vista a progressiva urbanização de Londres.

Foi então que se distinguiram *country people* [gente do campo] e *country house* [casa de campo]. Por outro lado, *countryfield* [rural, rústico] e *country bumpkin* [aldeão, pessoa rústica] eram termos da gíria metropolitana seiscentista. *Countryside* [campo], originalmente uma palavra escocesa para referir-se a uma localidade específica, tornou-se no século XIX termo geral para descrever não apenas as áreas rurais, mas o conjunto da vida e da economia rurais (WILLIAMS, 2007, p. 314, grifos do autor).

O termo *country* designando país ou pátria associa-se a nação ou Estado desde o fim do século XVIII e início do XIX, concomitantemente à formação do Estado-Nação.

City - cidade - consta no vocabulário inglês desde o século XIII, mas seu uso correspondente à área urbana tornou-se corrente no XVI para se diferenciar de campo - *country*. *City* deriva da palavra latina *civitas* que queria dizer cidadão e até a Idade Moderna não significava cidade, que então era designada por outra palavra - *urbs*. *Civitas* exprimia o sentido de um grupo de cidadãos que ocupava um lugar específico. Posteriormente, designou a cidade principal de um Estado ou a sede da catedral. No século XIX, *city* se distinguia de *town* - “cercado [...] grupo de edifícios dentro desse cercado” (WILLIAMS, 2007, p. 76) - adquirindo o significado de um assentamento ideal.

Assim, a **cidade** moderna com milhões de habitantes distingue-se, via de regra, ainda que indefinidamente, de diversas espécies de **cidade** - cf. *cidade sede*, *cidade universitária*, *cidade provinciana* - características de períodos e de tipos de assentamentos mais antigos. Ao mesmo tempo, a **cidade** moderna

subdividiu-se, como no uso contemporâneo cada vez mais frequente de centro da cidade [*inner city*], termo que se tornou necessário por causa da mudança de status de subúrbio (WILLIAMS, 2007, p. 77, grifos do autor).

No Brasil, a palavra campo³ parece estar vinculada inicialmente à formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em março de 1922, em Niterói - RJ. Em 1927, o Bloco Operário passou a se chamar Bloco Operário Camponês. Em 1933, participou das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte Brasileira com a legenda União Operária e Camponesa. Na década de 1950, com a ascensão das Ligas Camponesas, o termo “campo” passou a denotar a demanda pela reforma agrária, a busca pela distribuição de terras (WANDERLEY, 2014), ou seja, estava relacionado às lutas pelo direito da posse e do cultivo de terras por camponeses. De acordo com Costa (2000, p. 116-130 apud COSTA; CARVALHO, 2013, p. 113),

camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos - suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família - mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Este sentido político-social transcende o significado inglês, aproximando-se mais das revoluções socialistas ocorridas no século XX. A Inglaterra passou pela Revolução Industrial modificando tanto a cidade quanto o campo, com bases no capitalismo agrário, incorrendo na supressão do campesinato tradicional (WILLIAMS, 2011). Nesta tese, no período estudado, a palavra campo refere-se apenas a uma porção de terra cultivável.

Mesmo apresentando diferenças, os estudos de Williams (2007; 2011) ajudaram a refletir sobre os significados de rural e urbano, palavras que aparecem com mais intensidade nas fontes pesquisadas. Historicamente, de acordo com o autor, o campo representa uma forma de vida natural, mas também atraso e ignorância, já a cidade espelha o progresso e a mundanidade.

Na maior parte das vezes, as análises sobre campo/cidade ou rural/urbano partem de pessoas que habitam a cidade, ou que de alguma forma circulam ou que circularam nos dois lugares, “por pessoas com mãos sem calosidade” (TUAN, 2012, p. 142). Para elas, o rural poderia vir a ter uma perspectiva edênica, uma projeção da história bíblica de um mundo perfeito que já se foi e que precisaria ser recuperado. Segundo Tuan (2012, p. 149), “essa

³ Diferentemente de Raymond Williams (2007), não tenho a pretensão de buscar a constituição etimológica das palavras, mas identificar seus sentidos e usos no período pesquisado.

apreciação romântica da natureza é privilégio e riqueza da cidade”. Por outro lado, há uma projeção do mundo que está por vir, a cidade celestial, o lugar perfeito para viver a eternidade, ou seja, a reflexão se traduz em pensar na perda do Éden e na conquista da Canaã dos céus. Nos dois casos, as projeções fazem parte das sociedades cristianizadas e independentemente da adesão religiosa ou da falta dela, acabam influenciando as visões acerca dos lugares. A apreciação do rural é, portanto, “uma resposta aos fracassos reais e imaginários da vida na cidade” (TUAN, 2012, p. 159).

O agricultor percebe a natureza de um modo diferente. Sua vida depende da terra, das condições climáticas. Seu trabalho é árduo, de sol a sol. “A toponímia do agricultor está formada dessa intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada” (TUAN, 2012, p. 141), assim, o apego à terra baseia-se mais na vivência do que na imaginação ou no desejo.

Para Antonio Candido (2001), rural refere-se à localização e tende a manifestar um modo de viver socialmente em culturas camponesas resultantes das ações do colonizador e do aborígene. Apesar das dicotomias, o rural estabelece uma relação simbiótica com o meio citadino e vice-versa (QUEIROZ, 1973).

De acordo com Michel de Certeau (2007), a cidade é organizada por um discurso urbanístico. Nesse sentido, polarizar regiões torna-se estratégia para confirmar um estilo de vida “*plus*”. Produzir um espaço próprio, estabelecer um “não-tempo” e criar um sujeito universal, são operações instauradas pelo discurso utópico. Produzir um espaço próprio é também deixar de lado tudo o que comprometeria a vida urbana para driblar a tradição e substituir as táticas, nivelar dados tendo em vista estratégias científicas. A ambiguidade intrínseca à cidade cerca os indivíduos, pois ela vive não somente de acumulações, mas também de *deficit*. “Assim é a cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade” (CERTEAU, 2007, p. 174).

Para Certeau (2007), a cidade existe a partir do relato e são os passos dos caminhantes que moldam os espaços. A maneira como um sujeito se relaciona com a cidade dependerá de suas convicções, de sua visão de mundo e de suas “demarcações”. O autor aborda as “genealogias de lugares e as lendas de territórios” (CERTEAU, 2007, p. 208) refletindo sobre o limite que um sujeito impõe a um local como seu próprio quando ele implanta legislações espaciais “fixando e dividindo terrenos por ‘gestos’ ou discursos de ações” (CERTEAU, 2007, p. 208), ou seja, apesar do mapa ou da legislação, o espaço urbano ou rural será sempre um

relato, uma construção a partir do que se vê ou do que se quer ver. Com base nas reflexões do autor, a pesquisa buscou compreender o Butantan e São Paulo como lugares híbridos, analisados pelos caminhanes. Pelo caminhar se espacializaram, não se localizaram. Espacializar significa tecer lugares, moldar espaços.

Durante a pesquisa, muitas foram as dúvidas com relação aos significados das palavras em seus tempos históricos. Os sujeitos pesquisados atuantes na área educacional nas primeiras décadas do século XX, por diversas vezes, emitiram discursos tornando sinônimas palavras como agrícola, regional e rural, embaçando a perspectiva que procurava, nos significados, algo mais substancial e concreto. No dizer de Raymond Williams (2007, p. 28), “não há nenhum critério linguístico que estabeleça que um grupo esteja ‘errado’, ainda que temporariamente dominante, possa impor seus próprios usos como ‘corretos’”, afirmação referente aos significantes e significados dos signos/palavras tal como o sugeriu Ferdinand de Saussure em seus estudos do início do século XX (CUNHA, 2008).

Um dos fios tecidos para não me perder no labirinto linguístico foi procurar dicionários impressos em primeira versão, publicados nas décadas de 1910, 1920 e 1940, tentando compreender se a língua escrita oportunizava expandir o horizonte das acepções dos sujeitos pesquisados. Na busca, encontrei o “Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa”, de J. F. Rocha Pombo (1914); o “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Candido Figueiredo (1922); e o “Grande e Novíssimo Dicionário da língua Portuguesa”, de Laudelino Freire (1940).

Na década de 1910, a palavra em voga na documentação consultada era agrícola, sendo que os termos rural e regional apareciam raramente. A suspeita de que essas palavras eram utilizadas como sinônimas confirmou-se ao folhear o léxico de 1914, contendo somente a palavra

AGRÍCOLA, agrário, rural, rústico. **Agrícola** e **agrário** não poderiam confundir-se: **agrário** (de *ager* “campo”) diz apenas “próprio do campo ou das terras utilizáveis, relativo às terras ocupadas, às propriedades territoriais”; **agrícola** (de *ager* e *colere* “cultivar”) já significa “relativo ao trabalho próprio da cultura dos campos” [...] Entre **rural** e **rústico** (ambos oriundos de *rus* “campo”) há uma diferença análoga à que se acaba de ver entre os dois precedentes. Ambos se empregam para designar o que não é da cidade, o que não está situado dentro da área urbana; mas **rústico** se aplica ao que não está cultivado, à propriedade territorial em si; e corresponde a **agrário**; **rural** se aplica à propriedade, ao campo onde se trabalha, à vida dos que se dedicam à exploração das terras; e corresponde a **agrícola** (POMBO, 1914, p. 174-175, grifos do autor).

Naquele momento a definição de agrícola continha em si o rural e ambos não se dicotomizavam. “Agrícola” dizia respeito ao cultivo da terra, ao trabalho empregado na cultura

do campo. Esse sentido parece ter se ampliado, de modo que, no dicionário de 1922, as três palavras aparecem separadas, apresentando variações. “Agrícola” relacionava-se ao “homem do campo [...] O mesmo que agricultor. Adj. Relativo à agricultura: trabalhos agrícolas” (FIGUEIREDO, 1922, p. 75), já “agricultura” como a “arte de cultivar os campos. Cultivo da terra” (FIGUEIREDO, 1922, p. 75). “Rural” significava algo “relativo ao campo. Que está no campo ou é próprio dele. Agrícola; campestino. Que não é da cidade: as escolas rurais” (FIGUEIREDO, 1922, p. 877), e “ruralismo”, o “conjunto das coisas rurais [...] Predomínio considerável da população rural sobre a urbana [...]” (FIGUEIREDO, 1922, p. 877). “Regional”, de acordo com o mesmo dicionário, era um adjetivo relativo a uma região ou a costumes regionais, enquanto “regionalismo” era um “partido ou sistema dos que pugnam vigorosamente pelos interesses de uma região [...]” (FIGUEIREDO, 1922, p. 804).

No dicionário de Freire (1940), as definições são parecidas com as de Figueiredo (1922), porém destacam-se duas variações da palavra “rural”: “RURALIZAÇÃO, s. f. De ruralizar + ação. Ato ou efeito de passar-se da cidade ao campo e de tomar seus costumes” (FREIRE, 1940, p. 4518), e “RURALIZAR, v. tr. dir. Adaptar à vida rural e agrícola” (FREIRE, 1940, p. 4518). Com efeito, a dinamicidade da língua vista nos léxicos representou uma ampliação do vocabulário vernáculo e seus desdobramentos, acrescentando novos significados à medida que a história foi se concretizando. Prova disto são as palavras “ruralização” e “ruralizar”, utilizadas como amoldamento aos costumes rurais e muito empregadas em discursos pelos “ruralistas pedagógicos” nas décadas de 1930 e 1940. Aliás, “ruralista”, em Freire (1940, p. 4518), significa “o pintor que nos seus trabalhos preferem as cenas rurais”.

Adonia Prado, em seu artigo *Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo* (1995), usa o termo “ruralistas pedagógicos” genericamente, designando aqueles educadores responsáveis por atrelar os discursos de ruralistas - aqueles interessados em divulgar o Brasil como “eminentemente agrícola” - ao ensino, indicando que havia proximidade nos discursos.

O desenvolvimento das terminologias ocorreu concomitantemente aos debates sobre ensino rural na sociedade brasileira, principalmente no campo educacional. Além dos significados coligidos e dispostos em dicionários de língua portuguesa, os sujeitos que apresentaram argumentos sobre o ensino rural teceram seus próprios significados mediante discursos e tentaram dar um tom subjetivo ao que proclamavam. Por essa razão, foi necessário recuar à década de 1910 para compreender os léxicos e seus significantes que ecoaram nas décadas de 1930 e 1940, e como as transformações mostraram analogamente os tempos históricos nos quais estavam inseridos.

Ao compreender os significados das palavras e sua construção histórica, foi necessário analisar São Paulo na década de 1930. Que discursos, acontecimentos e práticas estruturavam a cidade? Por que havia bairros/distritos rurais, especificamente o Butantan, quando a cidade já estava amplamente urbanizada? A pergunta mais acertada naquele momento seria: de onde eu olho a cidade? Como numa filmagem que prioriza certas paisagens em detrimento de outras, a visão de São Paulo como rural ou urbana dependeria de o narrador responder onde ele se encontrava. Estando no Centro da cidade, rodeado de construções verticalizadas, vendedores ambulantes, entregadores de pão e leite, transeuntes correndo para não perder o bonde, jornaleiros bradando as notícias do dia, crianças saindo das escolas em direção às suas casas, moças e rapazes caminhando animados para mais uma *matinée*, mulheres e homens insatisfeitos com a economia e a política opinando aos burburinhos entre uma golada de café e outra, operários insatisfeitos carregando suas marmitas vazias, e outras cenas corriqueiras do cotidiano da época, a imagem de São Paulo era a de uma cidade urbanizada, desejada e caótica. Estando no Butantan, o cenário seria um pouco diferente. O bairro/distrito já vinha passando por urbanização desde o fim da década de 1920, com pavimentação de ruas e avenidas e retificação do Rio Pinheiros. A expansão ocorreu mais rapidamente com a intervenção da Companhia *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company* (Companhia City) na compra e oferta de terrenos locais. Tanto São Paulo como cidade que se compõe do Butantan bairro/distrito quanto o Butantan inserido em São Paulo podem ser analisados de forma híbrida, contendo características rurais e urbanas. Como pontuou Certeau (2007), os espaços são construídos quando praticados e narrados.

Considerar os espaços como híbridos contribuíra para perceber o Grupo Escolar Rural de Butantan sob outras perspectivas. A escola funcionava desde 1908 dentro do Instituto Serumtherápico. Esta instituição foi criada em 1899 diante do surto de peste bubônica em Santos e teve, como primeiro Diretor, o cientista Vital Brazil. O Instituto instalado na Fazenda Butantan iniciou suas atividades contando com famílias de funcionários residentes no local e a demanda oportunizou a instalação de uma Escola Isolada Mista para atender a adultos e crianças. Em meados da década de 1920, o Instituto mudou de nome para Butantan e a escola passou a Grupo Escolar. Em 1932, após convite do Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, Sud Mennucci, Noêmia Cruz assumiu uma turma do GERB, que à época era dirigido por Dinorah Chacon. Noêmia Cruz, nascida no interior de São Paulo, veio para a Capital ainda criança com sua família, estudou na Escola Normal Secundária da Praça da República formando-se em 1912, assumindo em seguida a vaga de professora substituta efetiva no Grupo

Escolar de Pedreira, posteriormente como adjunta. Em 1920 casou-se e pediu demissão, retornando em 1932 com indicação para exercer a docência no Grupo Escolar de Butantan.

No tempo de experiência, Noêmia Cruz fez cursos rurais na Secretaria de Agricultura, no Instituto Biológico de Defesa Agrícola, na Diretoria de Indústria Animal, no Horto Florestal da Cantareira, na Escola Agrícola “Luiz de Queiroz”, no Instituto Agrônômico de Campinas e na Fazenda Experimental Santa Elisa. Em agosto de 1933, pelo Decreto n. 6.047, a escola passou a se denominar Grupo Escolar Rural de Butantan e logo depois a professora iniciou sua proposta (CRUZ, 1936). A questão principal da tese está em compreender que elementos da prática pedagógica de Noêmia Cruz configuravam sua “pedagogia da ação”, como ela nomeou em seu livro *Educação Rural*, de 1936, ampliando-se para o questionamento de como a professora organizava as atividades. Quais eram os conhecimentos ensinados? Quem eram os alunos? Havia participação de toda a escola? O Instituto Butantan auxiliava o GERB? De que forma? Como a proposta pedagógica de Noêmia Cruz se tornou manifesta?

Noêmia Cruz criou o Clube Agrícola dentro do GERB para o trabalho com sericicultura, apicultura, avicultura, cunicultura, horticultura (incluindo roças e plantas de estufa), silvicultura, jardinagem e pomicultura. Ela conseguiu articular as disciplinas do programa oficial com as atividades rurais, lembrando a prática de aprender fazendo, nos moldes da escola ativa. Ao fazerem as atividades rurais, os alunos produziam registros em cadernos, Livros da Vida e jornais. Noêmia Cruz também o fez por meio de fotografias.

A prática de Noêmia Cruz ficou conhecida no país como uma iniciativa promissora, exemplo de esforço e desprendimento. As experiências da professora constituíram-na como uma *bricoleuse* - “*bricoleur*” (CERTEAU, 2007), uma inventora do cotidiano e colecionadora de “astúcias sutis” e “artes de fazer”.

O recorte histórico da tese compreende o período de 1932 a 1943, em que Noêmia Cruz atuou no Grupo Escolar Rural de Butantan. Os recuos e avanços no tempo foram formas encontradas para iniciar a caminhada que me dispus a trilhar.

A tese está estruturada em 6 capítulos. O primeiro, *Educação rural, regional e agrícola: tensões na busca da formação do povo brasileiro*, aborda as disputas em torno dos termos rural, regional e agrícola, iniciando a reflexão com base na obra *Organização Nacional*, de Alberto Torres, de 1914. Torres defendia que o Brasil fosse “eminentemente agrícola” e que, para tanto, deveria se organizar. Em São Paulo, ao mesmo tempo que se defendia a policultura como saída para a crise do café, a Diretoria de Instrução pública sugeria que as disciplinas da escola primária tivessem feição agrícola. As questões do ensino rural começaram a ser gestadas juntamente com o nacionalismo, o higienismo, a fixação do indivíduo ao campo e a expansão

do ensino tornou-se pauta principal da agenda da década de 1920, momento dos inquéritos. No cenário educacional, agentes se aproximaram e se distanciaram, disputando a melhor maneira de ensinar nas escolas das zonas rurais. Sud Mennucci, Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, nomeou Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, em 1932, para iniciar uma experiência de ensino rural no Grupo Escolar que funcionava no Instituto Butantan. No ano seguinte, passou a ser denominado Grupo Escolar Rural de Butantan pelo Decreto n. 6.047.

O capítulo 2, *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e Sociedade “Luiz Pereira Barreto”: A Propagação do ensino rural no Brasil*, mostra que na década de 1930, os conceitos rural, regional e agrícola estavam consolidados, porém, escolanovistas como Fernando de Azevedo, Almeida Junior e outros ligados à Associação Brasileira de Educação utilizavam o termo regional enquanto os ruralistas pedagógicos se ancoravam na expressão ensino rural. Nesse contexto surgiram novas entidades, como a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a Sociedade Luiz Pereira Barreto. A primeira visava divulgar o pensamento torreano e se tornou incentivadora da criação de Clubes Agrícolas no Brasil. A segunda criada em São Paulo, inspirada na primeira, tinha por objetivo levar conhecimentos sobre agricultura, economia, higiene e outros às populações rurais. Das discussões realizadas em reuniões da entidade paulista surgiu o texto do Decreto n. 7.268, de 2 de julho de 1935, que deu nova organização ao Grupo Escolar Rural de Butantan e sugeriu o funcionamento de escolas junto a empresas industriais.

A proposta de ensino rural no GERB foi empreendida por Noêmia Saraiva de Mattos Cruz na cidade de São Paulo. A questão que perpassa o terceiro capítulo, *“The right woman in the right place”*, consiste se a professora seria *“the right woman in the right place”*, expressão utilizada por Sud Mennucci. Inicia-se abordando a Capital como um lugar híbrido no qual o urbano e o rural conviviam em relação de interdependência e o Butantan também partilhava dessa ligação. Em seguida, a biografia de Noêmia Cruz é perscrutada para compreensão dos caminhos trilhados pela professora até chegar ao GERB.

O quarto capítulo, *Instituto Serumtherápico/Butantan e o ensino primário: Histórias entrelaçadas de ciência e educação*, aborda a criação da escola isolada dentro do Instituto Serumtherápico, sua transformação em grupo escolar juntamente com a mudança do nome da instituição para Butantan.

O quinto capítulo, *A prática pedagógica de Noêmia Cruz e o Clube Agrícola do Grupo Escolar Rural de Butantan*, trata da prática pedagógica de Noêmia Cruz no GERB. A educadora propôs, aos alunos, a criação de um Clube Agrícola, uma maneira de aprender e produzir

alimentos brincando. O diferencial da prática pedagógica de Noêmia Cruz estava em coordenar atividades rurais com o programa oficial de ensino, baseando-se na ação.

No último capítulo, *Registro das atividades do Clube Agrícola*, mostro os registros feitos por alunos e professora. As atividades realizadas de forma prática eram anotadas em Livros da Vida, cadernos, quadros e jornais. As fotografias foram uma forma de a professora expor seu trabalho em palestras, congressos e cursos que oferecia.

1 EDUCAÇÃO RURAL, REGIONAL E AGRÍCOLA: TENSÕES NA BUSCA DA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

A República brasileira passou por avaliações diversas com a chegada do século XX. Havia no país projetos em disputas que tratavam do nacionalismo, do trabalho, da agroexportação, das chagas do corpo e do intelecto e da fixação do indivíduo no campo. Em meio a debates, o ensino rural, regional e o agrícola despontaram como alternativas para a formação da nacionalidade.

1.1 FORMANDO A NAÇÃO “EMINENTEMENTE AGRÍCOLA”

No início do século XX, vários republicanos da geração de 1870 mostravam insatisfação com os rumos que a nova forma de governo havia tomado e passaram a produzir obras que analisavam as condições econômicas e sociais do Brasil. Nesse contexto, Alberto Torres⁴ tornou-se um intelectual de relevo por refletir sobre a organização do país (PINHO, 2007). Tratar sobre esse assunto significava, naquele momento, fazer um diagnóstico do Brasil e “constatar” que os esforços realizados não produziram a nação desejada. Alternativas começaram a ser apontadas, dentre elas, a que se remetia à educação das populações rurais, por isso Alberto Torres teve grande influência no desenvolvimento do ensino rural brasileiro (TORRES, 1982; JORGE, 1997; BARIANI, 2007; PINHO, 2007; ÁVILA, 2013). De acordo com Silvia Pinho (2007), Torres tornou-se, após sua morte, um mito venerado por intelectuais, cientistas e políticos, sendo que, das várias “leituras” sobre Torres, uma relaciona-se à educação e à valorização do trabalhador nacional.

Embora Alberto Torres (1982)⁵ não tenha se aprofundado no tema da educação ou do ensino, ele buscava compreender e apresentar sugestões para o “problema do Brasil”, ao seu ver, fruto da falta de organização interna. Para ele, a política partidária era parasitária e não se empenhava em desenvolver um projeto de nação, facilitando o surgimento de “facções” que se

⁴ Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917) foi um jurista, político e escritor fluminense. Nasceu em Porto das Caixas - Itaboraí – RJ. Ingressou na Faculdade de Direito em São Paulo em 1882, e concluiu seu curso em Recife em 1885. De acordo com Francisco Iglesias, prefaciador do livro de Torres *A organização nacional* (1982), o político fluminense era conservador, assim como seu discípulo Oliveira Viana. Era abolicionista e lutava pela República. Foi deputado estadual e federal, Ministro da Justiça, Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e ministro do Supremo Tribunal Federal (IGLESIAS, 1982).

⁵ O livro *A organização nacional* foi publicado em 1914, a edição acessada para a pesquisa é de 1982 (4ª edição).

ramificavam pelo poder público impedindo o crescimento e prosperidade do país. Segundo Torres (1982, p. 167),

o Brasil é um país que não produz o suficiente para a alimentação do seu povo, grande massa do povo brasileiro consta de bandos, miseráveis e nômades, em processo quase de eliminação, e de proletários irregulares, sem preparo para o trabalho; a educação é quase nula, na maioria dos Estados, mal orientada em todo o país.

Alberto Torres era crítico à industrialização, processo que, em sua avaliação, instigou desejos e necessidades inúteis e prejudiciais ao trabalho e à constituição do cidadão. Ele foi categórico ao afirmar que “este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade, esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz é dar-lhes má e insuficiente instrução” (TORRES, 1982, p. 199). A análise do político fluminense demonstrava a decepção com a República, que, de acordo com Pinho (2007), reforçou a adesão de intelectuais ao seu discurso.

De fato, o ponto de vista anti-industrialista e antiurbano disseminou representações sobre um passado saudosista e idealizado, onde o campo era “o ambiente ideal para a formação de homens perfeitos, isto é, saudáveis, retos, solidários, respeitáveis” (NAGLE, 2009, p. 37). Se por um lado, a urbanização promoveu o desenvolvimento do comércio, da indústria e das atividades bancárias favorecendo uma ideologia urbana de “liberdade de enriquecimento” (NAGLE, 2009, p. 63), por outro, verificou-se uma “contra-ideologia de caráter ruralista” (NAGLE, 2009, p. 64), atrelada a visões de mundo tradicionais, como visto em obras de Alberto Torres. A maioria dos ruralistas era contrária à construção de um parque industrial nacional e criticavam as “indústrias fictícias” nocivas à economia “legítima”, a da terra (NAGLE, 2009).

Alberto Torres tinha a convicção de que o Brasil deveria ser uma “república agrícola” e recomendava a fixação do indivíduo ao campo (JORGE, 1997, p. 72). Com um país territorialmente extenso, a maior parte da população deveria voltar-se para o cultivo da terra, pois sua “vocaço” era a agricultura (TORRES, 1982). Para Marcus Jorge (1997, p. 72), os objetivos da “poltica educacional” de Alberto Torres “seriam fixar o homem ao meio agrcola, habilit-lo para o trabalho rural; despertar enfim nos indivduos o amor terra”.

No tocante habilitao do trabalhador rural, Torres (1982a) entendia que deveria ser feita diferentemente das profisses industriais instaladas nas zonas urbanas, instigando o apreo pelas lides rurais. Em seu plano de ao, criticava a nfase nos cursos superiores reservados para os “abastados” e sugeria um ensino primrio gratuito para o campo, tanto quanto o profissional agrcola, com nfase na habilitao tcnica. A afeio ao trabalho rural, na

concepção de Torres, estava relacionada principalmente “à descentralização industrial nas cidades e programa de volta ao campo” (PINHO, 2007, p. 158), impedindo a concentração de contingentes populacionais nas zonas urbanas.

A questão da “volta ao campo”, central no projeto de nação elaborado por Alberto Torres, talvez pudesse estar relacionada ao movimento de “retorno à terra”, iniciado na França por Jules de Méline por volta de 1890-1914. Este grupo tinha como base o protecionismo, o ensino técnico, o sistema de crédito e o cooperativismo como formas de manter a supremacia agrária frente à configuração do capitalismo. Nesse caso, o ensino técnico serviria para transformar as formas de trabalho do campesinato (MENDONÇA, 1997). Na mesma ocasião apareceram manifestações de enaltecimento ao campo frente ao temor do crescimento do proletariado urbano pela classe dominante. De acordo com Sonia Mendonça (1997), o discurso francês foi absorvido pelos negócios agrários no Brasil em um movimento denominado “Ruralismo”.

De uma forma geral os estudos acerca do ruralismo situam o tema como parte do conjunto mais amplo de transformações suscitadas pela emergência do processo de industrialização em sociedades de bases agrárias, o qual vê-se acompanhado por uma revalorização do *mundo rural* até então predominante (MENDONÇA, 1997, p. 10-11).

As sugestões emitidas por Alberto Torres (1982) em 1914 sobre a organização nacional se pareciam com as propostas da Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA), criada em 1894. Por certo, no tempo em que esteve à frente da Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900), Torres teve uma perspectiva ampla sobre o latifúndio e a monocultura, práticas observadas tanto no Vale do Paraíba quanto na Zona da Mata mineira e no norte de São Paulo, responsáveis por enriquecer a poucos em detrimento da maior parte da população, deixando o Brasil vulnerável econômica e socialmente, de acordo com o autor.

É importante ressaltar que São Paulo já vinha se debruçando sobre a questão técnica do cultivo da terra e que dois anos antes da instalação da SBAA, havia sido criada a Escola de Agricultura de Piracicaba pela Lei n. 26, de 11 de maio de 1892. Na época, a lei provocou muitas discussões, pois uns queriam que a instituição oferecesse ensino primário, e outros, ensino superior (MENNUCCI, 1935). A lei não durou muito tempo, sendo substituída pela lei de n. 367, de 3 de setembro de 1892, que criou a Escola Prática de Agricultura na Fazenda de São João da Montanha, espaço doado por Luiz de Queiroz.

Em 1898, com a Lei n. 587, de 31 de agosto, a Escola Prática de Agricultura passou a ter um curso mais simples e o Decreto n. 611, de 9 de novembro de 1898, separou as matérias

em teóricas e práticas. De acordo com esse Decreto, a agricultura se configurava como algo mais amplo e complexo, incluindo zootecnia, mineralogia, etc., enquanto rural e campo se referiam ao cultivo da terra (plantio e colheita). A Escola Prática de Agricultura foi recriada pela quarta vez em 1899 e instalada em 1901 pelo Decreto n. 863-A, de 29 de dezembro de 1900. Seu nome foi modificado em 1901 pelo Decreto n. 882, passando a Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”.

Em princípio, a Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” não se endereçava à profissionalização das elites urbanas ou rurais pré-escolarizadas, que tradicionalmente optavam pelo bacharelato jurídico, pelos cursos de medicina, fora de São Paulo, e pelas engenharias da Politécnica. Destinava-se a uma clientela eventual, aos jovens menos informados que se apresentassem ao grau médio em busca de qualificação para o atendimento das demandas da lavoura (PERECIN, 2004, p. 224).

Tanto a Escola Prática de Agricultura “Luiz de Queiroz” quanto a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura estavam imbuídas de propósitos muito semelhantes. A SBAA foi concebida para promover a agricultura brasileira, o incentivo à criação de gado, o cultivo de cereais e forragens e divulgar a produção do país. Entre seus membros encontravam-se os paulistas Carlos Botelho e Augusto Ramos, o norte-americano Benjamin Hunnicut, Diretor da Escola Agrícola de Lavras - MG, representantes de associações agrícolas fluminenses e paulistas, bem como do Executivo de outros Estados e de jornais, como *O Estado de São Paulo* e *A Noite* (MENDONÇA, 1997). Um dos primeiros empreendimentos da SBAA foi incentivar o policultivo, novo modo de pensar a agricultura brasileira, o qual não agradava aos cafeicultores paulistas. De acordo com Mendonça (1997, p. 35),

[...] sob o rótulo genérico cafeicultores paulistas, inscreviam-se segmentos em considerável processo de diferenciação, sobretudo aquele que distinguia a grande burguesia - grandes fazendeiros com parcelas crescentes de sua renda derivadas de atividades cada vez mais urbanizadas - e fazendeiros propriamente ditos - igualmente grandes proprietários, porém limitados à produção cafeeira em si -, cujos interesses iriam distanciar-se, uma vez que a crise dos preços do produto os afetava distintamente.

As tensões entre cafeicultores paulistas sinalizavam que havia um grupo insistindo na monocultura e recebendo subsídios estatais para sair das crises, e outro interessado na policultura como alternativa aos desequilíbrios do mercado. No contexto dessas disputas foram criados, em 1897, a Estação Agronômica de Campinas e o Instituto Agrônomo, ambos em Campinas, estabelecimentos de incentivo à pesquisa da “moderna agricultura”, que contribuíram para a hegemonia agrícola de São Paulo sobre o país (MENDONÇA, 1997).

Em passagem pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1904-1909), Carlos Botelho, tradicional proprietário de terras paulistas, destacou o valor da policultura e promoveu o Censo Agrícola do Estado de São Paulo em 1905, bem como a Primeira Exposição Estadual de Animais em 1907, e “a instalação de uma seção de estudos econômicos, para rastrear o montante da produção rural do Estado” (MENDONÇA, 1997, p. 36). Criou ainda o Serviço de Informação e Publicidade, a Biblioteca Estadual Agrícola e reformulou o programa de ensino da Escola Superior Agrícola “Luiz de Queiroz” (ESALQ). Com tais empreendimentos, Carlos Botelho ficou consagrado como uma das vozes oficiais do ruralismo, agregando conhecimentos norte-americanos para a formação técnica.

Outro paulista que teve considerável participação na veiculação do ruralismo foi Cincinato Braga. De acordo com Elias Thomé Saliba (1981, p. XVIII - XIX), o posicionamento de Braga era peculiar ao “grupo dominante paulista”, possuidor de visão dicotômica da economia que insistia em reforçar expressões como “indústria artificial” e “indústria natural”, utilizadas “para encobrir os reais interesses em manipular o Estado à feição dos interesses exportadores; e para justificar o fluxo da intermediação comercial e financeira externa, vital para a hegemonia econômica de classe” (SABILA, 1981, p. XVIII - XIX). Indústria artificial relacionava-se à transformação da matéria-prima para produção de bens de consumo, enquanto indústria natural se associava ao cultivo da terra⁶. Saliba (1981) concluiu que as manifestações de Cincinato Braga estavam inseridas na busca pela ruralização e “sampaquização do país”.

Na esteira da ruralização, a Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo, no mandato de Oscar Thompson, criou escolas primárias com “feição agrícola” (SÃO PAULO. AEESP, 1909-1910). A proposta não era “converter as escolas públicas em aprendizados agrícolas”, mas aproveitar as lições do ensino intuitivo e destacar a vida no campo pelo lado higiênico, econômico e das belezas naturais, tentando fazer uma oposição ao urbanismo. Thompson enviou uma circular aos diretores de grupos escolares solicitando que, a “título de ensaio”, fossem ministrados os “fatos agrícolas” aos alunos do 4º ano, de preferência ao ar livre, com o intuito de promover a “experiência”.

Na aula de linguagem a redação de cartas sobre os motivos da vida agrícola e pequenas composições sobre cenas campestres, cujos assumptos tenham servido de thema às palestras do professor com a classe; na aula de

⁶ De acordo com o Dicionário de Sinônimos de J. F. Rocha Pombo (1914, p. 497), a palavra indústria constava no vocábulo “fábrica”, designando, “em geral, a oficina onde se produz, ou onde se prepara algum artefacto ou qualquer artigo de comércio”. No decorrer do texto, a palavra indústria aparece nos discursos dos sujeitos como algo feito com as próprias mãos, bem como um lugar operado por máquinas que transformam matérias-primas em produtos para o consumo.

arithmetic, a resolução de problemas que interessem ao agricultor; na aula de geographia, o estudo analytico dos produtos do municipio do Estado e do paiz; na aula de historia a procedencia de algumas de nossas plantas mais importantes (o cafeeiro, a canna de assucar, o algodoeiro, etc.); na aula de geometria algumas medições e divisões no pateo do recreio; na aula de sciencias physicas, o estudo e observação dos ventos, da chuva, geada, da luz e do calor nas suas relações com a lavoura, darão ao ensino este caracter agricola sem que dahi resulte sobrecarga para o programa ou perturbação no desenvolvimento deste (SÃO PAULO. AEESP, 1909-1910, p. 27-28).

Na visão de Thompson, não haveria necessidade de incluir a agricultura como uma disciplina específica, mas promover o “amor” pelo meio em que o aluno vivia. Posteriormente, para ensinar “fatos agrícolas”, Thompson contratou Clinton Dewit Smith, especialista que abriu um curso sobre o ensino de agricultura nas escolas primárias (MENNUCCI, 1935). O agrônomo norte-americano havia assumido a Direção da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” em 1908, com a proposta de concretizar o *Gentleman Farmer’s Project*⁷, concepção de Carlos Botelho quando Secretário da Agricultura em São Paulo (PERECIN, 2004).

Tendo em vista as questões técnicas de cultivo da terra, em 1911 foi realizado o I Congresso de Ensino Agrícola em São Paulo, organizado pelo Secretário de Agricultura Pádua Salles (MENNUCCI 1935). Na comissão encarregada de analisar as teses para o Congresso estavam Luiz Pereira Barreto⁸, Raul de Rezende Carvalho, Gustavo D’utra, Domingos Jaguaribe, Oscar Thompson e Brant de Carvalho (PERECIN, 2004). As teses e sessões versaram sobre o “estado embrionário” (PERECIN, 2004, p. 364) da agricultura no Brasil, o conservadorismo e o empirismo dos agricultores, a emancipação agrícola nacional e a melhor escola para formar agricultores. Sobre este último assunto, os engenheiros agrônomos Adalberto de Queiroz Telles e Lourenço Granato concluíram que

[...] hoje são as escolas médias e as escolas elementares agrícolas de que mais precisamos. São agrônomos da escola média e dos aprendizados agrícolas que deverão satisfazer as necessidades da nossa agricultura; aqueles dirigindo e estes executando as normas da técnica rural, para garantir o aumento da nossa escassa produção e o melhoramento dos nossos principais produtos, formando então o campo de ação para investigações superiores, para os diplomados pelas escolas superiores (PERECIN, 2004, p. 364).

⁷ Esta expressão é de Percin (2004) e refere-se ao programa de ensino pragmático implementado por Clinton Dewit Smith a partir de 1908 na Escola Prática Agrícola Luiz de Queiroz.

⁸ Luiz Pereira Barreto (1840-1923) nasceu em Resende - RJ. Filho de fazendeiros, formou-se em medicina. Era republicano e importava-se com as causas nacionalistas. Na década de 1870, Barreto passou a preocupar-se com as questões do esgotamento das terras do Rio de Janeiro e do Norte de São Paulo. Adquiriu terras no Oeste Paulista e começou a cultivar café, posteriormente uvas. Pereira Barreto atuou como político, sanitarista, jornalista e escritor. Informações disponíveis em <http://academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/1/BIOGRAFIA-LUIZ-PEREIRA-BARRETO.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2017. Em 1935 foi criada, em São Paulo, a Sociedade Luiz Pereira Barreto, conforme se será no capítulo seguinte.

Na tese *A Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” de Piracicaba, satisfaz para o ensino médio ou carece de modificações? Quais?* de Clinton Dewit Smith, o autor argumentou que a Escola Agrícola satisfazia a todas as necessidades do Estado no que dizia respeito ao ensino superior, ao médio “e com poucas modificações pode satisfazer ao ensino elementar” (PERECIN, 2004, p. 367). Ao final da sessão, Brant de Carvalho fez uma moção abordando

1. A questão urgente da elaboração de obras didáticas para todos os graus de ensino. 2. A necessidade de o governo cuidar da organização do ensino agrícola nos seus três graus, elementar, médio e superior. 3. Nenhum dos níveis estabelecidos no ensino agrícola correspondia às expectativas [...]. 4. O professorado público devia submeter-se a treinamento em história natural agrícola. 5. Ainda não havia necessidade de ser criado o conselho superior do ensino agrícola (PERECIN, 2004, p. 368).

Com relação especificamente ao ensino primário, a organização do evento propôs duas questões, uma dizia respeito ao fato de a escola primária rural ter ensino elementar agrícola, e a outra, à habilitação do professor para o exercício da função. Chegou-se à conclusão de que a escola primária não deveria ser especializada e que seriam ministrados “elementos da agricultura como lição de coisas” (MENUCCI, 1935, p. 29), com atividades feitas nos jardins escolares duas vezes por semana, passeios de estudo uma vez por mês em algumas escolas isoladas e nos grupos escolares por terem melhor aparelhamento para desenvolvimento dos estudos.

De acordo com Sud Mennucci⁹ (1935, p. 34), o caminho escolhido estava longe da realidade das escolas rurais, afirmando que pretendia “fazer escolas de caracter essencialmente agricola, mandando que o empreendimento se iniciasse nos grupos escolares, que são estabelecimentos de cidade. Mas, era alguma cousa de pratico, de experimental, de pragmatico”. No que concerne aos professores, a recomendação era conceder um acréscimo ao vencimento para que permanecessem nas escolas rurais por pelo menos cinco anos, sendo “computados para a sua promoção ao cargo de adjunto de Grupo Escolar” (MENUCCI, 1935, p. 31) ao passo que, se desenvolvessem bem o trabalho “segundo o método intuitivo”, poderiam ganhar prêmios anuais¹⁰.

⁹ Sud Mennucci (1892-1948) foi professor primário, jornalista, escritor, Diretor do Centro do Professorado Paulista e Diretor de Instrução Pública do Estado de São Paulo. Ficou conhecido por seus investimentos na área do ensino rural em São Paulo, bem como em todo o Brasil. Mennucci defendia a formação especializada de professores para o exercício nas zonas rurais (GIESBRECHT, s/d).

¹⁰ Não foi possível saber se as ideias veiculadas no I Congresso de Ensino Agrícola (1911) ocorreram no interior das escolas públicas.

O ensino intuitivo, método popularizado como “lição de coisas e método objetivo” (VALDEMARIN, 2006, p. 171), vinha sendo praticado desde o fim do século XIX no Brasil.

Nessa perspectiva didática, os sentidos permitem a comunicação com o mundo, produzindo sensações geradoras de percepções que são retidas pela memória. É sobre este material que operam o raciocínio e a imaginação, produzindo juízos. Dessa concepção sobre a aquisição do conhecimento decorre a proposição de que a escola elementar deve dedicar-se ao cultivo do hábito da observação, da percepção de semelhanças e diferenças entre os objetos para a criação de ideias claras, trabalho a ser dirigido pelo professor (VALDEMARIN, 2006, p. 171-172).

A proposta de ensinar elementos agrícolas pelas lições de coisas parece ter sido apresentada como forma de criar uma afinidade entre o indivíduo e a terra, uma vez que, um dos princípios do método era “conhecer objetos e fatos através da natureza e da indústria” (VALDEMARIN, 2006, p. 173).

As questões em torno do Brasil “eminentemente agrícola” e do nacionalismo se intensificaram com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (2002), o evento foi o estopim para que o país abandonasse o paradigma europeu e se concentrasse na divulgação de valores internos com a prerrogativa de “combater a cópia, o vício da imitação, para produzir um Brasil mais moderno e brasileiro” (OLIVEIRA, 2002, p. 348). Foi nesse momento, segundo a autora, que a figura do bacharel passou a ser criticada como um “especialista em generalidades”, distante das necessidades do país, e a atenção voltou-se às “raízes brasileiras”.

Os intelectuais se atribuíram então como tarefa encontrar a cultura autêntica do país, estivesse ela em um passado histórico ou em tempos imemoriais. Foi dentro desse espírito de reinvenção do Brasil que o povo brasileiro passou a ser visto como origem da nacionalidade e que o popular passou a ser o lugar de destaque como fonte de nossa autenticidade cultural (OLIVEIRA, 2002, p. 349).

No contexto analisado por Oliveira (2002) houve a produção de diagnósticos e “terapias” que pretendiam encaminhar o país ao progresso. A autora citou Alberto Torres, Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Belisário Pena e Artur Neiva como alguns dos *representantes autorizados*, entre tantos outros, a denunciar “o atraso nacional” e a propor mudanças para a nação. Um dos principais problemas apontados pelos intelectuais era o urbanismo.

Nessa perspectiva, a cultura que se desenrolava nas cidades situadas nas regiões litorâneas era vista como degradada e corrompida pelo “estrangeiro”, e seu contraponto eram o sertão e o sertanejo, considerados autênticos

símbolos de nacionalidade. Lendas e tradições que falavam do amor a tudo o que fosse brasileiro foram revalorizadas por setores da elite culta, ainda que esse “tudo” fosse apenas o Brasil rural, o Brasil do interior (OLIVEIRA, 2002, p. 349).

O esforço da redescoberta do Brasil “folclórico e regional” esteve “sintonizado com o movimento nacionalista” (OLIVEIRA, 2002, p. 349), produzindo uma literatura regionalista “dedicada à vida rural e à cultura sertaneja” (OLIVEIRA, 2002, p. 349). A autora citou, como exemplo, a composição centenária da música *Luar do Sertão* (1914), de João Pernambucano e Catulo da Paixão Cearense, na qual a letra da toada elogia o sertão idílico mostrando saudosismo e certa ingenuidade na visão sobre o campo.

Na mesma época, o personagem Jeca Tatu foi criado, apresentado pela primeira vez no conto *Urupês*, de Monteiro Lobato, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 23 de dezembro de 1914 (LUCA, 1999). O Jeca era, de acordo com Lobato, “[...] incapaz de evolução e impenetrável progresso, arredio à civilização, vegetando no seu isolamento e ignorância, indisciplinado e refratário ao trabalho árduo e contínuo de que tanto necessitava o país” (LUCA, 1999, p. 202). Era também síntese de suas considerações sobre o Brasil, urdidas desde sua incursão como estudante da Faculdade de Direito e da influência que recebeu de Gustave Le Bon no processo de formação intelectual. “O Jeca fez enorme sucesso e foi discutido e incorporado por várias tendências políticas e intelectuais. Os médicos sanitaristas se apropriaram dele para mostrar como a falta de saúde era o que tornava o homem brasileiro preguiçoso e improdutivo” (OLIVEIRA, 2002, p. 350).

No cenário que mostrava os habitantes da zona rural como doentes no corpo e no intelecto, em São Paulo já era possível ver, de forma incipiente, o ensino primário rural. No lapso de tempo em que Oscar Thompson esteve fora da Diretoria de Instrução Pública, o professor Thomé Teixeira¹¹ tentou uma experiência rural no Grupo Escolar de Itararé. Em um campo anexo à escola plantou algodão, alfafa, trigo, milho, feijão, árvores frutíferas e hortaliças de várias espécies, tendo chegado à conclusão de que o ensino de noções de agricultura deveria ser totalmente prático.

A volta de Thompson como Diretor da Instrução Pública no final de 1916 foi marcada pelo posicionamento nacionalista. Em seu primeiro relatório consta um tópico dissertativo sobre o “Nacionalismo no ensino como base de formação da pátria nova” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 206). Oscar Thompson era membro da Liga Nacionalista de São Paulo

¹¹ Menucci (1935) citou Thomé Teixeira como exemplo de professor “ruralizador”, que contribuiu com a permanência do homem no campo. Teixeira também trabalhou em uma fazenda em Itaberá.

(LNSP), uma organização política de cunho patriótico fundada em 1917 por estudantes e professores do ensino superior paulista, sobretudo da Faculdade de Direito de São Paulo. De caráter estadual, reunia também estudantes da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica.

De acordo com Louisa Mathieson (2012, p. 42), a Liga possuía três objetivos principais: “combate ao analfabetismo; instauração do voto secreto e obrigatório; e o estabelecimento do serviço militar obrigatório”. Outra meta implícita da organização era “a formação política dos estudantes do ensino superior a fim de que eles pudessem atuar politicamente na edificação de um projeto de criação de cidadãos da nova nação brasileira” (MATHIESON, 2012, p. 47). De acordo com a autora,

a escolha de São Paulo e em especial a Faculdade de Direito como palco da fala de Bilac pode ser entendida nos seguintes termos: o poeta acreditava que nesse local seria possível angariar os espíritos dos jovens paulistas para o seu projeto de construção da nova nação brasileira. Nessa fala histórica, Bilac expôs a falta de ideias, de crença e de esperança do povo brasileiro, isto é, a grande apatia social e desinteresse político que pairava no Brasil (MATHIESON, 2012, p. 44).

As palavras de Olavo Bilac provocaram estudantes e egressos da Faculdade de Direito como Sampaio Dória, no momento de acirramento das convicções nacionalistas propagandeadas entre a Primeira Guerra Mundial e as comemorações do Centenário da Independência do Brasil¹². A Liga operava com os seguintes princípios:

a) reerguer o espírito de solidariedade nacional, de orgulho nacional, de interesse pelas coisas e problemas vitais do Brasil; b) pugnar pelo desenvolvimento da cultura e difusão da instrução do país; c) promover a educação cívica e política do povo brasileiro; d) combater a abstenção eleitoral, assim como todos os processos que corrompem, fraudam e falsificam a vontade popular; e) fazer estudar por comissões técnicas todos os problemas que interessam à sociedade brasileira; f) representar aos poderes públicos reclamando a adoção de medidas de utilidade nacional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 31 de março de 1916).

No que tange diretamente ao ensino, a LNSP propunha o combate ao analfabetismo tendo Sampaio Dória como seu principal interlocutor. Segundo Mathieson (2012, p. 59),

da educação não se esperava a simples alfabetização, a sociedade carecia de uma redefinição de valores. Os bons costumes, a higiene, a profissão eram os princípios que precisavam ser ensinados ao povo para que se pudesse erigir a sociedade idealizada. A liga defendia a instrução da população para que se pudesse concluir o projeto republicano inacabado, tornando o povo maior de idade e, no limite, cidadão.

¹²Verbete Liga Nacionalista de São Paulo. CPDOC/FGV.

Corroborando a perspectiva de Sampaio Dória, Oscar Thompson via a escola paulista como divulgadora das “coisas nacionais”, tendo por objetivo encaminhar o aluno à futura atividade profissional. Em sua visão, se o professor não oportunizasse meios de emancipação para o aluno e continuasse a utilizar compêndios estrangeiros propostos para o programa de ensino primário, esse não obteria uma visão ampla da realidade brasileira, da língua vernácula, do território extenso e diversificado. Cabe pontuar que, no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (SÃO PAULO. AEESP) de 1918, há vários pareceres sobre livros didáticos que seriam adotados pelo Estado, feitos por uma comissão composta por Américo de Moura, Plínio Barreto e Antonio Sampaio Dória, os dois últimos integrantes da LNSP.

Thompson acreditava na independência econômica do Brasil desde que as matérias-primas fossem produzidas e aproveitadas nas indústrias autóctones, discurso semelhante ao de Alberto Torres. O Diretor da Instrução Pública propunha propagandar o ensino profissional entre os jovens, visto que, para ele, por meio da imprensa e do cinematógrafo, a propaganda criaria mecanismos para envolver o aluno da escola paulista com a pátria, contribuindo para a riqueza e para o progresso por meio do trabalho manual.

O vínculo estabelecido com o nacionalismo foi uma particularidade da cultura escolar ao longo do século XX e, particularmente, adotado em São Paulo nos programas de ensino das disciplinas de Educação Física, História, Geografia e Moral e Cívica (SOUZA, 2008, p. 67). Desse modo, o trabalho com o corpo poderia restaurar a raça e formar o caráter; a História desenvolveria o sentimento patriótico; a Geografia, a valorização das riquezas naturais paulistas e brasileiras; e as lições de moral e civismo contribuiriam para a construção da nação pela escola.

Outra questão apresentada por Oscar Thompson (SÃO PAULO. AEESP, 1918) foi o endosso à intervenção médica na escola. Pela Lei n. 1.541, de 30 de dezembro de 1916, a Inspeção Médica Escolar, que havia sido criada pela Lei n. 1.310, em 1911, passaria a ser uma seção da Diretoria Geral de Instrução Pública, contando com inspetores especialistas, aptos a intervir em casos de moléstias em todos os graus, tendo como incumbência o preenchimento de fichas antropométricas dos alunos e o relato de casos de repúdio à vacinação, principalmente após o surto de varíola no início do século XX e a gripe espanhola, que dizimou muitos paulistas.

Em 1918 foi promulgado o Decreto n. 2.944, que estabeleceu diversas instruções sobre a educação pública do Estado de São Paulo. No primeiro capítulo, a lei classificou as escolas isoladas em rurais, distritais e urbanas. As primeiras, localizadas em propriedades agrícolas, núcleos coloniais e centros fabris, com dois anos de curso. As distritais, situadas em bairros ou

distritos, com três anos de curso, e as urbanas nas sedes dos municípios, com quatro anos de curso.

Os professores das rurais e das distritais receberiam os mesmos vencimentos. O programa de ensino primário seria o mesmo em todas as categorias de escolas (SÃO PAULO. AEESP, 1918). As isoladas rurais seriam rotativas¹³. Cumprindo a fase de alfabetização, o aluno que precisasse trabalhar receberia uma enciclopédia para dar continuidade aos estudos, da qual pudesse extrair noções de Português, Geografia e História do Brasil, Agricultura e Pecuária e Instrução Moral e Cívica. No Anuário de 1918 há uma carta de Sampaio Dória propondo a expansão da alfabetização do Estado de São Paulo em dois anos.

De acordo com Sud Mennucci (1935), o Decreto n. 2.944, de 1918, organizou e deu visibilidade às escolas rurais, estabelecendo a diferenciação pela localidade. Pela lei, as escolas rurais deveriam estar localizadas em áreas que se dedicassem à exploração da terra nas diversas atividades do ramo, de grande ou pequena projeção, de plantio ou colheita, de criação de gado e outros animais para consumo, de centros de armazenamento e embalagem de grãos. Nas localidades rurais deveria haver uma casa para acomodar o professor, em vista da distância das zonas distritais ou urbanas.

Ampliando a perspectiva de formar o cidadão brasileiro, a Instrução Pública em São Paulo passou por uma reforma em 1920. Seu conteúdo trouxe pontos que já vinham sendo discutidos desde o fim da década de 1910, sobretudo no AEESP de 1918, como a erradicação do analfabetismo em curto espaço de tempo e propostas de nacionalização do ensino.

A Lei n. 1.750, de 08 de dezembro de 1920, conhecida como Reforma Sampaio Dória, seu principal idealizador, foi “a primeira e mais controvertida das malogradas iniciativas republicanas de inclusão social generalizada das populações brasileiras” (CARVALHO, 2011, p. 6), na qual o ensino primário passou a ser feito em dois anos; criou-se o ensino médio que correspondia ao 3º e ao 4º ano primários; crianças de 9 e 10 anos estariam legalmente obrigadas a frequentarem as escolas; as isoladas foram unificadas e funcionariam em dois anos; houve desdobramento e criação de duas mil escolas isoladas; e isenção de taxas para os pobres.

Sampaio Dória havia sido contatado por Washington Luís para reformar o ensino e combater o analfabetismo sem despesas para o Estado (ANTUNHA, 1976). O Diretor de Instrução Pública, autor de *Princípios de Pedagogia* e professor da Escola Normal, não dissociava a docência de sua administração, de modo que a proposta da Reforma se baseou na

¹³ O Anuário não oferece maiores detalhes sobre o que seriam escolas rotativas, porém, pela leitura feita, pode-se concluir que o professor se deslocaria pelas várias localidades em que tivessem crianças em idade escolar, em dias da semana pré-estabelecidos, a fim de atender aos alunos de determinada região.

pedagogia spenceriana, modelo calcado na educação intelectual, moral e física, vinculando saber pedagógico ao interesse político, porém visando à expansão do ensino primário, que ocorreu principalmente pela criação de duas mil escolas isoladas.

Na Reforma de 1920, a escola isolada parecia ser economicamente ideal para a difusão do ensino por ter apenas um professor responsável e pela organização do espaço. Estando desdobrada a partir do excedente de matrícula, compreenderia duas turmas e um professor recebendo gratificação extra no caso de não haver condições de uma segunda contratação. A Lei n. 1.750 previa a comparação do endereço residencial da família do professor e o da escola, dando preferência para a proximidade residência/local de trabalho, além de autorizar a compra de terrenos para construção de casa para o docente e organização de “um pequeno campo de ensino agrícola”, questão mencionada nas duas administrações de Oscar Thompson.

A Reforma de 1920 em São Paulo não foi uma iniciativa isolada. A década de 1920 é conhecida pela historiografia da educação como uma época de reformas¹⁴ e de inquéritos educacionais realizados no país. Imanentes às questões sobre higiene e nacionalismo estavam as educativas, concentrando-se precipuamente sobre o analfabetismo como “chaga social” (FREITAS, BICCAS, 2009).

Uma das alternativas para modificar tal quadro nacional seria a adoção de “métodos ativos de ensino”, como propôs Carneiro Leão no Distrito Federal entre 1922 e 1926 (PAULILO, 2011, p. 59). Em sua perspectiva, a preparação escolar deveria estar fundamentada na observação e na experiência, tendo ele persistido nessa orientação para as escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Outra experiência em direção a de Carneiro Leão foi a proposta de “um ensaio de escola moderna, regional, criada e mantida por iniciativa particular” (ALBERTO, 1927, p. 446), que se denominou Escola Regional de Meriti, um projeto de Armanda Álvaro Alberto¹⁵.

Segundo Ana Mignot (2002, p. 140), “o discurso nacionalista difundido por Olavo Bilac, a partir de 1916, na Liga de Defesa Nacional, aglutinou jovens em torno da ideia de coesão e integridade nacional, do desenvolvimento do culto ao heroísmo, propagação da

¹⁴ As reformas de maior repercussão foram: Reforma Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Reforma Lourenço Filho, no Ceará (1922); Reforma Carneiro Leão, no Distrito Federal (1922); Reforma José Augusto, no Rio Grande do Norte (1925); Reforma Lysímaco da Costa, no Paraná (1927); Reforma Francisco Campos, em Minas Gerais (1927); Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928); Reforma Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928); e Reforma Anísio Teixeira na Bahia (1928) (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

¹⁵ Armanda Álvaro Alberto nasceu no Rio de Janeiro em 1892. Era filha do cientista Álvaro Alberto da Silva e de Maria Teixeira da Mota e Silva. Armanda participou da fundação da ABE, da União Feminina do Brasil, entidade ligada à Aliança Nacional Libertadora. Casou-se com Edgar Süsskind de Mendonça, ambos militavam no Partido Comunista do Brasil. Cf. Verbete Armanda Álvaro Alberto. CPDOC/FGV.

educação popular e combate ao analfabetismo”. O apelo de Bilac influenciou não somente homens, mas também mulheres que tiveram grande representatividade nas ligas nacionalistas. Imbuídas pela insatisfação com a vida doméstica, essas “mulheres de elite” procuravam romper com a educação recebida (MIGNOT, 2002, p. 141).

Vivendo nesse contexto, Armanda Alberto iniciou uma experiência de escola ativa em Angra dos Reis no ano de 1919. Como não havia instituições de ensino na localidade, “apareceram prontamente” 50 crianças de 3 a 16 anos (ALBERTO, 1927, 446). Armanda Alberto dividiu meninos e meninas em turmas e pôs-se “a praticar o que estudara nos livros de Montessori” (ALBERTO, 1927, 446). A educadora relatou que as crianças sofriam de certo “atraso”, “não sabiam sequer dar nomes às cores” e “ignoravam a condição de brasileiros” (ALBERTO, 1927, 446). A escola litorânea estava ambientada naturalmente “à sombra de bambus”, com uma mesa e uma cadeira, esteiras pelo chão e material improvisado, iniciando as atividades pela manhã com a distribuição de remédios. Armanda Alberto considerava a experiência em Angra dos Reis como a gênese da escola de Meriti.

De volta ao Rio de Janeiro, Armanda Alberto iniciou as atividades da escola em Meriti em 13 de fevereiro de 1921 “sem um só programa escrito; tomou desde o começo, no entanto, a feição de um lar-escola, embora externato, com número limitado de alunos, a quem não se dão notas, prêmios ou castigos” (ALBERTO, 1927, 447). Inicialmente, o nome dado foi Escola Proletária de Merity e a intenção era de que fosse um “laboratório de pedagogia prática - característica de uma Escola Nova” (MIGNOT, 1993, p. 621). A experiência

partia do interesse da criança, subvertendo o processo pedagógico centrado tradicionalmente no professor e abandonava as paredes da sala de aula para desenvolver atividades ao ar livre em contato com a natureza. Voltada para o ensinamento de hábitos de higiene que deveriam se propagar para a família, não restringindo tal preocupação ao espaço interno da sala de aula, a escola envolvia a comunidade (MIGNOT, 1993, p. 621-622).

A orientação geral da escola baseava-se na “saúde”, na “alegria”, no “trabalho” e na “solidariedade”, palavras que ficavam afixadas em cartazes nas paredes da escola. Anexa à instituição havia uma biblioteca denominada Euclides da Cunha, dividida em seções para alunos, professores e moradores locais. A educadora organizou um museu a partir das contribuições colhidas da natureza pelos alunos. A escola não contava com serventes ou funcionários, todas as funções eram exercidas pelas crianças (ALBERTO, 1927).

A diretora [Armanda Alberto] e os membros do Comitê de Auxílio, doutor Francisco Venâncio e Comandante Coriolano Martins, davam aulas para orientação das professoras e conhecimento individual de cada aluno. A

diretora começou então, ainda seguindo Montessori, a escrever suas notas no *Livro de Generalidades*, sobre a crianças, que hoje, bastante modificado continua a ser feito. O primeiro programa escrito - isso era de esperar - foi o de Higiene, para o 1º grau do curso (hábitos de saúde). Ainda hoje temos programas em elaboração. Todos são acompanhados de instruções destinadas às professoras, que suprem os compêndios inexistentes, e de indicações bibliográficas (livros todos da Biblioteca Euclides da Cunha) (ALBERTO, 1927, p. 447, grifos da autora).

De acordo com Armanda Alberto, ao iniciar as atividades, a prática pedagógica se fundamentou na “liberdade”, no “trabalho individual”, na “alegria”, prescrições encontradas no livro *Feição de Escola - Casa de Família*. O curso completo da escola era feito em 4 graus: três fundamentais e um de aperfeiçoamento em Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Jardinagem e Criação. Nenhum aluno tinha conseguido finalizar o curso até 1927, pois havia a necessidade de ajudar a família (ALBERTO, 1927).

Os programas foram escritos por Armanda Alberto (Estudos da Natureza, Geografia, Higiene e Jardinagem), Edgar Sússekind de Mendonça (Desenho), Francisco Venâncio Filho (História, 1º grau), Laura Araripe - professora da escola (Cálculo adaptado de Palau Vera e Geometria de Heitor Lyra e Palau Vera) e Miss Maud Mathis (Economia Doméstica). As aulas de Geografia e Estudos da Natureza eram semanais, consolidadas em excursões ao Rio de Janeiro (“museus, fábricas, Jardim Botânico, etc.”) (ALBERTO, 1927, p. 449), bem como pesquisa em álbuns postais, fotografias e revistas ilustradas. As salas da escola estavam adaptadas para o ensino das matérias, inclusive com cozinha, sala de jantar, gabinete médico e banheiro. A escola possuía vitrola, aparelho de rádio e de cinema que estavam reservados para a inauguração da “Nossa Casa”¹⁶ (ALBERTO, 1927).

Os alunos mudavam de turmas de acordo com o desenvolvimento intelectual. “Os anormais, os inadaptáveis ao regime da Escola e os que faltam sem justificativas são eliminados” (ALBERTO, 1927, p. 449).

Mandamos às famílias boletins mensais, comunicando todas as atividades dos alunos, os exames de saúde, os atos de bondade que praticou (se os praticou), seguindo seu desenvolvimento sem compará-lo ao dos companheiros. Nada que se pareça com notas, pelo contrário, estimulamos em cada um a autocrítica, desejosa, antes de tudo, de favorecer a formação de homens e mulheres fortes (ALBERTO, 1927, p. 450).

No primeiro ano de existência e parte do segundo, a escola foi mantida pela firma Francisco Venâncio e Cia., fabricante do explosivo Rupturita, em Meriti. Em 1922, a escola

¹⁶ Prédio próprio projetado por Lúcio Costa e construído a partir de doações feitas à caixa escolar (MIGNOT, 2010).

fundou a caixa escolar em colaboração com os moradores locais, e o desenvolvimento da assistência financeira levou a se transformar em Fundação Álvaro Alberto no ano de 1924, agrupando três seções: Escola Regional de Meriti, Biblioteca Euclides da Cunha e Museu Regional de Meriti. A Fundação tinha, em 1927, 173 sócios contribuintes e 6 fornecedores de materiais, sendo que o maior doador era o irmão de Armanda, Comandante Álvaro Alberto (MIGNOT, 2010).

A experiência se estendeu à comunidade por ocasião do 1º Concurso de Janelas Floridas de 1923. Para Armanda Alberto, era notória

[...] a indolência e o descaso por tudo o que não seja o estritamente necessário ao seu viver de incultos, sem uma parcela de intuição na arte de aformosear a vida, entre os nossos roceiros. Combater a fealdade e o desconforto de Meriti, dar-lhe a alegria e a sombra das flores e das árvores, tais são os fins visados pela escola. A princípio só os alunos floriam suas janelas; depois a população foi concorrendo também, sendo distribuídos em 1926, 64 prêmios, dos quais 26 aos moradores. Casas construídas recentemente já apresentam nas janelas jardineiras de cimento ou de madeira! Claro é que a comissão julgadora das janelas floridas não concede prêmios àquelas desacompanhadas de um quintal bem tratado. E o gosto pelas plantas vai se desenvolvendo... (ALBERTO, 1927, p. 447).

Além da caixa escolar, a escola dispunha de outras instituições auxiliares de ensino, como o Círculo de Mães. Criado em 1924, o programa atendia às mulheres analfabetas, oferecendo ensinamentos de higiene, de educação familiar, de economia doméstica e de vida sexual com “função educativa” (ALBERTO, 1927, p. 450). Uma professora da escola se encarregava das visitas domiciliares, uma extensão do Círculo de Mães. A escola fazia campanhas de saneamento em favor da comunidade, realizadas em forma de palestras e proferidas por Belisário Pena nas salas do cinema, mantinha um grupo de “escoteiros e de bandeirantes” e fornecia merenda, vestuário, calçado, assistência médica e remédios. Eram colaboradores da escola: Francisco Venâncio, Edgar Sússekind de Mendonça, Belisário Penna, Heitor Lyra e Otávio Veiga.

Em tese enviada à I Conferência Nacional de Educação em 1927, Armanda Alberto argumentou que

os métodos de educação, venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consente a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si, são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia. Em nosso meio, poucos são os professores capazes de os empregar com segurança; faz-se necessário, portanto, antes de tentar a escola ativa, preparar os mestres para ela [...] A escola primária tem que ser regional, o que não

impede de ser brasileira. Tanto melhor reagirá sobre o seu meio quanto mais adaptada estiver. Na roça é o único centro, muitas vezes de vida intelectual; deve sentir as necessidades de progresso da sua região e tomar a si as iniciativas em benefício da comunidade a que pertencem seus alunos (ALBERTO, 1927, p. 451).

A prática de Armanda Álvaro Alberto trouxe a lume a questão da escola regional, bastante revisitada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) na década de 1920. Posteriormente, em 1923, foi retirada a palavra “proletária” do nome da escola, sendo substituída por “regional” e passando a ser denominada Escola Regional de Meriti. Para Mignot (1993, p. 627) “o nome Regional traduz uma trajetória de busca de identidade estabelecida enquanto especificidade e diferença”. De acordo com a autora, a alteração do nome refletia o propósito de atrelar “a educação popular à educação regional, isto é, a regionalização do ensino, tomada como ‘preceito metodológico e social’” (MIGNOT, 1993, p. 628), concebendo que a “vida local não influi na escola só para dar rumo das atividades educativas” (MIGNOT, 1993, p. 628). A mudança dava a ver as escolhas do grupo que colaborava com a escola, em sua maioria formado por filiados à ABE.

A experiência de Armanda Álvaro Alberto é imprescindível para compreender a tentativa e o êxito no empreendimento de escola ativa, iniciada no final da década de 1910 em Angra do Reis, que se concretizou posteriormente com a instalação da Escola Regional de Meriti, e que pretendia alcançar as populações rurais para melhorar suas condições físicas, sociais e econômicas (ALBERTO, 1968), que

[...] servisse de exemplo, de inspiração para a educação popular no país, com o método ativo, que, segundo Francisco Venâncio Filho, deveria despertar a capacidade para a ação própria onde, com base nos problemas, os alunos deixariam de acumular informações, mas poderiam reconstruir mediante experiências, o fato científico. Por vários caminhos, através da pesquisa e da experimentação, aprenderiam a definir problemas, eleger hipóteses, submetê-las à prova (MIGNOT, 2010, p. 90-91).

O grupo formado por Armanda Álvaro Alberto, Edgard Sússekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho se destacava no cenário educacional por defender a descentralização do ensino, mostrando-se contrário à intervenção do Estado na educação, diferentemente de outros da ABE, indicando diversidade de ideias e princípios (CARVALHO, 1988). Opunha-se também às iniciativas católicas e às investidas de Fernando Laboriau que tentavam vincular a campanha educacional ao movimento político partidário, principalmente ao vinculado ao *Club*

dos Bandeirantes do Brasil¹⁷. Para o grupo de Armanda Alberto, “regional sintetizava, sobretudo, a compreensão de que a nacionalidade era resultante da incorporação das diferenças e que o regional era expressão do nacional” (MIGNOT, 1993, p. 630).

A experiência da Escola Regional de Meriti baseava-se também no civismo e no higienismo. O “discurso cívico” associado ao “profilático” na década de 1920 levantava “a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento” (CARVALHO, 1998, p. 145). O vocabulário médico foi incorporado ao educacional, por vezes, desvinculado das questões sociais.

A conjuntura do momento era propícia aos intelectuais da educação, que aproveitaram para emitir análises sobre a educação, veiculadas por meio de inquéritos. O primeiro, coordenado por Vicente Licínio Cardoso, foi redigido e divulgado no mesmo ano de criação da ABE - 1924, sob o título *Às margens da história da República*. O inquérito era fruto de um estudo comparativo das políticas republicanas para a educação e pretendia ampliar o diálogo com o governo federal para a expansão do ensino.

Em 1926, um novo inquérito foi divulgado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, organizado por Fernando de Azevedo a pedido de Júlio de Mesquita Filho. Composto por três partes, “ensino primário e normal, o ensino técnico e profissional e o ensino secundário e superior” (VIDAL, 2011, p. 101), o inquérito “se constituía em um diálogo direto com a reforma da Instrução Pública implantada em São Paulo, em 1925, por Pedro Voss, tecendo-lhe duras críticas tanto no que tangia aos objetivos quanto aos métodos empregados” (VIDAL, 2011, p. 104). De acordo com Diana Vidal (2011), a reforma empreendida por Pedro Voss não tinha sido discutida previamente no Conselho Estadual, sendo decretada pelo Executivo, administrado por Carlos de Campos.

A pergunta número sete do Inquérito de 1926 tratava da fixação do indivíduo ao campo a fim de impedir o êxodo, bem como da qualificação de mão de obra rural. No que tange ao acesso e à permanência na escola, Renato Jardim, Francisco Azzi e Almeida Junior¹⁸ foram partidários da diminuição do tempo escolar como meio de atender toda a população. Lourenço Filho foi favorável à escola integral urbana e à redução de carga horária para a rural. José Escobar não opinou propriamente sobre o tipo de escola, antes ponderou sobre o papel do

¹⁷ De acordo com Carvalho (1998, p. 88), o Club dos Bandeirantes do Brasil era uma “organização de caráter tendencialmente fascista e nitidamente belicista”, da qual faziam parte Fernando Labouriau, Mário de Brito e Castro Maya, membros do Conselho da ABE em sua fase inicial.

¹⁸ Médico, foi Diretor de Ensino no Estado de São Paulo (ROCHA, 2003).

Estado em contemplar a todos. Por fim, Sud Mennucci defendeu “o fim da gratuidade escolar como forma de generalizar a educação integral” (VIDAL, 2011, p. 111).

O Inquérito de 1926 contém elementos para a reflexão sobre o ensino rural, encontrados especificamente nos discursos de Almeida Junior, Sud Mennucci e Lourenço Filho.

Almeida Junior era contrário ao tempo escolar estipulado nas leis e programas de ensino, que, segundo ele, não condizia com as aspirações da sociedade à época. Ele sugeria que a escola rural fixasse o indivíduo ao seu meio, que procurasse ser menos teórica, mais aparelhada e com professor habilitado, e retomava a questão da aquisição de terrenos pelo governo (Reforma de 1920) para que as escolas rurais fossem mais práticas.

Mennucci, por sua vez, acreditava no ensino primário gratuito somente para quem não tivesse condições financeiras de custeá-lo. Em sua opinião, o ensino seria “remunerado quando, anexo aos gymnásios, se destinar a preparatório do ensino secundário” (INQUÉRITO, 1926, p.116) e “gratuito ou semi-gratuito, quando exclusivamente orientado para a obra da educação popular” (INQUÉRITO, 1926, p. 116). Para Mennucci, estando o governo responsável pelos menos favorecidos economicamente, poderia oferecer-lhes ensino integral. O educador reclamou da ausência de continuidade entre o ensino primário e o secundário, pois prejudicava a emancipação do futuro cidadão brasileiro. Criticou ainda a falta de trabalhos manuais, que, em sua interpretação, preparavam os alunos para o trabalho remunerado. Com relação aos professores, Mennucci não acreditava ser viável que um docente iniciasse sua carreira pela zona rural, por ser oriundo da cidade, acostumado com uma realidade diferente e ainda por se submeter a receber um vencimento menor. Para ele, a escola rural deveria ser o “prêmio para o bom professor”:

o noviço entraria no magistério pelo grupo urbano, ganhando o menor ordenado. Depois de certo tempo, poderia requerer uma cadeira isolada, em séde de districto, com maior salário e só depois de novo estágio, estaria em condições de ir para o bairro, com melhores vencimentos. Se depois de certo tempo, quizesse voltar para a cidade, afim de cuidar da educação dos filhos, o governo poderia dar-lhe um lugar em grupo, como premio. Mas isso só depois de uns quinze annos de bons serviços (MENNUCCI, 1926, p. 125).

Lourenço Filho criticou a “escola tradicional”, portadora de cultura verbalista e dissociada dos interesses do povo. Em sua perspectiva, a escola deveria ter trabalho em cooperação, ou seja, ser a escola do trabalho, pois ela se propunha a

[...] ensinar um officio; mostrar que esse tipo de officio não é senão uma roda do organismo social, e que não deve ser, portanto, exercido com egoismo; inspirar no alumno o desejo de trabalhar por meio de sua profissão, para que

o Estado chegue a ser uma comunidade moral (LOURENÇO FILHO, 1926, p. 140).

Lourenço Filho defendia uma escola nacionalizadora, voltada aos projetos sociais e ao ensino de puericultura, como nos Estados Unidos, uma escola higiênica preocupada com a profilaxia de seus alunos. Partidário de um programa de ensino adaptado ao meio (rural, litorâneo, urbano, etc.), concordava com o aligeiramento da instrução para as zonas rurais e de escolas integrais para as zonas urbanas.

Os três professores, futuros Diretores de Ensino do Estado de São Paulo na década de 1930, concordavam em alguns aspectos, inclusive sobre o trabalho como princípio educativo. Trabalho foi um conceito muito difundido na década de 1920 e, no caso, os posicionamentos de Almeida Junior, Sud Mennucci e Lourenço Filho denotavam apelo para que as classes populares se inserissem no *mundo do trabalho*.

A questão do trabalho foi revisitada no ano seguinte quando Fernando de Azevedo assumiu a administração do ensino no Distrito Federal, indicado por Renato Jardim e nomeado por Washington Luís. Segundo Sônia Câmara (2011, p. 185), a gestão de Fernando de Azevedo “representou a obra de referência de sua atuação político-educacional no âmbito do estado”, tanto que vários princípios contidos na Reforma de 1927 no Distrito Federal foram utilizados no Código de Educação de 1933 em São Paulo. Além do trabalho, a Reforma de 1927 tratava da escola única (universal) e da escola em cooperação.

Fernando de Azevedo convidou Renato Jardim, Maria dos Reis Campos, Jonatas Serrano, Paulo Maranhão e Sud Mennucci para o ajudarem na formulação do projeto. De acordo com Ralph Mennucci Giesbrecht (s/d), Azevedo teria prometido a subdireção da Instrução Pública a Mennucci, porém, com os rumores da saída de Pedro Voss da Diretoria do Ensino em São Paulo, Mennucci estaria cotado para a sucessão do cargo. Lourenço Filho afirmou que Mennucci havia recusado o cargo de Fernando de Azevedo porque dava “ares de já convidado” (NERY, 2009, p. 103) para a gestão em São Paulo. O destaque a ser feito se relaciona à presença de Sud Mennucci no círculo dos escolanovistas. Como afirmou Henrique Fonseca (2014), Mennucci não tem sido visto pela historiografia da educação como um reformador, título geralmente atrelado aos escolanovistas.

Em discurso feito no Jockey Club em 08 de setembro de 1927, Fernando de Azevedo apresentou os pontos principais da Reforma carioca. Sua argumentação comparativa entre a escola “tradicional”, “livresca” e a escola que se pretendia “nova” foi bastante reforçada. O “novo” modo de ensinar e de aprender correspondia a despertar

[...] na creança um “interesse activo” por tudo o que a cerca, e “ensinando-a tanto a buscar no livro e na sciencia a resposta a todas as perguntas que se lhe apresentam, como a viver, a estudar e a trabalhar em comunidade”, a escola nova impõe com a prática a compreensão da sociedade, o contacto e o conhecimento da natureza, e a observação e o estudo do trabalho humano, para a aquisição de hábitos de trabalho productivo e solidário (AZEVEDO, 1927, p. 18).

Azevedo era favorável ao “princípio de localização do ensino ou sua adaptação ao meio” (AZEVEDO, 1927, p. 18), que significava corresponder às singularidades de cada zona na qual a escola estivesse inserida (rural, urbana, litorânea, etc.), pretendendo, assim, “enraizar o operário às oficinas, o lavrador à terra e o pescador às praias, fazendo-os compreender e amar com o trabalho productivo, a vida intensa das fábricas, a tranquila vida rural ou a vida valorosa das grandes pescarias [...]” (AZEVEDO, 1927, p. 18). Desse modo,

[...] a escola do trabalho, que se destina, como um vestíbulo do meio social, à formação do indivíduo pela comunidade e para ella, além de crear o espírito de disciplina e solidariedade social, constitue, com o trabalho realizado no interesse cultural da comunidade, uma fonte de forças vivas e a única educação popular capaz de nos dar a posse completa de nós mesmos (AZEVEDO, 1927, p. 18-19).

É importante ressaltar que o reformador não estava se referindo ao trabalho educativo que tendia às práticas profissionais, aprendidas em cursos especializados. Para ele, o trabalho educativo traria uma nova dimensão ao ensino e sua correlação entre indivíduo, comunidade e sociedade.

Com o cenário apresentado, é possível depreender que havia intelectuais tratando do nacionalismo como questão inadiável para a organização nacional, bem como a urgência de se formar o povo brasileiro, habitante de um país que se apresentava “eminentemente agrícola”. Outro elemento crucial foi o reconhecimento das “chagas” da nação, tanto corpóreas quanto intelectuais. Nesse âmbito, o ensino agrícola passou por reformulações e o ensino rural começou a se apresentar como um dispositivo de fixação do indivíduo a terra e como incentivador do amor ao trabalho.

Após a morte de Alberto Torres em 1917, os debates esmoreceram (PINHO, 2007), porém suas palavras continuaram ecoando. Várias reformas foram realizadas nos Estados brasileiros, e especificamente em São Paulo e no Rio de Janeiro a escola ativa se desenvolveu, incentivando o contato com a natureza, a observação e a obtenção de hábitos de trabalho cooperativo. O ensino rural era reconhecido apenas como localização geográfica e o ensino regional era o meio de incorporar as diferenças locais para formar a nação. O trabalho, como princípio educativo, tinha por fim promover a transformação do aluno para a vida em sociedade.

Com a chegada da década de 1930, o nacionalismo e o higienismo/eugenia ainda ocuparam grande parte dos discursos educacionais e as disputas em torno do ensino rural e regional acirraram os debates entre intelectuais.

1.2 “FIXAR O HOMEM NO CAMPO”: DEBATES SOBRE O ENSINO PARA AS POPULAÇÕES RURAIS

No ano de 1930, João Augusto de Toledo, Inspetor Geral do Ensino em São Paulo, organizou um Inquérito¹⁹ problematizando a formação e a fixação do professor no campo. Havia questionamentos sobre se as escolas

[...] deveriam ser instaladas no campo ou na cidade, como seriam organizados os programas de ensino, quais materiais didáticos deveriam possuir para que combatessem o “urbanismo” no ensino, o critério para seleção de professores que lecionaram nos cursos e as vantagens que deveriam ser concedidas aos professores formados nesses cursos para estimular a sua fixação no campo (SANTOS, 2015, p. 150-151).

De acordo com Fernando Henrique Tisque dos Santos (2015), a opinião de Sud Mennucci, veiculada no Inquérito, envolvia o ensino de conhecimentos proveitosos ao trabalho como medida para extirpar a pobreza e o *deficit* intelectual dos habitantes da zona rural. Os demais inquiridos acreditavam que a solução para a escola rural seria sua transformação em instituição profissional como forma de mudança social e econômica.

Em junho de 1930, o Centro de Professorado Paulista (CPP)²⁰ realizou uma série de conferências no anfiteatro do Jardim de Infância, anexo à Escola Normal de São Paulo. Convidado como palestrante, Sud Mennucci apresentou teses sobre “A crise brasileira de educação”, tema “atual e de interesse geral”, de acordo com *O Estado de São Paulo* (17 de junho de 1930). Segundo Fonseca (2014), foi a partir do Inquérito preparado por João de Toledo em 1929 que Mennucci organizou seu texto que viraria livro mais tarde, porém, também

¹⁹ Foram convidados a responderem o inquérito Sud Mennucci, Cyro de Freitas Gaya, João Miguel Amaral, Luiz G. Fleury, Francisco Faria Neto, Francisco Paes de Barros, Lourival de Queiróz, Júlio O. Penna, Francisco Lopes de Azevedo, Dorival Dias Minhoto, Pedro Maciel de Godoy, José de Mello, a maior parte atuava na inspetoria do interior do Estado de São Paulo (SANTOS, 2015).

²⁰ O CPP foi organizado com o objetivo de aumentar a representatividade dos professores públicos de São Paulo. Criado oficialmente em 19 de março de 1930, seus estatutos foram aprovados em 30 de abril, dia em que foi eleita a primeira diretoria e Cymbelino de Freitas assumiu a presidência. A recém-criada instituição recebeu apoio de Amadeu Mendes, Diretor de Ensino do Estado de São Paulo à época, e de Sud Mennucci, que se comprometeu a divulgá-la no jornal em que trabalhava, *O Estado de São Paulo* (VICENTINI, 1997).

atribuiu a escrita e a divulgação do artigo à III Conferência Nacional de Educação da ABE e às querelas entre Mennucci e Renato Jardim.

A III Conferência Nacional de Educação da ABE foi realizada em setembro de 1929 na Capital paulista, expondo conflitos existentes entre a Associação e a Sociedade de Educação de São Paulo²¹. As polêmicas envolveram duas teses *A nacionalização da Escola Ativa: Adaptação dos métodos às escolas brasileiras*, de Thereza F. dos Santos, e *A Escola Regional*, de Leoni Kaseff (CARVALHO, 1998), que consideravam a necessidade de priorizar particularidades nacionais nas reformas educacionais que vinham sendo realizadas. Renato Jardim posicionou-se contrário à tese de Thereza dos Santos, declarando a impropriedade da proposta. A tese de Kaseff, que recebeu um voto de louvor de Gustavo Capanema, apresentou semelhança com a de Thereza dos Santos, considerando que não poderia haver “progresso cultural sem progresso econômico e nem progresso nacional, sem progresso regional” (CARVALHO, 1998, p. 368). Posteriormente à Conferência,

Sud Mennucci publicou o artigo *A Escola Paulista* tecendo elogios à educação paulista e sua concepção educacional. Nesses artigos, Mennucci também expõe um posicionamento próximo as teses apresentadas na Conferência em favor da nacionalização da escola-ativa. Consequentemente esse artigo representou uma provocação a certos intelectuais que foram contrários às teses apresentadas por Thereza de F. Santos e por Leoni Kaseff (FONSECA, 2014, p. 58).

O artigo de Mennucci provocou Renato Jardim a promover debates na Sociedade de Educação de São Paulo entre 11 e 18 de outubro de 1929. Uma semana depois (26 e 27/10), Renato Jardim publicou o conteúdo das discussões no *O Diário de São Paulo* (NERY, 2009). Sud Mennucci publicou, no mês seguinte, uma série de artigos, com o título “A Escola Paulista”, no jornal *O Estado de São Paulo* em resposta a Renato Jardim, publicado em forma de livro posteriormente²². O que importa destacar das desavenças é que

Mennucci tinha seu nome ventilado para a sucessão da diretoria do ensino em São Paulo e sua volta para o estado pode ser compreendida como uma ação estratégica para reaproximar-se dos governantes paulistas. Essa aproximação com o alto escalão político de São Paulo foi motivo de crítica no embate com Renato Jardim, quando este o acusou de elogiar o governo e os métodos educativos de São Paulo com interesse de assumir cargos públicos. Contudo, nesse contexto especulativo, o ocorrido foi que Mennucci retornou ao seu estado natal, mas o indicado para o cargo máximo da secretaria de educação foi Amadeu Mendes. Mesmo não alcançando o cargo, esse momento figura

²¹ De acordo com Nery (2009), esta Sociedade inaugurada em 1922 contava com a filiação de Renato Jardim, Fernando de Azevedo, Sampaio Dória, entre outros.

²² Cf. NERY, 2009; FONSECA, 2014.

como um ponto chave na carreira do educador paulista. Já que, a partir de então, Mennucci iniciou uma trajetória política educacional distinta do grupo reformador capitaneado por Fernando de Azevedo. Foi nesse período que ele começou uma campanha de profundo enaltecimento à educação paulista acompanhado de ataques às propostas dos reformadores que circulavam em torno das aplicações da Escola Nova. Podem-se conjecturar diversas possibilidades para essa mudança de postura, como que tal estratégia foi tomada por Mennucci por interpretar que a aproximação com os escolanovistas não iria permitir nunca que ele alçasse a um cargo de liderança, espaço esse já controlado por Azevedo, mas não há fontes que possam comprovar tal fato (FONSECA, 2014, p. 67).

A questão do rompimento de Mennucci com os escolanovistas torna possível perceber sua tentativa em imprimir um novo significado ao discurso sobre o ensino rural a partir de 1930, inaugurado com o livro *A crise brasileira de educação*, no qual partiu-se da explicação da conjuntura internacional, ambientada na industrialização, para esclarecer uma suposta crise da educação no Brasil e que o ensino rural seria a solução do problema. A obra foi a primeira na área educacional a receber o Prêmio Francisco Alves, com parecer emitido por Roquete Pinto, Miguel Couto e Aloysio de Castro. Cecília Meirelles comentando sobre o livro premiado no *Diário de Notícias*, de 03 de outubro de 1930²³, afirmou ser uma leitura imprescindível para o Brasil, inclusive porque via nela a oportunidade de aprender sobre a “Nova Educação”.

Na disputa sobre qual o “melhor” ensino para as zonas rurais, a ABE se posicionava a favor da vertente “regional”, provavelmente baseando-se na promissora experiência da Escola Regional de Meriti. Segundo Marta Carvalho (1998, p. 148), “saúde, moral e trabalho eram os três pilares principais em que se assentava a convicção a respeito da importância da educação” para a ABE e, como demonstrou a autora, essa instituição exerceu ampla influência na agenda educacional do país. O tema da “organização racional do trabalho” passou a fazer parte das pautas da instituição, embora, como concluiu Carvalho (1998), o termo “organização” não era preciso nas exposições que a ABE fazia. Para a autora, “organização” evocava “mecanismo”, e ao aludir a escola a essa expressão, designava “medidas de racionalização do trabalho escolar sob o modelo da fábrica” (CARVALHO, 1998, p. 151). Desse modo,

referido às populações pobres, aparece como transformação de “energia potencial” em “energia cinética” ainda, como disciplinarização, pela distribuição regrada das populações em espaços adequados, pela regulamentação controlada do lazer e do trabalho. Parece evidente que, de alguma forma, o taylorismo estava no horizonte (CARVALHO, 1998, p. 151).

²³ A crítica ao livro estava na parte de “Publicações” da “Página de Educação”.

A “organização racional do trabalho” serviria para minorar “conflitos de classe e aumentar a produtividade do trabalhador lidando com questões de saúde e moral, com o objetivo de adequar a vida cotidiana do operário às exigências do trabalho industrial, na ordem capitalista” (CARVALHO, 1998, p. 152). A “organização racional do trabalho” foi apropriada pela “pedagogia moderna” com o fim de melhorar o rendimento escolar e racionalizar as atividades escolares por meio da “moralização dos costumes em festas, comemorações cívicas e preleções” (CARVALHO, 1998, p. 155). Nessa concepção, partindo da escola, o futuro do país estaria *assegurado*.

Imbuído dessa convicção, Fernando Magalhães, em discurso inaugural para a IV Semana Nacional de Educação²⁴, em maio de 1931, promovida pela ABE, tratou sobre “A emancipação mental do Brasil pelo ensino rural”. Magalhães ponderou sobre a natureza agrícola do Brasil e a organização nacional, sustentadas na propriedade rural e no trabalho escravo. Na visão do conferencista, a causa abolicionista esqueceu de preparar o país para “o dia seguinte da liberdade” (ABE, 1931, p. 3)²⁵. Para Magalhães (ABE, 1931, p. 3-4), “a palavra dos pregadores da abolição, se proclamou criaturas livres, não as adestrou para as imposições da liberdade”. Livres, muitos ex-escravos iam para as cidades buscando sobreviver e, se fosse possível, esquecer da condição de servidão que lhes era imposta. Esta situação levou Fernando Magalhães a criticar o “cidadismo” (CARVALHO, 1998, p. 160), recomendando levar educação e trabalho ao interior do país. Desse modo, o trabalho deteria o nomadismo e valorizaria a terra. Em suas palavras:

é preciso incutir no espírito do homem do campo a alta significação do seu esforço. Amaldiçoado embora, o trabalho rural, escravo, garantiu a fortuna do Brasil. O que não foi feito oportunamente, selo-á agora e o trabalho rural, livre, creará o cidadão útil, votado à prosperidade do seu recanto confinando com vontades similares, que se desdobrarão afinal por toda a terra brasileira (ABE, 1931, p. 7).

Nesse contexto, Magalhães expunha o receio de que contingentes populacionais migrassem em massa para as cidades, criando vários problemas sociais, de modo que deixou clara sua visão sobre a necessidade de fixar o indivíduo no campo, de organizar as populações, de conter o crescimento urbano e revigorar a produção rural.

²⁴ Cf. A ESCOLA REGIONAL. Conferências proferidas durante a IV Semana Nacional de Educação (13 a 18 de maio). Biblioteca da Associação Brasileira de Educação, 1931.

²⁵ No jornal *O Estado de São Paulo*, de 15 de novembro de 1925, Julio de Mesquita Filho publicou um artigo sobre a “crise nacional”, entendida por ele como “crise política”. Para o autor, a libertação dos escravos criou um desequilíbrio nacional tanto moralmente, quanto economicamente (CARDOSO, 1982).

Neste caso, a máxima “O homem certo no lugar certo” significava não a adequação do trabalhador a uma determinada ocupação industrial, mas expectativas quanto a uma distribuição “racional” da população pelas atividades rurais e urbanas. Assim pensada, a questão traduzia-se, em termos educacionais, na valorização da chamada Escola Regional (CARVALHO, 1998, p. 161).

Ao terminar sua apresentação, Fernando Magalhães mencionou Oliveira Viana, “discípulo” de Alberto Torres. Como pontuou Carvalho (1998, p. 167), a preleção de Magalhães continha uma “idealização romântica da vida rural”, que não exprimia resistência à modernização/industrialização; antes, dimensionava o projeto de ruralização do ensino enquanto “racionalizador de distribuição das populações entre o campo e a cidade”.

No mesmo evento discursaram C. A. Barbosa de Oliveira (“A escola regional nos seus aspectos urbano, rural, marítimo e fluvial”), Armando Pinna (“A escola marítima e fluvial e os seus cursos de pesca. Aparelhamento necessário a esses estabelecimentos de educação e futuro imenso dessa indústria”), Belisário Penna (“A educação rural - O problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica”), H. Holfs²⁶ (“O ensino agrícola no grau médio e sua organização no Brasil”), e Everardo Backheuser (“A escola ativa nos centros urbanos”).

Como se percebe, os temas das teses tratavam ou mencionavam a questão da localidade. Na exposição de Barbosa de Oliveira ficou explícito seu esforço em dimensionar a escola regional, tomando como exemplo a experiência de Arminda Álvaro Alberto em Meriti. Barbosa de Oliveira indicava modelos de escola regional idealizados na Alemanha para a realidade brasileira, como as “escolas-jardim” ou as “granjas escolares”, circunvizinhas às grandes cidades. A escola regional seria a instituição que priorizaria as características locais, fossem elas rurais, urbanas, marítimas ou ribeirinhas.

Armando Pinna tratou especificamente sobre as escolas marítimas e fluviais, e H. Holfs, sobre o ensino agrícola de grau médio. A explanação de H. Holfs traz um indício de que estava sanada a dúvida sobre o ensino agrícola pertencer ao grau primário, secundário ou superior. O ensino agrícola inserido no grau médio ou superior abria espaço para ambientar o ensino rural no grau primário.

Belisário Penna, por sua vez, propôs medidas para o progresso do campo. Iniciou abordando a escravidão e a falta de planejamento na absorção da mão de obra livre. Outro problema apontado foi o latifúndio, que deveria ser extinto e os campos improdutivos divididos em pequenas propriedades para fixar os indivíduos, tanto o nacional quanto o estrangeiro.

²⁶ “Consultor Técnico de Agricultura do Estado de Minas, desde 1929. Em 1921 foi chamado do Estado da Flórida (E.U.N.A.) pelo Estado de Minas, para organizar e dirigir a Escola Superior de Agricultura” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1931, p. 67).

Belisário Penna (ABE, 1931, p. 44) apresentou dados do recenseamento de 1920, dizendo que cerca de 90% das famílias brasileiras não possuíam “casa própria, e um pedaço de terra, isto é, um lar permanente, que as fixe ao solo”. O sanitarista tratou também sobre a importância da família como uma “unidade fundamental da sociedade” (ABE, 1931, p. 48), do saneamento, da assistência, que contribuiriam para a prosperidade do Estado, e sobretudo da volta ao campo.

Urge adotarmos a política agro-sanitária - colonizadora e educadora, visando dar personalidade aos patrícios sem rumo na vida, amontoados nas favelas das cidades e escravizados nos latifúndios. Urge promover a sua emancipação pela pequena propriedade em terras férteis, à margem ou próximas de estradas de ferro, de rodagem e de rios navegáveis, para que deixem de ser aos párias sem tetos, expatriados na própria pátria; para que sintam o gozo de morar na “sua” casa, e conheçam o trabalho livre para proveito próprio na “sua” terra (PENNA, 1931, p. 54).

Belisário Penna propunha o “rumo ao campo” como necessidade a ser contemplada pelos dirigentes para a “ressurreição agrícola do Brasil” (ABE, 1931, p. 55). Para tanto, em sua opinião, era preciso regionalizar a escola a fim de cooperar com a vida rural e ajustá-la aos preceitos da higiene, da moral e do trabalho.

Everardo Backeuser finalizou a IV Semana Nacional de Educação versando sobre a escola ativa nos centros urbanos²⁷. O preletor fez comparações entre a vida rural e a vida urbana, dissertando sobre os males da aglomeração de pessoas nas cidades. Tanto na exposição de Backeuser quanto na de Fernando Magalhães, Carvalho (1998) identificou uma espécie de romantismo sobre a vida rural, porém alertou que

essa nostalgia romântica da sociedade agrária não deve ser interpretada necessariamente como resistência objetiva à modernização - industrialização. Mais que simples proposta de retorno à tradição rural, ela pode ser pensada também como alegoria do futuro ideal do presente, variação da ficção do “bom selvagem”, robinsonada que, como aponta Marx nos *Grundrisse*, alegoriza a livre iniciativa e a livre concorrência liberais e burguesas (CARVALHO, 1998, p. 167).

Especificamente em São Paulo, o representante da defesa da escola rural era Sud Mennucci (SOUZA, 2009), e sua articulação ocorreu, principalmente, via CPP. De acordo com Paula Vicentini (1997), por influência de Sud Mennucci, os primeiros anos do Centro e da *Revista do Professor* se concentraram na temática rural.

Em 20 de dezembro de 1931, Sud Mennucci iniciou, no CPP, um curso de agricultura para professores que não tinham preparo agrícola, com o intuito de colaborar para a melhoria

²⁷ Backeuser esclareceu que não foi sua escolha o tema, pois julgava imperfeita a designação “escola ativa”.

das técnicas de cultura das zonas rurais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 de novembro de 1931). O curso terminou em 20 de janeiro de 1932. Por certo, para discursar aos professores, Mennucci aproveitou elementos de sua experiência como docente em escolas rurais no interior do Estado de São Paulo (SANTOS, 2015).

Pouco antes do curso no CPP, Mennucci assumiu a Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo. O educador tinha sido vice-presidente da Legião Revolucionária (LR), uma organização política criada por Miguel Costa em São Paulo após a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, base de apoio da interventoria de João Alberto Lins de Barros que ocorreu entre novembro de 1930 e julho de 1931²⁸. Com a renúncia de João Alberto, assumiu Laudo Ferreira Camargo por poucos meses (julho a novembro), em virtude de desavenças com o movimento tenentista. Em seguida, Manuel Rabelo foi designado para a interventoria (novembro de 1931 a março de 1932), nomeando Mennucci para a Diretoria de Ensino em 24 de novembro de 1931.

O manifesto da LR foi redigido e lançado em 4 de março de 1931. Seu principal criador, Plínio Salgado, deixou a LR para fundar a Ação Integralista Brasileira. O documento enfatizava o desenvolvimento do Brasil, a importância da educação para “combater o patriotismo lírico e o pessimismo”²⁹, e, ainda, tomava o Estado como coordenador das forças produtivas da coletividade para o indivíduo, entre outros assuntos. As questões que embasavam o manifesto se pareciam com as propostas torreanas.

Em 1932, Sud Mennucci, Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, nomeou Noêmia Saraiva de Mattos Cruz para dar início a uma experiência de ensino rural no Grupo Escolar que funcionava dentro do Instituto Butantan (CRUZ, 1936). Não foi possível saber como ocorreu tal nomeação. No prefácio do livro de Noêmia Cruz, Mennucci, referindo-se à professora, ressaltou “qualidades, talento e competência requeridas (*sic*) para transformar uma idéia, que andava no ambiente ainda em forma de tese, numa realização indiscutível, colocada pelo seu esforço, pelo seu desprendimento e pela sua tenacidade, no campo da efetividade prática” (1936, p. 10).

No pouco tempo que ficou na Diretoria, Mennucci reorganizou a Instrução Pública pelo Decreto n. 5.335, de 7 de janeiro de 1932. Afinada com a política da interventoria do Estado, a lei reduziu custos diminuindo o quadro de professores públicos. As escolas do interior passaram a ter exigência de no mínimo 28 alunos para funcionarem. Com isso, muitas turmas foram

²⁸Verbete Legião Revolucionária de São Paulo. CPDOC/FGV.

²⁹ Ibidem.

suprimidas e professores remanejados para ocuparem as vagas dos substitutos efetivos. De acordo com Paula Vicentini (1997, p. 37),

as professoras demitidas organizaram-se sob a liderança de Sebastiana Teixeira de Carvalho, reunindo-se entre março e abril, na Sede da Federação Internacional Feminina para encaminhar a Sud Mennucci um protesto contra a situação em que se encontravam, mas não conseguiram chegar a um acordo.

As substitutas dispensadas haviam sido alunas de Lourenço Filho na Escola Normal Caetano de Campos. Diretor de Ensino antes de Mennucci, Lourenço Filho contratou as ex-alunas para divulgarem os preceitos escolanovistas difundidos na década de 1920. Mennucci dispensou-as por considerar “tradicional” a Escola Nova (VICENTINI, 1997, p. 37), ponto de vista inusitado, pois era exatamente o que os escolanovistas vinham rechaçando por meio de suas propostas para o ensino.

O Decreto de 1932 determinou a obrigatoriedade do “requerimento” para “a matrícula de alunos nos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais ou particulares, tanto do curso primário como do pre-primário, profissional e secundário” (SÃO PAULO. Decreto n. 5335, de 7 de janeiro de 1932, artigo 15). A renda do requerimento seria revertida para as escolas primárias rurais e profissionais. Essa lei também criou a Delegacia Geral do Ensino Privado para fiscalização e inspeção das escolas particulares; o Serviço de Psicologia Aplicada e o Serviço de Antropometria Pedagógica, este “com um chefe, um técnico, um técnico adjunto, dois auxiliares e trinta professores em comissão, escolhidos, estes, dentre os que se distinguirem como educadores sanitários” (SÃO PAULO. Decreto n. 5335, de 7 de janeiro de 1932, artigo 5)³⁰.

As medidas concernentes aos professores e às taxas cobradas nas escolas foram bastante criticadas pela classe docente e por alguns seguimentos da imprensa, corroborando o pedido de demissão de Sud Mennucci cinco meses depois (VICENTINI, 1997).

Mennucci voltou à Diretoria de Ensino em 05 de agosto de 1933, na Interventoria de Manuel de Cerqueira Daltro Filho (27 de julho a 21 de agosto de 1933), general que se sobressaiu no combate ao levante paulista na Guerra de 1932. Nos 18 dias em que ficou na Diretoria de Ensino, Mennucci expediu o Decreto n. 6.047, o qual criou a Escola Normal Rural de Piracicaba e os Grupos Escolares Rurais de Butantan e Arnaldo Barreto de Tremembé. Instituiu Clubes Agrícolas Escolares que se destinavam a despertar nas crianças de todos os “aglomerados urbanos” “o gosto e o respeito pelas fainas agrícolas e a compreender os esforços

³⁰O Serviço de Antropometria Pedagógica foi extinto com o Código de Educação de 1933, e, em seu lugar, criado o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar.

realizados pelos nossos cultivadores e agricultores, no amanho da terra e sua colaboração na riqueza do país” (SÃO PAULO. Decreto n. 6047, de 19 de agosto de 1933, artigo 15, § 1º).

A criação do Grupo Escolar Rural de Butantan (GERB) pelo Decreto n. 6.047 de 1933 poderia ser uma maneira de mostrar o êxito de Noêmia Cruz, que passou por um tempo de experiência, após sua indicação na primeira gestão de Mennucci como Diretor de Ensino. No ano de 1932, a professora conciliou o trabalho na escola com os cursos rurais que fez. Com a transformação do Grupo Escolar em rural, Noêmia Cruz poderia ampliar suas “ideias ruralistas” (CRUZ, 1936).

As práticas de Noêmia Cruz foram desenvolvidas inicialmente com sua turma de meninos (3º grau) no Clube Agrícola Escolar, uma associação que, segundo a professora, tinha “o fim especial de propagar o amor à Natureza e de ensinar aos sócios atividades agro-pecuárias nos terrenos do Grupo” (CRUZ, 1936, p. 27). Outra característica do Clube era que “poderiam, brincando, produzir alimentos, passar as horas de folga em um entretenimento utilíssimo e gratuito, fugindo à atração perigosa das ruas, tão prejudicial às crianças” (CRUZ, 1936, p. 28).

O mesmo Decreto que transformou o Grupo Escolar de Butantan em rural também oficializou, “em todos os grupos escolares do Estado”, o “Clube Agrícola Escolar” nos moldes da instituição existente em Piracicaba em 1925, com a denominação de “Clube do Milho”, uma referência a Thales de Andrade (MENNUGGI, 1935). Por certo, Sud Mennucci como Diretor de Ensino colocou em prática as reflexões que fez anteriormente em relação à lei, inclusive quando alertou para certa “sedução urbanista” que atraía as populações rurais. Pode-se indagar que destinar os clubes agrícolas aos aglomerados urbanos seria uma forma de criar uma cultura de valorização do trabalho agrícola? Ou ainda, um meio de justificar a criação de um grupo escolar rural em um bairro da cidade de São Paulo, já sem muitas características rurais em virtude da crescente urbanização como no Butantan?

Com efeito, a passagem de Sud Mennucci pela Diretoria de Ensino em menos de 20 dias e a aprovação do Decreto n. 6.047 foram maneiras de agir astuciosamente e estabelecer legalmente suas intenções concernentes ao ensino rural. Em carta de Thales de Andrade “ao caríssimo chefe Sud”, datada de 28 de janeiro de 1932³¹, o educador relatou o temor da saída do Diretor de Ensino:

[...] sem a realização do seu principal programa - o coração da sua reforma: a ruralização pelas normas rurais. E, nesse caso, perderei a grande oportunidade que você generosamente me ofereceu. Como é? Não quereria

³¹ Acervo Sud Mennucci, abrigado no acervo da Escola Normal Caetano de Campos. Centro de Referência em Educação Mario Covas.

que eu, ahi, ao seu lado, sob suas ordens directas, preparasse o *desfecho* abreviado do seu plano? Por outras palavras: Que eu lhe ficasse às ordens para isso? Saudades a todos e desculpe esta do Thales (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO MÁRIO COVAS. Acervo Sud Mennucci. ANDRADE, Thales, 28 de janeiro de 1932, grifos do autor).

O pequeno conteúdo da missiva aponta para a promessa de cargos e um projeto engendrado na ruralização do ensino no Estado de São Paulo. Mennucci já era portador do teor do projeto. Não tendo êxito em sua primeira passagem pela Diretoria, aproveitou o contexto político e em curto espaço de tempo pôs o Decreto n. 6.047 de 19 de agosto de 1933 na mesa do Interventor Manuel de Cerqueira Daltro Filho para ser aprovado, e foi.

O objetivo principal de Mennucci, que era estabelecer escolas normais rurais, iniciando por Piracicaba, não foi alcançado (SOUZA, ÁVILA, 2014), todavia, a transformação do Grupo Escolar de Butantan em rural logrou êxito e as “ideias ruralistas” de Noêmia Cruz dialogavam com o Decreto n. 6.047. Fazia parte do horizonte de Mennucci aproveitar a estrutura dos grupos escolares, pois sabia que as experiências rurais obteriam resultados.

O Código de Educação, publicado no início de 1933, também previa a instalação de escolas experimentais “para ensaiar novos tipos de organização escolar e de processos de ensino” (SÃO PAULO. Código de Educação, 1933, artigo 306). A requisição deveria ser feita ao Diretor de Ensino, assegurando “a idoneidade e a competencia do diretor ou do professor” e estaria isenta de fiscalização por parte dos inspetores escolares. A normatização previa a instalação de granjas escolares, projeto que não foi cumprido por Sud Mennucci nem por seus sucessores. De acordo com Raquel Gandini (2005), Francisco Azzi (24/08/1933 a 14/08/1934) tentou operacionalizar o Código de Educação de 1933, e Luiz da Motta Mercier (15/09/1934 a 25/09/1935) o abandonou por completo.

O Código de Educação de 1933 tinha vínculo com a Reforma de 1927, implementada por Fernando de Azevedo no Distrito Federal. Segundo Rosa Fátima de Souza (2011, p. 339), Azevedo “manteve a convicção inabalável de seu engajamento numa grande obra de reforma inovadora e profunda da educação paulista”. O extenso projeto, que contou com a participação de Almeida Junior, Roldão Lopes de Barros, João Toledo, Luiz Damasco Pena, Noemy da Silveira e Sampaio Dória, foi concluído e apresentado em três meses.

O Código mencionava o ensino rural nas escolas isoladas. Conforme as possibilidades financeiras do Estado, dos municípios ou mesmo de particulares, as escolas isoladas passariam gradativamente a granjas-escolares, proposta explanada por Barbosa de Oliveira em 1931, na IV Semana Nacional de Educação da ABE. Esse tipo de escola deveria ter uma área cultivável

de três hectares e prédio próprio para sala de aula e aposentos do professor, conforme modelo e planta abaixo.

Imagem 1 - Modelo de Granja Escolar

Fonte: SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1935-1936, p. 199.

Planta 1 - Modelo de Granja Escolar

Fonte: SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1935-1936, p. 199.

Enquanto as isoladas não passassem a granjas-escolares, o desenvolvimento do programa de ensino seria “essencialmente prático e encaminhado no sentido de fixar o

indivíduo no meio em que vive, [...] adaptado às necessidades e conveniências locais” (SÃO PAULO. Código de Educação, 1933, artigo 259). O Código de Educação não tratava de grupos escolares rurais, mas de cursos pré-vocacionais administrados prioritariamente nas escolas agrupadas, tendo duração de um ano, destinando-se aos alunos que concluíssem o 4º ano dos grupos escolares com a idade máxima de 14 anos e que desejassem adotar uma profissão industrial, comercial ou agrícola. A orientação era de que houvesse um curso pré-vocacional para cada 5 grupos escolares ou 50 classes no mínimo próximas geograficamente, devendo funcionar anexo a um desses grupos. O curso Pré-Vocacional estaria sob responsabilidade do Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação, tendo por finalidade:

a) - intensificar a cultura primaria, consolidando os conhecimentos fundamentais; b) - informar os alunos a respeito das profissões do meio local; oferecer-lhes oportunidade para o conhecimento pratico do trabalho profissional; orienta-los na escolha de um ramo de atividade e guia-los para aprendizagem adequada. § Unico - Para atingir esses objetivos, haverá no Curso Pré-Vocacional: a) estudo de materias do programa primario; b) pratica rotativa, para experiencia, nos principais ramos de atividade profissional do meio, em pequenas oficinas e instalações rudimentares adequadas; c) aulas de orientação profissional e educacional; d) estudo clinico, psicologico, escolar e social do educando, resumido em fichas individuais; e e) indicação, com vistas à distribuição dos alunos no fim do ano para as escolas profissionais ou, diretamente, para a atividade profissional (SÃO PAULO. Código de Educação, 1933, artigo 290).

A expedição do Código de Educação ocorreu em janeiro de 1933 e o Decreto n. 6.047, que tornou rural o Grupo Escolar do Butantan, foi publicado em agosto do mesmo ano. Quatro meses depois, o Decreto n. 6.047 foi sustado pelo de n. 6.225, de 18 de dezembro de 1933, permanecendo o Grupo do Butantan ruralizado “a título de experiência”. O GERB como escola experimental sem fiscalização conseguiu se estabelecer como uma instituição típica rural. Sua organização ocorreu com o Decreto n. 7.268, de 2 de julho de 1935, na gestão de Luiz da Motta Mercier como Diretor de Ensino e de Armando Salles de Oliveira como Governador do Estado de São Paulo.

A experiência de Noêmia Cruz no GERB não ocorreu de forma isolada. Até o ano de 1933, São Paulo tinha 22 grupos escolares rurais em funcionamento, sendo 21 localizados em Piracicaba e um no Butantan (MORAES, 2014, p. 87). A cidade interiorana, segundo Monarcha (2007, p. 20), era conhecida como a “Meca do ruralismo brasileiro” pelo fato de sediar a ESALQ, bem como por ser local de nascimento e de formação escolar de Sud Mennucci. Entre 1935 e 1947, outros nove grupos escolares rurais foram criados, sem contar as granjas escolares e escolas isoladas que tinham a mesma orientação (MORAES, 2014). O número de escolas

rurais atestou que o Estado de São Paulo procurou se posicionar como paradigma de ensino rural primário.

Para o ensino primário das zonas rurais, especificamente na década de 1930, as legislações previam o contato com a natureza, o cultivo da terra, o conhecimento e a valorização da região em que os alunos viviam, a aquisição de hábitos de higiene e morais, e, com isso, a fixação das famílias em sua localidade. Tais princípios embasaram a experiência do GERB, juntamente com o programa de ensino específico para o primário. Noêmia Cruz empregava o conteúdo das disciplinas nas atividades rurais de forma prática. Não raro em suas preleções e em seu livro *Educação Rural* (1936), abordava o “amor a terra”, a “cooperação”, “o cuidado com o corpo” e o “aprender fazendo” como características de uma escola de zona rural, sendo que o “aprender fazendo” era a base de seu trabalho. Nos relatos de Noêmia Cruz, os alunos faziam tudo, do carvão para cozinhar até a sopa para se alimentarem; dessa forma, justificava que a iniciativa de uma escola rural dependia mais da “boa vontade” do que propriamente de recursos econômicos.

Assim como a experiência do GERB, outras escolas rurais iniciaram suas atividades com a criação de clubes agrícolas. De acordo com Antonio Carneiro Leão (1940), uma das primeiras iniciativas de clubes ocorreu no Instituto de Chacareiros nos Estados Unidos³². Esse Instituto forneceu sementes a 500 crianças filhas dos chacareiros para plantarem e no ano seguinte participarem de uma exposição que premiaria os melhores resultados. Essa ação deu início aos *Boys Clubs* e *Girls Clubs*. Apesar de Carneiro Leão não informar a data de formação dos *clubs*, depreende-se que foram iniciados ao raiar do século XX. Os clubes eram denominados os “4 Hh”: “Head, Heart, Health and Hands” (LEÃO, 1940, p. 250). Como exemplo, Carneiro Leão citou o Clubes de Moças, criado em 1910 por uma mulher chamada Cromer, que ensinava meninas a plantar e a cozinhar. Cromer foi convocada pelo Ministério da Agricultura, em Washington, para dar início à Extensão Rural Doméstica. Em 1914, o contingente era de 33.173 jovens, cada qual cuidando de uma horta de 10 metros quadrados, com plantação de tomates, pimentões e outros vegetais. Após a colheita, preparavam compotas para serem vendidas. Possivelmente, a proposta de criação de clubes agrícolas no Brasil teve como modelo aqueles criados nos Estados Unidos. Como já foi visto, Thales de Andrade iniciou o Clube da Horta em Piracicaba na década de 1920 e o Código de 1933 previa a criação de clubes agrícolas como instituição auxiliar da escola. Tanto a experiência do professor quanto a lei podem ter servido de motivação para a prática de Noêmia Cruz, e, posteriormente, para a

³² O autor não especificou exatamente o lugar.

promulgação do Decreto n. 6.047 de 1933. Os clubes agrícolas foram instituições auxiliares de ensino muito divulgadas nacionalmente pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e no Estado de São Paulo pela Sociedade “Luiz Pereira Barreto”. Ambas assumiram importante papel de divulgação do ensino rural, como será visto no próximo capítulo.

2 SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES E SOCIEDADE “LUIZ PEREIRA BARRETO”: A PROPAGAÇÃO DO ENSINO RURAL NO BRASIL

De acordo com Silvia Pinho (2007, p. 169), a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT) foi o “exemplo maior da ‘presença’ de Alberto Torres nos anos 30”. Fundada no Rio de Janeiro, funcionou de 1932 a 1945. Sua presença na sociedade brasileira se tornou manifesta pela organização e divulgação do pensamento torreano e pela promoção de encontros, debates e preleções “sobre questões como educação rural, agricultura, imigração, nacionalidade, trabalho, conservação da natureza e problemas da seca no Nordeste” (PINHO, 2007, p. 169). A SAAT empreendeu campanhas de proteção à natureza realizando “pesados ataques à imigração estrangeira, sobretudo de alguns grupos étnicos, como japoneses e árabes” (PINHO, 2007, p. 169), contudo, sua grande questão era o ensino rural.

A criação da entidade ocorreu em 10 de novembro de 1932, tendo como sócios

Edgar Teixeira Leite, Alde Sampaio, Fernandes Távora, Juarez Távora, Sabóia Lima, Ildefonso Simões Lopes, Lourenço Baeta Neves, Alcides Gentil, Heloísa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto, José Savaresi, Paulo Filho, Humberto de Campos, Felix Pacheco, Barreto Campello, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Vianna, Hélio Gomes, Alcides Bezerra, Belisário Penna, Rogério de Camargo, Saturnino de Brito Filho, Roberto Marinho, Alberto J. Sampaio, Magalhães Correa, Prado Kelly, Humberto de Almeida, Porfírio Soares Neto, Mário Roquette-Pinto, Protógenes Guimarães, Anna Amélia Carneiro de Mendonça, Raymundo Magalhães, Rafael Xavier e Raul de Paula. Outros intelectuais e políticos diversos integraram posteriormente a SAAT, como Carlos Pontes, Cândido Mota Filho, Celso Viera, Plínio Salgado, Nicolau Debané, entre outros. O que se percebe é que a SAAT contava com intelectuais, cientistas, diplomatas e políticos importantes. E sua ação foi dirigida principalmente por políticos e por cientistas. Vários de seus integrantes foram deputados na Assembléia Constituinte de 1934. Félix Pacheco, além de proprietário de *Jornal do Comércio*, fora Ministro das Relações Exteriores do governo Arthur Bernardes. Juarez Távora foi Ministro da Agricultura de Vargas (PINHO, 2007, p. 169-170).

A SAAT não permitia candidaturas espontâneas e seu estatuto aceitava o pedido para associar-se se houvesse comprovação da naturalidade brasileira, indicação por sócios isentos de dívidas com a Sociedade, aprovação do Conselho Fiscal, pagamento de mensalidade e prestação do “compromisso de fidelidade ao programa e fins” da instituição (PINHO, 2007, p. 170). Se o sócio passasse a comportar-se de modo contrário à Sociedade perderia seu título. O *Correio da Manhã* de 20 de novembro de 1932, em uma nota sobre a criação da SAAT, comunicava que, para pertencer à sociedade, o candidato deveria ter “algum trabalho de política, propaganda ou analyse sobre a vida ou a obra de Alberto Torres”. A organização

interna não significava coesão de ideias, pois, de acordo com Pinho (2007), havia muitas divergências dentro da própria instituição.

A inauguração da SAAT realizou-se na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), local provisório da sede da entidade. A sessão contou com a conferência de Alcides Gentil, “discípulo” de Alberto Torres, abordando a “A idéia de Constituição no pensamento do grande pensador crítico”, visto ser finalidade principal da SAAT contribuir com a redação da Constituição, embora a intenção não constasse em seu estatuto (PINHO, 2007, p. 171).

Cabe pontuar que, após a Guerra de 1932 em São Paulo e a criação do Código Eleitoral Nacional, as forças políticas se reorganizaram em torno das eleições de 1933 e tiveram, como desfecho, a vitória de lideranças regionais. Ao instalar-se a Constituinte, os grupos do Centro-Sul com maior força econômica queriam a descentralização do governo enquanto os do Norte-Nordeste reivindicavam o oposto. Após meses de muitas discussões, a Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. Entre outras medidas, destaca-se a criação da Justiça do Trabalho e o estabelecimento de medidas, como fixação do salário mínimo, jornada de oito horas, férias remuneradas e descanso semanal. A Constituição não teve vida longa. Todavia compete assinalar a referência explícita à fixação do indivíduo ao campo e a menção à educação rural. O título IV da Constituição de 1934 aludia à “Ordem Econômica e Social”, e também tratava sobre fixar o indivíduo no campo, do cuidado da educação rural e da preferência do “trabalhador nacional” para amanho de terras públicas (BRASIL, 1934, artigo 121, §4º). Essa Constituição substituiu a de 1891 e foi escrita em meio a disputas políticas do governo Vargas e dos grupos que compunham a Constituinte - tenentistas apoiando o governo, Igreja Católica, grupos oligárquicos, entre outros.

Os objetivos principais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres eram:

- a) promover o estudo dos problemas nacionais, com o fim de indicar a adequação das instituições aos fatos da nossa experiência, à luz dos fatos da política mundial; b) divulgar os ensinamentos de Alberto Torres, por constituírem até agora, o melhor programa de conjunto dos nossos problemas, sujeitando-os aos fatos da experiência e da observação; c) promover a publicação das obras inéditas ou esgotadas de Alberto Torres [...]; d) promover a metodologia dos assuntos focalizados por Alberto Torres, bem como os cursos que lhe sejam conseqüentes, tendo em vista a integração dos ensinamentos respectivos na educação nacional, sob a forma de compêndios didáticos; e) promover a criação de centros de estudos torreanos, em todo o país, para reunir elementos que façam inquéritos e conferências, onde os diferentes programas brasileiros sejam examinados em suas próprias fontes; f) publicar uma revista mensal onde saíam as conferências feitas no Rio e nos Estados, bem como todos os trabalhos considerados úteis ao estudo dos vários problemas da nacionalidade brasileira; g) publicar, em volumes, as conferências e os estudos realizados pela Sociedade, desde que o órgão

competente considere trabalho de valor real para a interpretação, análise e propaganda da obra torreana e de utilidade para o esclarecimento dos problemas nacionais; h) definir os princípios fundamentais do pensamento de Alberto Torres, em síntese [...]; i) promover por todos os meios e modos a fraternidade continental e universal; j) estimular por todos os meios, o estudo e a solução dos problemas rurais brasileiros, sob o triplo aspecto - político, social e econômico (PINHO, 2007, p. 171-172).

Segundo Pinho (2007, p. 174), as linhas de “pensamento e ação” da SAAT se dividiam em “terra” (agricultura, natureza, educação agrícola) e “gente” (educação, imigração e outros estudos). Para a autora, a educação da SAAT estava associada a “uma educação prática, voltada, por exemplo, para noções de alimentação, saúde e higiene. Além de divulgação do pensamento de Torres e de princípios nacionalistas, através de conferências pronunciadas pelos membros da SAAT e por convidados ilustres” (PINHO, 2007, p. 174). O principal dispositivo utilizado pela entidade para divulgar seus ideais rurais foram os clubes agrícolas.

Através deles, distribuíam sementes, adubos, mapas e instrumentos agrícolas, ensinavam noções de nutrição, promoviam campanhas de reflorestamento, ofereciam cursos de ensino rural para professores, entre outros. Consideramos que a ação central da SAAT foi, sem dúvida, a Educação Rural (PINHO, 2007, p. 182-183).

Para a entidade, os *Clubs* se destinavam a criar, nas crianças, o “amor à terra, reuni-las em torno dos problemas rurais de sua região, despertar uma consciência agrária para vencer esse urbanismo sem base econômica que é fator de morte para o Brasil” (DIÁRIO CARIOCA, 18 de março de 1934).

No *Correio Agrícola*, parte integrante do jornal *Correio da Manhã* de 31 de dezembro de 1933, havia destaque, na primeira página, sobre *Os clubes agrícolas da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*. Abaixo do título, quatro fotografias mostravam iniciativas tomadas pela Escola Annibal Falcão, em Recife; pelo Centro Agrícola de Piracicaba, fundado pela professora Anna Silveira; e pela Diretoria do Clube Agrícola Escolar Fellippe dos Santos em Itanhadu, Minas Gerais. Mais que uma notícia, o texto dava indicações do que seria um clube agrícola para a entidade e prescrições sobre as competências da diretoria e dos sócios. Para a SAAT, um clube agrícola teria por objetivo

[...] a dignificação do trabalho manual, o incentivo do amor à terra, despertando o sentimento nobre das atividades agrícolas na consciência dos seus sócios. Combate o urbanismo e exalta a vida nos campos. Incentiva a policultura e promove a nacionalização dos trabalhos agrícolas. Collabora no melhoramento da vida rural e prepara a consciência sanitária de cada um. Proclama a proteção do animais e plantas e trabalha pelo reflorestamento local. Combate as queimadas e derrubada das árvores e procura destruir as pragas das lavouras e males das criações. Deve desenvolver o espírito de

cooperação e auxílio mutuo na organização dos trabalhos ruraes (CORREIO DA MANHÃ, 31 de dezembro de 1933).

As diretrizes divulgadas pela SAAT eram uma súmula das iniciativas que já vinham ocorrendo no Brasil. A entidade fomentava a organização de bibliotecas e pode ter conhecido as atividades de clubes agrícolas por meio dos jornais escolares que recebia. Em 20 de dezembro de 1933, a SAAT organizou uma exposição de jornais escolares no salão pedagógico da Biblioteca Nacional, com exemplares enviados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Ceará (CORREIO DA MANHÃ, 19 de dezembro, 1933).

A SAAT promoveu um “Curso para professoras regionais” no mês de abril de 1933, no qual havia inscrições de docentes do Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. São Paulo não constava na listagem, mas teve uma representante, a professora Anna Silveira, de Piracicaba (CORREIO DA MANHÃ, 28 de outubro de 1933). Dentre os conferencistas convidados, destacaram-se Armanda Álvaro Alberto, Belisário Penna, Vital Brazil, Edgard Roquete Pinto, Leone Kaseff. Por Escola Regional, a SAAT compreendia uma instituição que pudesse “preparar a creança para o ‘habitat’ em que vive, fornecendo-lhe todos os elementos necessários para uma vida de saúde e trabalho” (CORREIO DA MANHÃ, 31 de março de 1933). O curso estava organizado em

[...] pedagogia da Escola Regional, hygiene, protecção à natureza, ensino da pequena agricultura, pequena criação, bicho da seda, apicultura, estudos dos vegetaes decorativos na escola regional, estudo da anthropologia brasileira, desenho, modelagem, ophidismo, typologia da Escola Regional, preparo de pequenos museus e noções de direito que interessa à vida no interior (CORREIO DA MANHÃ, 31 de março de 1933).

Com Armanda Alberto na programação do curso, a “pedagogia da Escola Regional” pode ter sido ministrada por ela. Como a SAAT se localizava no Rio de Janeiro, a experiência da Escola Regional de Meriti e a proximidade com a ABE, pelos sócios em comum, podem ter influenciado a entidade a utilizar a expressão “regional”.

De acordo com Saboia Lima (1935, p. 313-314), do curso para professores de Escolas Regionais foram escritos “valiosos ensaios” por Bello Lisbôa, Attilio Vivaqua, Teixeira de Freitas, Everardo Backheuser, Sud Mennucci, Fernando de Azevedo, Leoni Kassef, Aprígio Gonzaga e Celso Kelly, alguns nomes conhecidos pela inserção nos círculos políticos educacionais.

A SAAT continuou ampliando seu campo de ação e se dispôs a realizar o Primeiro Congresso de Ensino Regional, evento idealizado a partir do Curso de Ensino Regional,

ministrado por Humberto de Campos na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, denominado “Semeadores”. Alberto Sampaio, membro da SAAT, sugeriu aos leitores do jornal *Correio da Manhã*, de 13 de maio de 1933, o envio de propostas para a realização de um Congresso de Ensino Regional, pois, em suas palavras, o evento deveria ser organizado juntamente com a sociedade. No mesmo jornal, em 11 de setembro de 1934, a SAAT anunciava que o Congresso se realizaria na Bahia, de 15 a 30 de novembro, e seria constituído por teses, excursões e exposições, recebendo apoio do governo nacional e do governo do Estado anfitrião, confirmando, como pontuou Pinho (2007), o “capital político” que a SAAT possuía. Participariam do evento

[...] o Estado de São Paulo, do Pará, do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, da Estação Serícola de Barbacena, da Repartição Técnica do Café, de Clubs Agrícolas Escolares, da Escola de Viçosa e de Piracicaba, de diversas firmas fornecedoras de material pedagógico, livros, ferramentas, etc., e da Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura (CORREIO DA MANHÃ, 21 de setembro de 1934).

O Congresso visava “estabelecer rumos seguros para a solução do problema educacional brasileiro, em harmonia com as necessidades, condições de vida, fontes de riqueza e demais imperativos das diversas regiões do país” (CORREIO DA MANHÃ, 20 de novembro de 1934).

O evento contou com 120 participantes que vinham estudando a “organização do ensino rural na escola primária, na escola normal e na escola profissional” (PINHO, 2007, p. 183), e promoveu uma série de atividades, como “exposição educativa, distribuição de mais de 20.000 publicações e livros, cinema educativo, excursões ao interior do Estado, conferências, visitas aos monumentos baianos, plantio do bosque Castro Alves, com mais de 4.000 árvores, larga distribuição de sementes” (PINHO, 2007, p. 183). De acordo com o relatório do acervo consultado por Silvia Pinho, a SAAT acreditava ter “criado” uma “pedagogia rural” no país, “sistematizando-a”³³ (PINHO, 2007, p. 183). Esta afirmação impressiona em vários aspectos, visto que a SAAT se posicionava como marco fundante de uma “pedagogia” rural no Brasil, desconsiderando experiências anteriores. Por conseguinte, o que seria a “pedagogia rural”? Seriam os aprendizados nos clubes agrícolas? Haveria apenas uma “pedagogia rural”? Se

³³ Pinho (2007) comentou que boa parte da documentação da SAAT foi queimada no incêndio que ocorreu na sede do *Jornal do Comércio*, local que a entidade passou a ocupar depois de ter saído da SNA. Os documentos que restaram estão espalhados em arquivos privados. A autora encontrou alguns documentos nos acervos de Juarez Távora (CPDOC/FGV), Alberto Sampaio (Museu Nacional - RJ) e Edgar Teixeira Leite (Museu da República - RJ). A citação que a autora fez foi extraída do relatório de Alberto Sampaio.

ocorreu sistematização, de onde partiram as práticas para serem metodizadas? A declaração é um indício que a SAAT entrou na disputa por um *legítimo* ensino rural.

Dentre os participantes, Noêmia Cruz foi convidada como “organizadora do ensino rural no Grupo Escolar do Butantan” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 5). A professora chegou à Bahia em 18 de novembro no navio “Siqueira Campos”, do *Lloyd Brasileiro*, após seis dias de viagem, juntamente com Luiz do Amaral Wagner - Delegado de Ensino da Capital paulista, Brasilides de Godoy - Superintendente do Ensino Profissional e Doméstico, Anna Pedreira Silveira - Delegada Estadual dos Clubes Agrícolas pela SAAT, Luiz de Mello - Técnico cinematográfico, Amaro Van Emelen - Prior do Colégio São Bento, Sud Mennucci, entre outros. A delegação paulista levou “copioso material para as exposições e cursos do Congresso” (CORREIO DA MANHÃ, 24 de novembro de 1934). Em companhia da comitiva paulista se encontravam Joaquim Moreira de Souza, representante do Ministério da Educação e da Saúde Pública, Ignácia Ferreira Guimarães, Chefe de Serviço no Departamento de Educação do Distrito Federal e representante de Minas Gerais, Humberto de Almeida, agrônomo, e Leopoldina Vaz de Almeida, representando a SAAT.

Imagem 2 - Congressistas paulistas reunidos para embarque em Santos - SP, 1934. Da esquerda para a direita Sud Mennucci é o 5º homem com chapéu branco na mão. Noêmia Cruz está à frente, ao lado esquerdo da criança de branco

Fonte: REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/ Jan. 1935, p. 41.

A *Revista do Professor* n. 8 (Dez. 1934/Jan. 1935) dedicou quase toda sua edição ao Congresso realizado na Bahia, tendo como autor o próprio Sud Mennucci. De acordo com Paula

Vicentini (1997, p. 4), a *Revista do Professor* foi um órgão do Centro de Professorado Paulista que circulou de 1934 a 1965 e que procurava “atrelar a valorização do trabalho docente à adesão da categoria ao CPP”. A revista pretendia se estabelecer como *locus* de coesão associativa dos professores, disseminando o discurso da “nobreza da profissão” para justificar as queixas concernentes aos vencimentos dos docentes. A autora ainda salientou que a primeira fase da *Revista* (1934-1939) tomou a ruralização do ensino como proposta pedagógica do CPP.

Sud Mennucci também participou do Congresso como convidado da SAAT. Na *Revista do Professor* n. 8 há detalhes pormenorizados do evento, narrativas das contribuições e intervenções de Mennucci nas sessões realizadas. Nessa edição, Noêmia Cruz apareceu como figura proeminente que causou boa impressão aos congressistas.

Os temas tratados no Congresso abordavam, em sua maior parte, a *escola primária regional*, como se pode perceber no quadro abaixo. A denominação “regional” foi gradativamente abandonada pelo grupo paulista ligado a Mennucci, que, ao final da década de 1930 e início da de 1940, utilizavam a expressão *ensino primário rural*.

Quadro 1 - Temas gerais e específicos do I Congresso de Ensino Regional

TEMAS GERAIS	
1º	Que relação deve existir, na escola primária rural, entre o ensino de letras e a educação profissional?
2º	Como organizar a escola primária na zona agrícola?
3º	Como organizar a escola primária na zona pastoril?
4º	Como organizar a escola primária na zona florestal?
5º	Como organizar a escola primária na zona mineira?
6º	Como organizar a escola primária na zona marítima ou fluvial?
7º	A escola regional como agência da sociedade: sua influência no desenvolvimento da cultura geral do povo e, particularmente, na reeducação do país.
8º	A escola regional como agência de produção: sua influência no desenvolvimento da economia rural.
9º	Como organizar a escola regional nos moldes de uma comunidade total de vida e de trabalho?
10º	Como organizar as escolas profissionais de acordo com as necessidades das diferentes regiões do país?
11º	O problema da saúde na escola regional: meios eficientes de a proteger.
12º	Como articular a escola regional ao ginásio e à escola profissional?
13º	Como organizar a escola normal para formação de professores de escolas regionais?
14º	Como formar um professorado de emergência para as escolas regionais?
15º	Como poderá a União cooperar com os Estados, na orientação e desenvolvimento do ensino regional?
TEMAS COMPLEMENTARES	
16º	Colônias-escolas: sua organização e administração.
17º	Técnicas auxiliares da educação na escola regional.

TEMAS COMPLEMENTARES	
18º	Instituições de assistência social escolar nas zonas rurais.
19º	A iniciação artística na escola regional.
20º	A proteção à natureza através da escola.
21º	O ensino de geografia, da história e das ciências naturais, na escola regional.
22º	O “ <i>sloyd</i> ” e outros trabalhos de madeira na escola regional.
23º	A biblioteca e o museu na escola regional.
24º	As pequenas indústrias no quadro da escola regional.
25º	A sericicultura e a apicultura na escola regional.
26º	A imprensa na escola regional: sua orientação pelos alunos e meios práticos de o organizar.
27º	A escola regional e o problema dos transportes.
28º	Contribuição da escola regional para o melhoramento do habitat rural.
29º	Ação da escola na renovação da mentalidade sertaneja num sentido favorável à extinção do cangaço e de outros males do sertão.

Fonte: REVISTA DO PROFESSOR, n. 7 Out./Nov. de 1934, p. 9.

O Congresso instalado no dia 15 de novembro de 1934 foi presidido pelo Interventor Federal da Bahia Juracy Magalhães. Da mesa do evento fizeram parte, como presidente, João Pedro dos Santos, Secretário de Estado do Interior e da Justiça da Bahia; como 1º vice-presidente, Ribeiro Monteiro, Secretário da Interventoria do Estado; como 2º vice-presidente, Almeida Junior, representante de São Paulo; como 3º vice-presidente, Guerino Casassanta, representando Minas Gerais; como 1ª secretária, Lucília Miranda, enviada pelo Rio de Janeiro; como 2ª secretária, Maria do Carmo, representante de Pernambuco; como 3ª secretária, Maria Magdalena Pisa, do Espírito Santo; e o secretário geral Raul de Paula da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Na primeira sessão que tratava do ensino normal, Agripino Barbosa, Diretor do Departamento de Instrução da Bahia, pediu que se registrasse, em ata, um voto de louvor a Sud Mennucci pelo que havia feito

[...] em prol não só da educação popular, mas principalmente da ruralização do ensino primário, de que era, sem a menor dúvida, o grande campeão no país, o que déra o grito de alerta, movimentando primeiro a opinião do professorado e depois agitando a própria opinião pública nacional (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 5).

Moreira de Souza aproveitou o ensejo para reforçar o papel de Mennucci “na formação da consciência do problema rural” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 5). Afirmou que a Escola Normal Rural de Juazeiro, no Ceará³⁴, fundada por ele era “filha espiritual” de Mennucci. O educador paulista tomou a palavra, agradeceu e disse que “aquela

³⁴ Cf. MAGALHÃES JUNIOR; FARIAS (2007).

manifestação dava-lhe a certeza de que estava vingando a idéia mater da inadiável urgência que havia, para o Brasil, da especialização de seus mestres de acôrdo com as regiões em que hajam de lecionar” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 6).

No dia 19 de novembro foi comemorado o Dia da Bandeira no mirante do Instituto Histórico, mesmo local no qual tomou posse o núcleo baiano da SAAT. Mennucci discursou abordando a importância do reflorestamento, conforme ensinamentos de Alberto Torres e um dos princípios da SAAT.

A função dos Nucleos torreanos era, portanto, chamar a atenção dos governos para o fato e trazer para o seu lado a colaboração da infância das escolas. Se os alunos dos nossos milhares de estabelecimentos de ensino se puzerem do nosso lado nessa campanha, estimulados pelo beneplácito governamental, a vitória é certa. O problema urge. Em 1915, Alberto Torres considerava-o premente e impossível de adiar. Estamos em 1934 e continua problema em aberto (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 7).

No dia seguinte, os congressistas foram até Brotas participar da criação do Clube Agrícola da escola local. Na ocasião, o discurso foi feito por Anna Silveira, no qual iniciou falando sobre a relevância do ensino rural para o país, enalteceu os esforços de Sud Mennucci, abordou as atividades dos clubes agrícolas do Estado de São Paulo, o empenho do Grupo Escolar Rural de Dois Córregos em Piracicaba e a iniciativa realizada no Grupo Escolar Rural de Butantan. Segundo Anna Silveira, os congressistas poderiam apreciar “[...] o labor, num ‘film’ da coleção educativa de nossa Diretoria, que, sôbre o qual nada mais falarei por desnecessário diante do que vai ser exibido e dito pela sua Diretora a professora Noêmia Saraiva M. Cruz, aqui presente” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 10).

Imagem 3 - Foto oficial de fundação do Clube Agrícola da Escola de Brotas. Noêmia Cruz está no canto à esquerda com uma câmera na mão

Fonte: REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 7.

No mesmo dia à noite no Palácio da Saúde Pública, Almeida Junior discursou sobre “saúde pública na escola regional”, abordando os aspectos higiênicos que contribuiriam para melhorar a escola.

No dia 21, Amaro Van Emelen, radicado em São Paulo e colaborador do GERB, versou sobre sericultura e apicultura na escola primária rural. Sud Mennucci, em uma das assembleias, fez um “Historico sobre o Ensino Regional em S. Paulo”, tese correspondente ao tema geral n. 8, e fez interpelações e enfoques nas proposições de autores de outros Estados. Pelo que se percebe da descrição do evento na *Revista do Professor* (Dez. 1934/Jan. 1935), os congressistas de São Paulo foram muito requisitados e tratados como um grupo coeso, *gênese* do ensino rural que *transformaria* o Brasil. Todavia, cabe lembrar que o autor do texto da Revista era o próprio Sud Mennucci³⁵.

Nos dias seguintes, os congressistas visitaram a Escola Agrícola da Bahia, em Itapagipe, a Escola Normal da Cidade de Salvador e a Barragem do Ipitanga. A represa estava sendo construída para captação de águas com o objetivo de aumentar o abastecimento dos soteropolitanos, plano do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, então falecido. O propósito

³⁵ Seria importante fazer um levantamento de diversas fontes para verificar se os discursos sobre o evento eram uníssonos ou não, ação que extrapolaria os limites desta tese, não sendo viável proceder a tal investigação no momento.

da visita realizada no dia 22 pela manhã foi também o de iniciar um Clube Agrícola com as crianças do bairro, para que tivessem “amor e respeito pelas árvores” e “defendessem e garantissem o manancial de água” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 13). Nota-se que a iniciativa não tinha especificamente vínculo com escolas, indicando que a criação de clubes escolares poderia exceder os limites escolares. Na oportunidade, Noêmia Cruz foi convidada a falar sobre o assunto.

Imagem 4 - “D. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, lendo o relatório sobre seus trabalhos no Grupo E. de Butantan, perante autoridades do Estado baiano, entre as quais o Interventor Cap. Juracy Magalhães”

Fonte: REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 15.

Noêmia Cruz optou pela leitura do Relatório do Clube Agrícola do Grupo Escolar Rural de Butantan do ano de 1934. Na fotografia acima, a professora parece atrair a atenção dos ouvintes, quase todos concentrados em sua narração. Um homem à esquerda, outro de roupa escura ao fundo e o Interventor Juracy Magalhães, que está em frente à professora, esboçavam um sorriso. As três mulheres que a circundavam estavam atentas à preleção. Sud Mennucci (de óculos) estava atrás da professora com olhar fixo e cabeça um pouco curvada à frente, demonstrando interesse no que estava ouvindo.

Noêmia Cruz, ao ler o relatório elaborado pelos alunos, expôs vários aspectos do Clube Agrícola, como plantação, colheita, cuidados de aves e de coelhos, exposição e venda de

produtos. A leitura do relatório demonstrava que sua prática entremeava tarefas rurais com o programa oficial de ensino do Estado de São Paulo. Ao proceder dessa forma, a professora pretendia conferir legitimidade ao seu empreendimento, querendo demonstrar que não era ela quem falava, mas as crianças, maiores interessadas e beneficiadas pelo Clube Agrícola.

No mesmo dia, à tarde, teve início a Exposição de Trabalhos de São Paulo no Palácio da Agricultura, sede do Congresso, com atraso em relação aos Estados que já haviam inaugurado suas mostras (Pará, Ceará, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais). As apresentações foram feitas pelo professor Horácio Silveira, sobre a Superintendência do Ensino Profissional e Doméstico; pelo professor Roberto Mange, da Escola Ferroviária de Sorocaba; por Anna Silveira Pedreira, que expôs um mostruário dos Clubes Agrícolas de Piracicaba feito pela ESALQ; e por Noêmia Cruz, sobre os mostruários do Grupo Escolar Rural de Butantan. Na opinião de Sud Mennucci, “nenhuma outra unidade da federação pode ostentar uma tão volumosa organização, que nós aqui consideramos ainda pequenina, diante do que há para fazer, mas que é, contudo, a maior do Brasil, distanciando-se dos demais de maneira verdadeiramente alarmante” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 18).

A mostra do Clube Agrícola do Butantan constituiu-se em “grande atração do público” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 19), juntamente com o filme³⁶ da escola. Os congressistas paravam no *stand*, faziam perguntas, movimentavam-se em torno do mostruário do Butantan tornando-o “visitadíssimo” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 19). O *stand*, de acordo com Sud Mennucci, demonstrava

[...] ao vivo, através da experiência de uma única classe escolar, como o ensino rural devia ser orientado e conduzido afim de produzir os bons frutos que estão ali patentes; como as crianças se entregam, verdadeiramente fascinadas, ao novo tipo escolar e como são capazes de realizar milagres, sob as diretrizes de um mestre experimentado e conhecedor do assunto. D. Noêmia dava ao país e ao Congresso a mais clara, a mais insofismável demonstração da possibilidade da transformação dos rumos do ensino rural, levando a população mais pobre a defender-se por si mesma, a alterar o seu nível de cultura e o seu *standard* de vida, avolumando do mesmo passo a riqueza nacional (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 19).

Os mostruários davam visibilidade ao trabalho que Noêmia Cruz vinha fazendo no GERB. A professora relatou (CRUZ, 1936) que os alunos do Clube Agrícola se empenharam para enviar suas produções para o congresso e decidiram remeter “aos coleguinhas, estudantes

³⁶ O filme fazia parte de uma série que circulava nas escolas do Estado de São Paulo, uma iniciativa da Diretoria de Ensino. Havia um técnico responsável por levar os filmes para as instituições de ensino e exibi-los por meio do cinematógrafo.

do Norte [...] sementes da velha e majestosa paineira da estrada do Butantan” (CRUZ, 1936, p. 169), dentro de 400 envelopes, contendo 20 sementes cada um, além de um desenho colorido da paineira³⁷.

Imagem 5 - Mostruário 1 do Grupo Escolar Rural de Butantan, 1934

Fonte: REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 14.

A escolha das sementes de paineira não ocorreu aleatoriamente. A árvore brasileira, relatou Noêmia Cruz, era uma espécie adaptável a qualquer tipo de terra, desde as arenosas quase improdutivas às “terras roxas de maior grau de fertilidade” (CRUZ, 1936, p. 171), portanto, indicada para solucionar o “problema do reflorestamento do Nordeste, sujeito a sêcas

³⁷ A paineira do Butantan estava plantada entre a Estrada M’Boy (Avenida Francisco Morato) e a Avenida Eusébio Matoso. No final da década de 1960, a árvore passou a ser alvo de constantes críticas de políticos ligados à prefeitura que almejavam expandir as vias com a prerrogativa de melhorar o tráfego. Os moradores lutaram para que a árvore tricentenária não fosse arrancada, todavia sem êxito. Em outubro de 1974 ela foi cortada gerando 10 toneladas de madeira. A melhoria, no entanto, ocorreu quase 20 anos depois, quando foi inaugurada a Ponte Bernardo Goldfarb sobre o Rio Pinheiros em novembro de 1993 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 27 de setembro de 1994).

periódicas e prolongadas” (CRUZ, 1936, p. 171). Da paineira aproveitava-se tudo, de acordo Noêmia Cruz, que mencionou ter aprofundado seus estudos a partir do livro *O Problema Florestal*, de Adolpho Wahnschaffe. Por isso, com a finalidade “de entusiasmar as crianças do Norte pelo reflorestamento com árvores uteis, beneficiando o solo, corrigindo muitas vezes a escassez de nascentes e de chuvas, que levei essas sementes de paineira” (CRUZ, 1936, p. 171).

O Clube Agrícola enviou outras amostras de sementes de plantas do Horto Florestal do Instituto Butantan e da horta que cultivavam na escola dentro de caixinhas “pente de macaco”³⁸ forradas com celofane, “mais parecendo caixinhas de joias que a Natureza Brasileira fabricou” (CRUZ, 1936, p. 172). A coleção foi organizada em cartazes com “sementes de flores, de hortaliças, de cereais, de plantas forrageiras e oleaginosas, de árvores frutíferas, de ornamento e de essências florestais” (CRUZ, 1936, p. 172).

Noêmia Cruz levou ainda um mostruário de sericicultura “contendo - casulos, anafaias, ovos, lagartas, ninfas e mariposas numa caixa de papelão” (CRUZ, 1936, p. 173), apresentando a metamorfose da lagarta, casulos perfeitos, imperfeitos, furados pela mariposa, bem como um pedaço de seda.

“Em Apicultura organizaram um mostruário, contendo abelhas operárias e zangões, favos com as células vazias e operculadas, favos com células para zangões e algumas células especiais para criação de rainhas” (CRUZ, 1936, p. 173). Para completar a coleção, a professora levou mel colhido da colmeia da escola e vários tipos de alimentos para aves recomendados por especialistas, bem como as atividades de cunicultura.

Os desenhos para a exposição foram feitos durante o ano de 1934 e expressavam o que os alunos haviam feito com as culturas na escola, parte dos resultados que obtiveram em termos de ferramentas e o que “desejariam possuir” (CRUZ, 1936, p. 175), sendo uma forma de propagandear as práticas do Clube Agrícola, mas também de atrair a atenção para a necessidade de investimentos na escola.

Foram expostos, no evento, dois jornais manuscritos feitos por dois grupos da turma “mais atirados à literatura” (CRUZ, 1936, p. 176), que se intitulavam *Vida na Roça* e *Rumo ao Campo*. Seus conteúdos abordavam “motivos agrícolas e a vida e as atividades do Clube, refletindo, perfeitamente, a impressão que os vários trabalhos realizados marcou em seus espíritos em formação” (CRUZ, 1936, p. 176-177).

³⁸ A *Pithecoctenium squalus* é uma espécie nativa do Brasil de planta trepadeira que produz um fruto “grande de cápsula lenhosa, elíptica, mais ou menos achatada, densamente coberta de protuberâncias espinhosas”. Cf. <http://www.arca.museus.ul.pt/ArcaSite/obj/objnat/MNHNL-0000302-JB-DOC-web.PDF>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

As fotografias expostas pretendiam complementar o testemunho da professora:

Estes instantâneos, flagrantes, por si documentam como foi feita a modesta aplicação de Ensino Rural na escola Primária, na qual *tive como principal diretriz fixar no campo os nossos pequenos camponeses*, homens de amanhã, *mostrando-lhes que tudo se pode fazer, mesmo com poucos elementos*, vencendo dificuldades - amando o trabalho (CRUZ, 1936, p. 178, grifos nossos).

Outro elemento primordial da prática de Noêmia aos olhos do público e propagandeado pela própria professora foi conseguir desenvolver seu trabalho “com poucos recursos”. A questão financeira era um limitador da implementação do ensino rural como política pública, muito discutida no período pesquisado (ÁVILA, 2013; FONSECA, 2014; MORAES, 2014). O êxito de Noêmia Cruz no GERB poderia dar esperança aos apregoadores do ensino rural/regional, embora nem todas as escolas dispusessem das *facilidades* encontradas pela professora. A exposição do Clube Agrícola do Butantan pretendia mostrar que era possível estabelecer o ensino rural em qualquer escola se o professor tivesse interesse na proposta.

Imagem 6 - Mostruário 2 do Clube Agrícola do Butantan, 1934

Fonte: REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 16.

No segundo mostruário exibido por Noêmia Cruz havia uma faixa branca com a frase “Viver no campo é amar o trabalho, é amar a pátria, é amar os homens, é amar a vida! Viver no campo é amar a Deus! Eu quero viver assim”, de Thales de Andrade. A citação, abaixo de fotografias dos alunos em ação, comunicava os propósitos do ensino rural de gerar *amor* ao trabalho e de estabelecer vínculos com os pares na sociedade, cooperando para criar uma comunidade rica, sã, letrada e produtiva.

Em *Educação Rural* (1936, p. 180), Noêmia Cruz mencionou a gratidão que sentia pelo carinho recebido das pessoas que visitaram o *stand* do GERB, premiando o trabalho de seus alunos e sua dedicação “em prol de uma ideia” que julgava “patriótica e de premente necessidade no Brasil”. A professora relatou ter levado um caderno para registro das impressões dos visitantes. Na *Revista do Professor* (Dez. 1934/Jan. 1935, p. 40) há destaque para “O trabalho da professora Noêmia Saraiva”, referindo-se à exposição da educadora no Congresso ao afirmar que sua “obra meritória” abriria “horizontes em todo o Brasil”. Em seguida, o texto traz uma transcrição das notas de Álvaro Ramos, de Moreira de Souza e de Luiz Amaral Wagner.

Álvaro Ramos, Secretário de Agricultura da Bahia, atribuiu a Noêmia Cruz o título de “Sacerdotiza (*sic*) do Entusiasmo” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 40), destacando seu “devotamento”, “esforço” e “amor pelos mistéres da vida no campo, nobilíssima preocupação que é preciso seja imitada largamente através do Brasil inteiro” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 40). Elogiou a exposição das fotografias que exibia a organização do trabalho da professora e a alegria das crianças em participarem das atividades. Enalteceu ainda o

belo e sugestivo exemplo do quanto póde o querer, exercido por uma verdadeira vocação, a serviço do patriotismo! À professora Noêmia, a minha profunda e respeitosa admiração pelo alto ensinamento que a sua iniciativa encarna. Ao Professorado Paulista os meus parabéns, por possuir, no seu seio, um elemento de tão peregrinas qualidades de inteligência e verdadeira noção do tipo da nova escola de que o Brasil mais necessita e reclama (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 40).

Na opinião de Moreira de Souza não teria sido necessário realizar o Congresso, “bastava a lição viva que está no ‘Grupo Escolar de Butantan’, em S. Paulo, onde a professora Noêmia Saraiva, realiza graças a um idealismo por igual arrebatador e comovente, a Escola Primária Rural que sonhamos para o Brasil” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 41). Esta frase foi reproduzida posteriormente na primeira aba do livro de Noêmia. O educador ficou convencido da obra do GERB pelo que viu dos trabalhos dos alunos, nas fotografias e no filme.

À ilustre educadora paulista, pelo que nos mostrou, se acha no dever moral de pondo à margem a modéstia encantadora em que se abroquela o seu mérito, com os mesmos documentos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional, aos professores públicos primários do Brasil, como é possível dar a habilidade da leitura, da escrita e do cálculo, preparando, ao mesmo tempo os que saibam encontrar no campo os meios de subsistência, da saúde e do conforto (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 41).

Finalizou sugerindo que a obra da professora fosse narrada em um livro para servir de exemplo a outros educadores do Brasil, como ocorreu posteriormente.

Por último, Luiz Wagner considerou o mostruário do GERB como “o grande centro de interesse desse certamen educacional, em torno do qual gravitaram todas as atenções, pois constituía uma palpitante documentação de uma obra realizada com carinho e entusiasmo em prol do novo tipo de escola rural” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 41). O Delegado de Ensino de São Paulo recomendou que a experiência de Noêmia Cruz fosse “padrão para as organizações agrícolas-escolares congêneres” (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 41), declarando que

mais do que o longo exaustivo trabalho dos Congressistas, tenho para mim que o exemplo concreto da prof. D.^a Noemia será o mais fecundo impulso dado à idéas ruralistas, de tal arte soube tornar comunicativo o entusiasmo que o seu mostruário desperta. Que frutifique tão abnegado esforço e tal lição de civismo! A D.^a Noemia meus sinceros e calorosos aplausos - aplausos de quem está habituado a ver na competência de sua colega, no seu amor à escola, na dedicação abnegada de seu magistério a operosidade e capacidade realizadoras do professorado paulista (REVISTA DO PROFESSOR, Dez. 1934/Jan. 1935, p. 41).

Ao final do texto da *Revista do Professor* (Dez. 1934/Jan. 1935, p. 41), Mennucci aconselhou que a experiência do Clube Agrícola do GERB servisse “de modelo para todos quantos clubes agrícolas se tendem fundar pelo Brasil afóra”.

As apreciações transcritas acima foram emitidas após a exposição dos trabalhos de Noêmia Cruz, organizada estrategicamente para dar visibilidade à sua proposta. Como visto anteriormente, havia outras experiências sendo realizadas no país, inclusive no interior do Estado de São Paulo, como a de Anna Silveira Pedreira, em Piracicaba. Noêmia Cruz soube tornar manifesta sua obra e por isso pôde ter sido considerada pioneira na implementação do ensino rural na escola primária.

Além do Relatório do Clube Agrícola e da exposição com os trabalhos, Noêmia Cruz fez uma comunicação no Congresso da Bahia que teve como título “Clubes Agrícolas Escolares”, na qual relatava como havia sido a experiência realizada no GERB. A apresentação

de Noêmia Cruz “causou sensação” (MENNUCCI, 1935, p. 65) pela proposta que vinha construindo, como o cuidado com a natureza, as condições favoráveis ao ensino rural, a importância de tornar a escola rural como “um lugar de estudos e experiências, não um lugar de exploração agrícola” (CRUZ, 1936, p. 183). De acordo com Noêmia Cruz (1936, p. 184-185),

a organização de Clubes Agrícolas Escolares torna possível todas as ideias relativas à associação da família à escola, à personalidade e liberdade do aluno, à formação de grupos de trabalhadores e à aplicação das matérias do programa escolar e, principalmente, à formação de preciosas qualidades morais. Estabelece uma relação íntima, entre a criança e seu meio ambiente habitual, e traz a vantagem da criança aprender, pondo em jogo as suas próprias atividades, que terão um cunho, tanto mais educador, quanto melhor reproduzam as situações reais da vida.

Na perspectiva de Noêmia Cruz, os Clubes Escolares funcionavam como “pequenas sociedades”, promovendo “cooperação”, “economia” e “gosto e amor pelos estudos” (CRUZ, 1936, p. 188-193).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional da Bahia terminou em 30 de novembro de 1934, no qual suas plenárias finais trataram do ensino primário, da formação de professores, entre outros assuntos, sugerindo que os clubes agrícolas escolares deveriam ser oficializados em todos os Estados, “a exemplo do que já acontece em São Paulo” (CORREIO DA MANHÃ, 6 de dezembro de 1934). As conclusões do Congresso davam a impressão de que a SAAT se posicionava como instituição autorizada a veicular saberes rurais e a promover o diálogo entre educadores e instâncias públicas e privadas.

A SAAT expandiu seu campo de ação em pouco tempo. Segundo Saboia Lima (1935, p. 314), a entidade criou núcleos estaduais em Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (cidade de Campos), Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo,

[...] o grande Estado de S. Paulo em que sempre existiu a mais alta consciência cívica, producto da riqueza, da efficiencia collectiva e da cultura das elites em collaboraçao com as massas populares, que foi sempre uma affirmaçao de brasilidade inteligente, de vontade constructora, de amor à ordem e à cultura dentro da organizaçao jurídica - já tem também o seu núcleo torreano, orientado por Sud Mennucci (LIMA, 1935, p. 34).

Não encontrei, contudo, indícios de que houvesse um núcleo da SAAT em São Paulo. Saboia Lima poderia estar se referindo aos investimentos de Sud Mennucci com relação ao ensino rural. Em *Pelo sentido ruralista da civilização*, Mennucci (1935, p. 62) argumentou que a “ideia ruralista” havia partido de São Paulo e que tinha “conquistado” a SAAT, “um adepto de peso”. De qualquer modo, buscando legitimar ainda mais o papel de autoridade do Estado

de São Paulo frente ao país, foi criada a Sociedade Luiz Pereira Barreto (SLPB) “nos moldes” da SAAT (MENNUCCI, 1935).

A SLPB iniciou suas atividades após a Semana Ruralista de Franca - SP, em abril de 1935. As semanas ruralistas foram iniciativas da SAAT com apoio do Ministério da Agricultura e das secretarias congêneres estaduais e municipais, e visavam orientar professores e fazendeiros em assuntos rurais (JORNAL DO BRASIL, 20 de junho de 1934). O objetivo das semanas ruralistas era “levar à nossa população do interior, o ensinamento certo de trabalhar a terra e criar rebanhos, transmitir-lhe os elementos de educação rural para melhoria de seu ‘habitat’ para levantamento de seu padrão de vida” (JORNAL DO BRASIL, 13 de julho de 1934). A primeira Semana Ruralista foi realizada em Itanhandu, cidade ao sul de Minas Gerais, de 13 a 20 de julho de 1934. A proposta da SAAT era de que os eventos tivessem os centros culturais mexicanos como molde (JORNAL DO BRASIL, 6 de julho de 1934).

Para a criação da SLPB, reuniram-se no prédio Martinelli, em maio de 1935, participantes da Semana Ruralista de Franca. Segundo o *Correio Paulistano* de 5 de maio de 1935, “recebeu esta nova entidade a denominação de Sociedade ‘Luiz Pereira Barreto’ em homenagem ao insigne cientista, a quem a lavoura nacional tanto deve”. A SLPB teve Francisca (Chiquinha) Pereira Rodrigues³⁹ como personagem principal e diretora conhecida no Estado por sua atuação na “Bandeira Paulista de Alfabetização”, organização considerada de utilidade pública pelo Decreto n. 23.504, de 27 de novembro de 1933. Nomes familiares também constaram na lista dos 38 sócios fundadores, como Sud Mennucci, Luiz Motta Mercier, Horário Silveira, Brasilides de Godoy, Anna Pedreira, Maximo de Moura Santos, bem como dos patronos da entidade, como Luiz Piza Sobrinho (membro da SAAT e Secretário de Agricultura), Cantidio de Moura Campos (Secretário de Educação e Saúde Pública) e Julio de Mesquita Filho (proprietário do *O Estado de São Paulo*) (CORREIO PAULISTANO, 5 de maio de 1935).

De acordo com o jornal *Correio Paulistano* (5 de maio de 1935), o objetivo da SLPB era

³⁹ Chiquinha Rodrigues (Francisca Pereira Rodrigues) foi professora, jornalista e política paulista. Nasceu em 1896, na cidade de Tatuí. Coursou a Escola Normal de Itapetininga e exerceu o magistério em escolas de Itu. Fundou a Bandeira Paulista de Alfabetização em março de 1933, “criando escolas primárias, escolas profissionais e clubes agrícolas por todo o interior do estado” (PIRES, 2000, p. 158). Foi eleita deputada estadual em 1936, exercendo o mandato até a instauração da ditadura varguista. De 1945 a 1946 foi prefeita de Tatuí. Chiquinha Rodrigues fez conferências, escreveu ensaios e livros, a maior parte relacionada à educação. “Recebeu várias condecorações e o título de Educadora Emérita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; seu nome foi dado ao grupo escolar de Vila Penteado. Faleceu em 9 de outubro de 1966” (PIRES, 2000, p. 158).

[...] levar de quando em quando, às populações longínquas do nosso “hinterland”, o incentivo, o ensinamento, sugestões para a solução de tantos problemas, todos elles de palpitante ensejo como sejam: os da agricultura, do ensino, da saúde e proteção do homem, da economia, das artes domésticas, das preocupações culturaes, da organização methodica da vida rural, das communicações, dos correios ruraes e tantíssimos outros. Em synthese, as finalidades da Sociedade “Luiz Pereira Barreto” visam a defesa do homem nacional através da atuação constante do ensino, da hygiene, da economia, de sorte que, agindo, venha elle a ser um elemento de producção efficiente no município, no estado, no paiz.

O foco de ação da entidade, assim como da SAAT, era os municípios e a propagação do conhecimento de “assumptos puramente locais” ou da “intensa vida local”, demonstrando um apreço à valorização do elemento “regional”. A proposta era formar caravanas que pudessem visitar os “bairros dos municípios” para instruir os moradores enquanto os profissionais, principalmente professores e médicos, estariam no centro das cidades recebendo palestras.

A SLPB inaugurou suas atividades em Tatuí nos dias 12 e 13 de maio de 1935, com plantação de ipês por crianças de escolas públicas da cidade (CORREIO PAULISTANO, 5 de maio de 1935). No mês seguinte, a entidade organizou a Semana Ruralista de Bauru. Na capa do *Correio de S. Paulo* de 1 de junho de 1935, no canto direito da página, encontrava-se o anúncio do evento, no qual o texto dividia espaço com uma fotografia de meninos do GERB segurando carrinhos de mão e ferramentas. A legenda informava que aquele era “o célebre batalhão ‘Rumo ao Campo’ formado pela professora Noêmia Saraiva em março de 1934”. O jornal disponibilizou o “programa dos trabalhos” e, na parte que tratava sobre ensino rural, anunciou a aula de Máximo de Moura Santos. Noêmia Cruz fez uma palestra no evento (CRUZ, 1936) a despeito de seu nome não constar na programação veiculada no jornal.

Luiz Piza Sobrinho foi convidado para discursar na Semana Ruralista de Tatuí sobre o papel da SLPB como “colaboradora no plano de reerguimento da agricultura paulista” (MENNUCCI, 1935, p. 67).

E para começar, acceitava a idéa, suggerida pela “Semana” de ceder um agrônomo do quadro do funcionalismo, afim de leccionar agricultura nas Escolas Normaes Livres, nas cidades onde isso fosse possível. A medida alcançou immediatamente Bauru e Agudos, em cujas escolas se iniciaram os cursos (MENNUCCI, 1935, p. 67-68).

A SLPB agia das *bordas para o centro*, começando por instituições que não estavam efetivamente sob a jurisdição do Estado, para possivelmente conseguir atingir as escolas normais estaduais ou mesmo levar adiante a proposta de uma Escola Normal Rural, como

parece ter ocorrido com a Escola Normal Livre Municipal de São José dos Campos (MENNUCCI, 1935).

A SLPB realizou, ainda, as Conferências Ruralistas na Capital de São Paulo, onde as sessões eram abertas ao público e tiveram início em 18 de junho de 1935, no salão de conferências da Diretoria de Ensino. Para cada uma das três palestras de abertura houve a parte prática apresentada pelas professoras Luiza Guerra e Noêmia Cruz e pelo professor Abner de Moura. As demais palestras ocorreram no Centro do Professorado Paulista e contaram com oradores conhecidos no meio educacional, como Sud Mennucci, Thales de Andrade e Almeida Junior (CORREIO PAULISTANO, 18 de junho de 1935; 26 de junho de 1935).

De acordo com Mennucci (1935, p. 68), as Conferências duraram dez dias e culminaram na publicação do “Decreto n. 7.268, de 2 de julho [de 1935], que revalidava em parte, o Decreto n. 6.047, de agosto de 1933, cuja execução fora suspensa, e mandava, de novo organizar o ensino rural nas classes primárias onde o meio o permitisse”. O educador fazia menção ao Decreto emitido por Cantídio de Moura Campos, que dispunha sobre a organização rural do Grupo Escolar de Butantan e o funcionamento de escolas junto a empresas industriais, no qual a orientação rural consistia em “desenvolver o pendor e dar aptidão para as actividades agrícolas e pastoris” (ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 7.268, de 2 de julho de 1935, artigo 1º).

Nesse contexto, esse artigo poderia ser compreendido de duas formas. A primeira se relaciona ao objetivo de dar uma *utilidade* à escola, sobretudo porque, pelo artigo 5º, ela passaria a receber a verba mensal de 100\$000, ou seja, o governo estaria investindo para que de lá possivelmente saíssem especialistas em atividades agrícolas e pastoris. A hipótese pode ser considerada pelo fato de o Decreto tratar também da instalação de escolas primárias para filhos de operários junto às empresas. De qualquer modo, tendo a escola tal *utilidade*, estaria sendo cogitada para ser uma escola vocacional?

A segunda compreensão da lei poderia remeter a Afrânio do Amaral, Diretor do Instituto Butantan, que olhava o GERB como um meio de fixação dos funcionários na instituição (RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1933). Essa leitura é possível porque o IB tinha uma Seção Agrícola e também a criação de vários animais de pasto utilizados na fabricação das vacinas⁴⁰. Na mesma chave de leitura e observando o organograma abaixo com as instituições do Estado de São Paulo, percebe-se que o Instituto Butantan e a Diretoria de Ensino estavam

⁴⁰ Esses animais somente foram remanejados para a Fazenda São Joaquim em São Roque - SP - após o Decreto n. 16.396, de 03 de dezembro de 1946, em virtude da perda de grande parte do terreno para a construção da Universidade de São Paulo (RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1946).

interligados pela Secretaria de Educação e Saúde Pública, sendo possível compreender o GERB como uma instituição de fronteiras.

Organograma 1 - Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo

Fonte: SÃO PAULO. Relatório do ano de 1935 da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Arquivo do Estado de São Paulo.

Por meio do Decreto n. 7.268 de 1935, os horários e programas do GERB passariam a ser organizados pela Diretoria de Ensino e aprovados pelo Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Porém, parece que Noêmia Cruz continuou a estabelecer seus horários e programas:

Eu como tinha curso de agronomia eu fazia os programas. Fazia mais ou menos aulas sobre o que tinha que dar. Sobre encubação, sobre reprodução, sobre alimentação, sobre moléstias das aves, tudo isso. Eu primeiro preparava as aulas. Eu dava o programa à risca. Agora, eu sempre gostei de fazer aquilo ao vivo. Dava aquelas explicações de aritmética, de geometria, de sistema métrico, tudo isso, eu achava muito mais fácil exemplificar ao vivo. Brincar. Explicar brincando. Como quem está brincando, como fiz no Butantã. Dava aula de geometria, eu dizia, vamos lá no quintal, vamos lá... [...] Os alunos vinham mais cedo. O grupo começava às 8:00. Eles vinham mais cedo. Eles não marcavam a hora que eles chegavam, porque não era obrigatório, não é?

A hora que eles podiam chegar. Até a hora de começar a aula eles ficavam fazendo aquelas atividades. E eu junto com eles (DEMARTINI, 1997, p. 15).

Os professores e diretores, segundo o Decreto, seriam “nomeados” e deveriam ter “revelados conhecimentos especiaes de ensino rural” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1935, Decreto n. 7.268, artigo 2º). As nomeações seriam feitas à medida que fossem vagando as classes, podendo, o Governo, efetivá-los após cinco anos de exercício efetivo do cargo.

O GERB funcionaria com dez classes, no qual a diretora, as professoras, o porteiro e as serventes receberiam os vencimentos constantes das tabelas anexas do Código de Educação (1933). Sendo um grupo escolar instalado na Capital, ainda que com orientação rural, os funcionários receberiam os mesmos vencimentos de uma escola agrupada comum. Aos alunos concluintes que tivessem as melhores classificações, o Governo poderia conceder ferramentas rurais como prêmios.

Se a aprovação do Decreto n. 7.268 de 1935 ocorreu por influência da SLPB, conclui-se que a entidade conquistou “capital político” (PINHO, 2007) em pouco tempo, assim como a SAAT.

Em carta enviada por Luiz Toledo de Piza Sobrinho a Cantídio de Moura Campos, Secretário de Educação, o Secretário de Agricultura, Industria e Comercio do Estado de São Paulo compartilhava de sua preocupação com a mão de obra para a lavoura e com a falta de técnica de plantio dos lavradores donos de pequenas propriedades. O plano da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio era organizar clubes de trabalho aproveitando os alunos egressos das escolas paulistas que tivessem entre 12 e 18 anos para ensinar-lhes técnicas agrícolas e assim solucionar os problemas das pequenas propriedades. Piza Sobrinho comentou que o Decreto n. 7.268 “abriu ao problema estrada mais larga e permitiu que esta Secretaria encarasse a questão com maior amplitude, no desejo de entrosar os Clubs de Trabalho com as casas de ensino público em íntima colaboração com os serviços dessa Secretaria [de Educação]” (REVISTA DO PROFESSOR, setembro de 1935, p. 33). Pelo parecer de Piza Sobrinho, os serviços poderiam se ampliar para as crianças de 8 e 9 anos, assim como já vinha ocorrendo com o Clube Agrícola do Butantan.

E para que os Clubs de Trabalho pudessem nascer imbuídos do espírito vincadamente pedagógico que inspirou o citado decreto n. 7.268, esta Secretaria entregou-os à direção de um ilustre e conhecido educador paulista, o professor Sud Mennucci, que figura entre os primeiros batalhadores e paladinos da ruralização do ensino em nossa terra, e que veio (sic.) comissionado da Secretaria de Justiça especialmente para realizar esse trabalho. Quer com isso, essa Secretaria demonstrar que compreendeu os altos intuito (sic.) educativos do decreto de 2 de Julho e que está pronta a prestar

melhor cooperação a uma iniciativa cuja falta é sensível em nosso meio e cujo reflexo será vivo e notável em nossa riqueza (REVISTA DO PROFESSOR, setembro de 1935, p. 33).

A iniciativa de Piza Sobrinho redundou na Lei n. 2.648 de 17 de janeiro de 1936, que autorizou o Poder Executivo a criar o Departamento dos Clubes do Trabalho na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Essa lei foi o ponto de inflexão no discurso de Sud Mennucci, pois previa alargar as atividades para a indústria e o comércio. Sempre que abordava a temática rural, Mennucci corroborava as reflexões de Alberto Torres, totalmente contrário à industrialização, contudo, ao aceitar o convite para coordenar o Departamento dos Clubes de Trabalho, não poderia visar somente às atividades rurais. No último capítulo de seu livro *Pelo sentido ruralista da civilização* (1935), ao versar sobre os clubes agrícolas, Mennucci teceu críticas à “feição unilateral” daquelas instituições auxiliares de ensino.

Não cuidam, senão temporariamente, do comércio, esquecendo-se de que se é verdade que sem produção o outro não pode existir, não o é menos que sem a venda do artigo, não haverá continuidade da produção. Os clubes agrícolas não tratam de explorar as aptidões de seus associados pelo comércio, e logicamente, não lhes interessa ensinar e desenvolver a *technica commercial*, embora todos reconheçam que é muito grande a porcentagem dos homens cujas tendências são mais para a indústria que para a lavoura e que se dedicariam com vivo afan à especialização da indústria agrícola. A originalidade dos Clubes de Trabalho da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, reside justamente nesse ponto (MENNUCCI, 1935, p. 71).

A análise de Sud Mennucci (1935) parecia tender a enaltecer a iniciativa estadual em detrimento do que vinha ocorrendo nos clubes agrícolas escolares, pois, em seguida a essa afirmação, o educador transcreveu a carta de Piza Sobrinho a Cantídio de Moura Campos. No GERB, por exemplo, as crianças se alimentavam do que produziam e o excedente era vendido nas feiras realizadas na escola, sendo o dinheiro revertido para a compra de materiais, ferramentas, brinquedos, uniformes, etc., ou seja, havia comércio dos produtos.

Mennucci (1944) não se mostrava favorável à profissionalização do ensino, todavia considerava que a escola poderia “ensinar a trabalhar”. Também não era contra o trabalho infantil. Afirmava que por lei era proibido empregar o menor de 14 anos, mas muitas vezes era o “braço infantil” que ajudava a família na zona rural, e certas culturas, como a do bicho-da-seda e das hortaliças em São Paulo, eram promissoras devido ao trabalho das crianças.

Posteriormente, o Decreto n. 7.957, de 4 de novembro de 1936, deu regulamento ao Departamento dos Clubes de Trabalho, configurando um misto das práticas dos clubes agrícolas e das prescrições de escolas pré-vocacionais do Código de Educação (1933). Em 1938, o

Decreto n. 8.927 extinguiu o Departamento de Clubes de Trabalho da Secretaria de Agricultura, Industria e Comercio, passando os clubes de trabalho existentes para a Diretoria de Ensino.

As leis e decretos sobre os clubes de trabalho fornecem subsídios para compreender o empenho do grupo paulista em circular em setores da administração pública que extrapolavam o âmbito da Diretoria de Ensino.

Os esforços da SLPB ultrapassaram o domínio do Estado e se expandiram para o plano nacional ao organizar o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural. Este evento pode ter sido um modo de definitivamente se contrapor ao “ensino regional”, visto que, na denominação do Congresso, foi utilizada a palavra “rural” ou mesmo para diferenciar-se daquele efetuado pela SAAT na Bahia em 1934.

O título da notícia sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural em São Paulo, que saiu no *Jornal do Brasil* de 5 de agosto de 1937, mostrava a intenção da SLPB com o evento: *Vai ser elaborado um plano de ensino rural para o Brasil*. O Congresso, realizado de 24 a 27 de agosto de 1937, foi composto por comissões responsáveis por elaborar o “anteprojeto”.

Esse Plano será encaminhado depois, com a assinatura e um pedido insistente de todos os congressistas à Comissão de Educação e Cultura da Camara Federal, onde se encontra em estudos o Plano Nacional de Educação organizado pelo Ministro de Educação e a ele enviado pelo dr. Gustavo Capanema (JORNAL DO BRASIL, 05 de agosto de 1937).

De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury (2013), o Plano Nacional de Educação (PNE) já estava no horizonte educacional desde a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1931. O PNE deveria considerar as “condições sociais do mundo”, “o fortalecimento da unidade brasileira, o revigoramento racial de sua gente e o despertar dos valores indispensáveis ao seu engrandecimento econômico” (CURY, 2013, p. 2). Por conseguinte, a Constituição de 1934 também previa a fixação de um PNE abrangendo todos os graus e ramos do ensino, passando a competência da redação do documento ao CNE.

A questão primordial a ser discutida, segundo Gustavo Capanema, era o analfabetismo, pois 60% das crianças em “idade escolar” não estavam na escola, sendo assim, a difusão do ensino “comum” tornava-se urgente “nas zonas rurais e urbanas” considerando a “enorme e rica variedade de psique brasileira” (OSÓRIO, 1943, p. 408 apud CURY, 2013, p. 4).

Gustavo Capanema, auxiliado por Lourenço Filho, apresentou, no plenário da CNE de 17 de fevereiro de 1937, um questionário contendo “213 questões no todo, dividido em 12 Títulos e sob esses um total de 13 capítulos, por sua vez, subdivididos em seções e sub-seções”

(CURY, 2013, p. 6) para ser endereçado aos professores, políticos, jornalistas e demais interessados no assunto. “Com efeito, ele foi enviado a múltiplas associações, personalidades, escolas de ensino superior e médio, organizações, de acordo com as 18 comissões temáticas criadas no âmbito do CNE” (CURY, 2013, p. 6).

No dia 18 de maio, o PNE elaborado foi enviado ao Presidente da República e depois à Câmara dos Deputados, instância em que foi formada a Comissão do PNE. A primeira reunião, realizada em 23 de agosto de 1937, foi presidida por Lourenço Baeta Neves, um dos primeiros sócios da SAAT em 1932. Ou seja, o Primeiro Congresso de Ensino Rural foi realizado pela SLPB num contexto de debates de diretrizes nacionais de educação, momento oportuno para a entidade posicionar-se e oferecer uma proposta de ensino rural para o Brasil. Com a instalação da ditadura varguista em 10 de novembro de 1937 e o fechamento do Congresso, as discussões do PNE foram interrompidas e uma nova Constituição imposta.

A nova Carta não especificava atenção às zonas rurais. Em contrapartida, no capítulo sobre educação e cultura, abordava o ensino pré-vocacional profissional dedicado às classes menos favorecidas economicamente como dever do Estado. As indústrias e sindicatos deveriam criar escolas de aprendizes destinadas aos filhos dos operários (BRASIL, 1937, artigo 129), e as escolas primárias, normais e secundárias receberiam, obrigatoriamente, ensino de educação física, ensino cívico e trabalhos manuais para formação do *homem nacional*.

2.1 A CONSOLIDAÇÃO DO “RUMO AO CAMPO”

Ao dissolver o Congresso nacional e abolir os partidos políticos, o “Estado Novo” passou a pregar a integração territorial como parte do projeto de nacionalização do país (MONARCHA, 2010). A palavra-chave dos anos 1930/1940 era “organizar”, medida pretendida para “conhecer os problemas do Brasil e enfrentá-los com diretrizes científicas” (GOMES, 2013, p. 45), notadamente dando visibilidade aos saberes sociológico, geográfico, histórico e estatístico.

Com o propósito de obter dados sobre o país, Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional de Estatística em 1936, e em 1938, sob outro formato, estabeleceu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual tinha como desígnio mapear os “vazios territoriais”⁴¹ não urbanizados. Na mensagem presidencial de fim do ano de 1937, Vargas discursou sobre a

⁴¹ Verbete a Conquista do Oeste. CPDOC/FGV.

conquista da identidade nacional, declarando o Oeste brasileiro como o Eldorado a ser reconquistado (GALVÃO, 2011), no intuito de povoar e ampliar o interior do país aproveitando os recursos naturais e humanos do sertão para alcançar a prosperidade do Brasil. A Marcha para o Oeste foi uma política de ocupação do interior do Brasil, com vistas a garantir a unidade nacional e a *formar o brasileiro*. A estratégia passava pela releitura do território nacional, valorização da terra e pela fixação planejada e ordenada de contingentes populacionais, temas veiculados pelos agentes educacionais.

Como plano de integração do país foi feito o recenseamento de 1940, levantamento que reafirmou a face rural do Brasil. Dois anos depois, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia aprovou a Divisão Regional do Brasil, divulgando a imagem do país como um todo e das regiões que o compunham. A alusão que se fazia ao “regionalismo” concomitantemente ao nacionalismo,

[...] pode ser interpretada como uma estratégia do Estado Novo, que se apropriou de uma terminologia muito compartilhada sobre regiões e regionalismos, retirando-a da referência política estadual a que se ligava na Primeira República. Nos anos 1940, o significado do que seria “regional” foi lançado para além das fronteiras dos estados. Ou seja, a proposta era produzir um reagrupamento de estados e territórios, considerando-se fatores da geografia física e humana do país, mas respeitando-se os limites político-administrativos então existentes. Dessa forma, combatia-se um regionalismo negativo, focado na descentralização política e estimulador do separatismo, sancionando-se outro regionalismo, este positivo, nascido da própria centralização do regime autoritário (GOMES, 2013, p.67, grifo da autora).

A proposta de Vargas para a interiorização incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos (VARGAS, 1937-1938, p. 317). Parte do seu empreendimento foi cumprida em Goiânia, cidade construída para ser capital de Goiás, bem como exemplo do que poderia ser feito pela integração territorial do Brasil. A pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933 pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira efetivou o projeto de cidade pelo arquiteto Atílio Correia Lima. Em 5 de julho de 1942, às 14 horas no Cine-Goiânia, a capital foi oficialmente inaugurada (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05 de julho de 1942). A fundação representou a “atualização do bandeirismo paulista, o paradigma de gestação da nação” (CAMARGO, 2010, p. 123-124). A bandeira como simbolismo da importância da “nação autônoma” foi apropriada pelo governo autoritário de Vargas para concretizar o “projeto nacionalizador do interior”. “A chegada em uma terra selvagem e despovoada deveria ceder lugar a um baluarte da ocupação civilizadora do interior, uma capital tornada símbolo da integração nacional” (CAMARGO, 2010, p. 124).

Juntamente com as comemorações da nova Capital, a ABE realizou o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, tendo o ensino rural como temática central. Simultaneamente ocorreram outros eventos, como a Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, as Assembleias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e Geografia e seus Cursos de Aperfeiçoamento, a Semana Ruralista e as sessões solenes do Instituto Histórico de Goiás, os quais compunham o “batismo cultural de Goiânia” (IBGE, 1944). O Congresso contou ainda com festas realizadas em vários locais da nova Capital, ofertadas por agricultores e pecuaristas, com *stands* do Ministério da Marinha, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura (“*stand* especial da Semana Ruralista”), Ministério da Educação e Saúde, Ministério da Aeronáutica e Ministério da Viação. Participaram ainda o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Instituto Nacional de Café, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). De acordo com Camargo (2010, p. 124),

as instituições que compareceram ao ritual de fundação da nova capital eram as mais emblemáticas e atuantes do Governo Vargas. Sua presença na série de eventos que deveria ser o “batismo cultural” representava o triunfo da modernização sobre o arcaísmo, na construção da brasilidade. Não podemos perder de vista os aspectos rituais do evento, que só engrandeciam a singularidade do ato. Erguer uma nova, moderna e planejada capital no “vazio”, e com uma rapidez impressionante, apenas enaltecia a performance do mágico poder civilizador do Estado Novo.

A inserção do IBGE no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação retomava a alusão à conquista do Oeste em um momento no qual o território emergia como questão renovada para a expansão do país como “instrumento de manutenção e exercício do poder” (SOUZA, 1995). O IBGE e a ABE possuíam relações próximas por causa de Teixeira de Freitas (CALDEIRA-MACHADO, 2016) - estatístico escolhido pela ABE para integrar a comissão executiva, bem como para ser responsável pela publicação dos Anais do Congresso e orador oficial da solenidade de abertura do evento. Segundo Carmargo (2010), a escolha do tema do Congresso pode ter sido influenciada por Freitas, por sua filiação à SAAT. No Congresso de Goiânia, Teixeira de Freitas apresentou a tese *Organização e educação do Brasil rural pelas ‘colônias-escolas’*, tema que já tinha sido debatido pelo autor no I Congresso de Ensino Regional da Bahia em 1934.

Na comissão organizadora do evento estavam Branca Fialho, General Candido Rondon, Elmano Cardim, Fernando de Azevedo, Fernando de Magalhães, Frota Pessoa, Gustavo Lessa, Lafaiete Cortes, Levi Carneiro, Odilon Braga, Olímpio Olinto de Oliveira, Paulo Filho, Sud

Mennucci e Virgílio Correia Filho. A escolha de nomes como Fernando de Azevedo, Fernando de Magalhães e Sud Mennucci poderia representar o reconhecimento da autoria de questões associadas ao ensino rural e ao trabalho, visto que, mesmo com diferenças, concordavam com a proposta de fixar o indivíduo no campo e de promoção do desenvolvimento do país em concordância com o projeto do Estado Novo.

O IBGE organizou, concomitantemente ao Congresso, a Segunda Exposição Nacional de Educação e Estatística “para demonstrar os progressos do aparelhamento da estatística brasileira e caracterizar, de forma impressiva, gráfica e numericamente, os principais aspectos da vida nacional [...]” (IBGE, resolução n. 99, de 19 de julho de 1938). No tocante à Educação, os Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação deram destaque aos *stands* de São Paulo e de Minas Gerais, o primeiro divulgando o ensino profissionalizante e o segundo, o ensino primário, como registrado nas fotografias do Congresso (IBGE, 1944). O IBGE pretendia dar visibilidade ao “*hinterland* brasileiro” proporcionando empreendimentos cívicos, artísticos e culturais no Congresso, com o intuito de divulgar a Marcha para o Oeste como uma iniciativa promissora do Governo Vargas.

Contribuindo com o evento, o Presidente da República cedeu cem vagas em transporte ferroviário para a caravana da ABE, de modo que a comitiva saiu do Rio de Janeiro no dia 15 de julho, passou por São Paulo e chegou a Goiânia no dia 18. Dentre as delegações que se credenciaram no Congresso, destaco as representações de São Paulo: Quintiliano José Sitrângulo - Diretoria Geral do Departamento de Educação, Sud Mennucci - Centro do Professorado Paulista, Noêmia Saraiva de Mattos Cruz - Grupo Escolar Rural de Butantan, e Manuel Rodrigues Lourenço - Grupo Escolar Rural de Dois Córregos, Piracicaba.

O Congresso utilizou as dependências da Escola Técnica de Goiaz para abrigar as palestras e teses proferidas pelos congressistas, bem como para inaugurar o edifício. Talvez a escolha daquela escola tenha sido um modo de reforçar a ênfase da educação para o trabalho. Realizado de 19 a 27 de julho de 1942, o Congresso teve como meta principal sugerir diretrizes e soluções para problemas relacionados à educação primária brasileira a partir dos seguintes temas:

Tema geral: A educação primária fundamental - objetivos e organização: a) nas pequenas cidades e vilas do interior; b) na zona rural comum; c) nas zonas rurais de imigração; d) nas zonas de alto sertão. Tema 1- O provimento de escolas para toda a população em idade escolar e de escolas especiais para analfabetos em idade não-escolar - O problema da obrigatoriedade. Tema 2- Tipos de prédios para as escolas primárias e padrões de aparelhamento escolar, consideradas as peculiaridades regionais. Tema 3- O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência. Tema 4-

A frequência regular à escola - O problema da deserção escolar - A assistência aos alunos - Transporte - Internatos e semi-internatos. Tema 5- Encaminhamento dos alunos que deixam a escola primária, para escolas de nível mais alto ou para o trabalho. Tema 6- O rendimento do trabalho escolar - O problema das medidas. Tema 7- As “missões culturais” como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social. Tema 8- As “colônias-escolas”, como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada”. Tema 9- A coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação (1944, p. 7).

Na sequência dos temas, foram convidados para a relatoria Raul Bittencourt, Coelho de Souza e Ernesto Pelanda, Almeida Junior, Sud Mennucci, Maria dos Reis Campos, Helena Antipoff⁴² e Moisés Xavier de Araújo, Ulisses Pernambucano, Nóbrega da Cunha, Moreira de Souza e Levi Carneiro.

As teses apresentadas deveriam ter cunho prático e síntese das experiências próprias ou de terceiros, dando visibilidade às características regionais, “apontando falhas na organização” e “sugerindo aperfeiçoamentos” (IBGE, 1944, p. 7). A ABE recebeu 173 propostas de teses e 126 foram aprovadas, sendo que, o tema geral e os temas especiais 3 e 4 apresentaram mais participações dos congressistas.

O maior número de teses foi apresentado por São Paulo (59), seguido do Distrito Federal (51) e de Goiás (17). São Paulo e Distrito Federal abarcavam a maior parte de intelectuais apensos à educação e Goiás, como sede receptora do evento, demonstrou o que vinha desenvolvendo no âmbito do ensino na nova Capital.

Pelas regras do Congresso, os relatores indicariam os trabalhos mais relevantes para serem lidos no plenário e publicados na íntegra nos Anais, como recomendação de leitura. As teses do tema geral escolhidas para exposição oral foram as de Celso Kelly (*A educação primária fundamental; objetivos e organização*), de Turiano Flávio de Andrade (*A educação primária fundamental, nas zonas rurais de imigração*), de Ofélia Sócrates do Nascimento (*A educação primária no alto sertão*) e de Dulcie Kanitz Vicente Viana (*Haverá diferença entre os objetivos gerais da educação ministrada nos dois tipos de escola: Rural e urbana?*), e para serem publicadas, as de 32 congressistas, incluindo duas comunicações de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz.

O tema geral buscava compreender as diferentes zonas rurais (nas cidades e vilas de interior, nas áreas comuns, de imigração e no alto sertão) e como vinham ocorrendo as experiências escolares nesses locais. A extensão territorial do país poderia ser um impeditivo

⁴² A professora não compareceu ao evento.

para criar um *consenso* em torno do que era a zona rural. De acordo com Raul Bittencourt (IBGE, 1944, p. 90),

não a podemos confundir com zona agrícola, não só porque esta pode existir em torno e na íntima dependência de um centro urbano considerável, como ainda porque zonas rurais, campesinas, podem ter a pecuária ou a indústria extrativa como base econômica de sua população. Nos Estados Unidos, no censo de 1920, foram indicadas como rurais as localidades que não tinham mais de 2.500 habitantes. Seria um critério demográfico.

Em 1938, com a Resolução n. 73 da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, foi proposto o estudo dos dados estatísticos brasileiros pelas teses enviadas à 1ª Conferência Nacional de Estatística. Pelas conclusões do evento, escolas rurais eram todas as instituições localizadas fora das sedes dos municípios ou distritos e as regiões campestres ou sertanejas só poderiam ter tais designações se comparadas a “cidades populosas e com comércio e indústria assaz desenvolvidos”. As caracterizações das escolas rurais e urbanas debatidas no tema geral do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação encerravam uma definição parecida com a da Conferência Nacional de Estatística de 1938.

E, ainda aqui, é indispensável uma outra ressalva importante. *É que educação rural e urbana só podem ser entendidas como espécies, modalidades, de um gênero comum. Não como duas categorias distintas.* Porque toda educação primária, onde quer que se exercite tem sempre certos objetivos gerais, que lhe são constantes, imanentes. Sobre esses propósitos uniformes, de educação comum, é que se desenvolvem outros objetivos, à maneira de uma superestrutura, relacionados com interesses sociais de zonas geográfica, econômica e culturalmente distintas (IBGE, 1944, p. 90, grifos nossos).

A apreciação do IBGE em 1938, e posteriormente reafirmada em 1942, ponderava que tanto ensino rural quanto urbano deveria ter o mesmo ponto de partida, a mesma base, para em seguida estarem sujeitas à diversificação. A educação primária deveria oferecer os mesmos princípios para as escolas brasileiras, evitando a “bi-partição [...] em rurais e urbanas” (IBGE, 1944, p. 91) e ainda reconhecer os diferentes tipos de escolas rurais de acordo com a economia, cultura e densidade demográfica de cada zona. O posicionamento do IBGE parece ter se incorporado às conclusões do tema geral do Congresso de 1942, pois o item 7 sugeria que toda administração com interesse de implementar o ensino primário e rural ou curso para professores rurais deveria proceder a um “minucioso inquérito sobre as condições geográficas, econômicas, demológicas e culturais da região considerada” (IBGE, 1944, p. 41).

As demais conclusões do tema geral perpassaram questões nacionalistas, higienistas e vocacionais. A primeira, com propósito de integrar a criança à sociedade brasileira, previa

educação comum a todos os brasileiros e uniformidade cultural para atender a “propósitos regionais”. Desse modo, os filhos de imigrantes nascidos no Brasil deveriam ser considerados brasileiros, como garantia o artigo 115 da Constituição de 1937, e precisavam estudar “compulsoriamente” em escolas nacionais, com professores previamente selecionados. O conteúdo nacionalista seria ministrado por meio da língua vernácula, da geografia e história pátria, da educação cívica e por “celebrações públicas das datas nacionais”.

A menção à educação cívica não era uma novidade, pois em 1940 Vargas promulgou o Decreto-Lei n. 2.072 que dispunha sobre a obrigatoriedade do ensino cívico, moral e físico de crianças e jovens, visando à formação da consciência patriótica (BRASIL, 1940, Decreto-Lei n. 2.072, artigo 2º), além de organizar uma instituição nacional chamada “Juventude Brasileira”.

Outra questão que vigorou na conclusão do tema geral foi o higienismo. A educação sanitária pretendia curar o corpo como obra da formação do cidadão brasileiro. Se por um lado, a sociedade necessitava de amparo à saúde e eliminação de doenças infectocontagiosas, por outro, os preceitos higienistas foram amplamente divulgados como condição para a transformação socioeconômica do indivíduo. A questão se expandiu para a prevenção de doenças pela alimentação e pelo “melhoramento da raça”.

O último ponto listado como síntese da plenária do tema geral refere-se ao ensino vocacional. Tratando especificamente de São Paulo, os agentes ligados a Sud Mennucci defendiam um ensino rural primário para nacionalizar, higienizar, cultivar o amor e o respeito às lides rurais e conter o êxodo do campo, como no caso de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. No mesmo Estado, Almeida Junior tratava do ensino universal em igual proporção para as zonas rurais e urbanas, pois dessa forma seria mais democrático. O ensino vocacional apareceu como demanda para “o ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolve a vida do educando” (IBGE, 1944, p. 41).

A proposta-síntese do Congresso previa uma educação comum a todos os tipos de escolas, contudo as rurais deveriam se articular com escolas agrícolas de grau médio. Cabe ressaltar que, poucos meses antes, três leis federais haviam sido promulgadas, a Lei Orgânica do Ensino Industrial - Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário - Decreto-lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942 e o Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem de Industriários (SENAI).

A Lei de Ensino Industrial dividiu a formação em profissional e técnica. A primeira estaria articulada ao ciclo inicial do ensino primário e a segunda, ao ensino secundário, este ofertado pelo governo. A Lei do Ensino Secundário vinculava o ensino primário ao ginásio e

a Lei que criou o SENAI - órgão vinculado à Confederação Nacional da Indústria - não especificava a escolaridade. Nenhuma das três leis tratava do ensino agrícola ou rural.

Em 1946 foram decretadas as Leis Orgânicas do Ensino Primário, do Ensino Agrícola e do Ensino Normal. Especificamente na Lei do Ensino Agrícola, o vocacional vigorou como alternativa ao ensino técnico ou profissionalizante em lugares do Brasil que não possuíam infraestrutura de materiais e máquinas.

O tema geral do Congresso de 1942 contemplou o nacionalismo e o higienismo e a vertente vocacional como uma *nova forma* de aprendizagem rural, porém o ensino vocacional não era consenso entre os congressistas. Noêmia Cruz, por exemplo, com sua tese *A educação rural nas zonas rurais comuns* (IBGE, 1944, p. 169), defendeu o ensino rural como uma pedagogia que relacionava o programa de ensino da escola primária oficial aos conteúdos rurais, com vistas a cultivar o amor e o respeito dos alunos pela natureza e a formar o futuro cidadão nacional.

Por que Noêmia Cruz versou sobre “educação rural nas zonas rurais comuns”? E o que significa a expressão “zonas rurais comuns”? No tema geral do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação havia a diferenciação entre cidades pequenas, vilas de interior, zonas rurais de imigração e do alto sertão e zonas rurais comuns. Noêmia Cruz pertencia a um grupo escolar localizado no bairro/distrito da Capital de São Paulo denominado Butantan, considerado rural no início do século XX e que na década de 1940 já não possuía a mesma característica por ter sido urbanizado. Para ela, *zona rural comum* poderia denotar uma área geográfica tida por rural e que se modificou mediante intervenções externas, porém conservando traços campestres.

Noêmia Cruz (IBGE, 1944, p. 169) abordou questões referentes ao ensino rural no Brasil levantando pontos contraditórios ao dizer que a “grande massa” dos cidadãos brasileiros estava no campo, que a escola rural era uma espécie de vetor para a “volta ao campo” e que “na cidade sobra gente e no campo falta”. Esses assuntos foram constantemente reiterados em seus pronunciamentos e nos de Mennucci, afirmações reproduzidas do mesmo modo pelas classes proprietárias de terras que buscavam intervenção econômica do Estado.

O primeiro Censo Demográfico que dividiu as zonas em urbanas, suburbanas e rurais data de 1940. A divisão se baseou no Decreto-Lei n. 311, de 02 de março de 1938, que delimitou o território brasileiro. As áreas urbanas e suburbanas ficaram sob a alçada dos municípios. Vilas e distritos deveriam ter o mínimo de trinta moradias e os municípios, duzentas. Demograficamente, era urbana a localidade na qual os habitantes se dedicassem “em maioria a atividades alheias à vida rural” (IBGE, 1950, p. XX). O IBGE não especificou características de cada zona e explicitou que não havia a possibilidade de proceder à “real significação desses

núcleos” pela enorme extensão territorial do Brasil, de modo que a classificação das zonas seria feita, portanto, de forma subjetiva.

Com relação ao ensino, Noêmia Cruz analisava a escola rural como “eivada de preconceito urbanista” (1944, p. 169), de modo que as “escolas da cidade” eram implantadas ou “enxertadas à força” em núcleos rurais. Ao dissertar sobre a escola rural, considerava-a possuidora de uma “grande missão”, privilegiada pelo contato com a natureza, que permitia o desenvolvimento do “método experimental”, prática importante para o exercício das “faculdades e aptidões necessárias à disciplina da ação, que é a grande edificadora da civilização dos povos” (IBGE, 1944, p. 169).

Com efeito, a disciplina da ação, essa disciplina, formadora do caráter, tem nas práticas agrícolas a forma mais simpática, adequada e proveitosa, a forma mais completa de se educar a criança, pois corresponde à sua cultura integral, sob o estímulo poderoso das necessidades espirituais, físicas e normais. Cultura integral, sim, - porque as práticas agrícolas além de exercitarem a inteligência colocando em atividade a atenção, a observação, o raciocínio - dando lugar à comparação e ao julgamento, estabelecendo a experiência, desenvolvem uma cultura física no melhor dos ambientes: em pleno sol e ao ar livre. Desenvolvem uma cultura moral, que fortifica o espírito de ordem, o hábito de observação, a reflexão, a prudência, a previsão, a vontade firme, a energia, a afeição ao trabalho - valores estes que emergem da luta consciente do homem com a natureza e que infundem um respeito infinito pela obra criadora, inimitável de Deus (IBGE, 1944, p. 170).

Esse saber da ação, da experiência remetia-se à escola ativa, ainda que Noêmia Cruz não nomeasse dessa forma. A escola ativa foi um movimento “com significados múltiplos e distintas apropriações constituídas no entrelaçamento de três vertentes: a pedagógica, a ideológica e a política” (VIDAL, 2013, p. 581). Havia disputas em torno da melhor forma de educar entre católicos, liberais, anarquistas, comunistas e também os ruralistas pedagógicos.

Pode-se inferir sobre a influência que Noêmia Cruz recebeu do escolanovismo, considerando as três vertentes apontadas por Vidal. Pedagogicamente, havia uma repulsa pelo caráter “livresco, teórico e enciclopédico” (IBGE, 1944, p. 170) do ensino, do mesmo modo que os escolanovistas liberais quando tratavam da educação *tradicional*. Ideologicamente, a escola rural era vista como uma forma de transformar a sociedade, sendo que, na acepção de Noêmia Cruz, era do campo que saíam os líderes do Brasil. E no que tange à política, seus argumentos convergiam para apresentar o ensino rural como uma alternativa para a sociedade brasileira.

A professora julgava que o camponês, a despeito de sua “superior inteligência”, necessitava de preparo para que seu trabalho não fosse improdutivo. Ela não partilhava das

proposições que pretendiam transformar o ensino primário em técnico ou profissionalizante, pois assim seria uma “pseudo-escola de agricultura”, ou seja, o ensino rural deveria ser transmitido de forma experimental e prática.

Noêmia Cruz concluiu a tese com algumas diretrizes para a educação primária fundamental na zona rural, como fazer com que a vida no campo fosse agradável; influenciar a região na qual se situava funcionando como centro de difusão cultural; preparar o professor rural “para exercer essa missão”; criar escolas normais rurais com ênfase em agricultura e em enfermagem e fazê-las promotoras do progresso; melhorar a remuneração do professor e dar assistência médica sanitária, moral e pedagógica ao habitante da zona rural.

A outra tese apresentada por Noêmia Cruz dizia respeito *A frequência regular à escola - O problema da deserção escolar - A assistência aos alunos - Transporte - Internatos e semi-internatos*. Este tema teve a relatoria de Maria dos Reis Campos e versou sobre questões de permanência dos alunos nas escolas. O foco central das discussões foi o tratamento da frequência como “um problema social” (IBGE, 1944, p. 379).

As soluções apresentadas foram a aproximação entre escola e família, o incentivo à criação de associações de pais e mestres ou a visitação de professores nos lares, a assistência alimentar e à saúde dos alunos e dos pais, a criação de internatos e semi-internatos como uma forma de economia nos traslados, e a preparação específica do professor.

Dentro desse tema, Noêmia Cruz tratou sobre a *Assistência aos alunos - assistência sanitária*, levantando questões de engenharia sanitária e assuntos médicos, visto que sua experiência a fez concluir que o problema do Brasil passava pela falta de educação e saneamento. Desse modo, relatou sua participação em eventos realizados em São Paulo, Minas Gerais e Bahia, dos quais constatou três grandes dificuldades que a população rural enfrentava: falta de saúde, de instrução e de recursos, reiterando sua visão acerca do

homem do campo, pobre vítima do impaludismo, do amarelão, do tracoma, da sífilis, do alcoolismo, carregando, por êsses vastos sertões sem fim, a sua cruz de desesperança e pessimismo, tem o direito de encontrar na escolinha rural um oásis, um remédio para o seu sofrimento, uma guia para a sua cegueira, um guia amigo para o ajudar na sua caminhada humilde, cheia de tropeços e de dificuldades que podem ser vencidos (IBGE, 1944, p. 401).

O foco da proposição de Noêmia Cruz era a falta de saúde e de higiene consideradas perniciosas para a vida daqueles que viviam no campo, sobretudo das escolas. Ao seu ver, uma educação primária adequada e promissora atrelada à assistência higiênica poderia contribuir com o progresso da lavoura. A professora relatou que a criança era como um “fio condutor de

uma constante corrente de idéias e sentimentos” (IBGE, 1944, p. 402) que conectava a escola ao lar, exercendo o papel de “monitor da higiene da família. ‘Higiene em ação’” (IBGE, 1944, p. 402). Acreditava também que deveria ser feita uma reforma nos programas de ensino visando às necessidades do campo. A esse respeito, dizia que “o saneamento e a escola devem ser a pedra de toque da escola do campo. A escola primária deve ser a primeira e a maior escola de higiene de um país” (IBGE, 1944, p. 402).

A exposição oral feita pela professora teve por finalidade apontar a escola como um centro de irradiação da higiene para alcançar as famílias, pretendendo sarar por completo toda a sociedade. Ela tratou de sua experiência no Grupo Escolar Rural de Butantan e nas escolas rurais de Minas Gerais, nas quais desenvolveu um programa de higiene prática e de implementação de noções de higiene rural nas classes de 4º grau com os seguintes temas:

o lar rural, a privada rural, fossas sanitárias, simples, perdidas, com vaso e sifão ou séptica, etc. O calçado e a privada como meios de profilaxia das verminoses e outras moléstias. Remoção de detritos e lixo; remoção das águas servidas; remoção das camas e excrementos dos animais. Estrumeiras rústicas. Plataformas cobertas. Desinfecção das habitações, das fezes e das pessoas em casos de moléstias contagiosas. Desinfecção dos abrigos de animais de criação. Destruição dos pequenos animais e insetos nocivos. A água potável - A água dos charcos, dos lagos, dos riachos e dos rios, água das fontes, dos poços, água das chuvas. Correção das águas: arejamento, temperatura. Filtração natural - Filtração mecânica. As moléstias contagiosas; meios preventivos e de combate. Primeiros socorros em casos de acidentes, etc. acresce para a secção feminina: noções de puericultura, prelecionadas pelas suas respectivas professoras, e confecção de roupinhas para recém-nascidos. Aos alunos interessados são fornecidas plantas de privadas, portáteis, de fácil construção e baixo preço (IBGE, 1944, p. 402).

Não se pode perder de vista que as atividades de Noêmia Cruz eram desenvolvidas dentro do Instituto Butantan, uma instituição de pesquisa que atuava na disseminação da saúde pública, desenvolvendo vacinas e soros principalmente para a população paulista. Cabe pontuar também que, naquele momento, a escola era vista como dispositivo higiênico e os alunos como vetores da saúde na família. Tendo em vista que uma das funções do professor rural era ser um higienista/enfermeiro e sobretudo diante das discussões acerca do higienismo na época (ROCHA, 2011; VEIGA, 2004), Noêmia Cruz empreendeu uma campanha de combate à verminose na escola, inclusive contra o amarelão, entre março e abril de 1942, apoiada pelo Serviço de Saúde Escolar. Segundo a professora, os resultados foram benéficos, colhidos em pouco tempo:

Uma aluna, Lourdes Nunes, de 12 anos, sofrendo de agudo estrabismo, dias depois da 2ª dose de vermífugo, melhorou tanto dêsse defeito visual, que a todos causou surpresa.

Uma infeliz criança, de 6 anos apenas, eliminou de uma vez 73 ascaris, sem contar os oxiúros e ancilóstomos. Era impressionante o aspecto de debilidade física dessa criança.

A aluna Emérita Duarte, de 11 anos, premiada em 1941 no concurso de robustez escolar não era portadora de vermes intestinais...

O interessante menino de oito anos, Olídio Calixto, do primeiro grau, trouxe com grande insistência, para tomar também a sua dose de vermífugo a sua velha mãe. E contou-me ela: Meu filho insistiu muito para que eu viesse com êle, dizendo-me: -Na escola me ensinaram que todos em casa devem se tratar; um só não vale, pois pega outra vez a doença dos outros... Vamos, mamãe, venha comigo tomar o remédio.

A professora D. Irma Soares, do 1º grau, hoje veio me alegrar com êste valioso depoimento: -“D. Noêmia, tenho notado que de uns quinze dias para cá, a minha classe está melhorando muito. As crianças estão mais vivas, mais diligentes e com vontade de estudar. Por que será?” E eu, contente, pensei: será o resultado do combate à verminose? (IBGE, 1944, p. 403).

Em um inquérito de janeiro de 1942⁴³, Noêmia Cruz relatou ter feito um levantamento dos vencimentos das famílias dos alunos da escola, que se fixavam em torno de 250 a 400\$⁴⁴. A baixa remuneração não proporcionava meios de suprir as necessidades básicas da família, o que por sua vez poderia levar à falta de higiene e de condições sanitárias apropriadas.

A professora chegou à conclusão de que as crianças repetentes eram portadoras de numerosos parasitas intestinais, pois citou o caso da aluna Emérita Duarte, premiada no concurso de robustez de 1941.

Outra questão pertinente na exposição de Noêmia Cruz foi como ela via o bairro no qual a escola estava instalada, várias vezes se referindo à “população rural do Butantan”. Para ela, era importante marcar o lugar de onde estava falando, legitimando sua fala de que vinha trabalhando com uma proposta totalmente rural, começando pelo lugar no qual a escola estava sediada.

As duas comunicações feitas por Noêmia Cruz no Oitavo Congresso de Educação em Goiânia dialogavam, dando visibilidade ao que chamou de a “disciplina da ação”, o fazer aprendendo partindo da observação até proporcionar a mudança de hábitos dos alunos. Em 10 anos de experiência no GERB, Noêmia Cruz manteve suas convicções, ratificando discursos sobre a necessidade de ensino rural para o Brasil.

Como se percebeu, os conceitos de ensino rural, regional e agrícola foram se estruturando a partir de debates realizados na sociedade e, no início da década de 1940, as

⁴³ Não foi possível localizar este documento no Núcleo de Documentação do Instituto Butantan.

⁴⁴ Para efeito de comparação de valores, uma assinatura anual do jornal *Correio Paulistano* era 65\$000 e a semestral de 35\$000 (CORREIO PAULISTANO, 08 de janeiro de 1942, p. 6).

diferenças eram perceptíveis. O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação concentrou vários grupos discordantes que “figuravam-se como artífices da Pátria Nova” (MONARCHA, 2010, p. 152), consolidando o “rumo ao campo”.

Convertidas em paradigma no cerne da definição do pensamento rural e da ética de restituição dos direitos usurpados ao campo, as conclusões do grupo condensam e atualizam antigas aspirações, ao oficializarem o *modo de dizer* e o *modo de fazer* ensino rural. No moderno bailado da política, economia e ideias, as conclusões associavam às questões concernentes ao Estado democrático, social e nacionalista, à colonização interna, à expansão e domínio das fronteiras internas (MONARCHA, 2010, p. 152).

Na década de 1940, o ensino vocacional foi legalmente estabelecido pela Lei Orgânica de Ensino Agrícola (1946) em âmbito nacional. Em São Paulo, o Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947, elaborou a “Consolidação das Leis do Ensino”, que previa a instalação da Assistência Técnica do Ensino Rural com o objetivo de “orientar, centralizar e coordenar todas as atividades rurais no ensino primário e normal do Estado” (SÃO PAULO. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947, artigo 41). Este Decreto abordava o ensino pré-vocacional com duração de um ano, destinado “aos alunos que, tendo concluído o quarto ano dos grupos escolares, com a idade máxima de quatorze anos, desejem seguir profissão industrial, comercial ou agrícola” (SÃO PAULO. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947, artigo 227), o qual tinha orientação semelhante ao Decreto n. 7.957, de 4 de novembro de 1936, que regulamentou os Clubes de Trabalho em São Paulo.

Em 1945 a SAAT encerrou suas atividades (PINHO, 2007) e a SLPB parece ter continuado atuante ainda na década de 1950, quando organizou o I Congresso Interamericano de Educação de Base “sob os auspícios da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 12 de junho de 1954).

Sud Mennucci assumiu a Diretoria de Ensino pela terceira vez, de 1943 a 1945, vindo a falecer em 1948 (MONARCHA, 2010). Noêmia Saraiva de Mattos Cruz continuou atuando como Diretora do GERB até 1943, assumindo, a partir dessa data, a função de Inspetora do Ensino Rural. Como Noêmia Cruz se tornou expoente do ensino rural em São Paulo? Quais caminhos percorreu até chegar ao GERB? Porque a experiência de Noêmia Cruz foi realizada na cidade de São Paulo na década de 1930? Essas questões serão tratadas no capítulo seguinte.

3 “*THE RIGHT WOMAN IN THE RIGHT PLACE*”

Os debates em torno do Brasil e sua vocação agrícola foram bastante disseminados, sobretudo pelo Estado de São Paulo, no qual sua Capital encarnava a imagem híbrida de um país em transformação. A urbanização, a imigração, o higienismo, a eugenia, as manifestações culturais, o cinema, o rádio, a criação de escolas, os acordos e desacordos políticos davam mostras da pretendida conquista da superioridade bandeirante frente à nação. São Paulo convivia com “[...] grande extensão de terras rurais em seu derredor, áreas estas que passaram a servi-la, a integrá-la de certa forma, a construir reserva potencial para a expansão futura” (LANGENBUCH, 1971, p. 4). Havia convivência do cidadão com o caipira, este com papel ambíguo, por um lado valorizado pelo seu trabalho indispensável de fartar a mesa paulista, por outro, desvalorizado pela “ignorância”, “moléstias” e falta de contribuição para o progresso do país.

A cidade de São Paulo era um misto de diversas culturas no início do século XX. Inúmeras pessoas ou mesmo famílias inteiras vinham de outros países e Estados brasileiros, e também do interior. Os deslocamentos permitiam a ocupação de espaços e a construção de novos lugares. Nas áreas centrais da Capital, como Avenida Tiradentes e arredores, a visão era de uma São Paulo urbanizada e em constante transformação, nas áreas mais afastadas, como o Butantan, o espectro se modificava para uma cidade mais rural, com menos intervenções urbanísticas. São Paulo era várias cidades em uma, um agrupamento de narrativas e relatos.

Nessa heterogeneidade, conviviam diferentes modelos educativos: escolas isoladas, grupos escolares, escolas normais, secundárias, modernas (anarquistas), profissionais, jardins de infância, orfanatos, associações de assistência à infância, escolas noturnas, confessionais, comunitárias e grupo escolar rural. Em plena ascensão urbana na década de 1930, a cidade de São Paulo iniciou uma experiência de escola rural. Contradição? Não, apenas duas faces da mesma moeda. A valorização da terra também seria vivenciada pela cidade com o Grupo Escolar Rural localizado dentro do Instituto Butantan. Para engendrar tal proposta, uma professora nascida numa fazenda em Rio Claro desbravaria o sertão urbano da Capital, seria “*the right woman in the right place*”⁴⁵. Essa foi a forma que Sud Mennucci se referiu a Noêmia

⁴⁵ Esta expressão foi um *slogan* da campanha do candidato a Presidente dos Estados Unidos Millard Fillmore. Numa litografia de 1856, o candidato aparece no meio de dois oposicionistas, um abolicionista e o outro a favor da escravidão. Fillmore era considerado um candidato equânime entre o democrata e o republicano. Informação disponível em <http://www.loc.gov/pictures/item/2001703986/>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

Saraiva de Mattos Cruz ao prefaciá-lo o livro dela, *Educação Rural*, publicado em 1936. A professora transformou uma proposta de ensino rural em “campo da efetividade prática” (MENNUCCI, 1936, p. 10) dentro da cidade de São Paulo.

3.1 “*THE PLACE*”: SÃO PAULO, CIDADE CICLÓPICA

Em 1929, os imigrantes húngaros Rudolpho Lustig e Adalberto Kemeny lançaram o filme *São Paulo - A Symphonia da Metrópole*, no qual a cidade aparece como protagonista e se apresenta totalmente nova e distante da São Paulo colonial. Numa composição de quadros dinâmicos que apresentam o cotidiano paulistano, o filme mostra, em uma de suas últimas cenas, a cidade de São Paulo como ciclópica. Ciclopes eram deuses imortais da mitologia grega, grandes, resistentes e com um olho central na fronte. A referência à cidade como uma divindade forte que podia ver tudo de cima, um gigante, assenta com as filmagens feitas do alto dos edifícios construídos nos primeiros 30 anos do século XX. Uma das impressões do longa-metragem, nas tomadas das ruas dinâmicas a partir da vista aérea, se consolida na concepção de que para ser grande era preciso trabalhar, para alcançar o cume era preciso antes estar embaixo.

Como afirmou Certeau (2007), estar num lugar tão alto é estar no topo do domínio da cidade, é ser um *voyeur*. É sentir-se todo quando se é apenas um, é ter a ilusão de saber quando se trata da ficção do saber. Embaixo “vivem os praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 2007, p. 171). São caminhantes, pedestres, migrantes (*Wandersmänner*) que escrevem o texto urbano, mas não podem lê-lo. Convivem, mas não o conhecem. Tudo o que ocorre não pode ser visto, como se ficassem cegos de repente. Entretanto, as escritas se cruzam e formam uma rede composta de “fragmentos de trajetórias” (CERTEAU, 2007, p. 171). As totalizações imaginárias estão lá, porém existe a estranheza que não aparece. Certeau (2007) destacou que as práticas estranhas à geografia das construções visuais remetem a “operações” que são as “maneiras de fazer” e a outra “espacialidade”, ou seja, uma experiência antropológica do espaço.

De acordo com André Gatti (2008), os diretores do filme esconderam a “cidade real” em todo o tempo do documentário, pois estavam comprometidos com o objetivo propagandístico de veicular a ideologia burguesa industrial reinante no período. Nesse caso,

havia a intenção de mostrar São Paulo como a “locomotiva econômica do país”⁴⁶, e a despeito da visão progressista, o filme torna compreensível a rapidez com que a cidade de São Paulo foi se transformando a partir do fim do século XIX.

Entre 1870 e 1920, São Paulo cresceu economicamente, despontando como referencial de desenvolvimento enquanto o nordeste brasileiro e o Vale do Paraíba viram sua produtividade baixar consideravelmente⁴⁷. De acordo com Milton Santos (2013, p. 59),

[...] São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é o fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. Esta nova qualidade do papel de comando da metrópole paulistana provoca um distanciamento maior entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma maior divisão territorial do trabalho, não só do Sudeste, mas de todo o Brasil. São Paulo destaca-se como metrópole onipresente no território brasileiro.

A concentração da riqueza paulista incidira em questões políticas, como no fim da Monarquia e na ascensão da República brasileira, dando início ao “império dos fazendeiros”. A Constituição de 1891 reforçou este domínio ao conceder poderes políticos e administrativos aos recém-Estados, sem que necessariamente houvesse intervenção da União. Tal concessão favoreceu o Estado de São Paulo, sobretudo após o êxito na eleição de Prudente de Moraes como Presidente do Brasil.

Segundo Sueli Queiroz (2004), os primeiros anos republicanos foram muito agitados em termos políticos e foi nesse momento que a cidade de São Paulo começou a se fixar como a “capital do café”, visto ser passagem obrigatória para o porto de Santos. No final do século XIX a malha ferroviária administrada pela empresa inglesa *São Paulo Railway* estava completa, possibilitando o escoamento rápido da produção. Até 1896 o café continuou se expandindo e visando o consumo mundial, porém, desse ano em diante, a superprodução ocasionou a queda dos preços. Os cafeicultores aprovaram medidas criando o Convênio de Taubaté, no qual os Estados que mais produziam café - São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro,

[...] retirariam de circulação boa parte das safras, ressarcindo os fazendeiros e mantendo os preços altos, graças a empréstimos que fariam no exterior. Na verdade, caberia ao Estado de São Paulo, o maior interessado no acordo e, na

⁴⁶ Expressão baseada em ANDRADE, Oswald. *Marco Zero I - A revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991.

⁴⁷ É importante ressaltar que até 1960 São Paulo e Rio de Janeiro dividiam o lugar de cidades brasileiras milionárias, portanto, a preeminência paulista sobre o país deve ser analisada, principalmente, sob o prisma do “imaginário”.

época, presidido por Jorge Tibiriçá, a iniciativa dos empréstimos e controle da produção, encontrando-se a fórmula do êxito nesse expediente oportunista, que significou a primeira intervenção oficial em uma economia até ali tida por liberal (QUEIROZ, 2004, p. 26).

Dois anos depois, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, São Paulo instalou um pavilhão, projetado por Domiziano Rossi, do escritório Ramos de Azevedo, com o objetivo de mostrar a prosperidade e o desenvolvimento do Estado Paulista, que se pretendia “essencialmente agrícola” (CAMPOS, 2002, p. 105).

Nessa mesma época, a cidade de São Paulo encontrava-se circundada por dois cinturões, o das “chácaras” e o “caipira”. O primeiro “achava-se visivelmente organizado pela cidade para a cidade” (LANGENBUCH, 1971, p. 76). Além das chácaras com função residencial e secundariamente de produção frutícola, o cinturão encerrava uma série de elementos funcionalmente ligados à cidade e que aí se situavam por requererem muito espaço, seja pelo seu caráter repulsivo (recomendado seu isolamento) ou pela localização campestre ser considerada ideal. Segundo Juergen Langenbuch (1971, p. 76), “trata-se daqueles pousos de tropa destinados a propiciar alojamento junto à São Paulo, dos cemitérios, de hospitais, de colégios, do depósito de pólvora”. O cinturão das chácaras, pertencente à elite econômica paulista, também produzia gêneros alimentícios e foi essa área que ficou mais valorizada pela especulação imobiliária no início do século XX.

Já o cinturão caipira,

[...] seguia ao das chácaras, se caracterizava pela cultura de subsistência e pela produção agrícola extrativa (lenha, madeira, pedras de cantaria e produtos cerâmicos) e artesanal (objetos de barro) destinados ao abastecimento de São Paulo. Alguns aglomerados desta faixa são procurados pela população paulistana para fins recreativos e religiosos (LANGENBUCH, 1971, p. 76).

Esse entorno rural estava focado na produção agrícola, com acentuado progresso a partir da abertura de estradas. Para Langenbuch (1971, p. 161), a área era marcada por “extensões territoriais caracterizadas pelo conjunto de atividades, estabelecimentos, empreendimentos, ‘usos do solo’ e paisagens normalmente não encerrados no interior das cidades, mesmo que a ela estreitamente vinculados”. A área rural da cidade de São Paulo era composta também pelos municípios vizinhos, como Cotia, Parnaíba, Juqueri, Guarulhos e Mogi das Cruzes.

A *urgência* no desenvolvimento econômico do país foi assimilada pela Capital paulista e vista em atividades comerciais, em obras, na ampliação das atividades econômicas, na criação de instituições públicas. Ao mesmo tempo, a cidade de São Paulo servia de ponto de encontro

e moradia fixa ou veraneia dos grandes proprietários do café, industriais e comerciantes, que iam às suas propriedades rurais somente na época das colheitas (BASTIDE, 1978).

Com o progresso econômico, a cidade atraiu imigrantes, em sua maioria italianos, compondo, de uma forma bem diversificada, o quadro étnico da cidade. O momento era oportuno para pensar no ensino elementar e profissional como formas de nacionalizar o estrangeiro e dar-lhe condições para exercer funções urbanas.

A impressão sobre São Paulo nos primeiros anos republicanos era a de uma cidade dinâmica (PORTA, 2004), com construções monumentais, como o Teatro Municipal e a Escola Caetano de Campos. As antigas chácaras passaram a se constituir como bairros.

Entre 1889 e 1900, as áreas funcionais começam a aparecer mais nitidamente. O centro, com o tradicional triângulo formado pelas ruas Direita, XV de Novembro e São Bento é crescentemente movimentado pelos setores comercial e financeiro, afastando as moradias que ainda ali existiam para bairros mais estritamente residenciais, cuja diferenciação também vai ocorrendo segundo o nível econômico-social de seus moradores (QUEIROZ, 2004, p. 23).

São Paulo se expandiu para as regiões Oeste, Leste e Sul, áreas de concentração das indústrias paulistas, modificando a paisagem urbana. Assim como ocorria no transporte do café das grandes fazendas, as linhas férreas *Central do Brasil*, *Santos-Jundiaí* e a *Sorocabana* passavam pelas principais zonas industriais da cidade. De acordo com Pasquale Petrone (1955), a industrialização corroborou a expansão urbana da área sem criar uma zona industrial específica, dividindo espaço com residências proletárias, caracterizando-se como bairros mistos. O autor argumentou ainda que a industrialização não foi o único fator de desenvolvimento da cidade, mas que se harmonizou com

[...] o ininterrupto desenvolvimento econômico do Estado, que lhe assegurou a liderança dentro do país, neste particular; o consequente e paralelo desenvolvimento da função comercial; e, naturalmente, a preeminência político-administrativa que a cidade, por ser a capital, continuou a usufruir dentro das terras paulistas, e mesmo, fora delas, num âmbito cada vez mais vasto [...] (PETRONE, 1955, p. 83).

Cabe pontuar que o termo industrialização deve ser tomado de forma ampla, como “processo social complexo” (SANTOS, 2013, p. 30), que abrange o mercado nacional em desenvolvimento, as mudanças no território para integrá-lo, bem como as configurações de aumento do consumo e a dinâmica de suas relações, intensificando, desse modo, a urbanização.

Até 1910, sob a administração do fazendeiro de café Antonio da Silva Prado, São Paulo foi dividida em distritos e teve mais de um milhão de metros quadrados de rua pavimentados.

De 1911 a 1914, no governo do Barão de Duprat e em seguida com Washington Luís, as obras de urbanização alcançaram bairros periféricos como Brás e Vila Prudente, além de criar as feiras livres⁴⁸.

A cidade de São Paulo não estava planejada para atender as necessidades habitacionais dos mais pobres. Sem alternativas e sem infraestrutura, multiplicavam-se os cortiços e as moradias coletivas de aluguel. Essas pessoas buscavam oportunidades de trabalho na cidade, visto que a industrialização em São Paulo crescia. Como afirmou Milton Santos (2013), a cidade por si só é criadora de pobreza tanto socioeconomicamente quanto estruturalmente, contribuindo para a pauperização dos habitantes das periferias ou dos cortiços. Ainda segundo o autor, há uma relação entre o processo de urbanização do Brasil e a crescente pobreza, principalmente nas grandes cidades.

A expansão industrial brasileira ocorreu pelo excedente na produção, abrindo caminho para o mercado internacional (CANO, 1977). Tal desenvolvimento incidiu em precárias condições de trabalho enfrentadas pelos operários, em sua maior parte imigrantes que preferiam se fixar na cidade. Sem uma legislação que os amparasse, os trabalhadores organizaram greves no final da década de 1910, exigindo atenção do governo para o cuidado físico, jornada menor, proteção e segurança, com o intuito de buscarem proteção contra as injustiças de seus patrões (HALL, 2004).

Em 1918, São Paulo sofreu com a pandemia de gripe espanhola, doença que dizimou 350 mil pessoas na cidade. A enfermidade se proliferou pelo mundo em grandes centros nos quais havia extensa aglomeração de pessoas. A ausência de condições sanitárias colaborou para o alastramento do surto. De acordo com Raquel Rolnik (1997), leis haviam sido implementadas, regulando o espaço urbano desde a entrada do século XX. Já no fim da década de 1920, o Código de Obras Arthur Saboya (SÃO PAULO. Lei n. 3427, de 19 de novembro de 1929), normativa para edificações e construções na cidade de São Paulo, trazia, no artigo 233, a proibição de habitações coletivas como cortiços, determinando que os infectados ou insalubres fossem demolidos ou reconstruídos.

À falta de estrutura sanitária e habitacional, somavam-se as revoltas, como a que ocorreu em São Paulo em 1924. Na esteira do Movimento de 1922, conhecido como Tenentismo, revoltosos militares tomaram a Capital paulista transformando-a numa trincheira, prejudicando o abastecimento, vitimando a população civil com lutas violentas pelas ruas e bairros durante 22 dias. Nesta Guerra de 1924, militares bombardearam a casa do Presidente do Estado,

⁴⁸ O Mercado Municipal foi criado em 1931, na gestão de Teodoro Ramos (PORTO, 1992).

enquanto outros, leais ao governo, revidavam com bombas aéreas. Para intimidar trabalhadores e por receio de que viessem a se somar aos militares, as tropas do governo acanhoaram Mooca e Brás, bairros operários (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15 de julho de 1924).

Com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, a queda nos valores do café ocasionou o desabamento do “império dos fazendeiros”, levando-os à bancarrota (QUEIROZ, 2004, p. 33). Na administração política, Washington Luís rompeu com Minas Gerais na política conhecida por “café com leite” ao indicar Júlio Prestes à presidência, na tentativa de manter a hegemonia político-econômica paulista. O Estado de Minas Gerais se aliou ao Rio Grande do Sul e aos demais dissidentes, dando início à Aliança Liberal, com o intuito de lançar a candidatura de Getúlio Vargas para a presidência do país.

Júlio Prestes foi eleito e a oposição, que já estava se articulando, contou com o apoio militar para proceder à Revolução de 1930. São Paulo não apoiou o novo presidente a despeito de sua naturalidade, pois

[...] os agricultores, descontentes com o governo, mantiveram-se alheios; industriais queriam apenas “ordem e segurança” para se desenvolverem e sofriam as consequências de um programa deflacionário; os setores médios urbanos imaginavam talvez que a corrupção, sobretudo a eleitoral, acabaria e, para os descendentes de imigrantes incluídos nesses grupos, o movimento representaria, talvez, a possibilidade de, pela participação política, integrarem-se mais profundamente numa sociedade em que, de certa forma, ainda eram adventícios (QUEIROZ, 2004, p. 33).

Getúlio Vargas tomou o poder e como presidente provisório nomeou interventores para os Estados. Para governar São Paulo, convidou o tenente recifense João Alberto Lins de Barros, escolha que desagradou o Partido Democrático e outros grupos dirigentes do Estado. O motivo da insatisfação decorreu da autorização de funcionamento do Partido Comunista Brasileiro, bem como pela ameaça de confiscar as fábricas que não cumprissem as medidas sociais estabelecidas. Além disso, organizou a Legião Revolucionária, partido que tinha por objetivo mobilizar o apoio das massas ao novo governo. Entre 1931 e 1932, “[...] o Partido Democrático procurou alianças em outros Estados, rompeu com Getúlio Vargas e concretizou um acordo com o Partido Republicano Paulista (PRP), seu inimigo de antes. Formava-se então a Frente Única Paulista” (QUEIROZ, 2004, p. 35).

Tanto a interventoria de João Alberto Lins de Barros quanto a autorização de funcionamento do Partido Comunista foram fatores de descontentamento de parte da população. O primeiro, por ser agente do governo Vargas e pela aproximação com a classe operária, desagradando às classes conservadoras paulistas; e o segundo, por ser considerado o

“perigo vermelho”. Ambos assuntos foram muito veiculados em revistas e jornais da época (BORGES, COHEN, 2004). O plano dos revolucionários era “libertar São Paulo dos terríveis comunistas, inimigos da religião, da pátria” (BORGES, COHEN, 2004, p. 312).

A tensão política, social e econômica desfechou a Guerra Civil de 1932, ou Revolução Constitucionalista como ficou conhecida, partindo de São Paulo.

A mobilização foi geral: dissidentes do PRP, os integrantes do Partido Democrático, representantes da classe agrária, comerciantes, industriais, funcionários públicos, estudantes, intelectuais como Monteiro Lobato, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida e outros notáveis, todos se uniram na luta “pela defesa de São Paulo” [...] Ao falar em nome da sociedade em geral e a ela se dirigindo indiscriminadamente, essa classe fazia seus interesses particulares parecerem como universais (QUEIROZ, 2004, p. 35).

A Capital paulista também foi palco das lutas conflagradas naquele ano. A população instigada pela imprensa (CARDOSO, 1982) fazia jus ao mote, inscrito no brasão da cidade, “*non ducor duco*” ou “não sou conduzido, conduzo”. Queiroz (2004) assevera que o Movimento de 32 não foi feito apenas pelas oligarquias agrárias, mas teve apoio de indígenas, negros, mulheres, bem como de operários. Os industriais estavam insatisfeitos com os impostos cobrados pelo governo federal e a elite econômica visava a projetos políticos de expansão financeira.

Vavy Borges e Ilka Cohen (2004, p. 313) pontuaram que a presença de um governo considerado ilegítimo para os paulistas fortalecia o “regionalismo”, reiterado por manifestações populares de descontentamento.

Volantes, jornais, músicas ilustravam os sentimentos contra o ‘não-paulista’, os ‘estranhos ao Estado’, no caso os gaúchos e os ‘outubristas’, mas também os nordestinos, presentes em vários níveis no Estado de São Paulo, desde os postos mais altos (como o interventor João Alberto e o comandante da II Região Militar, Góes Monteiro) até os mais humildes. Os ‘cabeças-chatas’, os ‘barrigudinhos’ eram objeto de chacota em historinhas contadas nas colunas dos jornais e nas charges; os termos ‘forasteiros’, ‘arrivistas’, alienígenas’ e outras alcunhas se tornavam fortes insultos na boca dos ‘filhos da terra’. Do ponto de vista prático, aconselhava-se o boicote aos produtos não-paulistas (no que depois da derrota militar em 2 de outubro, um volante chamava de ‘guerra branca’). Assim, a nomeação de um ‘interventor civil e paulista’ tornou-se a grande exigência dos políticos (BORGES; COHEN, 2004, p. 313).

De acordo com Borges e Cohen (2004, p. 321), o Movimento de 32 simbolizou, para os paulistas, um ato de grandeza para o país, enquanto para Vargas soou como uma contrarrevolução, ou seja, “a ambição de impor o predomínio de um estado sobre todos os outros do Brasil”. As autoras argumentaram, que, para o presidente provisório era estratégico o

modo como São Paulo se portava contra o governo, pois soava notório o separatismo pelo qual o Estado era acusado. Por conseguinte, para os revolucionários era importante que os outros Estados os vissem como vetores da unidade nacional e também como líderes em questões político-econômicas.

As lutas chegaram a 9 de julho. À noite, o comando revolucionário dominou o II Quartel General, a Telefônica, os Correios, as rádios Record, Educadora Paulista e Cruzeiro, bem como as estações ferroviárias. Os adeptos à causa estavam nas ruas carregando as bandeiras brasileira e paulista, muitas pessoas se dispunham a ajudar no que fosse necessário. Todavia, não seria possível vencer a luta travada e as autoridades sabiam desse fato desde o início (BORGES e COHEN, 2004). A mobilização foi intensa. Houve várias campanhas de doações de ouro (“Ouro Para o Bem de São Paulo”), de alimentos, de material fotográfico, de cigarros, etc. A fabricação de material bélico foi liderada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com o apoio de engenheiros e técnicos.

O M.M.D.C.⁴⁹, milícia instalada na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (Rua Riachuelo, n. 36-A) e no Largo dos Guaianazes (Alameda Rio Branco, n. 5)⁵⁰, organizava as doações para enviá-las aos soldados que se propunham a combater nas fronteiras do Estado de São Paulo. Outros espaços foram utilizados para o alistamento de civis, como o Aeroclube de São Paulo no edifício Martinelli, que recebia inscrições de pilotos; o prédio do Fórum Cível (Rua do Tesouro, n. 2), para recrutamento de soldados para as frentes de batalha; a Guarda Paulista no Distrito da Mooca (Rua da Mooca, n. 326), para atendimento aos cadastros de moradores da localidade; o Grupo Escolar do Largo do Arouche, que se chamava Batalhão Caçadores Paulistas; o Batalhão Voluntários de Piratininga (Alameda Barão de Limeira, n. 69), com adesões para cooperar com a luta no litoral; a Escola de Medicina Veterinária, que se reuniu no Parque da Indústria Animal; a Liga de Defesa Paulista (Rua São Bento, n. 19) (CORREIO DE S. PAULO, 13 de julho de 1932). Outros grupos foram se formando no decorrer da guerra⁵¹ e quase todos os endereços compreendiam a região central da cidade para facilitar o deslocamento dos contingentes que engrossariam as fileiras de combate. Na cidade de São Paulo se formou um grande quartel-general.

⁴⁹ Grupo formado após a morte de quatro jovens em 23 de maio de 1932, no contexto da Revolução Constitucionalista - Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo. Tomados por mártires, as mortes serviram de estímulo para o arranque da milícia civil, que recebeu esse nome por causa das iniciais dos nomes dos rapazes (BORGES; COHEN, 2004, p. 321).

⁵⁰ Havia muitos grupos com o nome M.M.D.C. diferenciando-se apenas por números.

⁵¹ Cf. BORGES; COHEN (2004, p. 291-340).

A ajuda chegava de todos os lugares. De acordo com o *Diário Nacional* de 12 de agosto de 1932, havia “atos que honravam a nacionalidade”, referindo-se à iniciativa da população em oferecer apoio ao confronto. O autor do texto destacou o “bello gesto do grupo escolar de Butantan. Capaz de emocionar até o mais empedernido dos corações”. A Diretora Dinorah Chacon enviou uma carta relatando o que, segundo ela, teria ocorrido:

Às 14 horas de hoje, entrei na classe do 2º anno feminino, em visita de inspecção. Uma pequena de 8 annos perguntou logo: -Directora, a senhora pode aceitar um pedaço de pão para os soldados? - Aceito sim, minha filha, respondi. Tudo quanto uma criança offerece aos soldados é por elles recebido com especial alegria. O desprendimento foi geral. Pão, bananas, laranjas, doces, todo o *lunch*, enfim, daquelas almas a vibrar foi collocado sobre a mesa da professora. Comovida, retirei-me em busca de uma cesta, para não chorar. Meia hora depois, na directoria, novos *lunchs* de outras classes eram entregues para o mesmo fim: - Para os soldados da Constituição. Essa é a razão de ter sido enviada uma cesta, com *lunch* pobre, muito pobre, para um dos corpos aquartelados nesta capital. Essa offerta foi entregue a um mensageiro dessa milícia que a recebeu no grupo Alfredo Bresser, mostra apenas a espontaneidade dos nossos escolares. - A directora (a.) Dinorah Cirio Chacon (DIÁRIO NACIONAL, 12 de agosto de 1932).

A iniciativa foi bastante exaltada, pois, para o autor da notícia do jornal, as crianças já estavam conscientes da importância da “Constituição, da Liberdade, da Ordem, da Lei, da Nacionalidade, do Brasil Unido” (DIÁRIO NACIONAL, 12 de agosto de 1932). A doação dos lanches pelas crianças mostrava o envolvimento da escola com os assuntos locais, mas também que, àquela época, o Butantan estava mais perto do Centro de São Paulo, sendo possível enviar a cesta de doações aos soldados no mesmo dia.

Nos confrontos da Guerra de 1932, o número de mortos ficou entre 630 e 800. Os recursos foram minguando, mas ainda assim os revolucionários insistiram no prolongamento do combate. O ufanismo paulista foi se arrastando até que, em 2 de outubro de 1932, o Movimento teve fim após assinatura de rendição pela Força Pública Paulista, mas sem adesão de todos os militantes, muitos contrários à decisão. Para Luiz Vieira de Mello (1932, p. 28), a revolução “foi fomentada pelas disputas entre a Legião Revolucionária, o PD e o PRP. O povo foi engodado pelos discursseiros interessados em chamar atenção sobre suas pessoas”. Já o jornal *O Estado de São Paulo*, de 04 de outubro de 1932, enfatizou que

São Paulo não deve desanimar. O gigantesco esforço que ele fez, [...] não foi estéril. O que se encerrou ontem por um inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas não foi a luta pela redenção do Brasil. São Paulo não foi vencido, nem o será. O povo [...] não afrouxou. Não recuou. Não transigiu. [...] A luta não acabou: vai transformar-se. É um Brasil novo e forte o que surgiu em São Paulo.

Segundo Irene Cardoso (1982, p. 40), São Paulo se portava como “Estado-chave” no “movimento de condução da nacionalidade” pela sua “capacidade política” e pelo seu “nível de desenvolvimento”, por isso a referência ao país “novo e forte” que havia surgido em São Paulo com os enfrentamentos de 1932.

Durante a Guerra Civil, as mobilizações não impediram que a cidade de São Paulo continuasse se modificando. No quesito verticalização, a Capital possuía 106.327 edificações em 1932 (PETRONE, 1955). No início da década de 1930, a cidade enfrentava graves problemas com infraestrutura, e, no final, em 1938, Francisco Prestes Maia assumiria a prefeitura, dando prosseguimento ao seu Plano de Avenidas, iniciado em 1929. Sua gestão seguiu até 1945 e, nesse ínterim, executou obras grandiosas, como a retificação do Rio Tietê, a construção de viadutos, de avenidas e de perimetrais.

3.2 BUTANTAN RURAL E SUBURBANO

Tendo em vista a progressiva especulação imobiliária no início da década de 1910, empreendedores paulistas como o deputado Cincinato Braga, Horácio Sabino e o belga Édouard Fontaine de Laveleye criaram a Companhia *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company* (Companhia City), que iniciou suas atividades adquirindo terras afastadas do centro da cidade e foi responsável pela expansão imobiliária em São Paulo. De acordo com Elias Thomé Saliba (1981, p. 9), a City “intensificou o movimento dinâmico de penetração baseada na exportação de capitais”. Os terrenos adquiridos foram vendidos para acionistas londrinos em 1912, com intermediação de Joseph-Antoine Bouvard, consultor urbanístico da cidade de São Paulo. As vendas dos terrenos ao público iniciaram em 1913.

Proprietária de mais de 12 milhões de metros quadrados no quadrante sudoeste do município - abrangendo os atuais bairros do Jardim América, Pacaembu, Alto de Pinheiros, Boaçava e Alto da Lapa, entre outros - a City se tornaria um dos mais importantes agentes do processo de urbanização em São Paulo, promovendo loteamentos destinados às classes média e alta, nos quais seriam adotadas muitas inovações do urbanismo moderno nas décadas seguintes (CAMPOS, 2002, p. 150).

No Butantan, a empresa adquiriu novas áreas, com cerca de 2,3 milhões de metros quadrados de terra (BROIDE; BROIDE, 2013). A última família proprietária na região - Vieira de Medeiros - vendeu suas posses remanescentes em 1915. A região era formada pelo Butantan, Rio Pequeno, Invernada Grande (ou Votorantim), Campesina (ou Lageado) e Morumbi.

Mapa 1 - Área urbanizada de São Paulo, de 1915 a 1929

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento.

O mapa acima exibe a divisão territorial da Capital e mostra o Butantã como zona rural, sem interferência urbanística. As constantes inundações do Rio Pinheiros não estimulavam a moradia no local, e o pequeno contingente populacional se servia de canoas como meio de transporte no início do século XX.

O Código de Obras Arthur Saboya confirma a representação gráfica do Butantã como zona rural. Nesse ato normativo, a cidade de São Paulo estava dividida em quatro zonas: primeira zona ou central (Anhangabaú, Largo do Arouche, Praça da República, etc.), segunda zona ou urbana (Avenida Tiradentes, Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, Rua Vergueiro, etc.), terceira zona ou suburbana (“começa sobre o rio Pinheiros”, Freguesia do Ó, até estrada para o Butantã, estrada para M’Boy - hoje Francisco Morato, etc.) e quarta zona ou rural (“A quarta

zona, ou rural, é a contida pelas divisas do município por um lado e, pelo outro, pelas divisas da terceira zona descripta no artigo antecedente”) (SÃO PAULO. Código de Obras Arthur Saboya, 1929, artigo 9). Ou seja, a zona rural iniciava depois da estrada para o Butantan.

Após o loteamento, a Companhia *City* identificou uma casa típica rural por solicitação do prefeito Fabio da Silva Prado. Seu interesse era de que o imóvel se transformasse em um museu de referência para a “memória rural” de São Paulo. O Butantan era um bairro híbrido que apresentava o moderno em termos científicos (Instituto Serumtherápico/Butantan) e possuía vários monumentos que remetiam à relação do homem com a terra, construída a partir do ruralismo. Fabio Prado destacou-se em sua administração por criar o Departamento de Assistência Social, o Departamento Cultural e os Parques Infantis, além de fazer diversos projetos urbanísticos para a cidade, que serviram para obras posteriores. Durante seu governo foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN)⁵².

Os integrantes do SPHAN em São Paulo tinham a incumbência de inventariar bens patrimoniais, como edificações religiosas, edifícios civis como casas típicas das quais foram arroladas as “casas velhas” do Butantan e a do Caxingui (Casa do Sertanista)⁵³, as quais foram identificadas como “bandeiristas” na organização do IV Centenário da Cidade de São Paulo em 1954.

⁵² O SPHAN (1937 a 1946) passou a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN - 1946 a 1970), depois a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - 1970 a 1990), a Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC - 1990 a 1994), voltando a se chamar IPHAN a partir de 1994. No site do Instituto há uma linha cronológica que se inicia em 1916, quando Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, a partir de uma viagem feita a Minas Gerais, declararam a importância da preservação do patrimônio brasileiro. Houve um progressivo aumento sobre as discussões em torno do patrimônio nacional, que tiveram grande reverberação com a Semana de Arte Moderna de 1922, inclusive com a manifestação de Mário de Andrade acerca da imaterialidade do patrimônio. Informações disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

⁵³ Há muitas outras casas bandeiristas espalhadas pela cidade e pelo Estado de São Paulo. Na cidade, além da Casa do Butantã/Bandeirante e da do Sertanista/Caxingui, encontram-se Capão/Regente Feijó, Itaim-Bibi, Jabaquara/Ressaca, Mirim, Morrinhos, Piraquara, Santa Luzia, Santo Amaro, Tatuapé e Vila Nova Cachoeirinha. Cf. MAYUMI, 2005.

Imagem 7 - Casa do Butantã ou Casa do Bandeirante antes do restauro, por volta de 1945. Autor desconhecido

Fonte: MAYUMI, 2005.

Nos preparativos para o IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, a Casa do Butantã foi escolhida para passar por restauro. Luiz Saia ficou responsável por dirigir a obra como representante do IPHAN, e posteriormente publicou um artigo com o título *A casa bandeirista - uma interpretação*, no qual mostrou sua visão sobre aspectos que marcavam o tipo de construção rural, como a origem étnica do povoamento paulista e o progresso vivido pela cidade, mesclando-se a construções arquitetônicas mais arrojadas. Para Lia Mayumi (2005), Luiz Saia se esforçou para explicar uma origem *pura* e lusitana do povo paulista, que sobreviveu aos indígenas e progrediu econômica e socialmente no decorrer dos séculos, conservando seu passado bandeirante de conquista e posse da terra, corroborando o “mito do bandeirante paulista”. De modo geral, as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo foram uma forma de evidenciar o lado moderno da cidade, agregando acontecimentos do passado para fortalecer o tempo vindouro e, assim, projetá-la como paradigma cultural do país.

O restauro da casa foi uma forma de valorizar o bairro, tendo em vista a especulação imobiliária iniciada pela Companhia *City* em 1915. Na década de 1930, a empresa promoveu o despejo de pessoas que habitavam em moradias consideradas precárias e anti-higiênicas. Em seguida, colocou os lotes à venda e direcionou a propaganda aos mais pobres, como se pode ver abaixo.

Imagem 8 - Anúncio Companhia City

Ate' as formiças luctam pela posse da casa propria...

O DIREITO de possuir a *casa propria* não é privilegio dos abastados. Seria simplesmente um absurdo se ainda o fosse. Hoje em dia, qualquer pessoa está em condições de conseguir, apenas com o resultado do seu trabalho methodico e normal, esse objectivo, perfeitamente legitimo, e que deixou de ser - para o povo - uma aspiração inattin-givel, tornando-se uma realidade auspiciosa.

Ainda que os seus recursos sejam pequenos, construa a sua casa, num dos nossos bairros-modelos, perfeitamente ao alcance de qualquer bolsa: Butantan, Alto da Lapa, Bella Alliança. Optimos terrenos, em prestações mensaes que variam de 25\$000 a 60\$000. Financiamento **IMEDIATO** para construcções, independente do pagamento integral do terreno.

No Butantan, além de todas as vantagens que caracterizam os nossos **NOVOS PLANOS**, ainda fornecemos, aos nossos clientes, tijolos e plantas das casas, promptas para serem entregues á Prefeitura. O Butantan dista menos de oito kilometros do centro da cidade, é cortado por uma arteria perfeitamente calçada - a Avenida Vital Brasil - e é servido por varias linhas de omnibus.

COMPANHIA CITY
A maior organização imobiliária e urbanística da América do Sul, estabelecida em São Paulo desde 1913.
50, RUA LIBERO BADARO

Fonte: *O Estado de São Paulo*, de 28 de julho de 1935.

A propaganda era direcionada ao trabalhador pobre que não possuía casa própria, e, mostrando conhecer seu público, a empresa afirmava que moradia não era privilégio de abastados. Para quem comprasse lotes no Butantan, a *City* oferecia tijolos e a planta da casa para ser entregues na Prefeitura, formas de fomentar as compras dos terrenos. O Butantan era conhecido por abrigar olarias desde o século XIX, talvez pela abundância de argila encontrada às margens dos rios⁵⁴.

⁵⁴ Butantan significa “terra duríssima”, “terra socada”, “terra de taipa” (PONCIANO, 2004).

Antes de vender os terrenos, a empresa fazia uma consulta diligente dos dados pessoais para saber se os compradores teriam condições de manter seus compromissos de compra. Em caso de inadimplência, o confisco das terras seria inevitável (SILVA, 2013).

A empresa financiava imóveis em 5, 10 e 15 anos, e mesmo quando as Caixas Econômicas Federais passaram a fazer empréstimos de até 20 anos no Governo Vargas, ela manteve o mesmo tempo para financiamento. Com a crise de 1929, a Companhia *City* deixou de oferecer empréstimos para a Vila Romana e Butantan, pelo caráter popular dos bairros (BACELLI, 1982, p. 73).

O Butantan se beneficiou da retificação do Rio Pinheiros, autorizada pela Lei n. 2.249 de 1927, e iniciada no ano seguinte pela *Light & Power*. A canalização e alinhamento facilitaram a inversão de seu curso, formado pelo Rio Grande e pelo Guarapiranga, os quais, por sua vez, receberam barragens. Com a retificação houve o aproveitamento de 25 milhões de metros quadrados de terras, possibilitando a ampliação de bairros como o Cidade Jardim. A obra foi terminada em 1937. Antonio Porto (1992) marca o surgimento do Butantan como bairro a partir da retificação do Rio Pinheiros.

O modo como o Butantan era visto pela Companhia *City* pode ter sido influenciado por sua área rural antes da década de 1930. O Butantan não era considerado propriamente um bairro da cidade de São Paulo. O site do IBGE fornece a informação de que a Lei Estadual n. 1.082, de 13 de setembro de 1907, criou o “distrito de paz” do Butantan e o anexou ao município de São Paulo. Até 1939, o Butantan aparece como distrito anexo a São Paulo, conforme as Leis Estaduais n. 1.241, de 26 de dezembro de 1910, e n. 2.402, de 30 de dezembro de 1929, bem como nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. De 1939 a 1943 e de 1944 a 1948, o município de São Paulo era constituído do distrito sede e subdivido em 41 zonas, dentre elas, o Butantan. Na Lei Municipal n. 10.932, de 15 de janeiro de 1991, o Butantan também foi considerado distrito, assim permanecendo até o início do século XXI.

A despeito das caracterizações atribuídas ao Butantan como rural ou urbano, cabe refletir sobre o híbrido como lugar onde os dois conceitos podem ser analisados em interação. Reconhecer a progressiva urbanização do Butantan com a cidade ciclópica é tão importante quanto perceber como as pessoas se relacionavam com o bairro, considerando-o rural a despeito das mudanças pelas quais passou. O depoimento de Pasquale Petrone exemplifica o hibridismo e não a sobreposição dos termos.

Paulistano e, portanto, urbano, basicamente em função do lugar de residência, porém também intensamente marcado por uma bagagem cultural em que a cultura rústica, rural fazia sentir o seu peso. Essa mistura entre as culturas urbanas e rural devia-se ora ao fato de a cidade ter abandonado seu passado rural há não muito tempo, ora ao grande quadro de imigrantes provindos das regiões agrárias. Dessa forma, o jazer do paulistano, em particular do menos abonado, a grande maioria da população, em seus grandes traços obedecia a um ritmo marcado, no decorrer do ano pela sucessão das estações. A introdução de traços culturais por parte do imigrante, oriundo de terras onde os ritmos eram outros, implicou numa aparente contradição, na medida em que as atividades às vezes pareciam ofender os naturais liames da Natureza. Na verdade, através da cultura, a Natureza, elo de seu ciclo anual, fazia-se presente em qualquer caso (PETRONE, 2001, p. 139).

3.3 “*THE WOMAN*”: NOÊMIA SARAIVA DE MATTOS CRUZ

Em 1932, no híbrido distrito do Butantan, uma nova experiência escolar foi iniciada pela professora Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. Denominada pela própria docente como “pedagogia da ação” (1936), os conhecimentos partilhados no Grupo Escolar Rural, o qual funcionava dentro do Instituto Butantan, tiveram êxito, e, pelo Decreto n. 6.047 de 1933, a escola passou a se chamar Grupo Escolar Rural de Butantan.

Ao investigar a prática pedagógica de Noêmia Cruz, pretendi dar visibilidade às suas experiências, procurando compreender os caminhos que percorreu, as redes de relações que teceu e como sua proposta foi construída e compartilhada dentro e fora do Grupo Escolar Rural de Butantan. Desse modo, cabe perguntar, quem foi Noêmia Cruz?

3.3.1 Família, infância e escolarização

Noêmia de Barros Saraiva nasceu em 21 de setembro de 1894 na Fazenda Santa Rosa, em Rio Claro, que pertencia aos seus avós (DEMARTINI, 2002). Pela ficha de batismo de Jayme Saraiva, seu irmão, o pai José Bernardo Saraiva e a mãe Gertrudes Ferraz de Barros eram imigrantes portugueses⁵⁵.

⁵⁵ Na busca por nome constante na lista de matrículas da Hospedaria dos Imigrantes, não consegui localizar José Bernardo ou Gertrudes. Pela notícia do óbito de José Bernardo em 1942, ele e Gertrudes tiveram cinco filhos: Amadeu de Barros Saraiva (Diretor e secretário do *Monitor Mercantil*), José de Barros Saraiva (engenheiro, morava em São Paulo), Cacilda Saraiva Brito (esposa de Paulo Araújo Brito, professor da Escola Politécnica de São Paulo), Noêmia Saraiva de Mattos Cruz e Jayme de Barros Saraiva (funcionário do Branco do Brasil em Santos). Do segundo matrimônio de José Bernardo com Olímpia Diniz Saraiva, nasceu Olímpio Saraiva. Cabe pontuar que procurei por indícios da fazenda da

José Bernardo Saraiva era comerciante. No jornal *O Comércio de São Paulo*, de 29 de novembro de 1895, há uma nota “à praça”, de Costa Santos & C., comunicando que José Bernardo Saraiva deixou de fazer parte da firma, retirando capital e lucros por distrato realizado na Junta Comercial. No *Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de São Paulo* para o ano de 1897, seu nome apareceu como negociante fixado na Rua do Comércio, n. 24, em Santos.

Na época em que a família Barros Saraiva residia em Santos, Noêmia foi matriculada no colégio de freiras Nossa Senhora do Conselho em Taubaté, onde permaneceu por dois anos (DERMARTINI, 2002). A mudança da família Barros Saraiva para a Capital de São Paulo pode ter ocorrido por volta de 1906, quando há registro de batismo de Jayme Saraiva, filho caçula de José Bernardo e Gertrudes, na Capela de Nossa Senhora de Assunção, no Centro de São Paulo.

Na Capital, Noêmia Saraiva foi matriculada no curso secundário do Colégio São José como interna, posteriormente no externato. No Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (AEESP) de 1907-1908, não consta o nome do Colégio São José como estabelecimento da Capital, mas uma instituição subvencionada pelo Estado instalada em Guaratinguetá. No mesmo Anuário, na parte que trata das escolas subvencionadas, há menção à Escola de São José na Capital, e no jornal *Correio Paulistano*, de 21 de dezembro de 1907, uma notícia sobre escolas existentes na Capital trazia o nome de Noêmia Saraiva como participante da peça “A perspectiva das férias - Scenas escolares”, encenada na festa de fim de ano do Externato São José.

Por não saber as datas corretas de matrícula de Noêmia Saraiva em suas primeiras escolas, operei com a hipótese de ela ter iniciado seus estudos aos oito anos de idade (em 1902), visto ter sido alfabetizada, antes de ingressar na escola, pela filha de uma ex-escrava da fazenda em que nasceu (DEMARTINI, 2002).

No ano de 1920, José Bernardo Saraiva exercia a função de Diretor do Serviço Nacional Contra as Secas (O PAIZ, 10 de abril de 1920), órgão criado pelo Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909, no governo do Presidente Nilo Peçanha, para estudar o problema da falta de água no semiárido brasileiro. Não consegui encontrar indícios de uma possível mudança de endereço da família de Noêmia para o Rio de Janeiro, o que, entretanto, pode ter ocorrido, pois José Bernardo Saraiva faleceu no Hospital da Beneficência Portuguesa da cidade carioca em 15 de agosto de 1942. Em nota sobre o óbito, o jornal *Correio Paulistano* o mencionou como

família em jornais do século XIX, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, porém a nomenclatura dificulta a busca, pois o interior de São Paulo era repleto de fazendas com a mesma denominação.

“antigo comerciante em São Paulo”⁵⁶. De acordo com Zeila Demartini (2002), Noêmia Saraiva almejava ser professora antes da admissão na Escola Normal Secundária da Praça da República, o que ocorreu em 1908. Ela parecia ser uma aluna “aplicada” em seus estudos, conforme consta na coluna “Vida Social” do jornal *O Comércio de São Paulo* de 21 de setembro de 1909.

Pelo AEESP 1907-1908, o curso normal feito por Noêmia Saraiva se baseava no Decreto n. 1.252, de 1902, que propunha o ensino das disciplinas dispostas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Disciplinas da Escola Normal Secundária da Praça da República

SEÇÃO MASCULINA		SEÇÃO FEMININA	
Disciplinas	Número de aulas por semana	Disciplinas	Número de aulas por semana
1º ano		1º ano	
Português e Latim	3	Português e Latim	3
Francês	3	Francês	3
Aritmética e Álgebra	3	Aritmética e Álgebra	3
Caligrafia e Desenho	2	Caligrafia e Desenho	2
Trabalhos manuais	2	Trabalhos manuais	2
Ginástica e exercícios militares	3	Ginástica	3
2º ano	Número de aulas por semana	2º ano	Número de aulas por semana
Português e Latim	3	Português e Latim	3
Francês	3	Francês	3
Geometria e Trigonometria	3	Geometria e Trigonometria	3
Geografia (geral e do Brasil) e Astronomia	4	Geografia (geral e do Brasil) e Astronomia	4
Caligrafia e desenho	2	Caligrafia e desenho	2
Trabalhos manuais	2	Trabalhos manuais	2
Música	2	Música	2
3º ano	Número de aulas por semana	3º ano	Número de aulas por semana
Português e Latim	1	Português e Latim	1
Inglês	3	Inglês	3
Mecânica, física e química	3	Mecânica, física e química	3
Escrituração mercantil	3	-----	----
Caligrafia e desenho	2	Caligrafia e desenho	2
Trabalhos manuais	2	Trabalhos manuais	2
Música	2	Música	2
Exercícios de ensino na Escola Modelo Anexa		Exercícios de ensino na Escola Modelo Anexa	

⁵⁶ Não encontrei indicativos sobre o falecimento de Gertrudes de Barros Saraiva, tampouco sobre o segundo casamento de José Bernardo Saraiva.

Português (história da língua)	1	Português (história da língua)	1
Inglês	3	Inglês	3
4º ano	Número de aulas por semana	4º ano	Número de aulas por semana
Pedagogia e Educação cívica	3	Pedagogia e Educação cívica	3
História natural, anatomia, fisiologia e noções de higiene	3	História natural, anatomia, fisiologia e noções de higiene	2
História da civilização e do Brasil	4	História da civilização e do Brasil	4
Exercícios de ensino na Escola Complementar Anexa		Exercícios de ensino na Escola Complementar Anexa	

Fonte: SÃO PAULO. Decreto n. 1.252, de 17 de novembro de 1902.

O curso oferecia um programa que se assemelhava ao de outras escolas normais da época (ECAR, 2011). A intenção de recorrer ao programa de ensino da Escola Normal Secundária da Praça da República foi de encontrar algum indício sobre disciplinas que tratassem de assuntos rurais, a fim de estabelecer relações com a construção da experiência de Noêmia.

De acordo com Flávia Werle e Lenir Brito (2006), do final do século XIX até 1930, os programas de ensino das escolas normais eram propedêuticos e os temas associados ao ensino rural eram “abordados restritamente e com a conotação de *exemplo* ou de *aplicação*” (WERLE; BRITO, 2006, p. 116, grifos das autoras), como nas disciplinas de Ciências Físicas ou Biológicas e Desenho. Werle (2003) concluiu que os conteúdos rurais estavam presentes também nas disciplinas de Física e Química, e a agricultura, em Geologia, Mineralogia, Geografia e Agrimensura.

O curso de Noêmia contava com a cadeira de “História Natural, Anatomia, Fisiologia e Noções de Higiene”, que a princípio poderia ter relação com o conteúdo de ensino rural. O documento Atas de Reunião da Congregação (1894-1919) da Escola Normal Caetano de Campos (CRE MÁRIO COVAS. Arquivo Histórico da Escola Caetano de Campos) expõe que aquela Cadeira estava vaga, conforme registro da reunião do dia 14 de junho de 1909. O Diretor da escola no período, Ruy de Paula Souza, acenava a urgência de se promover um concurso para preenchimento da vaga. Na Ata de 18 de junho de 1909, a comissão encarregada de formular os pontos para o exame escreveu extenso programa abarcando cada uma das disciplinas da Cadeira e em nenhuma havia qualquer menção ao mundo rural. Seria preciso acessar o ementário da escola para ter certeza da conclusão, no entanto, não há este documento

no Arquivo Histórico da Escola Caetano de Campos. Os pontos para o concurso poderiam ser um indício do conteúdo a ser ministrado pelo professor da Cadeira.

No ano de 1912, Noêmia Saraiva cursou o 4º ano na parte da tarde (CORREIO PAULISTANO, 03 de fevereiro de 1912), provavelmente fazendo a prática pedagógica pela manhã. Formou-se naquele mesmo ano. Em entrevista a Demartini (2002), Noêmia relatou ter assumido a vaga de professora substituta no Grupo Escolar do Arouche⁵⁷, o qual era perto de sua casa, logo após o término do curso, ou seja, em 1913. Contudo, seu nome não aparece na listagem dos dez professores substitutos da escola (SÃO PAULO. AEESP, 1913).

3.3.2 A docência - primeira fase

No AEESP de 1913, o nome de Noêmia Saraiva consta como substituta efetiva sem regência de classe no Grupo Escolar de Pedreira, cidade do interior de São Paulo. Essa escola teve prédio próprio construído pelo Estado entre 1905 e 1906, e começou a funcionar em 1907 como Escolas Reunidas, aproximando quatro escolas (duas masculinas e duas femininas) que funcionavam em diferentes bairros. Em 11 de julho de 1910 passou a denominar-se Grupo Escolar de Pedreira (A TRIBUNA, Edição n. 1007, 02 de julho de 2010). No ano de 1913, a escola funcionou com capacidade para 198 alunos, os quais foram distribuídos em 9 classes e em dois períodos (SÃO PAULO. AEESP, 1913).

⁵⁷ O Grupo Escolar do Arouche foi instalado em 1º de julho de 1905 e em 1913 funcionava em dois períodos, com 20 classes, em prédio alugado com capacidade para 452 alunos (SÃO PAULO. AEESP, 1913).

Imagem 9 - Grupo Escolar de Pedreira.

Fonte: SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1913.

Analisando a partir da fotografia acima, a escola de Pedreira parecia conter os requisitos para esse tipo de instituição, como prescrito para os grupos escolares no início do século XX: pé direito alto e janelas grandes, os quais permitiam a entrada de luz e ar. As crianças à frente da escola estavam divididas por sexo, podendo corresponder à separação entre meninos e meninas no prédio do grupo escolar.

Na época em que Noêmia Saraiva se formou, era comum iniciar a experiência como professora em escolas afastadas das zonas centrais. Esta dinâmica permaneceu por muito tempo e até a década de 1940 foi possível encontrar relatos, como, por exemplo, de Sud Mennucci (1935), que denunciavam a saída de professores das zonas rurais para as urbanas. De acordo com Demartini (1984), era comum também haver interferência política e apadrinhamento na busca por escolas com melhor localização. Noêmia Saraiva pode ter optado por ir para Pedreira porque tinha familiares na cidade⁵⁸. De acordo com Wiara Alcântara (2008, p. 129), “na ausência de normas explícitas para ingressar na carreira, o sistema de ensino ficava suscetível a interferências diversas, como dos fazendeiros e dos laços de parentesco ou amizade entre a família da normalista e autoridades escolares ou políticas”. Outro aspecto a ser levado em consideração é o fato de que a recém-professora não queria depender economicamente de seus

⁵⁸ Essa informação foi dada por Zeila Demartini no exame de qualificação (2015, informação verbal).

país, bem como não ter o destino de muitas normalistas, o matrimônio. Em entrevista a Demartini (2002), Noêmia disse ter escolhido aquela escola para não sucumbir ao casamento precocemente. O relato da professora permite refletir sobre o que era ser mulher e professora rural na década de 1910 e como a legislação tratava do concurso, da escolha e da nomeação de professores públicos no início do século XX.

No AEESP de 1914, Noêmia Saraiva figurou como substituta efetiva com regência de classe no Grupo Escolar de Pedreira e, no de 1915, como professora adjunta complementarista. Além da docência, ela exerceu outras funções junto à comunidade na qual a escola estava localizada (DEMARTINI, 2002). Não encontrei fontes para afirmar quais seriam essas atividades, mas, tendo em vista a atuação da professora no interior do Estado, Noêmia pode ter começado a ensaiar algumas ações com a comunidade rural que embasariam suas práticas pedagógicas futuras.

No jornal *Correio Paulistano* de 05 de fevereiro de 1916, encontrei uma nota de licença concedida à adjunta por três meses. O que teria acontecido? De acordo com Demartini (2002), Noêmia Saraiva contraiu tifo⁵⁹ e maleita⁶⁰. No mesmo jornal, em 12 de julho de 1917, há alusão ao decreto assinado pela Diretoria de Instrução Pública outorgando o pedido de remoção da adjunta de Pedreira para o Grupo Escolar do Arouche. Menos de um mês depois da concessão, a Secretaria do Interior fez o pedido para que a professora se submetesse à inspeção médica no Serviço Sanitário (CORREIO PAULISTANO, 07 de agosto de 1917).

Nos AEESP de 1917 e de 1919 o nome de Noêmia Saraiva aparece como adjunta em exercício no Grupo Escolar do Arouche, no de 1918 não há nenhuma especificação dos professores das escolas. No *Almanach do Amparo para 1918*, um livro de informações sobre municípios e distritos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, há referência a Noêmia Saraiva como adjunta do Grupo Escolar de Pedreira.

Nos primeiros anos da docência, Noêmia Saraiva esteve entre interior e capital até que, em 1919, seu nome aparece novamente como adjunta em exercício no Grupo Escolar do

⁵⁹ O tifo é uma doença que pode ser transmitida de duas formas, pelas fezes do piolho humano (*Pediculus humanus corporis*) ou pela pulga dos ratos (*Rickettsia mooseri*). A transmissão pelos ratos ocorre na maioria das vezes em zonas portuárias. Nos dois casos ocorre por deficitárias condições de higiene. Disponível em <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=758&sid=8>. Acesso em 20/10/2016.

⁶⁰ Também chamada de impaludismo, paludismo, febre terçã ou quartã, hoje a maleita é conhecida como malária. A doença é causada por protozoários transmitidos por mosquito (*Plasmodium vivax*, *P. falciparum*, *P. malariae* e *P. ovale*) que se multiplicam nos glóbulos vermelhos, ocasionando febre, náuseas, cefaleias, dores nas articulações e até a morte. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci_arttext. Acesso em 20/10/2016.

Arouche (SÃO PAULO. AEESP, 1919). Em outubro do mesmo ano, passou mais uma vez por inspeção médica na Diretoria de Serviço Sanitário (CORREIO PAULISTANO, 17 de outubro de 1919).

Nas idas e vindas, o nome de Noêmia de Barros Saraiva não deixou de aparecer nos jornais de São Paulo, indício de que fazia parte de um grupo social e economicamente privilegiado. Encontrei notas sobre seus aniversários nos jornais *O Comércio de São Paulo* (21 de setembro de 1909), *O Combate* (21 de setembro de 1917; 21 de setembro de 1920) e *A Gazeta de São Paulo* (21 de setembro de 1931); sobre sua visita e a de sua irmã Cacilda Saraiva à Exposição Paulista instalada no Instituto Histórico e Geográfico (CORREIO PAULISTANO, 23 de dezembro de 1913). Nessa exposição, o jornal deu destaque às presenças de Paulo de Moraes Barros, Secretário da Agricultura, e de Pedro de Toledo, ex-Ministro da Agricultura.

Noêmia Saraiva visitou também a exposição de pintura de Di Cavalcanti na Casa Editora “O Livro”, na Rua da Boa Vista (CORREIO PAULISTANO, 27 de novembro de 1919). Por último, saliento o envio de um telegrama seu e de sua irmã Cacilda Saraiva ao Secretário do Interior Oscar Rodrigues Alves, felicitando-o pela passagem do aniversário (CORREIO PAULISTANO, 19 de novembro de 1918).

Há um fato que causou estranheza durante a pesquisa. Procedi à busca de indícios na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional sobre Noêmia e sua família com várias entradas (Noêmia de Barros; Noêmia Saraiva; Noêmia de Barros Saraiva; Noêmia Cruz; Noêmia Saraiva Cruz e Noêmia Saraiva de Mattos/Matos Cruz), testando várias composições de seu nome e sobrenome, bem como do pai, da mãe e do marido. Em uma última busca apareceu o nome Noêmia Saraiva Barros associado ao *Almanak Laemmert*. Apesar da posição dos sobrenomes (de Barros Saraiva - Saraiva Barros), surgiram dúvidas sobre se se tratava do mesmo sujeito da pesquisa. Nos *Almanaks* de 1914 e 1915 aparece o nome de Noêmia Saraiva como substituta efetiva do Grupo Escolar da Consolação, e nos de 1918 e de 1921 a 1927 constam o nome Noêmia Saraiva Barros como professora do Grupo Escolar de Pedreira. Seria apenas uma coincidência? Os AEESP, a partir de 1920, não detalham os nomes dos professores e suas respectivas escolas, dificultando o cruzamento dos dados. Será que Noêmia teria voltado a trabalhar no Grupo Escolar de Pedreira na década de 1920?

3.3.3 Matrimônio

Noêmia Saraiva casou-se em 1920, aos 26 anos, com Aristides de Mattos Cruz⁶¹, sócio da “conceituada firma” A. Silva, Mattos & C., conforme *O Paiz* de 10 de abril de 1920. Assim, a professora passou a usar o sobrenome do pai e o do marido, assinando Noêmia Saraiva de Mattos Cruz.

A cerimônia foi realizada na casa dos pais da noiva na Capital paulista e contou com poucas pessoas, de acordo com o jornal *Correio Paulistano* (11 de abril de 1920). No ato civil, os paraninfos da noiva foram Oscar Americano de Caldas⁶² e Zizinha Barros Americano, e do noivo, o Comendador Joaquim Carvalho da Costa e a Viscondessa de Porto d’Ave⁶³. No ato religioso, os paraninfos da noiva foram Mario Reys e sua esposa Lucilla Gonçalves dos Reys, e do noivo, Antonio de Souza e Silva e Carolina de Mattos Cruz (CORREIO PAULISTANO, 11 de abril de 1920). A ênfase nos nomes dos paraninfos, ainda que as informações sobre eles

⁶¹ Filho de João Manoel de Mattos Cruz e Carolina de Mattos Cruz.

⁶² O nome Oscar Americano de Caldas aparece associado a três atividades diferentes, como capitão-cirurgião (CORREIO PAULISTANO, 16 de abril de 1903); primeiro Juiz de Paz do Distrito da Sé (CORREIO PAULISTANO, 01 de agosto de 1912); e representante do jornal *Lavoura e Comércio* (LAVOURA E COMÉRCIO, 30 de agosto de 1898). Encontrei menção a aquisição de terrenos no jornal *Correio Paulistano* 03 de outubro de 1919. No final da década de 1920 aparece o mesmo nome associado à profissão de construtor, que pode ser uma referência a Oscar Americano de Caldas Filho.

⁶³ Cândida Carneiro de Campos Soares de Mattos era casada com Antonio José de Mattos, primeiro e único a receber o título de Visconde de Nossa Senhora de Porto d’Ave pelo rei D. Carlos I de Portugal em 1897. Oficialmente Cândida de Mattos não tinha recebido o título, mas fazia uso do mesmo. Antonio José de Matos veio para o Brasil ainda solteiro em data desconhecida e abriu a firma *Mattos, Maia & C.* na cidade do Rio de Janeiro, onde enriqueceu. Faleceu em 6 de agosto de 1917. No jornal *Gazeta de Notícias* de 11 de agosto de 1917, há um convite da Viscondessa de Porto d’Ave para a missa de sétimo dia do Visconde de Porto d’Ave. Na listagem de parentes aparece o nome de Aristides de Mattos Cruz. A firma *Mattos, Maia & C.* importava artigos de armarinho, modas e perfumarias por atacado (ALMANAK LAEMMERT, 1891). Algumas informações sobre Cândida Carneiro de Campos Soares de Mattos e Antonio José de Mattos foram retiradas de <http://dicionariodepovoenses.blogspot.com.br/2012/12/antonio-jose-de-matos-visconde-de-porto.html>, blog memorialístico sem qualquer compromisso com a análise de fontes ou levantamento bibliográfico. Justifico o uso desses sites na falta de conseguir encontrar dados que pudessem ajudar a montar a rede de relações de Noêmia Cruz, tendo em vista também o que Robert Darnton, historiador norte-americano, denominou de “sabedoria das multidões”. Sobre este assunto conferir em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/robert-darnton>. Acesso em 18 de agosto de 2016. Cabe ainda pontuar que Marta Carvalho menciona em seu livro *Molde Nacional e Fôrma Cívica*, de 1998, uma pessoa chamada “Porto d’Ave”, presidente do Club dos Bandeirantes do Brasil. De acordo com a autora, o jornal *A Esquerda*, de 16 de agosto de 1927, denunciava Porto d’Ave por “instigar instintos belicistas contra a Argentina para justificar uma negociata que envolvia a compra de armamentos franceses” (CARVALHO, 1998, p. 89). O presidente do *Club* era Adelstano Soares de Mattos, filho do falecido Porto d’Ave, que pode ter passado a utilizar o título do pai, inclusive pela influência da família na cidade carioca.

sejam escassas, mostra que a rede de relações dos recém-casados era constituída por pessoas com certa visibilidade e poder econômico nas sociedades paulista e carioca.

Oscar Americano de Caldas era irmão de Vital Brazil⁶⁴, médico e fundador do Instituto Serumtherápico (Instituto Butantan). De acordo com Melissa Caputo (2008), Oscar Americano era empreendedor em São Paulo, porém não foi possível preencher a lacuna sobre a amizade com a família Barros Saraiva. A Viscondessa de Porto d'Ave, provavelmente avó de Aristides, havia herdado os bens de seu marido, morto no Rio de Janeiro em 1917. Mario Reys era oficial do gabinete do Secretário do Interior Oscar Rodrigues Alves (CORREIO PAULISTANO, 05 de fevereiro de 1920) e trabalhava no *Jornal do Comércio* (A GAZETA, 27 de fevereiro de 1922). Sua filha, Maria José Reys, era auxiliar da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde (A GAZETA, 31 de outubro de 1929), e o filho José Maria Reys exercia a função de primeiro escrivão da Secretaria de Educação (A GAZETA, 23 de agosto de 1933).

Para os costumes relacionados ao matrimônio na época, Noêmia Cruz casou-se tardiamente. Não há como saber se a decisão foi sua ou baseada numa determinação familiar. Ao contrair matrimônio, a professora pediu exoneração após 8 anos de exercício do magistério público.

Aristides de Mattos Cruz viajava do Rio de Janeiro para São Paulo desde 1913 (CORREIO PAULISTANO, 05 de setembro de 1913). Ele era “sócio de importante fábrica de colarinhos, punhos e gravatas [da] ‘Ideal Fábrica’ no Rio de Janeiro e em Buenos Aires” (CORREIO PAULISTANO, 27 de abril de 1917). No dia 6 de abril de 1920 embarcou rumo a São Paulo para o casamento (O COMBATE). Recém-casados, Noêmia e Aristides mudaram-se para o Rio de Janeiro. De 1921 a 1923 há registros de deslocamentos do casal pelo “noturno de luxo” do Rio de Janeiro para São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 03/02/1921; 18/9/1921; 24/12/1921 e 07/08/1923).

De acordo com Demartini (2002), após três anos eles decidiram residir em São Paulo em virtude da transferência da fábrica para a Capital. A residência do casal se situava à Rua

⁶⁴ Vital Brazil Mineiro da Campanha, seu nome identifica o local de nascimento. Nascido em 1865, veio para São Paulo ainda jovem e em seu primeiro trabalho foi condutor de bondes. Aceito no Colégio Morton, Vital Brazil fazia serviço de guarda na porta da escola para pagar sua mensalidade. Para cursar os preparatórios com o intuito de acessar a faculdade, deu aula para o ensino primário e fez serviço de faxina. Juntou dinheiro e foi cursar medicina no Rio de Janeiro (1886-1891). Com a meta de custear seus estudos, concorreu para auxiliar da cadeira de Fisiologia, função que exerceu até o fim do curso e que o ajudou como pesquisador. Vital Brazil fundou o Instituto Serumtherápico em 1899, que em 1925 passou a se chamar Instituto Butantan. Cf. BRAZIL, Lael Vital. *Vital Brazil: vida e obra 1865-1950*. Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001. (Discurso proferido na solenidade de comemoração do aniversário de 80 anos do Instituto Vital Brasil, 11 set. 2000). Disponível em <http://miniweb.com.br/Cidadania/Personalidades/vbvidaobra.pdf>. Acesso em 23 de março de 2015.

Áustria, n. 4, no Jardim Europa. Em uma propaganda de 1928 sobre venda de terrenos, o local é mencionado como “bairro de elite” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 11 de novembro de 1928).

Não há indicativos do que sucedeu com a fábrica de Aristides Cruz, pois no *Correio Paulistano* de 10 de maio de 1928, ele aparece como dono de uma loja de roupa branca masculina no Distrito de Santa Efigênia - SP. Em julho de 1929, o *Correio Paulistano* noticiou o cancelamento de sua firma.

Vinte e nove de setembro de 1930 foi a data marcada pela diligência judicial do Palácio da Justiça para ouvir as “declarações do fallido Aristides de Mattos Cruz” (CORREIO PAULISTANO). O teor dos protestos não foi publicado. Em 1º de outubro de 1930, a notícia era de que a Prefeitura do Município de São Paulo havia remetido, à procuradoria fiscal, a cobrança executiva das certidões de dívidas do comerciante no valor de 4:368\$000.

Na década de 1930, não encontrei menção a atividades remuneradas exercidas por Aristides Cruz, no entanto, no site *FamilySearch* consta seu Registro de Estrangeiro, emitido pela Delegacia de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros, confirmando sua estada “permanente” em território brasileiro, sua nacionalidade “portuguesa, católica”, sua residência na Rua Pedroso de Moraes, n. 845, no Rio de Janeiro. O documento datado de 22 de março de 1941, também confirma a profissão que exercia – comerciário -, e o local de emprego na Firma Victor Paula Rosa & Cia, também localizada no Rio de Janeiro. Na mesma época, Noêmia Cruz exercia a função de Diretora do Grupo Escolar Rural de Butantan, e, possivelmente, Aristides Cruz voltou para a cidade carioca em função da falência de sua firma em São Paulo⁶⁵.

3.3.4 Estudos rurais e docência - segunda fase

Noêmia Cruz foi convidada por Sud Mennucci para implementar o ensino rural de forma experimental no Grupo Escolar de Butantan em 1932. Como o Diretor de Ensino do Estado de São Paulo conheceu Noêmia Cruz? No prefácio do livro da professora *Educação Rural* (1936), Mennucci confessou não conhecê-la pessoalmente quando a nomeou. O intermediário foi Horácio Augusto da Silveira, professor que se formou pela Escola Normal de Piracicaba em 1905, que foi diretor no Grupo Escolar do Sertãozinho em 1910 e Diretor da Escola de Artes e

⁶⁵ Cf. <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9D5-1XLL?i=308&cc=2140223>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

Ofícios em Amparo em 1918⁶⁶. Amparo e Pedreira eram cidades próximas e talvez Noêmia Cruz e Horácio Silveira possam ter se conhecido por volta de 1918.

Entre o retorno para São Paulo e a nomeação para trabalhar no Butantan em 1932, não encontrei informações sobre as atividades que Noêmia Cruz exerceu nesse ínterim. Estaria trabalhando como professora? Fazendo cursos? Ou se dedicando à vida doméstica? É importante pontuar que Noêmia Cruz somente iniciou os cursos relacionados ao mundo rural após o convite feito por Sud Mennucci para assumir o Grupo Escolar do Butantan (CRUZ, 1936). Talvez a condição de falência do marido tenha a motivado a procurar alternativas para sobrevivência. Mesmo partindo dessa premissa, acredito que Noêmia Cruz não se distanciou das atividades pedagógicas entre 1920 e 1932, do contrário, não teria sido indicada para trabalhar no Butantan.

Por certo, ao aceitar empreender a proposta pedagógica rural, a professora aproveitou suas experiências anteriores, como o nascimento e a infância na Fazenda Santa Rosa, o curso na Escola Normal Secundária da Praça da República e a docência em Pedreira, zona destinada à produção cafeeira na época em que Noêmia trabalhou no grupo escolar. A influência da família também pode ter cooperado para ampliar sua experiência: avós fazendeiros e a inserção do pai na Diretoria do Serviço Nacional Contra as Secas. Todos esses elementos podem ter contribuído para o desenvolvimento de suas reflexões sobre a prática pedagógica rural.

A partir de 1932, Noêmia Cruz dedicou-se a estudar assuntos rurais, alternando com o trabalho no Grupo Escolar de Butantan. Iniciou sua empreitada pela Secretaria de Agricultura. Inscreveu-se no Curso para Criadores do Instituto Biológico de Defesa Agrícola em São Paulo, que tinha por objetivo divulgar conhecimentos para os lavradores em palestras dadas por técnicos e cientistas. Com o início do curso apareceram também as dificuldades, pois as aulas teóricas eram pela manhã e as práticas, à tarde. A professora passou a faltar ao trabalho na escola, criando, como ela disse, “uma situação embaraçosa, porque, além do desequilíbrio das finanças, eu não podia lecionar com eficiência na minha classe. Tinha de preparar as lições dos alunos e tinha de cumprir os deveres do mister que me tomava todas as horas” (CRUZ, 1936, p. 22). O relato de Noêmia Cruz corrobora pensar em sua condição econômica e de possível mantenedora da família após a falência econômica do marido.

⁶⁶ Horácio Silveira também foi Diretor da Escola Feminina Carlos de Campos na Capital em 1923, onde instalou um Dispensário de Puericultura em 1931, delegado técnico da Associação Brasileira de Escoteiros e membro da Liga Nacionalista desde 1917. Disponível em <http://etechoracio.com.br/etec/escola/historia/>. Acesso em 07 de novembro de 2016.

Sem alternativa, a professora procurou o Diretor do Instituto Biológico Adalberto Queiroz Telles para pedir que cancelasse seu nome do curso, o qual recusou o pedido e redigiu um ofício ao Diretor Geral da Secretaria de Agricultura, com data de 25 de outubro de 1932:

Sendo de grande disseminação, entre as crianças dos Grupos Escolares, dos conhecimentos divulgados pelo “Curso de Criadores”, deste Instituto, seria de toda a conveniência que a Diretoria de Instrução Pública destacasse alguns de seus funcionários para acompanhar êsse curso e outros, atualmente ministrados. Assim sendo e estando a professora D. Noêmia Saraiva, que já fez na Diretoria de Indústria Animal os cursos de Avicultura, Apicultura e Laticínios, acompanhando os cursos de moléstias de aves, porcos, etc. sendo adjunta do Grupo Escolar de Butantan, venho solicitar os vossos bons ofícios, junto àquela Diretoria, para que ela fique, a partir de 9 de outubro deste ano, comissionada nesta Diretoria, para fazer um estágio completo nos cursos ora ministrados nesta repartição. Saúde e fraternidade. (ass.) Adalberto Queiroz Telles (CRUZ, 1936, p. 23).

Telles relatou que Noêmia Cruz já havia feito cursos na Diretoria de Indústria Animal sem mencionar precisamente o momento, e que merecia atenção da Diretoria de Instrução Pública a fim de ser comissionada para continuar seus estudos. O comissionamento foi concedido, permitindo que a professora frequentasse as aulas “com grande satisfação” (CRUZ, 1936, p. 24).

O conteúdo do curso abrangia

noções de microbiologia, sôros e vacinas, instalação de aviários, pocilgas, cocheiras, currais, higiene da criação de animais, alimentação racional dos animais, moléstias contagiosas das aves, dos porcinos, dos bovinos, dos equinos e dos caprinos; meios preventivos e de combate às doenças; desinfecção, incubação, maternidade, aleitamento, parasitas internos e externos, meios de combate, etc. (CRUZ, 1936, p. 24).

Noêmia Cruz completou o curso e em seguida se inscreveu no de Capatazes, organizado pela Diretoria de Indústria Animal do Parque da Água Branca, que recebia inscrições de ambos os sexos (SÃO PAULO. Atos Oficiais n. 3.455 e n. 3.456, de 11 de outubro de 1929)⁶⁷, onde obteve conhecimentos, de forma prática, sobre noções de zootecnia especial, métodos de criação e tratamento de animais domésticos, cuidados com animais novos, ordenha manual e mecânica, leite, manteiga e queijo, noções de veterinária, tipos de estrumeiras, e noções de avicultura, apicultura e sericicultura, saberes que de acordo com Adalberto Telles, a professora já possuía. Esse curso promoveu uma visita à Fazenda Nova Odessa para observação da instalação de uma fazenda modelo. Ao terminar o Curso de Capatazes, fez estágio nas seções de Entomologia, Fitopatologia e Botânica do Instituto Biológico.

⁶⁷ Informação constante no Boletim de Agricultura, São Paulo, jan./fev. 1930, n. 1 e 2, série 31.

A seguir, a professora requereu, ao Diretor do Horto Florestal da Cantareira, licença para fazer estágio nas seções de sementes, herbários e no museu de essências florais. Seus conhecimentos sobre agricultura foram ampliados ainda por seu empenho em buscar informações em instituições como a ESALQ, o Instituto Agronômico de Campinas e a Fazenda Experimental Santa Elisa (CRUZ, 1936).

Noêmia Cruz (1936) relatou a boa recepção que teve por onde passou, o que causa surpresa, pois os ambientes eram majoritariamente masculinos. O interesse da professora proporcionou seu desprendimento em frequentar os cursos, fazendo-a ultrapassar as fronteiras de espaços frequentados massivamente por homens.

Para Noêmia Cruz (1936, p. 25), os atestados de exame e de frequência davam prova de sua “força de vontade”, por isso agradeceu aos que “compreenderam o alcance desse esforço” auxiliando suas “iniciativas”. A expressão “iniciativas” denota duas possibilidades, a primeira, que ela mesma pode ter procurado Horário Augusto da Silveira para pedir que apresentasse seu projeto a Sud Mennucci, expressando entusiasmo em estabelecer uma pedagogia rural na escola do Instituto Butantan. A professora conhecia a escola e pode ter aprofundado seu interesse até mesmo porque seu padrinho de casamento era irmão de Vital Brazil. Além disso, não se pode desconsiderar que Mario Reys, outro padrinho de Noêmia, trabalhava com Oscar Rodrigues Alves, Secretário do Interior, sua filha na Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde e o filho na Secretaria de Educação. Noêmia Cruz pode ter se beneficiado também pela inserção dos padrinhos e seus familiares naqueles setores da sociedade paulista. Na segunda possibilidade, a professora poderia estar se referindo ao *programa de ensino* que montou para si própria, “procurando saber, para ensinar” (CRUZ, 1936, p. 21).

De 1935 a 1943, Noêmia Cruz assumiu a direção do Grupo Escolar Rural de Butantan.

3.3.5 Noêmia Cruz fotógrafa, palestrante e escritora

Noêmia Cruz procurou divulgar sua experiência com o ensino rural de várias formas, como em fotografias, livro, jornais, revistas e palestras sobre ensino rural.

Segundo Demartini (2002, 1997), a professora gostava de fotografar e desenvolveu esta habilidade no decorrer dos anos, de modo que algumas práticas escolares foram registradas com uma câmera *Leica* alemã. Se a câmera utilizada era da década de 1930, o modelo vinha no formato 35mm e tinha a velocidade do obturador maior para facilitar o manuseio sem tripé, pois

era de pequeno porte para ser usada em situações dinâmicas⁶⁸. A hipótese é confirmada pelos registros e pelos enquadramentos das fotografias do ambiente externo da escola. Na maior parte das fotos, Noêmia Cruz parecia privilegiar a ação das crianças no Clube Agrícola, as atividades realizadas, bem como o ambiente ao redor, refletindo a busca pela harmonia entre os três aspectos. Segundo Boris Kossoy (2012, p. 44-45),

[...] a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto, bem como a exploração dos recursos oferecidos pela tecnologia: todos são fatores que influirão decisivamente no resultado final e configuram atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal.

A questão do “fotógrafo enquanto filtro cultural”, destacada pelo autor, amplia o entendimento sobre as intenções de quem fotografa. Noêmia Cruz registrou as crianças arando a terra, plantando, regando, colhendo, mas também brincando, fazendo esportes, dançando, encenando peças. Fotografou as outras professoras com enxadas nas mãos e em interação com os alunos. Em muitas, a própria Noêmia aparece ao lado das crianças em foto posada sorrindo ou concentrada, observando ou ensinando.

O Instituto Butantan possuía um laboratório fotográfico e um profissional para registrar o cotidiano da instituição, do qual Noêmia Cruz pode ter recebido auxílio quando era um dos motivos da imagem e aparecia auxiliando alunos e alunas nas atividades rurais⁶⁹.

Além das fotos, as atividades rurais do Grupo Escolar foram filmadas⁷⁰. De acordo com Priscila Xavier (2010), o documentário foi produzido pela *Sonofilms*, do Rio de Janeiro, em 1936, e pela data de censura (entre 16 e 31 de outubro do mesmo ano), foi divulgado após o lançamento do livro de Noêmia Cruz. *O Clube Agrícola do G. E. Butantan* estava na lista dos filmes exibidos nas escolas do Estado de São Paulo (MONTEIRO, 2007), o qual foi projetado em cinemas comerciais da cidade de Santos nos meses de janeiro e fevereiro de 1937 como

⁶⁸ Conferir <http://www.ph.utexas.edu/~yue/misc/LeicaLTM.html>. Na *Revista do Professor* (n. 8, dez. 1934/jan. 1935) há uma fotografia de um grupo de professores em visita a uma escola em Brotas, uma das atividades do I Congresso de Ensino Regional realizado na Bahia (1934). Noêmia Cruz aparece na imagem no canto à esquerda, segurando uma câmera de formato vertical com fole proeminente. Em pesquisa na internet (Cf. <http://leicarumors.com/2011/12/04/leica-milestones.aspx/>) vi que a empresa *Leica* nunca possuiu câmera com fole. Este tipo de câmera era comercializado por outros estabelecimentos como a *Kodac*, por exemplo, que permitia a utilização ou não do tripé.

⁶⁹ No exame de qualificação do doutorado dessa pesquisa, Zeila Demartini relatou que Noêmia treinou o porteiro da escola para ajudá-la nos registros fotográficos (2015, informação verbal).

⁷⁰ Ao saber da produção do curta-metragem sonoro, procurei pela cópia na Cinemateca Brasileira, no entanto descobri que o filme se perdeu.

“educativo nacional” (CORREIO PAULISTANO, 29/01; 30/01; 31/01; 03/02; 04/02; 05/02; 06/02; 12/02; e 13/02/1937).

Noêmia Cruz escreveu artigos para a *Revista da Sociedade Rural Brasileira* (fevereiro de 1934), o *Diário de Piracicaba* (14 de abril de 1935), a *Gazeta de Piracicaba* (10 de setembro de 1935), e o *Jornal de Piracicaba* (12 de setembro de 1935), os quais abordavam o caráter agrícola do Brasil e a importância de ensinar o amor pela terra às crianças.

A educadora fez palestras no Rotary Clube de São Paulo (09 de agosto de 1935), no Clube Comercial da mesma cidade (31 de agosto de 1934), no CPP de Piracicaba em 08 de setembro de 1935 (GAZETA DE PIRACICABA, 10 de setembro de 1935), e na Associação Brasileira de Educação (14 de maio de 1936) (CORREIO DA MANHÃ, 14 de maio de 1936). O evento realizado no CPP de Piracicaba em setembro de 1935 foi organizado para receber Noêmia Cruz, “dedicada professora do Grupo Escolar de Butantan”, que comunicou sua experiência em uma “palestra educativa” (GAZETA DE PIRACICABA, 10 de setembro de 1935). Após a comunicação foi exibido o filme da escola, que de acordo com o jornal, expunha

[...] as concretizações de sua árdua tarefa ruralista, dando-nos ensejo de encarar com optimismo e solução do problema em foco, uma vez que os educadores possuam as qualidades que exornam a personalidade de d. Noêmia: - muita dose de boa vontade, persistência, ânimo forte para enfrentar os tropeços que se antepõem às iniciativas dessa natureza e sobretudo um amor sincero à vida da roça, contribuindo dest’arte para a felicidade do futuro camponês (GAZETA DE PIRACICABA, 10 de setembro de 1935).

Após a exibição do filme, a “conferencista foi calorosamente aplaudida”. O delegado regional do ensino, Faria Neto, saudou a iniciativa de Noêmia Cruz, “cujo trabalho em prol do assumpto em questão, tem sido, realmente, eficiente e digno de ser imitado pelos professores paulistas” (GAZETA DE PIRACICABA, 10 de setembro de 1935).

Na época em que foi proferida a palestra no CPP de Piracicaba, Noêmia Cruz já tinha participado do I Congresso de Ensino Regional na Bahia. A tese explanada nesse evento foi publicada na *Revista de Educação*, Orgam da Directoria do Ensino, de março de 1935. O texto foi ampliado para a escrita do livro *Educação Rural: Uma aplicação do ensino rural na escola primária, Grupo Escolar de Butantan, S. Paulo (1936)*, síntese de sua experiência realizada no GERB a partir de 1933.

Noêmia Cruz convidou Sud Mennucci para escrever o prefácio do seu livro. Como crítico literário, ex-Diretor de Ensino do Estado de São Paulo, colunista do jornal *O Estado de São Paulo* e autor de livros sobre educação, ele sabia de seu importante papel ao prefaciá-la obra. O educador teceu muitos elogios à professora, iniciando por caracterizar o livro como

“cartilha” para professores envolvidos com a “educação popular”, um relato de experiência, um guia capaz de estimular a outros interessados na disseminação do ensino destinado ao campo. Pela análise do livro, a professora não teve a pretensão de fazer uma cartilha, antes compartilhar sua experiência, dando ênfase aos caminhos que percorreu em um curto espaço de tempo.

O livro apresenta o título impresso em letras marrons, assim como o nome da autora, contrastando com a capa em cor azul claro. A obra fazia parte de uma coleção denominada “Edições Rio Branco”, da editora “Saber é Poder Editores” (J. R. de Oliveira & C.), do Rio de Janeiro.

Pelo exposto na contracapa do livro, a proposta da coleção era alcançar escolas que trabalhavam com ensino rural a partir de livros de leitura, ciências sociais e corografia. A lista é composta por a) *Ler e Aprender*, que possuía como proposta oferecer textos que tratassem da cultura do solo e observação da natureza; b) *O caminho da vida*, com o objetivo de “incutir” conhecimentos para a vida prática nos alunos; ambos de autoria de Alda Pereira da Fonseca; c) *Seleção da Infância*, com textos para auxiliar no ensino da língua vernácula; d) *Elucidário*, manual de composição oral e escrita; escritos por Brant Horta; e) *Ciências Sociais*, de Ariosto do Estado Espinheira, indicado para alunos dos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos; f) *Corografia de São Paulo*, de Sud Mennucci, para o 3º e 4º graus dos grupos escolares do Estado.

Imagem 10 - Capa do livro *Educação Rural*

Fonte: CRUZ, 1936.

O exemplar analisado traz o n. 2.787 na aba (*orelha*) da capa. Acima do número há o depoimento de Archimedes Pereira Guimarães⁷¹ sobre a função modelar do Clube Agrícola do GERB para outros clubes do Brasil e o de Moreira de Sousa, enfatizando a ação de Noêmia Cruz. Na aba (*orelha*) da contracapa, há o depoimento de Osdemar D. dos Santos⁷² sobre a fixação do sertanejo no campo e a ajuda que o Clube Agrícola prestaria nesse sentido. A ênfase dada ao Clube Agrícola Escolar mostra como esse tipo de instituição auxiliar de ensino foi o meio de desenvolvimento da prática pedagógica elaborada pela educadora. Na segunda aba, há o anúncio do livro *Escola Rural, novos rumos*, de William Coelho de Souza⁷³, para professores das escolas normais rurais e ensino primário em geral. Todos os depoentes podem ter participado do I Congresso de Ensino Regional da Bahia em 1934, lugar em que provavelmente Noêmia Cruz os conheceu, e ter deixado tais impressões no livro de visitas à exposição do Grupo Escolar Rural de Butantan.

O livro intercala textos prescritivos e fotografias da ação dos alunos do GERB. O primeiro registro aparece no capítulo inicial. A cena é composta por quatro meninos plantando uma flor e posando para a foto. Na legenda, há a pergunta: “Por que não havemos de dar às crianças esse prazer enorme que elas sentem em plantar uma flôr?” Noêmia Cruz parecia tentar convencer e provar ao leitor que aquela era a melhor alternativa para o futuro de qualquer criança, pois o contato com a natureza faria com que se tornasse observadora, paciente e persistente, dando-lhe “uma sensação profunda da grandeza de Deus” (CRUZ, 1936, p. 11).

⁷¹ Diretor da Escola Agrícola da Bahia. Nasceu em Campinas-SP em 1894. Estudou no Ginásio Macedo Soares em São Paulo, em seguida na Escola Politécnica (de 1912 a 1917). Frequentou reuniões da Liga Nacionalista de São Paulo e atuou na política do Estado.

⁷² Trabalhava no Diário Oficial da Bahia.

⁷³ De acordo com Ávila (2011), Coelho de Sousa foi professor de Agricultura da Escola Normal e do ensino primário em São Luiz-MA.

Imagem 11 - Primeira fotografia do livro de Noêmia Cruz, mostrando os alunos do Clube Agrícola em ação

Fonte: CRUZ, 1936, p. 11.

No decorrer do livro, a autora reforçou o papel da escola na “missão” de seduzir os jovens às lides rurais por meio da difusão do ensino primário “pela propaganda nas escolas” (CRUZ, 1936, p. 15).

Ao ler o livro, nota-se que o objetivo da autora não era que os alunos saíssem agrônomos das escolas rurais, mas que a natureza “moldasse” seus pensamentos e ações para descobrirem a “verdadeira” identidade brasileira e, com isso, abandonassem as superstições que, na opinião de Noêmia Cruz, tanto atrapalhavam a prosperidade e a saúde dos camponeses.

O livro *Educação Rural* está dividido em vários capítulos pequenos sem numeração. Os subtítulos indicam cada fase da proposta da autora, a criação do Clube Agrícola, datas comemorativas, as culturas realizadas (silvicultura, cunicultura, avicultura, apicultura, sericicultura) e as exposições das quais Noêmia Cruz e os alunos participaram.

Toda a experiência da professora era registrada por meio da escrita e de fotografias que retratavam atividades extraclasse, feitas antes das aulas teóricas em sala. Antes das aulas porque algumas crianças chegavam bem cedo à escola e para não ficarem ociosas, desenvolviam atividades rurais, como plantação de verduras, frutas e legumes; criação de bicho da seda, de

coelhos e galinhas, fabricação de brinquedos e outros utensílios para serem usados nas plantações e criações (DEMARTINI, 1997).

De acordo com o depoimento de Noêmia Cruz em entrevista a Demartini (1997), as atividades extraclasse não eram obrigatórias, mas as crianças gostavam de fazê-las porque praticavam o que aprendiam em sala de aula. Os alunos recebiam aulas teóricas sobre aspectos rurais, somando-se ao conteúdo próprio do ensino primário. Além das propostas pedagógicas, as crianças usavam da autonomia para realizar outras atividades, e, em seguida, registravam por escrito tudo o que executavam. Para Demartini (1997), as atividades desenvolvidas na escola se afastavam da “proposta ruralista original”, aproximando-se mais da experiência de uma Escola Ativa.

O livro de Noêmia Cruz se configurava como um objeto de preservação da memória de sua experiência, de modo que a obra foi bastante divulgada na imprensa, como se pode ver no exemplo abaixo.

Imagem 12 - Propaganda do livro de Noêmia Cruz.

Fonte: JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 10 de maio de 1936.

Na seção Livros Novos do *Correio Paulistano* (17 de maio de 1936), Lino Garcez escreveu uma resenha crítica sobre o livro da professora, elogiando sua iniciativa e concluindo que “D. Noêmia se fez pioneira desse ideal - verdadeiramente nacional - e mais uma vez outorgou ao nosso estremecido S. Paulo a primasia nas grandes cruzadas. Por tudo isso eu a felicito, como crítico e como patriota”. André Mota (2010, p. 20) concluiu que Noêmia Cruz se portava como uma “bandeirante da educação”.

3.3.6 Outras atividades

Em 1939, Noêmia Cruz representou o Estado de São Paulo no Congresso do Ensino Rural em Juiz de Fora e, na ocasião, foi convidada para reorganizar o ensino rural da cidade mineira⁷⁴.

A educadora fez parte da Federação Brasileira dos *Clubs* Agrícolas Escolares, departamento da SAAT, criado em 15 de março de 1934 (DIÁRIO CARIOCA). A nomeação para compor a Federação ocorreu posteriormente, pois o nome de Noêmia aparece na notícia dedicada à Federação no *Diário Carioca* de 05 de agosto de 1934. Ela era a única mulher do grupo majoritariamente masculino e ocupava o cargo de Diretora de Avicultura, o qual lhe proporcionou receber o título de Conselheira Honorária da Associação Paulista de Avicultura, onde também era a única representante feminina (CORREIO PAULISTANO, 01 de fevereiro de 1935).

Em 1943, Noêmia Cruz foi nomeada Inspectora do Ensino Rural. Em 1949, foi eleita Diretora do Centro de Professorado Paulista na qualidade de “vogal”⁷⁵ (VICENTINI, 1997). “Depois permaneceu um ano na chefia da Assistência Técnica do Ensino Rural, passando em 1952, a prestar serviços na Superintendência da Escola Profissional e Agrícola, posto no qual requereu sua aposentadoria”, em 1953 (DEMARTINI, 2002, p. 856)⁷⁶.

Noêmia Cruz desempenhava outras atividades fora do campo educacional. Ela pertenceu à Campanha Associativa de Proteção à Natureza (CAAPAN), fundada em 1949 na capital de São Paulo, uma sociedade civil que tinha por objetivo “fomentar e proteger, em âmbito nacional, por todos os meios viáveis, as riquezas naturais notadamente flora e fauna” (CORREIO PAULISTANO, 9 de agosto de 1953). A CAAPAN foi considerada de utilidade pública pela Lei n. 2.687, de 15 de junho de 1954⁷⁷.

A aposentadoria de Noêmia Cruz, em 1953, não significou o fim oficial de sua carreira na educação. Em 1970, um grupo de educadores autointitulado “a velha guarda de professores

⁷⁴ Procurei por esse evento na *Revista do Ensino* de Minas Gerais dos anos de 1939 e 1940, que estão disponíveis na Plataforma Hélio Gravatá do Arquivo Público Mineiro, e não encontrei informações a respeito.

⁷⁵ Pessoa que tem direito ao voto em assembleia.

⁷⁶ No Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 08 de maio de 1954, consta o nome de Noêmia Cruz na parte que trata de declaração de proventos de aposentadoria.

⁷⁷ Em 1957 a Associação fez uma apreciação ao projeto de lei municipal n. 546, que proibia a colagem de cartazes e afins em árvores sob pena de multa. A lei já existia desde 1950 (n. 3.903, de 16 de junho de 1950), fazendo que o projeto de lei de 1957 fosse arquivado. O documento está disponível em <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1957/00/00/0A/ZH/00000AZHC.PDF>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

paulistas”⁷⁸ se reuniu para fundar a Academia Paulista de Educação (APE), o qual tinha/tem por finalidade ser uma associação científica, cultural e educacional, direcionada a:

I - congregar educadores interessados nos problemas educacionais do Estado e do País, proporcionando-lhes condições de livre debates de ideias; II - incentivar e promover pesquisas e estudos no campo da educação bem como divulgar os trabalhos realizados; III - manifestar-se, a título de colaboração, sobre iniciativas e empreendimentos dos poderes públicos relacionados com o ensino; IV - estimular o interesse da comunidade pela obra da educação e cooperar para o fortalecimento do sentimento de respeito à figura do educador⁷⁹ (ACADEMIA PAULISTA DE EDUCAÇÃO, s/d).

No grupo que criou a APE consta o nome de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. A educadora ocupou a cadeira de número 8, cujo patrono é Sud Mennucci. Do falecimento da educadora, em 1987 (DEMARTINI, 2002), até 2004, a cadeira ficou vazia, vindo a ser ocupada por Nacim Walter Chieco, que deveria incluir, no seu discurso de posse, a trajetória de Sud Mennucci e de Noêmia Cruz. As referências ao primeiro educador foram mais abundantes, com riqueza de detalhes e tom ufanista, enquanto que sobre a segunda, em poucas linhas o recém-eleito titular da cadeira número 8 relatou que “lamentavelmente, não consegui avançar sobre a vida e obra da professora Noêmia. Prometo fazê-lo em outra oportunidade. Quero, pelo menos, assinalar que ela foi contemporânea e concretizadora de muitas das idéias de Sud sobre o ensino rural”⁸⁰. Teria Noêmia Cruz sido somente “concretizadora das ideias” de Sud Mennucci? Ou sua experiência foi se construindo de forma a adensar as reflexões sobre o ensino rural, bem como do estabelecimento de políticas públicas desse âmbito para o Estado de São Paulo?

A experiência da professora esteve atrelada ao “ruralismo” e ao “ruralismo pedagógico” em um momento de disputas em torno da *legitimidade* do ensino rural em São Paulo e em outros lugares do Brasil. Uma das hipóteses desta tese é que o trabalho de Noêmia Cruz no GERB, com todo conhecimento e experiência adquiridos ao longo dos anos, foi viabilizado porque esteve localizado no Instituto Butantan, por estar equipado pela extensão do terreno e por contar com a Seção Agrícola, que cuidava das plantações que abasteciam a instituição. Tal análise não desconsidera o desempenho da educadora no desenvolvimento de sua proposta, antes permite vê-la como uma estrategista que soube utilizar os conhecimentos e os recursos disponíveis. Nesse sentido, é possível concordar com Sud Mennucci, Noêmia Cruz era “*The right woman*”.

⁷⁸ Disponível em http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=90. Acesso em 15 de novembro de 2016.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Disponível em http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=161:discurso-de-posse-do-academico-nacim-walter-chieco&catid=10:discursos&Itemid=171%20fundadores. Acesso em 16 de novembro de 2016.

Já São Paulo era realmente “*the right place*”. Tinha características rurais e era um grande centro urbano no qual estavam instalados setores administrativos, permitindo a “divulgação da experiência” (DEMARTINI, 1997, p. 24).

4 INSTITUTO SERUMTHERÁPICO/BUTANTAN E O ENSINO PRIMÁRIO: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Na passagem do século XIX para o XX, em um momento de grandes epidemias mundiais, ocorreram mudanças institucionais nos museus, os quais passaram a institutos de pesquisa e ampliaram suas atividades de atendimento ao público. Não por acaso, por parte do Estado brasileiro, havia o esforço de implementação de políticas públicas para a saúde e higiene, com o intuito de melhorar hábitos sociais e erradicar doenças, visto que a falta de higiene gerava custos ao governo e desacelerava a economia, além de contribuir para a imagem de um país atrasado diante da Europa (XAVIER, 2010).

Nessa ocasião, a ciência aparecia como uma instituição sólida e propícia a ser a grande estratégia estatal para a construção e consolidação de um novo país idealizado. Entre 1888 e 1903 surgiram, somente em São Paulo e Rio de Janeiro, oito institutos científicos de pesquisa e serviços, o que evidencia a mudança de paradigmas científicos que se colocava nesse momento no Brasil (XAVIER, 2010, p. 84).

Em 1893, Adolpho Lutz, diretor do Instituto Bacteriológico, identificou o cólera na Hospedaria de Imigrantes e passou a pesquisar, juntamente com seus colaboradores, tanto essa quanto outras doenças. As pesquisas levaram à identificação da “febre-paulista” ou “cansa médico”, febre-tifóide e febre amarela (VAZ, 1949). Na ocasião já havia conhecimento acumulado sobre microbiologia, métodos de profilaxia e tratamento de doenças infecciosas, incluindo a pesquisa com serpentes venenosas (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1946).

Nesse contexto foi criado o Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo por Vital Brazil em 1899, época em que a cidade de São Paulo começou a passar por reestruturações urbanas, pretendendo firmar-se e afirmar-se como centro moderno do país (XAVIER, 2010). O nome do Instituto relacionava-se com seus objetivos, que era produzir soros (*seruns*) antipestosos para o combate a doenças. Nos primeiros anos de exercício do Instituto, foi criada uma escola mista primária em suas dependências que também funcionava como escola noturna para atender principalmente aos funcionários e seus filhos. A escola passou a Grupo Escolar no final da década de 1920 e, em 1933, a Grupo Escolar Rural, ficando conhecido pelas práticas pedagógicas de Noêmia Saraiva de Mattos Cruz.

4.1 O INSTITUTO SERUMTHERÁPICO

No início da década de 1890 começaram a surgir estudos sobre peçonhas de cobras, como os de Albert Calmette, cientista que pesquisava a produção de soro antiofídico a partir da espécie *Naja tripudians*. Vital Brazil, que trabalhava desde 1896 como médico clínico em Botucatu - SP atendendo a muitos casos de ofidismo, concluiu que o soro de Calmette não era apropriado para os casos brasileiros de acidentes com serpentes. Nesse contexto, Vital Brazil começou a “verificar a especificidade imunológica das peçonhas ofídicas [...] e a introduzir soros polivalentes e monovalentes para tratamento de uma determinada região, hoje em dia, prática mundialmente adotada” (BRAZIL, 1996, p. 57).

Em 1897, Vital Brazil passou a compor o quadro de pessoal técnico do Instituto Bacteriológico e em 1899 foi incumbido do preparo do *serum* e da vacina antipestosa, combativos à peste bubônica, surto que se propagou pelo porto de Santos, litoral paulista, no final do século XIX. O cientista também recebeu a incumbência de instalar o Instituto Serumtherápico no bairro/distrito Butantan, em uma propriedade agrícola que ficava a cerca de seis quilômetros do Hospital de Isolamento e oito quilômetros do Centro da Capital (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1901)⁸¹.

A aquisição da Fazenda Butantan pela Fazenda do Estado de São Paulo em 1899 poderia se justificar também pela necessidade de um local amplo para criação dos cavalos, visto que a demanda pela produção de soro combativo à peste bubônica requeria grande acomodação para cavalos, animais mais resistentes à peçonha e que após a inoculação do veneno no sangue do mamífero, esperava-se alguns dias para extrair o plasma, utilizado na produção do soro antiofídico.

A fazenda possuía duas casas de moradia, cocheiras, pequenas construções, água canalizada, pastagens, canavial e “duzentos e tantos alqueires de terra”, precisamente uma área de 400 hectares (INSTITUTO BUTANTAN, 2000). Vital Brazil providenciou a construção de laboratório, novas cocheiras, gaiolas para cobras; adaptação de estábulos, telheiro, catacumbas impermeáveis; canalização de água; instalação de gás acetílico, sendo que todas as obras foram realizadas em parceria com a Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo e aproveitando material fornecido pelas olarias do Butantan. Na Fazenda Butantan já se cultivava grama, capim, cana, alfafa, parreira, milho, couve, entre outras variedades. Depois da instalação

⁸¹ O cientista foi Diretor da instituição em duas ocasiões, de 23/02/1901 a 11/07/1919 e de 01/09/1924 a 01/09/1927.

do Instituto, foram plantadas árvores frutíferas e de ornamentação, além de *pés* de café, com o intuito de parte das culturas serem utilizadas pelos moradores locais.

Em 1901, o Instituto Serumtherápico oferecia soro antipestoso, crotálico⁸², botrópico⁸³, ofídico (resultado da mistura do crotálico e botrópico) e vacina antipestosa. No ano seguinte, outros Estados, como Rio de Janeiro, Paraná e Ceará, também receberam os *sérums*, além de uma parte ser exportado para a Inglaterra. Posteriormente, doações, vendas ou trocas foram estendidas para outros Estados e países, visto que, como mostraram os Relatórios do Instituto (1901-1940), houve um crescimento na produção laboratorial e empenho por parte da instituição na comercialização do produto.

Em 1912, o Instituto passou a produzir a tuberculina, o soro diftérico e a vacina antitetânica, porém, o soro mais procurado ainda era o ofídico. Para atender a demanda, Vital Brazil se articulava com o Estado para conseguir financiamento e com os fazendeiros para que a produção dos soros não fosse interrompida, além de contar com equipes competentes que se renovaram com o passar dos anos. É importante ressaltar que Vital Brazil frequentava congressos divulgando suas pesquisas e que, sempre que possível, reiterava o posicionamento do Instituto como “centro de educação sanitária para o povo”⁸⁴.

Em 04 de abril de 1914 foi inaugurado o novo prédio do Instituto Serumtherápico e no Relatório anual havia um pedido de macadamização da estrada para facilitar a comunicação com a Capital, problema que parece ter persistido ainda por muito tempo, pois, no Relatório de 1925, Vital Brazil reiterou a dificuldade de comunicação entre o Instituto e o centro urbano.

⁸² O soro crotálico combate o veneno da espécie *crotalus* (cascavel). Informação disponível em <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/serpentes.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

⁸³ Este soro combate o veneno dos *brothops* (jararaca, cotiara e urutu). Ibidem.

⁸⁴ Pasta Butantã. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Planta 2 - Cidade de São Paulo, apresentando os arrabaldes e terrenos arruados em 1924

Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg

Ampliação da planta da Cidade de São Paulo, região do Butantan

Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg

A planta de 1924, acima ampliada, mostra o Rio Pinheiros dividindo Butantan e Pinheiros e na parte destacada em vermelho parece haver um corte na ligação dos dois bairros. A informação obtida sobre esse assunto⁸⁵ corrobora as queixas de Vital Brazil sobre a falta de comunicação com a área central de São Paulo. Uma ponte metálica foi construída em 1865 ligando a Rua Butantan à Rua Lemos Monteiro. Com a expansão da Avenida Rebouças, a ponte metálica foi retirada. Após retificação do Rio Pinheiros foi construída uma ponte de concreto em 1936, como continuação da Avenida Eusébio Matoso, que recebeu o nome de Ponte Eusébio Matoso.

Mapa 2 - Imagem atual capturada dos arredores do Jockey Clube no Butantan pelo *Google Earth* sob traçado do Rio Pinheiros em azul, antes da retificação

Fonte: DUTENKEFER, 2015, p. 159.

Não há como precisar por quanto tempo a comunicação entre Pinheiros e Butantan ficou interrompida. Nesse ínterim, possivelmente se chegava ao bairro por meio de barco e ao Instituto, com carroça, cavalo ou mesmo caminhando.

⁸⁵ALMEIDA, A. Paulino. Um paulista ilustre. REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL - n. 34 - Abril de 1937.

O asfaltamento das ruas principais no Butantan ocorreu na década de 1920. As imagens abaixo, encontradas no site do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, exibem a macadamização e a pavimentação da Estrada de Osasco (hoje Avenida Corifeu de Azevedo Marques) em 1922 e 1927, respectivamente. Essa via ampliava o acesso ao Instituto pelo seu lado Oeste. Há uma imagem da conclusão da obra de pavimentação da Avenida Vital Brazil em 1928, que permitia a entrada no Instituto pelo lado Leste.

Imagem 13 - Estrada de Osasco, trecho a ser macadamizado, 1922

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 1922.

Imagem 14 - Estrada de Osasco. Betumadeira dupla para pavimentação, 1927

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 1922.

Imagem 15 - Avenida Vital Brazil, obras de pavimentação concluída, 1928

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, 1922.

O tempo das obras realizadas no Butantan - Estrada de Osasco e Avenida Vital Brazil - parecia não ser o mesmo daquelas realizadas no Centro da cidade de São Paulo, como visto anteriormente. Mesmo com a contribuição do Instituto para a sociedade paulista, o apelo de Vital Brazil não foi suficiente para a antecipação das obras.

Passado o surto de peste bubônica, Vital Brazil continuou a trabalhar na pesquisa de soros antipestosos. O Instituto Serumtherápico teve seu nome modificado para Instituto Butantan em 1925 e em 1927 os Institutos Bacteriológico e Vacinogênico foram-lhe anexados, fazendo parte do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. Como o Estado paulista era majoritariamente rural, ocorriam muitos acidentes com animais peçonhentos, sobretudo cobras. Com isso, o Instituto fazia intensa campanha para instruir agricultores na captura de serpentes estabelecendo o sistema de permuta, sendo que, a cada quatro cobras enviadas ao Instituto, um tubo de soro seria doado ou seis cobras por um tubo de soro, uma seringa e duas agulhas. Em 1931 o Instituto Butantan passou a fazer parte da Secretaria de Educação, em 1941, da Diretoria do Departamento de Saúde e em 1942 voltou à Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública pelo Decreto n. 12.787.

4.2 O CURSO ELEMENTAR DE HYGIENE

Vital Brazil recebeu a incumbência do Secretário do Interior Oscar Rodrigues Alves de ministrar um Curso Elementar de Hygiene para inspetores escolares, diretores de grupos e professores. Inicialmente, o plano contemplava diretores de grupos escolares do interior, principalmente de locais que mais necessitassem de intervenção higiênica, bem como nos que houvesse aplicação imediata dos conhecimentos aprendidos, para “generalizar na escola e fora della, uma propaganda activa e segura, em prol do saneamento do Brasil” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 230).

O Diretor do Ensino, Oscar Thompson, enviou carta aos diretores dos grupos escolares do Estado explicando que seria aberto um Curso de Hygiene Elementar no Instituto Serumtherápico, com o intuito de divulgar a hygiene pública elementar e “hygiene rural” dentro e fora da escola, e assim contribuir para auxiliar o Serviço Sanitário do Estado na campanha pelo “saneamento do interior” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 213). O programa era composto por sete itens: 1º) Transmissores de moléstias, 2º) Parasitas intestinais, 3º) Moléstias bacterianas, 4º) Moléstias virulentas, 5º) Intoxicações, 6º) Moléstias oriundas de protozoários e 7º) Água e instalações sanitárias⁸⁶.

O alvo do curso era principalmente a população rural, que segundo o Diretor de Ensino, precisava “evitar moléstias a que estava endemicamente sujeita” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 214), como também “conhecer os meios de as combater” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 214). O curso “experimental” deveria ser realizado em um curto espaço de tempo, por causa do afastamento dos diretores de suas escolas. Oscar Thompson terminou a carta reiterando que seria possível “melhorar as condições de vida e de trabalho da população rural” sob intervenção da escola (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 214).

Na abertura do primeiro curso em 16 de agosto de 1918, às 13 horas no Instituto Serumtherápico, estavam presentes Oscar Thompson, Arthur Neiva, Diretor do Serviço Sanitário e 32 diretores de escolas do interior⁸⁷. Compareceram também dirigentes de escolas normais e os inspetores Joaquim Luis de Brito, Aristides J. de Castro e José Carlos Dias, responsáveis por acompanhar a primeira turma do curso.

A preleção inicial, realizada por Vital Brazil, versou, de um modo geral, sobre o sanitarismo no Brasil e a importância da escola na prevenção de doenças. Todos os assuntos

⁸⁶ Cf. Anexo A - programa completo, p. 279.

⁸⁷ Cf. nomes no Anexo B, p. 281.

estavam intrinsicamente relacionados à área de saúde pública e abordavam saneamento, verminoses, doenças contagiosas, profilaxias e cuidados higiênicos.

No encerramento do curso, os alunos foram à Cotia visitar as represas de abastecimento de água da Capital e na volta ao Instituto, receberam instruções de cuidado com a água, esgotos e aparelhos sanitários.

A palavra final de agradecimento e considerações sobre o curso foi proferida por Gastão Stang, Diretor da Escola Normal de Guaratinguetá, o qual enalteceu a iniciativa em aprofundar temas sobre a necessidade de saneamento rural, “uma obra de alcance extraordinário, verdadeiramente meritória, de amparo e proteção às gerações porvindouras, que hão de pela ‘scola nova’ (sic.), constituir a ‘pátria nova’” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 219, grifos do autor). É conveniente perceber que as expressões destacadas por Gastão Stang já apontavam para questões que seriam debatidas por intelectuais da educação nas décadas vindouras. Ao final da exposição, Stang homenageou Vital Brazil por sua contribuição ao desenvolvimento da ciência no país.

Ao final do curso, no dia 31 de agosto, os diretores responderam a um questionário⁸⁸ sobre a presença de doenças na região escolar, vacinação, acidentes ofídicos e também sobre o interesse em organizar um museu escolar. A sugestão de um museu escolar poderia manter a produção do Instituto e servir de exemplo nas prevenções contra picaduras de cobras e, a partir das respostas do questionário, a coleção do museu inicialmente teria 12 serpentes classificadas e conservadas em álcool, sendo que, para tanto, os diretores deveriam conseguir 50 fornecedores efetivos de répteis. A proposta também abrangia a coleta de minerais variados e outras espécies da fauna e da flora.

De acordo com Oscar Thompson, organizar um museu promoveria a observação dos alunos e os ensinaria a conhecer melhor “as coisas nacionaes” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 232). Thompson não desvencilhava sua opinião sobre o nacionalismo do sanitarismo ou do “novo”, compreendendo a “escola nova sob o ponto de vista da hygiene, sob o ponto de vista da saude physica dos alumnos. Sob este aspecto ella [escola nova] realiza o ideal concebido” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 233).

No dia 1º de setembro foi oferecido, pelos diretores das escolas, um almoço no Hotel do Oeste em homenagem a Vital Brazil e a Oscar Thompson. Na ocasião, o professor Augusto Ribeiro de Carvalho, Diretor do Grupo Escolar de Jacarehy, discursou sobre a importância de emancipação industrial do Brasil, atribuindo a “prosperidade pública” (SÃO PAULO. AEESP,

⁸⁸ O modelo do questionário encontra-se no Anexo G, p. 287.

1918, p. 224) à “instrução do cidadão” e à higiene, de modo que, para ele, o desenvolvimento do país sucederia mediante a junção da medicina com a educação. Augusto de Carvalho também propôs a introdução de cursos industriais nos grupos escolares e, apesar da reflexão não ter sido desenvolvida, percebe-se a conjectura em torno da educação para o trabalho. A longa preleção, entremeada por adulações aos cientistas do curso e exaltações ao Estado de São Paulo e à pátria, denotava a crença que de São Paulo sairia “a irradiação do sol - a *sciencia*- para illuminar o paiz inteiro” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 229, grifo do autor).

No dia seguinte, a comitiva visitou a Escola Profissional Masculina do Brás pela manhã, à tarde foram ao Gabinete de Psicologia Experimental e Antropologia Pedagógica da Escola Normal de São Paulo, e em seguida partiram para o anfiteatro do Jardim de Infância onde Vital Brazil fez uma reunião com o grupo. Oscar Thompson finalizou com uma explanação dos motivos que levaram a realização do curso, incentivando os diretores a propagandear o saneamento pelo Brasil.

Forçoso é reconhecer que a escola publica paulista, com o impulso que está recebendo do Butantan, se vae aparelhando para desempenhar o papel sanitário que lhe está reservado no nosso meio. Senão, vêde. Com a Inspeção Médico-Escolar, ella proporciona saúde ao educando; sob a égide do Butantan, vae ella ensinar ao mestre as medidas de que deve se utilizar para manter essa mesma saúde, mediante a diffusão dos preceitos de hygiene. E ainda vae além: - vae evidenciar os recursos de que pode ella dispôr, no sentido de evitar moléstias ou de combatê-las, divulgando os conhecimentos necessários à descoberta de seus agentes transmissores para aniquilá-los. Assim é que eu comprehendia e comprehendo a escola nova sob o ponto de vista da hygiene, sob o ponto de vista da saúde physica dos alumnos. Sob este aspecto, ella realiza o ideal concebido (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 232-233).

Thompson ressaltou a importância do civismo e dedicou várias páginas ao “Decálogo Cívico”, conjunto de normas patrióticas constantes no manual *O que o cidadão deve saber*, da Liga Nacionalista de São Paulo, escrito por Sampaio Dória. Os preceitos para ser um bom cidadão se resumiam em “1) Amar a liberdade; 2) Defender a Pátria; 3) Pagar impostos; 4) Votar; 5) Cooperar na política; 6) Servir no júri; 7) Respeitar a lei; 8) Fiscalizar; 9) Falar bem a sua língua; 10) Não desdenhar a civilidade” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 236 - 241).

Logo após a manifestação de Thompson, o Diretor do Grupo Escolar de Parahybuna, Gustavo Kuhlmann, tomou a palavra, representando seus colegas presentes no Curso de Hygiene. Em sua explanação, Kuhlmann pontuou a necessidade de se formar o “brasileiro” e de “construir uma pátria nova” pela ciência, pela arte e pela moral brasileira. Suas considerações finais reiteravam a *inevitabilidade* da Escola Nova ao afirmar “sejamos homens e sejamos

Brasileiros! Sejam os Brasileiros e sejam os professores! Sejam os professores e sejam os sacerdotes da Pátria! Da Pátria Nova que há de surgir da Escola Nova!” (SÃO PAULO. AEESP, 1918, p. 249).

O segundo curso iniciou-se em setembro e foi acrescido de quatro lições⁸⁹. A décima lição incluiu visita ao Grupo Escolar Prudente de Moraes, antiga Escola Modelo da Luz, contudo, o AEESP de 1918 não detalhou o motivo pelo qual a instituição foi visitada. No porão dessa escola, além de três salas de aula, funcionavam oficinas de marcenaria, tornearia e modelagem em gesso. O curso, diferentemente do primeiro, tratou de veicular conhecimentos sobre doenças venéreas, alimentos “falsificados” e coleções de sementes de árvores, do qual participaram 21 diretores de escolas⁹⁰.

A finalização ocorreu no salão nobre do Jardim de Infância com a conferência do Diretor da Escola Normal, Carlos Alberto Gomes Cardim, sobre ensino de música pelo método analítico. O AEESP de 1918 não oferece muitos detalhes sobre o segundo curso.

Os conhecimentos adquiridos pelos diretores deveriam ser compartilhados com os professores das escolas em conferências públicas, bem como por meio da imprensa nas zonas rurais. Vital Brazil finalizou o evento enaltecendo a escola como “melhor fator de uma regeneração sanitária” (INSTITUTO SERUMTHERAPICO. Relatório do Instituto Serumtherápico, 1918, p. 26).

Os AEESP de 1919 e de 1920 apresentaram poucos relatos sobre o Curso de Higiene. No de 1920, na “Pasta Butantã” do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, consta um histórico do Instituto informando a realização do curso de higiene para professores, porém sem maiores especificações. Será que a saída de Vital Brazil do Instituto em 1919 provocou alguma alteração nesse sentido? No jornal *Correio Paulistano* de 05 de março de 1920, encontrei apenas uma lista com os nomes dos diretores de escolas⁹¹ e o programa, que parecia estar mais enxuto, mas como se trata de uma notícia de jornal, o texto pode ter sido resumido.

Marcelo de Oliveira, Diretor da Escola Normal de São Carlos, expôs suas impressões sobre o curso de 1920 elogiando a iniciativa e enfatizando a necessidade de erradicação das superstições e simpatias, do alcoolismo e moléstias que assolavam as zonas rurais. Exemplificou se reportando à imagem do Jeca, elucidativa de todas as mazelas pelas quais o país passava, somada à do negro abandonado ao “aniquilamento psíquico e à degradação moral”

⁸⁹ Cf. Anexo C, p. 282.

⁹⁰ Os nomes dos diretores e as respectivas escolas encontram-se no Anexo D, p. 284.

⁹¹ O cronograma e os nomes dos diretores estão nos Anexos E e F, p. 285-286.

e à do germânico, que a despeito de sua “raça forte”, sofria por falta de profilaxia. Para ele, a solução estava na higiene e na alfabetização.

É importante observar que o Curso de Hygiene realizou-se dentro do Instituto Serumtherápico, com palestrantes da área da saúde pública no mesmo ano de criação do Instituto de Higiene e do Serviço de Profilaxia Rural⁹².

Assim como o Instituto Serumtherápico, o Instituto de Higiene ofereceu um curso de higiene escolar no ano de 1920, sob a direção do Dr. Darling, para professores de escolas públicas, o qual era em forma de preleções sobre transmissão de doenças para divulgação dos princípios higienistas:

Higiene escolar; demonstração de contaminação bacteriana através da tosse, espirro, beijo; presença de bactéria em alimentos crus; bactérias encontradas nos copos das bebidas mais usuais e análise da água; parasitas intestinais; insetos transmissores de doenças; exposição de pôsteres sobre higiene escolar (ROCHA, 2003, p. 137).

O conteúdo era semelhante ao do Curso de Higiene realizado no Instituto Serumtherápico.

A partir de 1921, o Instituto de Higiene passou a oferecer “curso intensivo de Higiene Rural e instrução em Higiene para as alunas da Escola Normal” (ROCHA, 2003, p. 131). O primeiro foi realizado nos meses de novembro a dezembro de 1921. No ano seguinte, foi criado o departamento de Higiene Escolar dentro do Instituto de Higiene, sob a responsabilidade do médico Almeida Junior, que atuou no Instituto dando palestras sobre higiene escolar e infantil.

Em conformidade com o decreto do Governo do Estado, o Instituto de Higiene teve a oportunidade de ministrar demonstrações e exercícios práticos em Higiene e Saúde Pública para turmas da Escola Normal do Estado da Praça da República e do Braz. Os exercícios incluíram o campo geral de Higiene Pessoal, Higiene Rural, Higiene Escolar, Puericultura, Higiene da Casa - da alimentação, nutrição e metabolismo - etc. Foi realizado um exercício semanal num período de três meses. Aproximadamente 200 jovens moças inscreveram-se neste curso. Planeja-se ampliá-lo durante o próximo ano (INSTITUTE OF HYGIENE, 1921, p. 13-14 apud ROCHA, 2003, p. 136).

Anos mais tarde, com o Decreto n. 4.089, de 17 de agosto de 1926, foi instituído o Curso de Educadores Sanitários no Instituto de Higiene, com o objetivo de ensinar conhecimentos teóricos e práticos de higiene para ex-alunos formados pelas escolas normais do Estado de São Paulo. Esses professores deveriam desenvolver “uma consciência sanitária” no povo e cooperar

⁹² Decreto n. 13.001, de 1º de Maio de 1918.

profilaticamente nas campanhas de saúde pública, e, nesse contexto, estariam habilitados a exercer cargos na nova organização sanitária mediante escolha do governo. Noêmia Cruz fez o curso de Educadora Sanitária (DEMARTINI, 2002), entretanto, não consegui outras informações sobre esse assunto.

Para ingresso no curso, os interessados se submeteriam a “exame vestibular” com duas provas escritas de resolução de problemas ou de cultura geral e de noções de anatomia e fisiologia humanas, conforme programa das escolas normais. Em ambos os casos, os pontos seriam sorteados pela banca composta por membros do Instituto de Higiene. Além disso, ainda deveriam comprovar vacinação de varíola e febre tifoide e ter entre 18 e 30 anos (CORREIO PAULISTANO, 22 de dezembro de 1925).

Os candidatos aprovados eram divididos em adjuntos de grupo escolar com mais de 6 meses de experiência, adjuntos de grupo escolar com menos de 6 meses de experiência, professores de escolas isoladas e outros candidatos. As aulas decorreram entre 1º de fevereiro a 30 de novembro, com intervalo de férias do dia 06 de junho a 15 de julho.

Dividido em nove “séries”, o curso era composto dos seguintes temas:

1. noções de bacteriologia applicada à hygiene; 2. noções de parasitologia e eneomologia applicadas à hygiene; 3. noções de estatistica vital e epidemiologia; 4. hygiene pessoal, nutrição e dietetica; 5. hygiene infantil; 6. hygiene mental, social e do trabalho; 7. hygiene urbana, rural e das habitações; 8. ethica educação e administração sanitarias; 9. principios e processos de enfermagem em saude publica (SÃO PAULO. Decreto n. 4.089, de 17 de agosto de 1926, art. 14).

A partir dos temas, nota-se que os educadores sanitários saíam aperfeiçoados em questões de higiene e seriam propagadores de novos costumes, inclusive na escola. Rocha (2003) apontou para a disseminação de uma “cultura da higiene” nos meios populares com a chancela da educação.

O Curso Elementar de Hygiene organizado por Vital Brazil em 1918 pode ter sido o início de uma série de cursos que ocorreram posteriormente, visando a educação sanitária das populações rurais.

4.3 A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESCOLA ISOLADA NO INSTITUTO SERUMTHERÁPICO

Com a visibilidade do Instituto Serumtherápico e a expansão da produção de soros e vacinas, a Diretoria de Ensino propôs a criação de uma escola dentro da instituição, a Vital Brazil (INSTITUTO SERUMTHERÁPICO, 1917). A escola seria isolada mista para atender a funcionários e seus filhos, teria o espaço cedido pelo Instituto e o professor seria remunerado pelo Estado de São Paulo. O local, a princípio improvisado, era uma cocheira desativada, que serviu de laboratório provisório para o preparo dos soros combativos à peste bubônica quando o Instituto foi criado.

Imagem 16 - Fotografia da cocheira aonde foi inicialmente instalada a Escola Isolada Mista do Instituto Serumtherápico

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1928.

Vital Brazil convidou sua irmã mais nova, Eunice Caldas⁹³, para lecionar para as crianças de dia e para os adultos à noite (BRAZIL, 2001). A professora estudou na Escola

⁹³ Eunice Caldas também exerceu a atividade de escritora, publicando *Lições de Botânica*, *A Casa de Boneca* e *a Vida das Florestas*, adotados nas escolas primárias paulistas. A professora fundou o

Normal da Praça da República entre 1896 e 1900. Logo após a formatura, Eunice Caldas assumiu a Escola Mista do Butantan e em outubro de 1900 foi convidada a ser diretora do recém-instalado Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos, na cidade de Santos (SÃO PAULO. AEESP, 1907-1908).

Entre a saída de Eunice Caldas até 1906 não há indícios da nomeação de professores para a Escola Mista do Butantan. No AEESP de 1907-1908, Letícia Ulhôa Cintra aparece como professora da escola, no de 1908-1909 desponta o nome de Eunice Caldas como professora normalista da Escola Isolada Mista Noturna do Instituto Serumptherápico.

Em 1910, a Escola Mista do Instituto recebeu o complementarista Accacio Faria (SÃO PAULO. AEESP 1909-1910), talvez o único professor que a escola teve até a década de 1940. No ano seguinte, a professora Ismênia Leme assumiu a escola (CORREIO PAULISTANO, de 30 de julho de 1911) e parece ter permanecido até 1912, quando requereu licença de um mês em agosto de 1912 (CORREIO PAULISTANO, 18 de agosto de 1912).

As muitas mudanças de professores poderiam ser um indício das desfavoráveis condições de trabalho, da precária acessibilidade ao Instituto Serumptherápico, bem como do aumento do número de matrículas, da transformação de escolas isoladas em escolas reunidas, e estas em grupos escolares, com desdobramento de suas classes (SÃO PAULO. AEESP, 1908-1909). A população da Capital de São Paulo demandava mais vagas nas escolas por ter crescido rapidamente. Em 1890 eram 64.934 habitantes; em 1900, 239.820; em 1920, 579.033; e em 1940, 1.318.539 (AZEVEDO, 1958).

De 1913 a 1917, Eunice Caldas voltou a trabalhar na Escola Mista (SÃO PAULO. AEESP, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917), conjugando a docência com as atividades de escritora, feminista e empreendedora (CAPUTO, 2008).

Em 1913 na região do Butantan havia 2 escolas masculinas, 2 femininas e 3 mistas; em Pinheiros, 2 femininas, 1 mista e 1 masculina; em Osasco, 2 masculinas e 2 femininas. Em 1915, Pinheiros tinha menos uma escola feminina tendo em vista o total anterior, e em 1917, o Jaguaré e o 19º Distrito⁹⁴ receberam uma escola mista e Pinheiros (Água Branca) uma feminina

Instituto Maria Braz de Santos, idealizado por Anália Franco com objetivo de prestar serviços à infância desvalida (CAPUTO, 2008). Eunice criou o Collegio Eunice Caldas em 1916, posteriormente, denominado Esmeraldino Primeiro, compreendendo o Collegio Esmeralda e o Orphanato Esmeralda, voltados para a educação feminina, sem subvenção do Estado. Eunice Caldas criou e participou de associações femininas. A trajetória de Eunice Caldas foi marcada por inúmeras inspeções médicas. A professora foi diagnosticada com distúrbio psiquiátrico, talvez por sua homoafetividade, comportamento incomum para a sociedade do início do século XX (CAPUTO, 2008). Os laudos acarretaram diversos pedidos de licenças e afastamentos de Eunice Caldas de suas atividades para “internamentos, práticas terapêuticas e disciplina asilar” (CUNHA, 1989, p. 125).

⁹⁴ Não consegui informações sobre o 19º Distrito.

(SÃO PAULO. AEESP, 1913, 1915, 1917). Em 1918, o bairro Butantan tinha o número total de 16 escolas (SÃO PAULO. AEESP, 1918).

Na estatística escolar, os distritos da Consolação e do Butantan eram contabilizados em conjunto. O total da população desses lugares no fim da década de 1910 era de 43.624 pessoas, com 6.232 crianças “em idade escolar”, estando 2.529 matriculadas em escolas públicas estaduais, dividindo-se em 25 escolas isoladas e 50 grupos escolares (SÃO PAULO. AEESP, 1918).

Mesmo com essas informações, não foi possível saber a quantidade de instituições de ensino no Butantan, pois os Anuários não divulgavam a localização exata das escolas. Numa nota da Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de São Paulo no *Correio Paulistano* de 6 de outubro de 1908, havia um pedido, ao Secretário do Interior, de “mappas e boletins escolares, para a escola mixta do Butantan, regida pela professora D. Eunice Caldas”. A referência à “escola mixta do Butantan” poderia ser um indicativo de que, naquele momento, a escola criada no Instituto Serumtherápico era a única da região. Pode-se ponderar que a criação da Escola Mista no Instituto Serumtherápico foi uma forma de promover e de facilitar a instrução de crianças e adultos da região.

4.4 A ESCOLA ISOLADA MISTA SE TRANSFORMA EM GRUPO ESCOLAR

No ano de 1918 não foi possível saber quem exerceu a docência na escola. Vital Brazil deixou o Instituto Serumtherápico em 1919 por divergências com o governador do Estado e, portanto, se Eunice Caldas ainda estava trabalhando na Escola Mista, pode ter saído juntamente com seu irmão. A professora vigorou como a que mais tempo atuou na escola no espaço de 10 anos.

Em decorrência da saída de Eunice Caldas, os funcionários do Instituto solicitaram uma nova professora e a vaga foi assumida por Dinorah Cirio Chacon (BRAZIL, 1996), esposa de Julião Joaquim de Freitas, administrador do Instituto Serumtherápico. Dinorah Chacon permaneceu na escola até sua aposentadoria em 1935 (DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 25 de setembro de 1935).

No mesmo ano em que Dinorah Chacon assumiu a Escola Isolada Mista do Butantan, foi promulgada a Lei n. 1.710 organizando o ensino. A norma tratava das escolas isoladas do Estado de São Paulo, prevendo que poderiam funcionar em dois turnos, com exceção das noturnas, que teriam seu funcionamento das 19 às 21 horas, com um dia de folga na semana a

partir do interesse dos alunos. A maleabilidade de funcionamento em outros turnos era um sinal da expansão do ensino, tendo em vista as estatísticas oficiais e seu número expressivo de pessoas analfabetas.

Pela lei de 1919, se a sala de aula excedesse 30 alunos, teria que se desdobrar, sendo que cada turno funcionaria com 2 horas e trinta minutos e 15 minutos de recreio em cada um deles. Como a Escola Isolada Mista do Butantan oferecia curso noturno, possivelmente não possuía classes desdobradas.

No início da década de 1920, as escolas isoladas funcionavam de segunda-feira a sábado, das 11 às 16 horas, com 30 minutos de recreio, ou seja, 5 horas de carga horária obrigatória. Para os grupos escolares e escolas reunidas, o período de 4 horas, com recreio de 25 minutos. Nas escolas com classes desdobradas, o funcionamento seria de 3 horas por dia, sem recreio. O tempo de cada disciplina era dividido por 15, 20, 25 ou 30 minutos, dependendo de sua especificidade. As disciplinas eram parecidas nos três tipos de escolas, mas não encontrei elementos para comparar os conteúdos prescritos. Nas escolas isoladas, os alunos estudavam aritmética, leitura, linguagem escrita, caligrafia, história, geometria, trabalhos manuais, educação cívica, ciências, música, desenho, higiene e ginástica (SÃO PAULO. AEESP, 1922). Angélica Oriani (2015, p. 133), em sua tese, organizou um quadro no qual mostrou os conteúdos dos programas de ensino das escolas correspondentes às legislações no período de 1905 a 1933, e constatou o apelo “prático e funcional” (ORIANI, 2015, p. 135) das disciplinas das escolas isoladas rurais e distritais em comparação aos grupos escolares. Deve-se considerar que a prescrição nem sempre condizia com as práticas escolares, pois demandavam material e mobiliário específico para concretização dos programas.

Lael Vital Brazil (1996), filho de Vital Brazil, afirmou que a Escola Isolada Mista do Butantan passou a Escola Reunida por ter, ao longo dos anos, recebido muitos alunos. Segundo Souza (1998b), as escolas reunidas eram aquelas que tinham uma organização mais simples que a de um grupo escolar, além de abarcarem várias escolas em um mesmo prédio com distintas variações salariais. No AEESP de 1923 aparecem discriminadas escolas reunidas do Butantan e de Pinheiros sem endereço, mas não foi possível afirmar se diz respeito à escola que funcionava dentro do Instituto Serumptherápico.

Cabe destacar que a partir de 1922 houve um decréscimo das escolas isoladas na Capital e, ao mesmo tempo, um aumento de grupos escolares, e principalmente de escolas reunidas. Em função de tal expansão, a estatística da Capital, que fazia parte da 1ª Região Escolar no Estado de São Paulo (juntamente com os municípios de Cotia, Jundiaí, entre outros), passou a

ser feita de forma única sem discriminação das escolas e seus respectivos nomes ou números, impossibilitando a percepção das particularidades da Escola Mista do Butantan.

Com a ampliação dos grupos escolares, a Escola Isolada Mista do Instituto Serumtherápico passou a Grupo Escolar de Butantan. O Instituto também mudou de nome em 1925, e em 1926 a escola apareceu no AEESP como um novo tipo. Como não existem os Anuários de 1924 e 1925, não consegui localizar a mudança de escola isolada para grupo escolar, nem nas leis e nem nos decretos disponibilizados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Possivelmente, a modificação de nome do Instituto, de Serumtherápico para Butantan, ocorreu concomitantemente à transformação de escola isolada mista em grupo escolar. As alterações podem ser um indício da interação entre as duas instituições.

No AEESP de 1926 (p. 13) há uma fotografia de meninos fazendo ginástica, todos vestindo roupa branca - um conjunto de calça até os joelhos e camisa de botões, e abaixo a legenda “Grupo Escolar de Butantan. Uma aula de gymnastica”, confirmando a mudança do tipo escolar.

Imagem 17 - “Grupo Escolar de Butantan. Uma aula de gymnastica”

Fonte: SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1926, p. 13.

Se nos anos anteriores houve uma diminuição de escolas isoladas, no Anuário de 1926⁹⁵ percebe-se uma inversão dos números. A justificativa apresentada relacionava-se à meta de alcançar a população em “idade escolar” em lugares onde não houvesse escola. A Lei n. 2.182-

⁹⁵ O Anuário de 1926 foi elaborado de uma forma diferente dos outros, no qual constava, em sua maioria, estatísticas, mapas e fotografias e menos texto descritivo das atividades anuais da Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo.

B, de 29 de dezembro de 1926, dava autonomia para a Diretoria Geral do Ensino criar 250 escolas, 200 rurais e 50 urbanas. No ano seguinte, foram estabelecidas 112 rurais e 43 urbanas. Após a lei, o número de alunos matriculados nas escolas isoladas do Estado foi ampliado para 66.041, do qual 38.645 eram filhos de brasileiros e 27.396, de estrangeiros. O Grupo Escolar do Butantan tinha 16 classes e a frequência média de 460 alunos.

Sobre o Grupo Escolar de Butantan encontrei poucas informações antes de 1933. Procedendo a uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, localizei duas menções à escola no *Diário Nacional*, em 1931 e em 1932.

A primeira abordava a “Festa dos Animaes”, que teria sido realizada no dia 23 de abril de 1931 em todos os estabelecimentos de ensino. O *Diário Nacional* recebeu programas de alguns grupos escolares e dentre eles estava o do Butantan. A comemoração dessa escola teria sido feita no horário do recreio, com palestras sobre animais, cantos corais, jogos e ginásticas. A segunda notícia relatava o episódio dos lanches doados pelas crianças aos soldados da Revolução Constitucionalista, comentada no capítulo anterior.

4.5 O GRUPO ESCOLAR RURAL DE BUTANTAN

Para atender aos requisitos de um grupo escolar, foi preciso sair dos “fundos da antiga cocheira”. Segundo o Diretor do Instituto Butantan à época, Afrânio do Amaral⁹⁶, a mudança se justificava por “exigências higiênicas” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1933). Nos Relatórios do IB emitidos por Afrânio do Amaral há críticas explícitas à gestão de Vital Brazil, inclusive no quesito higiene, sugerindo que o antigo Diretor não tinha se importado com o assunto. Posteriormente, Afrânio do Amaral foi acusado por não estar procedendo dentro dos padrões higiênicos em sua administração (CORREIO PAULISTANO, 24 de outubro de 1936). Mediante as questões apresentadas por Afrânio do Amaral, o Grupo Escolar deslocou-se, em 1931, para a antiga casa de Vital Brazil. O prédio escolhido era mais conveniente ao modelo de grupo escolar, bem como para acolher o expressivo número de alunos, mais de 400.

⁹⁶ Afrânio do Amaral (1894-1982) foi diretor do Instituto Butantan em três ocasiões, de 21/03/1921 a 06/09/1921; de 13/02/1928 a 06/05/1938; e de 29/10/1953 a 15/09/1956. Concedeu uma entrevista em 1977 ao CPDOC/FGV abordando sua formação e trabalho como cientista. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista420.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

O IB prestava auxílio à saúde das crianças da escola por meio do Posto de Hygiene e Assistência Social. De acordo com o Relatório do Instituto Butantan (1929, p. 5), 2.796 pessoas haviam sido atendidas em 1928, número que englobava a assistência realizada nas seções de “hygiene infantil: 1.478; hygiene pre-escolar 257; hygiene escolar 347; exame médico geral 141 e verminose 573”. Para auxiliar o médico no Posto de Hygiene foi designada a educadora sanitária Nadya Campello de Souza pela Inspetoria de Educação Sanitária, a pedido do Diretor do IB.

A intenção de Afrânio do Amaral era ampliar a assistência social aos empregados, a suas famílias e aos moradores nas redondezas, dotando o Instituto Butantan

[...] dos necessários recursos materiaes, abrindo escolas para instrução obrigatória das crianças, *instituindo o ensino rural pratico*, instalando convenientemente as oficinas em que deverão continuar a especializar-se os rapazes aqui residentes e dando às moças emprego nos serviços technicos ou de produção industrial (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1929, p. 5, grifos nossos).

Afrânio do Amaral pretendia instituir o ensino rural prático, como ele observou no Relatório de 1929, como medida de ocupação dos filhos dos empregados e para aproveitar a mão de obra no próprio Instituto. Essa informação se soma a outras analisadas na tese, ampliando o rol de fatores propícios à transformação do Grupo Escolar de Butantan em rural.

A pretensão de que os funcionários permanecessem no Instituto levou Afrânio do Amaral a instituir a Caixa Beneficente do Butantan, bem como a criação de uma cooperativa “para fornecimento de gêneros de primeira necessidade” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1932 p. 12), assistência médica e higiênica e incentivo ao cuidado das diversões e desportos, sem ônus para o Estado e estabelecendo “uma série de vantagens materiais e morais” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1932 p. 12). De acordo com Afrânio do Amaral,

[...] desde o início de minha gestão, tornei obrigatório, por parte dos funcionários residentes, o *cultivo de jardim, pomares ou hortas anexos às suas casas e estimulei a criação de galinhas*, afim de mais fácil e radicalmente fixá-los no Instituto, desviando-lhes a atenção dos atrativos e despesas da cidade (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1932, p. 12, grifos nossos).

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), em 1977, Afrânio do Amaral relatou ter entrado em atrito diversas vezes com a administração do Estado por querer

aumentar os salários dos funcionários do Instituto, o qual não teve êxito. Como alternativa à baixa remuneração, o Diretor incentivou o cultivo de alimentos como meio de suprir necessidades básicas dos empregados da instituição.

Em 1933, o Diretor do IB declarou sua intenção de “preparar pessoal técnico habilitado desde os bancos escolares e dentro de uma atmosfera de disciplina e de amor ao trabalho” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1933, p. 15), por isso tinha como meta “facilitar as atividades” do Grupo Escolar. Afrânio do Amaral solicitou um “inquérito vocacional” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1933, p. 15) a Dinorah Chacon, do qual concluiu que “80% dos [alunos] matriculados pretendiam dedicar-se a atividades rurais” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1933, p. 15). Naquela época Noêmia Cruz já estava desenvolvendo sua proposta pedagógica na escola.

Afrânio do Amaral defendia a modificação das diretrizes do ensino primário no Estado de São Paulo, de modo que seu discurso era bem parecido com aqueles emitidos pelos defensores do ensino rural no que diz respeito ao caráter “urbanista das escolas”, à falta de conteúdo específico ao meio rural; ao fator “antieconômico”, pois o dinheiro gasto pelo Estado com as crianças não apresentava retorno financeiro para a sociedade; e “antissocial”, por promover o despovoamento das zonas rurais que migravam para as zonas urbanas “e seus perigosos resultados de desemprego e miséria” (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1933, p. 15).

A prestação de contas do Relatório do Instituto Butantan de 1933 está com a data de “janeiro de 1934”, ou seja, foi escrita na época em que o Grupo Escolar Rural e o Clube Agrícola estavam em funcionamento. Segundo Afrânio do Amaral,

por êsse motivo e consciente de suas responsabilidades, é que esta diretoria tem intercedido junto aos nossos governos para que ponham em execução os planos de ruralização efetiva do ensino no interior e onde êles couberem. Infelizmente, a instabilidade política dos últimos anos e a falta de recursos, sempre alegada quando se trata de tomar iniciativas corajosas, não haviam até há pouco, permitido qualquer providência definitiva nesse sentido. Coube ao atual govêrno, louvado em exposição que lhe fiz, dar um passo em favor da ruralização, permitindo como fez pelo decreto n. 6.225, de 18 de dezembro de 1933, fôsse efetivadas, em relação ao Grupo Escolar do Butantan, as disposições do decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933 (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1933, p. 15-16).

Pelo relato de Afrânio do Amaral, o Decreto n. 6.225 sofreu intervenção de sua parte, propiciando que o GERB continuasse ruralizado “a título de experiência” e que Noêmia Cruz continuasse a desenvolver sua proposta, questão que será aprofundada no capítulo 5.

5 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE NOÊMIA CRUZ E O CLUBE AGRÍCOLA DO GRUPO ESCOLAR RURAL DE BUTANTAN

Em seu livro *Educação Rural*, Noêmia Cruz relatou o modo como procedeu na implementação das práticas rurais no GERB. Ela iniciou dissertando sobre a importância do ensino rural em corresponder ao *caráter* “eminentemente agrícola” do país. Tratou também dos caminhos que percorreu na busca por uma especialização em assuntos rurais e em seguida começou o capítulo sobre o Clube Agrícola Escolar do Butantan.

Noêmia Cruz relatou que, antes de iniciar a proposta, leu “muito de propósito” (1936, p. 26) um texto de Elyseo de Andrade⁹⁷ sobre clubes agrícolas, além de ter conversado várias vezes com as crianças da sua turma de meninos do 3º grau sobre fundar um clube, “mas que fosse uma coisa nova, um pouco diferente das outras, talvez mais interessante e de grande utilidade para todos; um clube onde os sócios pudessem praticar ótima cultura física e, ao mesmo tempo, aprender a executar trabalhos de grande valor e interesse” (CRUZ, 1936, p. 26-27). A intenção de Noêmia Cruz era que o Clube alcançasse a comunidade ao redor da escola.

Em nota de rodapé das páginas 26 e 27, a professora comentou sobre modelos de clubes agrícolas, afirmando que utilizava a metodologia de “projetos”, conforme leitura que fez do livro *La elevación moral y material del campesino*, de José Mallart y Cutó. Além de José Mallart y Cutó, mencionou também Banera e Sainz⁹⁸.

Sobre o método de projetos, Michael Knoll (1997) analisa-o como um meio pelo qual os alunos desenvolvem independência, responsabilidade, atitudes sociais democráticas e de comportamento. De acordo com o autor, a iniciativa surgiu no contexto do movimento

⁹⁷ De acordo com a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (n. 21, 2014), Elyseo era filho de Thales de Andrade. Foi professor e agrônomo, formando-se pela primeira turma da Escola de Professores da Universidade de São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 25 de novembro de 1934) e pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz em 1939 (CORREIO PAULISTANO, 26 de outubro de 1939). Criou o Clube Agrícola Escolar no Instituto de Educação para os alunos do ensino primário, sob a orientação de Noemy Silveira, diretora do Serviço de Psicologia Aplicada (CORREIO DE SÃO PAULO, 25 de julho de 1933). Não consegui encontrar o livro do autor que trata sobre os Clubes Agrícolas.

⁹⁸ O primeiro foi um engenheiro e educador argentino que escreveu sobre “orientação agrícola na escola rural”, sobre o segundo não consegui informações. Encontrei um artigo que menciona Joaquin Barneda e alguns de seus livros: 1) *La orientación agrícola de la enseñanza primaria*, tesis para optar al título de ingeniero agrónomo, Universidad Nacional de La Plata, 1919; 2) *Iniciativas y experiencias dentro de la escuela primaria*. Manualidades y orientación agrícola, La Plata, Dirección General de Escuelas, 1919; 3) *La agricultura en la escuela primaria*, Dirección de Agricultura, Ganadería e Industrias, La Plata, 1936 (GUTIERREZ, Talía Violeta. Políticas de orientación agrícola y pedagogía normalista: Entre Ríos, Argentina, 1900-1920. *Perfiles educativos* [online]. 2007, vol.29, n.117, pp.85-110. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982007000300005. Acesso em 20 de dezembro de 2016).

progressista da educação e teve Willian Heard Kilpatrick como seu principal expoente. Knoll (1997) fez um recuo ao século XVI para tentar explicar a gênese do método a partir da prática de arquitetos italianos que almejavam transformar suas imagens de artesãos em artistas. Na fase seguinte, de 1765 a 1880, o conceito também passou a ser utilizado na América do Norte com a conotação de trabalho manual. Por volta de 1910, em Massachusetts, Rufus W. Stimson, vinculado à educação, iniciou uma campanha em prol do *home project plan* (KNOLL, 1997), bastante divulgado naquele país. Foi nessa época que Kilpatrick, colega de John Dewey e professor no *Teachers College* da Universidade de Columbia, redefiniu o conceito elaborando o ensaio *The Project Method* de 1918. Kilpatrick recebeu críticas de Dewey no que tange à autonomia dos alunos, pois considerava a presença do professor indispensável na composição de um projeto.

A proposta de Kilpatrick emergiu na mesma época que a temática relacionada à Escola Ativa, termo desconhecido em 1918, porém corrente a partir de 1920 (FERRIÈRE, 1934), o qual Adolphe Ferrière atribuiu a Pierre Bovet do Instituto Jean Jacques Rousseau.

Ferrière, em 1914, usava o termo “escola do trabalho” (*arbeitsschule*). O tradutor do livro *Escola Ativa* de Ferrière, Domingos Evangelista, considerou “escola do trabalho” e “escola ativa” como conceitos que denotavam significados diferentes. Em sua visão, a “escola do trabalho” era enunciativa de fins sociais, políticos e morais; em contrapartida, a “escola activa” determinaria meios tendentes a adaptar o ensino às leis da psicologia infantil. Percebe-se, de acordo com a interpretação de Domingos Evangelista, que “escola do trabalho” possui acentuado escopo nacionalista enquanto que a “escola activa” se desinteressa de qualquer fim político para se ocupar apenas da natural formação psíquica do indivíduo” (FERRIÈRE, 1934, p. 2, nota do tradutor).

Mallart y Cutó, autor citado por Noêmia Cruz, nasceu na província de Gerona - Espanha, em 1897. Aos 14 anos ingressou no magistério da *Escuela Normal de Maestros* na mesma cidade e em 1915-1916 iniciou curso acadêmico em Genebra, aonde teve contato com a corrente pedagógica do Instituto Jean Jacques Rousseau. Participou de aulas com Pierre Bovet, Lutoslawski e Édouard Claparède, estreitando laços com este último. Mallart y Cutó foi convidado pela *Editorial Labor* para “exponer lo más moderno de la aplicación de la Ciencia de Educación” (PADILLA; HUERTAS, 1999, p. 343), resultando no livro *Educación Activa*⁹⁹.

⁹⁹ Localizei outras obras do autor com assuntos relacionados à escola ativa e educação para o trabalho: *Educación Activa* (Editorial Labor de Barcelona, 1931); *Educación científica del trabajo* (Editorial Labor de Barcelona, 1942); *Orientación funcional y formación profesional* (Espasa-Calpe, S. A. de Madrid, em 1946); e *La escuela del trabajo* (impresso pela Editorial Losada, S. A. de Buenos Aires em 1949). Estes exemplares encontram-se na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São

No acervo do Grupo Escolar Rural do NDIB, há um caderno de Noêmia Cruz com tradução do livro *La elevación moral y material del campesino*¹⁰⁰ (1933), de José Mallart y Cutó, que possibilita perceber princípios utilizados por Noêmia Cruz em sua prática pedagógica no GERB. Identifiquei ainda pontos da experiência da professora que convergem com as obras de Ferrière em *A lei biogenética e a Escola Activa* (1929) e *A Escola Activa* (1934), bem como no livro *O jornal escolar*¹⁰¹, de Celestin Freinet (com tradução que data de 1974 no Brasil). Por certo, Noêmia Cruz leu outros autores que a inspiraram em seu trabalho.

Pela tradução de Noêmia Cruz, o livro se divide em quatro partes. Na primeira, Mallart y Cutó tratou do êxodo rural na Espanha, da ruralização nas escolas primárias, do reflorestamento e da silvicultura. Na segunda, abordou o trabalho e a formação profissional e especialização do trabalho agrícola. Na terceira, versou sobre a seleção e a valorização do superdotado no campo, o qual afirma que o campo estava repleto de pessoas com inteligência superior precisando de orientação e formação. Por fim, Mallart y Cutó apresentou argumentos sobre a organização científica do trabalho, o qual enfatizou a criação de instituições escolares, como a festa da árvore, o resultado da silvicultura e o clube de jovens. Esta associação não existia na Espanha, porém Mallart y Cutó tomou como exemplo os clubes dos Estados Unidos. Noêmia Cruz retomou reflexões de Mallart y Cutó no que diz respeito principalmente à “necessidade” de ruralizar o ensino primário, à silvicultura para reflorestamento e à festa das árvores, mas é possível perceber outros elementos quando a autora advoga acerca da elevada inteligência do campesino e do trabalho como reflexo de uma sociedade organizada, como proposto em seu livro (1936) e em sua tese proferida no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, em 1942.

Segundo Noêmia Cruz, a orientação de criação de um clube foi aceita por sua classe. Os alunos deveriam cultivar plantas, flores e hortaliças, criar coelhos, abelhas, bicho da seda, entre outras atividades, tanto na escola quanto no quintal de suas próprias casas. A partir desse interesse, a professora pediu que cada aluno redigisse uma carta, com “letra mais bonita” (CRUZ, 1936, p. 28), endereçada ao pai (a mãe não era destinatária). As redigidas de forma incorreta e que estivessem com “letra feia não convinhavam a clube de estudantes” (CRUZ, 1936, p. 28). Noêmia Cruz informou que a carta escolhida serviria de modelo para os outros alunos. Pelo relato da professora, a redação foi feita espontaneamente pelos alunos, porém o conteúdo

Paulo. A Biblioteca Nacional de Espanha imputa a Mallart y Cutó a autoria de 34 obras. Cf. <http://datos.bne.es/persona/XX1196760.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

¹⁰⁰ Não consegui encontrar o exemplar em questão.

¹⁰¹ É importante ressaltar que o “Correio da Escola” foi uma proposta de Decroly, desenvolvida em sua escola na Bélgica, após a Primeira Guerra Mundial e amplamente divulgada por Freinet.

da carta parece ter sido escrito por uma pessoa detentora de amplo conhecimento da proposta, o que não era o caso dos alunos naquele momento.

S. Paulo, 18 de Novembro de 1933

Querido Papai

Por toda a parte há clubes e sociedades de futebol, de remo, de natação e até de política. O Clube Agrícola Escolar é um Clube a mais. Trata-se, porém, de um clube em que não ha despesas, nem pagamentos. Para considerar-se socio, basta apenas que cada aluno se entregue, em sua propria casa, ao cultivo de hortaliças, flores, ou criação de aves, de bichos da seda, abelhas, coelhos, etc. Assim, cada aluno, sem despesa alguma, poderá, brincando, produzir alimentos e fugir à atração perigosa das ruas.

É um clube formado pelas crianças das escolas e que pretende prestar relevantes beneficios a todos.

Eu desejo ser sociodêsse clube, meu bom papai; para isso venho pedir seu consentimento. Ninguém podera negar seu apoio a uma ideia tão elevada e fins tão nobres.

Seu filho, muito seu amigo.

(ass) Antonio Joaquim Augusto¹⁰² (CRUZ, 1936, p. 28-30).

Com efeito, a carta foi inspirada no livro *Clubes Agrícolas*, de Elyseo Castanho de Andrade, inclusive reproduzindo sentenças semelhantes as do autor¹⁰³.

Conforme relato de Noêmia Cruz, os alunos copiaram a carta modelo e fizeram seus próprios envelopes. Ela também escreveu uma carta para a diretora do Grupo Escolar, Dinorah Chacon, ao mesmo tempo que as crianças escreviam aos seus pais, mas a carta à diretora, exposta no livro, data de 16 de outubro de 1933 e a dos meninos para seus genitores, de 18 de novembro do mesmo ano. Possivelmente, para iniciar uma proposta de intervenção no terreno da escola, necessitaria de autorização prévia da Diretoria do Instituto Butantan, bem como

¹⁰² No Livro de Atividades Rurais (1934), Antonio Joaquim Augusto aparece como aluno do 2º grau, sendo que a turma de Noêmia Cruz era o 3º grau masculino.

¹⁰³ Agradeço à pesquisadora Deuzenir Barbosa da Universidade de Goiás que forneceu tal informação. Não consegui localizar o livro de Elyseo de Andrade, porém o *Diário da Manhã* (Espírito Santo), de 6 de dezembro de 1933, traz excertos do livro análogos aos da carta dos alunos: “Por toda a parte [...] há centro sociedades e clubes de natação, de dansa, de política, de trabalho, etc. O Clube Agrícola é uma associação a mais. Trata-se, porém, de uma sociedade em que não há pagamento de joia, nem de mensalidade, embora pretenda prestar relevantes serviços a todos. Como seu nome está indicando é um clube formado por crianças que frequentam escola e que queiram dedicar-se a cousas agrícolas nos quintais, nas hortas, nos jardins, nos pomares, nos terreiros, nos parques. Para considerar-se sócio basta apenas que cada aluno-voluntário se entregue em sua própria casa ao cultivo, conforme a sua preferência, de hortaliças, flores e árvores, ou à criação de aves, bicho da seda, abelhas, coelhos ou pequenos animais domésticos. Onde existe um quintal, mesmo pequenino, podem e devem viver algumas plantas boas ou alguns animais úteis. Assim, o aluno-sócio do Clube Agrícola Escolar, é pois, nas horas vagas, cedo à tarde e nos feriados, por brincadeira e passa-tempo, mas de verdade, para o bem de sua casa: um chacreiro, sitiante, fazendeiro... E tem justa satisfação de dizer: ‘Criando e plantando concorro por meio do meu trabalho, para a produção de alimentos’”.

averguiação de disponibilidades de uso. A narrativa da professora denotava um funcionamento harmônico de seu plano, mas por vezes soava contraditória.

Na carta à Dinorah Chacon, Noêmia pediu autorização para criar um Clube Agrícola Escolar nos moldes do Clube Agrícola de Piracicaba, iniciado por Thales de Andrade. Noêmia Cruz justificou sua atitude reforçando que “a criança do campo deve ser educada como criança do campo, para viver no campo e sentir-se feliz na vida do campo” (CRUZ, 1936, p. 30). Esclareceu ainda que o Clube Agrícola era um veículo para se chegar ao ensino ruralizado. A professora declarou ter “estudos de algumas matérias especializadas para êsse ensino [e sentia-se] mais ou menos, habilitada a tentar um ensaio de Escola Rural” (CRUZ, 1936, p. 30). Noêmia Cruz ainda defendeu a importância de um clube agrícola para o ensino rural, com o objetivo de ensinar aos alunos a se alimentarem de forma “mais sadia, variada e nutritiva” (CRUZ, 1936, p. 31). Em 20 de outubro de 1933 recebeu a resposta “positiva” e “entusiasmada” de Dinorah Chacon.

Depois que saiu da sala improvisada perto da cocheira, o GERB passou a funcionar na antiga casa de Vital Brazil. O mapa a seguir, constante do Relatório do Instituto Butantan de 1928, mostra a extensão do terreno da instituição em escala de 1 por 2.000. Apesar da falta de nitidez, é possível perceber a localização do prédio escolar¹⁰⁴ no círculo em vermelho. A linha em azul indica a demarcação de terras entre Instituto Butantan e Universidade de São Paulo, instituição criada pelo Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Após a doação à universidade, o IB perdeu $\frac{1}{4}$ de suas terras (INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1928).

¹⁰⁴ O prédio escolar abriga hoje parte da administração do Instituto Butantan. Para quem acessa a Universidade de São Paulo saindo do Instituto Butantan, consegue avistar uma “casa” acima à esquerda na cor rosa, antiga casa de Vital Brazil e Grupo Escolar Rural de Butantan.

Planta 3 - Terras do Instituto Butantan, 1928

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1928.

Imagem 18 - Antiga residência de Vital Brazil. Prédio que abrigou o Grupo Escolar a partir de 1931

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1932.

Na imagem acima, a seta vermelha indica a direção do terreno a ser cultivado. Foi possível concluir a localização da área doada ao Clube Agrícola após análise das fotografias do acervo que consta no NDIB.

Mediante autorização de funcionamento do Clube Agrícola, as atividades foram iniciadas no dia 19 de novembro, dia da bandeira nacional. Segundo Noêmia Cruz, a inauguração nessa data destinava-se à lembrança da comemoração cívica, que, em sua opinião, seria um ato de patriotismo guardar na memória as ações prestativas ao “engrandecimento da pátria”. A professora fez uma cerimônia na sala n. 2 do Grupo Escolar, com a presença dos seus 28 alunos do 3º grau, bem como da Diretora da escola Dinorah Chacon. Registrou o evento em um Livro de Atas e em seguida discursou a respeito da responsabilidade das crianças como futuro do Brasil e sobre a nobreza do trabalho com a agricultura.

Vós sois o futuro do Brasil, desta grande terra e bendita patria, que nossos antepassados construíram e conservaram num blóco forte e indestrutível, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. A nossa terra imensa e fecunda é riquíssima. Nela existem os melhores climas, vastas terras fertilíssimas, onde acharão recompensa os que se dedicarem aos trabalhos da Agricultura. O trabalho da Agricultura é o mais nobre que o homem póde fazer: semear - plantar - cultivar e criar - são os quatro pontos cardeais, dentro de cujo círculo está o futuro do Brasil e de seus filhos. [...] Na Agricultura está o futuro de nossa nação [...] (CRUZ, 1936, p. 34-35).

Baseando-se no “compromisso de criação e plantação” de Elyseo de Andrade (CRUZ, 1936), Noêmia Cruz declarou fundado o Clube Agrícola do Grupo Escolar Rural de Butantan.

Ao iniciar as atividades, a professora arrolou os membros do Clube no “Livro de Atividades Rurais” do Clube Agrícola Escolar do Grupo Escolar de Butantan, com a data de 1º de março de 1934. Na primeira página do Livro, as atividades rurais foram listadas com as áreas específicas dos alunos-membros do clube, na seguinte ordem: 1º horticultura; 2º jardinagem; 3º avicultura; 4º sericicultura; 5º cunicultura; 6º roças (arroz, milho, feijão e soja); 7º pomicultura; 8º plantas de estufa (ornamentais); 9º apicultura; 10º canaviais; 11º silvicultura¹⁰⁵. A maior parte das atividades do clube produziam proteínas animais (aves, coelhos), proteína vegetal (soja), carboidratos (arroz, feijão e milho) e vitaminas (pela horticultura e pomicultura). A construção e consolidação do “cardápio brasileiro” com suas variantes regionais, bem como o incentivo à alimentação podem ter recebido contribuição das atividades realizadas nos clubes agrícolas espalhados pelo Brasil.

Noêmia Cruz relatou que os alunos agiram livremente com o intuito de acostumarem-se com as tarefas. Uns eram mais desinibidos e tinham noção de algumas técnicas de plantio, outros não. A partir da liberdade, de acordo com a professora, os alunos iam sentindo necessidade de se organizarem e de dividirem as tarefas, momento em que sugeriu a escolha de um presidente para o clube e também de um tesoureiro para administrar as despesas, gastos e lucros que seriam obtidos futuramente. Recomendou ainda a nomeação de zeladores, cuidadores das plantas e das granjas nos dias em que a escola estivesse fechada e de um secretário para responder e enviar cartas para consultas, pedidos e informações e escrever todas as atividades do clube em um livro.

A escolha dos alunos foi feita por eleições no dia 20 de abril de 1934, com sessão presidida pela Diretora do Grupo Escolar Rural de Butantan, Dinorah Chacon. Noêmia Cruz explicou, aos sócios¹⁰⁶, o que era o voto secreto, deu uma cédula em branco a cada um para que escolhessem livremente seus líderes entre os colegas.

A Diretoria do Clube Agrícola ficou assim composta: Presidente: João Fernandes Filho¹⁰⁷; Secretário: Paulo Carrilho Soares¹⁰⁸; Tesoureiro: Waldemar Maifrino¹⁰⁹; Zeladores:

¹⁰⁵ Cf. Anexo I, p. 289.

¹⁰⁶ Em um momento, ela contabilizou 28 alunos, em outro, 29.

¹⁰⁷ Era integrante das seções de avicultura e roças.

¹⁰⁸ Residia no Instituto Butantan. Fazia parte da seção de horticultura e jardinagem.

¹⁰⁹ Não há referência ao endereço da residência. Cuidava da seção de cunicultura.

Alvaro Ruiz Pacheco¹¹⁰, João Bruno Christi¹¹¹, Carlos Maifrino¹¹², Francisco Gonzales¹¹³; Fiscais: José Ayres¹¹⁴, Paschoal Marques¹¹⁵. O presidente eleito morava no Instituto Butantan e provavelmente era filho de algum funcionário. À medida que Noêmia Cruz relatava sua experiência, dava a impressão de que os alunos agiam autonomamente, como ocorreu na escolha da presidência do Clube Agrícola, sem nenhuma interferência adulta. Será que nesse caso não houve indicação da professora, sobretudo porque João Fernandes Filho morava no Instituto Butantan? Os outros membros da Diretoria do Clube Agrícola também residiam dentro do Instituto e nas adjacências.

Em carta endereçada ao Diretor do Horto Florestal da Cantareira, Noêmia Cruz mencionou que quase todos os alunos do GERB eram “filhos de pequenos lavradores, criadores, sitiantes, chacareiros, donos de pequenos lotes de terra à margem das estradas de rodagem que se dirigem a Sorocaba e Itu” (CRUZ, 1936, p. 62). Não consegui obter maiores informações sobre os alunos, no entanto, as fotografias que pertencem ao NDIB mostram a diversidade étnica das crianças, bem como a diferenciação socioeconômica, sobretudo quando apareciam calçados ou descalços.

Imagem 19 - Preparação de terreno para plantio, 1934

Fonte: CRUZ, 1936, p. 33.

¹¹⁰ Morador da Avenida Vital Brazil. Tratava da seção de jardinagem.

¹¹¹ Sua residência estava estabelecida na Rua Pirajussara. Cultivava mamão na seção de pomicultura.

¹¹² Morador da Pedreira. Cuidava de pombos na seção de avicultura e era integrante da seção de cunicultura.

¹¹³ Residente do Instituto Butantan. Fazia parte das seções de horticultura e cunicultura.

¹¹⁴ Morava na Vila Gomes. Executava atividades nas seções de horticultura e jardinagem.

¹¹⁵ Residia na Água Podre. Era integrante da seção de avicultura.

Consoante o relato de Noêmia Cruz, a fotografia acima foi um dos primeiros registros do Clube Agrícola. No verso está escrito “1934, o começo foi difícil...”. Os meninos com enxadas nas mãos aravam a terra para o plantio. No canto esquerdo, uma menina regava a terra, confirmando a participação feminina no Clube. Em muitos momentos, ao relatar sua experiência, Noêmia Cruz omitiu a participação das meninas, entretanto, as fotografias e o “Livro de Atividades Rurais” apresentam a cooperação de alunos de ambos os sexos. Por que a professora teria silenciado tal informação em suas exposições?

As atividades do Clube Agrícola eram desenvolvidas na hora do recreio, antes e depois das aulas. Por parte dos alunos, a proposta demandava aprofundamento em assuntos específicos, e por parte da escola (ou da própria Noêmia), em conseguir ferramentas que auxiliassem nas atividades. De acordo com a professora, as crianças não tinham noção dos objetivos das atividades que faziam para não esmorecerem e desistirem no caminho, referindo-se ao fato de estarem aprendendo as matérias do programa de ensino primário regular de forma prática (CRUZ, 1936).

Noêmia Cruz criou a carteira de sócio do Clube Agrícola, feita com cartolina amarela e escrita em tinta verde, “cores nacionais” (CRUZ, 1936, p. 42). Os alunos que se destacassem teriam uma fotografia no documento. No verso, estava transcrito o Regimento Interno da SAAT.

Imagem 20 – Frente da carteira de sócio do Clube Agrícola Escolar do Grupo Escolar Rural de Butantan

Carteira de socio N.º _____

Nome _____

Residencia _____

Escola _____

Para o portador pede-se às autoridades
e ao povo proteção e ajuda, em caso
de necessidade

Na terra está toda a riqueza e toda
a felicidade dos homens e das
nações

A terra retribue na proporção de
100 por 1 a dedicação que lhe
dispensamos

Cultivando a terra trabalhamos pela
grandeza do Brasil e pelo bem do
povo brasileiro

A Agricultura é uma profissão que
enobrece os homens

Fonte: CRUZ, 1936, p. 44.

Imagem 21 – Verso da carteira de sócio do Clube Agrícola Escolar do Grupo Escolar Rural de Butantan – Regimento Interno.

Fonte: CRUZ, 1936, p. 45.

O regimento interno do Clube Agrícola, que era o mesmo da SAAT, parecia ser uma síntese das ações relacionadas ao ensino rural, empreendidas até o início da década de 1930, somando as experiências de Thales de Andrade no interior de São Paulo (letras e-f do Regimento Interno), da Escola Regional de Meriti, administrada por Armanda Álvaro Alberto (letras k-l do Regimento Interno). Identifiquei ainda similaridades a respeito das árvores com o livro *Vida Infantil - Noções de Agricultura, Zootechnia e Educação Cívica*, de Mário Bulcão (1904).

A carteira de sócio foi usada como *moeda de troca* por Noêmia Cruz em várias ocasiões, como exemplo, ao aluno que tivesse a melhor horta em casa e aquele que coletasse mais insetos. O critério para recebimento da cédula parecia surgir conforme as atividades propostas pela professora. O anúncio de distribuição era enriquecido com a promessa de uma fotografia, o que poderia gerar maior expectativa nos alunos.

Com a esperança de receber a carteira de sócio, os membros do Clube Agrícola iniciaram suas atividades. No Livro de Atividades Rurais consta, em cada cultura, os alunos responsáveis e seus devidos endereços, com número de ordem no clube, número de matrícula no grupo escolar e o grau que cursavam (2º, 3º ou 4º). Como a proposta abrangia também os domicílios dos alunos, o Clube mantinha zeladores que conferiam o andamento do trabalho dos colegas, algumas vezes a própria Noêmia visitava os membros (CRUZ, 1936).

Imagem 22 - Noêmia Cruz ministrando informações de cunicultura na casa de Pedro Madaleno, 1934

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A imagem acima se refere a uma aula de cunicultura dada por Noêmia Cruz a Pedro Madaleno, seu afilhado, e a João, sem a identificação do sobrenome no verso da fotografia, ambos alunos do 2º grau. Deduzi que fosse João Gonçalves, morador do Instituto Butantan e integrante da seção de cunicultura (LIVRO DE ATIVIDADES RURAIS, 1934). O registro é o único da coleção de fotografias do NDIB, que mostra Noêmia em ação com dois sócios do Clube Agrícola fora da escola. No Livro de Registro das Atividades Rurais consta que Pedro Madaleno morava na Rua Áustria, n. 4 e a legenda da fotografia confirma que o aluno residia nessa direção. No Livro de Registro das Árvores, o nome de Noêmia Cruz aparece ao lado do mesmo endereço, portanto, poder-se-ia concluir que a professora e o afilhado moravam juntos. Ao residirem no mesmo endereço, Noêmia pode ter aproveitado a ocasião da visita de um colega de Pedro Madaleno para registrar o momento, ou mesmo ter combinado previamente o encontro?

A fotografia está duplicada no NDIB. No verso da primeira, constam informações como nome dos alunos e endereço. No verso da segunda, está escrito “O homem do campo é educado assim. A cunicultura é apropriada para crianças. A professora Noêmia Saraiva dando uma aula

de criação de coelhos a dois sócios do clube agrícola. Maio de 1934”. A grafia, em comparação com outros documentos, era da própria Noêmia. Por certo a professora já estava se preparando para participar do I Congresso de Ensino Regional na Bahia, registrando, como exemplo, uma aula aos membros do Clube Agrícola fora do âmbito escolar.

5.1 PRINCÍPIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE NOÊMIA CRUZ NO CLUBE AGRÍCOLA ESCOLAR DE BUTANTAN

A prática pedagógica de Noêmia Cruz dialogava com a Escola Ativa, a qual consistia em partir das atividades espontâneas das crianças, manuais, construtivas e mentais, e de suas manifestações morais ou sociais (FERRIÈRE, 1934). A proposta de Escola Ativa envolvia o contato com a natureza, o cuidado de si e do outro, o brincar, o incentivo à montagem de museu e biblioteca, as aulas-passeio e os trabalhos com marcenaria e agricultura, atividades feitas pelos alunos do GERB. A própria Noêmia relatou que praticava a “pedagogia da ação” (1936).

A proposta da educadora abrangia a busca da natureza “para nos tornarmos completamente independentes e emancipados” (CRUZ, 1936, p. 7); o educar a partir de um “patriotismo novo, forte e sadio” (CRUZ, 1936, p. 7), e ainda, o saneamento da população rural, incentivando o cuidado pessoal, inclusive quando relacionado à alimentação. Aos saberes praticados se juntavam o nacionalismo e o higienismo/eugenia, bem como o conteúdo do ensino primário, estipulado pela Diretoria de Ensino, configurando “práticas híbridas” (VIDAL, 2009) desenvolvidas no interior da escola.

Na visão de Noêmia Cruz, “a educação rural converte a criança em um investigador da própria experiência, mediante um processo lógico que vai da observação, à abstração e à generalização” (CRUZ, 1936, p. 16). Para a educadora, a escola rural deveria “despertar na criança o culto pela Natureza e o amor profundo pela Terra” (CRUZ, 1936, p. 15) e também o “mais vivo interesse pelo estudo da sua região, da sua natureza, do seu clima, da sua produção e do seu solo” (CRUZ, 1936, p. 17), pois sem a agricultura não haveria subsistência, “dela depende a grandeza econômica de nossa pátria e, sem dúvida, a solução dos mais difíceis problemas nacionais” (CRUZ, 1936, p. 13). Nesse sentido, para Noêmia Cruz, a escola primária rural faria

[...] uma verdadeira reforma na mentalidade do nosso povo e a sua ação benéfica, começando pelo esquecido sertanejo de agora, atingirá todos os setores da vida do país, dando-lhe, justamente, o que lhe falta para segurança do nosso futuro e da grandeza do Brasil. Como educadora brasileira,

compreendo assim o problema nacional e desejando trabalhar pelo bem de nossa pátria e pela felicidade do povo brasileiro, tenho posto minha dedicação sincera a serviço duma causa que julgo patriótica e de largos benefícios para a nacionalidade” (CRUZ, 1936, p. 8).

De acordo com a educadora, a criança deveria se sentir integrada em sua região, a fim de criar vínculo com a terra e não almejar “engrossar as massas humanas de operários e desocupados das cidades” (CRUZ, 1936, p. 17). A formação desses novos contingentes deveria ser feita pela professora primária, a qual

[...] compete inculcar nas crianças os hábitos sadios, o desejo de combater, tenazmente, as verminoses, a sífilis, o amarelão, a tuberculose. É à professora primária que competem os ensinamentos de uma alimentação racional e sadia; noções verdadeiras de puericultura, de higiene e de enfermagem (CRUZ, 1936, p. 18).

A perspectiva de Noêmia sobre o trabalho da professora rural, apresentada em seu livro, era a narrativa de sua própria experiência no Clube Agrícola do GERB e imputava, ao professor primário, a responsabilidade de agir em campos diversos à docência.

Faria Filho et al. (2004), argumentando sobre a cultura escolar como “categoria de análise” na História da Educação, apontam, como desafio, o reconhecimento das práticas escolares para além das prescrições oficiais.

Diana Vidal (2009, p. 30) analisa as práticas escolares como “híbridas, fruto de mestiçagens, constituídas como meio dos sujeitos se situarem frente à heterogeneidade de bens e mensagens de que dispõem nos circuitos culturais e como forma de afirmação de suas identidades sociais”. Considerando a conceituação da autora, as práticas do clube agrícola podem ser consideradas escolares e conformam a cultura escolar vivenciada nos clubes agrícolas.

A princípio, havia atividades rurais que eram recorrentes nos grupos escolares ou mesmo nas granjas escolares, como horticultura, avicultura, sericicultura, apicultura, silvicultura, como no caso do GERB, do Grupo Escolar Dois Córregos em Piracicaba (SÃO PAULO. AEESP, 1935) e da Granja Escolar do Sítio da Saudade em Cotia (SÃO PAULO. AEESP, 1936), criada por ato de 19 de fevereiro de 1936, com caráter experimental.

A escola do Sítio da Saudade teve o terreno cedido por Raul Briquet para instalação do prédio erguido pelo próprio dono, e constava ainda de residência para professora e outras dependências. A Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Viação canalizou a água, instalou bomba de elevação, torneiras e chuveiros. Parte do mobiliário, do material escolar e de “atividades agrícolas” (SÃO PAULO. AEESP, 1936, p. 387) foi enviado do Almoxarifado da

Secretaria de Educação e a outra parte dos materiais foi fornecida pela Companhia de Melhoramentos e pela ESALQ (colmeias). A professora responsável chamava-se Luiza Guerra, “nome bastante conhecido no magistério paulista” (SÃO PAULO. AEESP, 1936, p. 387). Ela era filha de lavradores, cresceu no campo, fez escola normal e trabalhou em um grupo escolar urbano de São José do Rio Pardo. Luiza Guerra procurou Almeida Junior e pediu para que fosse transferida para uma escola isolada de sítio “onde pudesse desenvolver seu programa ruralista de trincheira” (SÃO PAULO. AEESP, 1936, p. 387), o qual a indicou ao Secretário de Educação Cantídio de Moura Campos para a Escola do Sítio da Saudade, transformada em Escola Experimental.

A Granja do Sítio da Saudade possuía “actividades agrícolas elementares de horticultura, jardinagem, criação de animais; pequenos trabalhos caseiros femininos, inclusive os de cosinha, bem como cuidados de assistência médica, higiênica e alimentar” (SÃO PAULO. AEESP, 1936, p. 387). A parte alimentar era custeada pela caixa escolar para a qual contribuíam pessoas “extranhas ao meio” (SÃO PAULO. AEESP, 1936, p. 387). Cecília Briquet, por exemplo, “instituiu exercícios de educação física para as crianças, em horas estranhas às das aulas” (SÃO PAULO. AEESP, 1936, p. 387).

A pedido de Almeida Junior, o professor Lamartine de Moraes Rosa, aluno do curso Administradores Escolares do Instituto de Educação, foi à escola várias vezes para observar a rotina da instituição. Sobre a organização didática, Lamartine Rosa relatou que não havia relação entre o conteúdo do ensino primário e as atividades agrícolas. A partir dessa última informação e relacionando-a ao GERB, haveria possibilidade de deduzir que o *diferencial* e o *êxito* da experiência de Noêmia Cruz, conforme opiniões emitidas sobre seu trabalho na época, estariam atrelados ao aproveitamento do programa de ensino oficial nas atividades rurais? Como Noêmia Cruz organizou seus saberes e os ministrou aos alunos?

5.1.1 Atividades com insetos e pequenos animais

Como o Clube foi fundado em outubro de 1933, faltavam dois meses para as férias, tempo que inviabilizaria o prosseguimento das atividades iniciadas. Nesse ínterim, os alunos da turma de Noêmia Cruz começaram a criar bicho-da-seda, primeira tarefa da associação. Não havia amoreiras na escola ou nos arredores, sendo assim, as folhas eram levadas da casa dos alunos todos os dias, alternando entre eles a doação. As sobras eram cortadas e plantadas. Dessa ação criou-se um quilo de casulos dentro da sala de aula, em local improvisado.

No Relatório do Instituto Butantan de 1928, há uma foto do interior de uma sala de aula do GERB, sem especificação da turma que a ocupava.

Imagem 23 - Interior de uma sala de aula do Grupo Escolar Rural de Butantan, 1928

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1928.

A sala de aula registrada possuía carteiras duplas, dois álbuns seriados, o da esquerda apresentando a “iniciação geográfica” e o da direita, com fotos de animais domésticos. Acima do quadro frontal estava colado um cartaz com o “sistema métrico decimal” e no quadro lateral, algumas palavras escritas e a demonstração do verbo “ser” no singular e no plural. A sala possuía um armário pequeno localizado à frente da porta e uma mesa do professor com uma botija de água. O ambiente parece ter sido preparado para captura da imagem pelo fotógrafo, mostrando a “nova” sala em contraposição à “velha”, retratada na fotografia abaixo.

Imagem 24 - Sala de aula improvisada ao lado do recinto de lavagem de vidros

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Relatório do Instituto Butantan, 1928.

A sala “improvisada” denotava o modelo de escola isolada em contraposição ao da “nova” sala de grupo escolar. Foi no “novo” espaço organizado que se iniciou o Clube Agrícola.

É intrigante perceber que o começo do Clube Agrícola ocorreu dentro da sala de aula. Tal atitude de Noêmia Cruz pode ter sido tomada por falta de local apropriado para a criação de bicho-da-seda. Das sobras de amoreiras levadas pelos alunos e plantadas no terreno da escola, originaram-se 35 mudas da espécie.

Em fevereiro de 1934, os alunos deram continuidade à atividade, ainda na sala de aula. “Num canto fizemos um tabique com armários, e improvisamos uma sirgaria, com bambús trançados. Foi tudo feito com muita dificuldade e mesmo contra as regras da sericicultura” (RELATÓRIO DO CLUBE AGRÍCOLA, 1934, p. 3). Os ovos foram levados da Estação de Sericicultura de Campinas por Noêmia Cruz “numa das visitas de estudo” (CRUZ, 1936, p. 134). No Relatório do Clube Agrícola (1934), há referência à procura de Noêmia Cruz por pessoas que pediam informações sobre a criação de bicho-da-seda e ovos para produzirem seus próprios insetos. Os alunos levavam lagartas para casa com o intuito de iniciar suas próprias culturas.

De acordo com Noêmia Cruz (1936), posteriormente o Clube Agrícola recebeu, da Estação de Sericicultura de Barbacena - MG, 250 estacas de amoreira e o livro *A Sericicultura no Brasil*, de Amilcar Savassi, devido a uma recomendação da SAAT. Esta Sociedade doou outros livros sobre a cultura do bicho-da-seda, que serviram como material de pesquisa para os alunos, os quais eram usados na escola e levados para casa “para uma leitura mais demorada” (CRUZ, 1936, p. 133). “As larvas, ao nascer, foram recebidas com entusiásticas exclamações e, no decorrer das 4 mudas de pele dessas lagartas, que eles mesmo estavam criando com toda a atenção, eram motivo de consultas aos livros, perguntas e conversas interessantes” (CRUZ, 1936, p. 134).

Algumas amostras foram separadas para o museu, compondo o mostruário em duas coleções com “ovos e lagartas nas 5 idades, crisalidas e mariposas” (CRUZ, 1936, p. 134), uma com casulos defeituosos e outra com casulos perfeitos.

Imagem 25 - Uma aluna e um aluno segurando galhos de amoreira com lagartas, s/d

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Imagem 26 - Aluno exibindo os casulos de fio de seda, s/d

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

As atividades se estenderam para a apicultura. Noêmia levou para a escola uma colmeia com a intenção de iniciar um “estudo prático” da cultura de abelhas (CRUZ, 1936, p. 107). A colmeia móvel de tipo americano, povoada de abelhas italianas, foi uma doação de Francisco Cardoso Fonseca, apicultor do Rio de Janeiro. A colônia apícola precisava ser posta em um banco específico, que foi construído pelos alunos do Clube Agrícola. De acordo com Noêmia Cruz, eles seguiram as instruções de carpintaria retiradas do *Álbum do Marceneiro*, doado por Aprigio Gonzaga, Diretor da Escola Profissional Masculina, instituição em que a professora passou um período aprendendo para “poder orientar os alunos em meus trabalhos de ensino rural” (CRUZ, 1936, p. 108).

Pelo relato de Noêmia Cruz, no início, as crianças tinham medo das abelhas, mas aos poucos a professora mostrou-lhes a importância de estarem perto da colmeia para observarem como os insetos carregavam o pólen. Nas lições dadas pela professora sobre o processo da elaboração do mel, os alunos aprendiam sobre reprodução, coordenação do trabalho e vida em comunidade.

O grande exemplo da vida em comunidade de trabalhadores, que as abelhas nos apresentam, serviram-me, magnificamente, para ensinar às crianças o valor da cooperação, a eficácia da disciplina, a alta moral da obediência e da ordem e o resultado dos métodos de trabalho pertinente e tenaz. Estou certa de que não se esquecerão jamais dessas aulas desprentensiosas, dadas ao ar livre, entre a horta vicejante que as suas pequeninas mãos semearam e cuidaram (CRUZ, 1936, p.109-110).

Noêmia Cruz (1936) narrou que em um dia de aula, as abelhas escaparam da colmeia e pousaram num cipreste, agitando as crianças. A professora suspendeu a lição que estava ministrando.

Aguardando o momento propício para a captura, *aproveitei a oportunidade que se me oferecia* - pois que as abelhas não ferretôam, quando enxameiam - e mostrei aos meninos com todos os detalhes, a nossa colmeia por dentro. Justamente por ter havido enxameagem na colmeia *pude dar-lhes uma curiosa lição bem desenvolvida e prática* (CRUZ, 1936, p. 113, grifos nossos).

Imagem 27 - Exame de um favo de mel, s/d

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Noêmia Cruz, por meio de seu preparo, parecia estar atenta às situações que iam surgindo na escola, aproveitando para ensinar aos alunos de forma prática.

É importante salientar que, tanto Noêmia Cruz quanto as outras professoras aparecem nas fotos do cotidiano escolar trajando jaleco branco comprido de mangas longas, como na imagem acima, mesmo uniforme dos funcionários do Instituto Butantan que trabalhavam nos laboratórios (SANTOS, 1998). Esse modo de se vestir poderia representar a seriedade do trabalho desenvolvido no GERB, apresentando a escola como uma extensão do Instituto Butantan.

Além das culturas de insetos úteis como bicho-da-seda e abelha, o Clube Agrícola extinguiu os insetos nocivos. No mês de abril de 1934, foi realizada a Semana do Inseto Nocivo, na qual Noêmia Cruz forneceu algumas explicações sobre os insetos prejudiciais à natureza, os estragos que poderiam causar, como combatê-los, exterminá-los ou protegê-los. Em seguida, sugeriu a formação de uma “turma da caça”, com alunos responsáveis por capturar insetos, lagartas, larvas, casulos e ninfas. Na imagem a seguir, os alunos se juntaram em torno de uma árvore da espécie “cedro rosa” para coletar insetos que estavam danificando-a ou que poderiam vir a prejudicá-la.

Imagem 28 - Alunos retirando insetos de um cedro rosa, 1934

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

O objetivo de Noêmia Cruz com a caçada aos insetos era proceder a uma investigação sobre a vida, costumes e hábitos dos bichos, incluindo as metamorfoses, idades e ciclos de vida, e transformar as explanações em “lições e problemas, que interessavam às crianças” (CRUZ, 1936, p. 97). Os alunos deveriam apanhar o maior número de insetos, anotar a espécie em um caderno, contá-los e destruí-los. Nesse concurso, Amadeu Caruso, da seção de sericicultura e de roças, saiu vencedor com a coleta de 296 bichos, em segundo lugar, João Fernandes, das seções de avicultura e roças, com 214 insetos recolhidos. Depois de cumprida a tarefa, Noêmia Cruz estabeleceu a Semana do Inseto Nocivo como parte das atividades do Clube Agrícola. O intuito da professora era alcançar outras escolas do país.

A instituição desta “Semana do Inseto Nocivo”, não deveria ficar esquecida, como uma simples lição dada às crianças de uma modesta escola rural no Butantan, numa simples experiência de escola do campo, entre os meninos que estão formando sua mentalidade, aprendendo a amar a terra e as lides agrícolas. Deveria mesmo tornar-se obrigatório, nas escolas primárias de nossa pátria, o ensino especializado de combate ao *Inseto Nocivo* e principalmente a *Saúva*. Esse combate devia fazer parte dos programas escolares, das festas das árvores, festas dos animais, festas da Natureza, enfim - em todos os recantos do país (CRUZ, 1936, p. 98-99, grifos da autora).

A narrativa de Noêmia Cruz mostrava sua intenção em expandir a proposta nacionalmente. Ao enfatizar a questão da obrigatoriedade e da inclusão do combate ao inseto nocivo nos programas de ensino, a professora sugeria uma nova disciplina que já teria sido experimentada em sua prática, e, portanto, passível de ser desenvolvida em outros lugares.

No ímpeto de colecionar a maior quantidade de insetos, os alunos limparam hortas, jardins e pomares da escola e quintais das redondezas. A escrivaninha da sala de aula de Noêmia Cruz “parecia uma mesa de entomologista” (CRUZ, 1936, p. 99), por abrigar caixas, latas e envelopes com insetos de todas as espécies. Cada inseto apanhado era estudado e desenhado, ressaltando-se a anatomia e os danos que poderia causar à natureza.

Noêmia Cruz mencionou o entusiasmo das crianças em aprenderem sobre a vida dos insetos. Em sua opinião, os alunos “ficaram observadores argutos e, pouco depois, já descobriam nas plantas um pequeno inseto qualquer, com a maior rapidez” (CRUZ, 1936, p. 99-100).

Os insetos coletados foram selecionados para a composição do museu escolar. Este recurso de ensino surgiu no final do século XIX no Brasil, com a vulgarização do método intuitivo pelas Lições de Coisas. O museu evidenciava modernidade e diferenciação do método tradicional de memorização e repetição. No início do século XX, ele foi utilizado de forma

didática a partir da construção coletiva, sendo uma atividade de estímulo à observação (VIDAL, 2007).

Na fotografia abaixo, cinco meninos seguravam caixas ou papelões com amostras de insetos coletados que integrariam a coleção do Clube Agrícola Escolar. Outra finalidade da atividade seria levá-las para a exposição no I Congresso de Ensino Regional na Bahia. Ao final da campanha, a turma de Noêmia havia recebido lições de linguagem, aritmética, desenho e rudimentos científicos (CRUZ, 1936, p. 101).

Imagem 29 - Coleção de insetos para o museu escolar, 1934

Fonte: CRUZ, 1936, p. 100.

Concomitante às atividades com insetos, o Clube Agrícola de Butantan iniciou a avicultura em março de 1934. A primeira ave da raça “minorca-preta” foi doada por Noêmia Cruz, possuidora de uma granja particular e premiada por algumas de suas criações (RELATÓRIO DO CLUBE AGRÍCOLA, 1934, p. 4). Da incubação nasceram dois pintinhos, outros dois estavam mortos, quatro ovos estavam “claros” e os quatro restantes, como consta no Relatório do Clube Agrícola, “a nossa professora foi quebrando - um de cada cinco em cinco dias para nós vermos como cresciam os pintainhos. Ficamos sabendo bem como se desenvolve o pintainho dentro do ovo, apesar de termos muita pena de quebrar os ovos” (RELATÓRIO

DO CLUBE AGRÍCOLA, 1934, p. 4). Os dois pintinhos nascidos foram reservados para as aulas de vacinação e posteriormente para caponização¹¹⁶ e autópsia, entretanto, de acordo com o Relatório do Clube Agrícola (1934), outra professora do GERB, Dinah de Freitas, juntamente com a turma de Noêmia escondeu e criou os filhotes, mostrando-os somente na fase adulta. Os dois animais *sobreviventes* participaram de futuras exposições de avicultura (CRUZ, 1936).

Imagem 30 - Avicultura, preparo de ninho para incubação natural, 1934

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A avicultura proporcionou, ao Clube Agrícola, a participação em exposições de animais, como a que se realizou em Piracicaba em setembro de 1934. Anteriormente à Exposição piracicabana, Noêmia Cruz relatou que conversava informalmente com os alunos sobre eventos, prêmios e medalhas que poderiam ganhar, e sobre resultados que extrapolavam os ganhos

¹¹⁶ O artigo mais antigo que encontrei tratando sobre caponização foi publicado em 1950 pela ESALQ, com o título *Observações preliminares sobre caponização de frangos "Leghorn" com estrogênios*, de E. A. GRANER e A. P. TRIVELIN. (ESALQ/Universidade de São Paulo). A técnica consistia em realizar uma espécie de castração química no frango, injetando estrogênio para impedir o desenvolvimento dos órgãos reprodutores masculinos, evitando, desse modo, a intervenção cirúrgica. A introdução do artigo faz referência à ampla bibliografia norte-americana sobre o assunto.

materiais, ressaltando que “os melhores frutos são os do estímulo e da emulação, das relações que se travam, entre criadores e os resultantes do intercambio que se estabelece entre os produtores” (CRUZ, 1936, p. 77). Os alunos se sentiram encorajados, segundo a educadora. Em seguida, o “entusiasmo” das crianças promoveu o diálogo sobre a possibilidade de participarem dos eventos, até que Noêmia entrevistou comentando sobre as aves criadas na escola. Professora e alunos fizeram “um exame detalhado nas aves”, verificando “o corpo, o peso, a plumagem, a cabeça, as pernas, a posição da cauda, o andar, etc.” (CRUZ, 1936, p. 78). O resultado do exame certificou que as aves estavam em “perfeita forma e tipo de raça” (CRUZ, 1936, p. 78).

A avaliação gerou dúvidas no presidente e no secretário do Clube Agrícola sobre a viabilidade de enviar as aves para uma exposição. A professora explicou os procedimentos, de modo que resolveram participar da primeira exposição de que tivessem notícia. Noêmia Cruz sabia que haveria uma Exposição de Avicultura em Piracicaba, promovida pelo Grêmio Agrícola Luiz de Queiroz, porém deixou que se passassem alguns dias para contar-lhes sobre o evento.

O Clube Agrícola Escolar do Butantan enviou intenção de participação no concurso, apresentando as aves da raça “minorca-preta”, criadas na escola. Os alunos,

fizeram os engradados e nas vésperas da abertura da exposição das aves, e depois de rigorosamente preparadas, foram despachadas para Piracicaba. Acompanhei os meninos à Estação da Luz, onde fizeram entrega do conhecimento do despacho e do dinheiro da matrícula para a exposição, ao Sr. Wilson da Costa, chefe do aviário da Indústria Animal, que seguia para Piracicaba (CRUZ, 1936, p. 79).

Com as aves em exposição, alunos e professora aguardavam o resultado. “E num belo dia, chegou um telegrama nesses termos, passado pela comissão classificadora: “Frango 58 - 2º Premio; frango 59, 1º Premio e a Taça Escola” (CRUZ, 1936, p. 59). De acordo com a *Gazeta Infantil* (4 de outubro de 1934), a entrega do prêmio ocorreu no dia 29 de setembro, sábado, na festa em comemoração ao dia da Natureza e dos Animais.

O prêmio ganho pelo Clube Agrícola foi bastante apreciado por Noêmia Cruz (1936, p. 80), visto que, segundo seu relato, “aquela taça e os 2 prêmios eram frutos de longos anos de seleção, aperfeiçoamento e paciência [...] E o resultado só agora eu verificava nas aves premiadas, originárias dos ovos que eu tinha oferecido, no princípio do ano à criançada”. A professora aproveitou a notícia do dia para propor uma atividade de gramática a partir da frase “Nada neste mundo se consegue sem esforço ou tenacidade” (CRUZ, 1936, p. 80).

Por intermédio da experiência, Noêmia Cruz escreveu lições sobre “galinocultura prática” em “linguagem simples e acessível” para auxiliar as suas aulas. Pessoas fora da comunidade escolar escreviam para a professora pedindo cópias daqueles ensinamentos (CRUZ, 1936).

Em comemoração ao Prêmio Taça Escolar, Noêmia Cruz planejou uma festa. A celebração ocorreu em 29 de setembro de 1934, com a entrega do prêmio pelo Diretor do Serviço de Caça e Pesca da Indústria Animal, Agenor Couto de Magalhães, à Diretoria do Clube Agrícola. Na ocasião houve músicas, danças e recitações num palco construído de improviso ao ar livre, e mostra de animais domésticos levados pelos alunos (cães, gatos, coelhos, pombos, patos, frangos, pintinhos, cabritos e cavalo). De acordo com Noêmia, “à primeira vista, dava ideia perfeita de uma de nossas feiras da roça, ou festa de arraial, alegre e divertida” (CRUZ, 1936, p. 95).

Após auferir o Prêmio Taça Escolar da Exposição de Piracicaba, os alunos do Clube Agrícola participaram também da Exposição Estadual de Animais (1 a 9 de junho de 1935) organizada pela Secretaria de Agricultura do Parque da Indústria Animal. É intrigante a descrição do evento pelo *Correio de S. Paulo*, de 1 de junho de 1935, a iniciar pela chamada “O certame da Água Branca é uma prova da riqueza paulista”. No decorrer do texto, o autor comentou os benefícios da Exposição para o morador da cidade e do campo.

O primeiro, fugindo ao borborinho das ruas, ao nervosismo do ambiente commercial, vae respirar, no Parque da Água Branca, os ares das granjas, sentir de perto a natureza apreciando os mais lindos especimens do gado do interior. Aprende, pois, a volver os olhos para nossas riquezas, ali representada pela pecuária. [...] O fazendeiro ou criador que tomou o trem na fazenda ou na villa para vir à Exposição também terá elle o que aprender. Verá com os seus próprios olhos como cuidam os médicos veterinários da Diretoria de Indústria Animal, do boi ou da novilha que lhe pertence. Notará o avicultor os cuidados com os gallináceos que trouxeram e o progresso sempre crescente nos melhoramentos da indústria avícola e as descobertas maravilhosas da sciencia e o resultado das pesquisas effectuadas em institutos scientificos, segundo os modernos processos applicados no combate às moléstias das galinhas pelos technicos da Secretaria de Agricultura (CORREIO DE SÃO PAULO, 1 de junho de 1935).

Nesse contexto, o conhecimento científico era o elo entre a cidade e o campo. O Parque da Indústria Animal se posicionava como um local de divulgação científica ou de “cultura geral”, como pontuou o autor do texto jornalístico.

Os alunos do Clube Agrícola se inscreveram no evento e foram à Exposição levar as aves concorrentes. Na volta, “conversaram todos sobre o assunto, fizeram projetos, cálculos, comparações, etc.” (CRUZ, 1936, p. 123). De acordo com Noêmia Cruz, ela acompanhava e

ouviam os diálogos, “sempre muito interessada no que diziam” e, em sua avaliação, eles já eram “senhores do assunto” (CRUZ, 1936, p. 123).

No dia seguinte, receberam um comunicado com o resultado do julgamento. O Clube Agrícola foi contemplado com o prêmio “Campeão das Raças Mediterrâneas” e ainda com uma menção honrosa. Ganharam também

40 pintos da raça Leghorn branca e 1 criadeira para os mesmos - da Granja S. Paulo Limitada. Uma ótima incubadeira (sic.) da Fábrica Paulista de Material Avícola, de J. Atala e uma máquina fotográfica da revista “O AMIGO DOS ANIMAIS”. Foi uma alegria! Palmas e vivas que não acabavam mais. Achava-se nessa ocasião no Grupo Escolar, em visita, o Dr. Henrique Doria, alto funcionário da Secretaria de Agricultura, que confraternizou conosco (CRUZ, 1936, p. 123-124).

Na fotografia seguinte, correspondente ao prêmio, Noêmia Cruz está à esquerda, vestida elegantemente, como aparecia em todas as ocasiões especiais, ao lado de quatro homens, possivelmente os jurados do evento. À frente estão uma menina e dois alunos do GERB, o presidente do Clube Agrícola João Fernandes à esquerda e o secretário Paulo Carrilho Soares à direita, tanto a professora quanto os dois alunos aparentavam satisfação por receber o prêmio. A captura da imagem ocorreu “dias depois” (CRUZ, 1936, p. 129), a professora não precisou a data.

Na semana do evento, a educadora escolheu 12 alunos “mais esforçados do Clube Agrícola” (CRUZ, 1936, p. 129) para uma visita à Exposição e aproveitou o número reduzido do grupo para ministrar “praticamente” aulas de Zootecnia e Veterinária. Chegando ao local, especificamente à seção de Aves, “os 12 ruralistas” (CRUZ, 1936, p. 129) receberam os cumprimentos de Paulo de Lima Corrêa, representante da Diretoria da Indústria Animal, que foi apresentado pelos meninos com 50 cartazes contendo a “Oração do Cavalo”, que haviam sido doados por Sud Mennucci.

Imagem 31 - Pose para foto com o “Campeão das Raças Mediterrâneas”, 1935

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Depois dessa ocasião, em data não especificada por Noêmia Cruz, todo o Grupo Escolar visitou a Exposição. A professora pediu, “como prêmio” (CRUZ, 1936, p. 131), ao Secretário de Educação do Estado de São Paulo, bondes especiais para transporte das crianças, “que fizeram o trajeto todo alegres e cantando os diversos hinos e canções escolares prediletas” (CRUZ, 1936, p. 131). Noêmia Cruz não compareceu a essa visita, pois havia sido convidada pela SLPB para palestrar sobre “Ensino Rural” em Bauru. “De regresso nos dias subsequentes, tive ocasião de constatar mais uma vez a utilidade dessas visitas, dando motivos a interessantes debates, lições e perguntas das crianças” (CRUZ, 1936, p. 131).

A criação de animais de pequeno porte incluía também a cunicultura. Noêmia doou um casal de coelhos para o Clube, porém os animais não tinham local apropriado para abrigo. A professora relatou que a diretora da escola Dinorah Chacon ofereceu uma casinha de madeira com tela de arame para acolher os coelhos. Em nenhum momento Noêmia Cruz citou que o Instituto Butantan criava coelhos em amplas coelheiras e que a contribuição de Dinorah Chacon poderia ter vindo da própria instituição.

Noêmia ensinava aos alunos as vantagens da cunicultura. De acordo com seu conhecimento, a carne poderia servir de alimento e a pele utilizada para a fabricação de chapéus

e agasalhos, “principalmente agora que essas cousas importadas do estrangeiro ficam tão caras...” (CRUZ, 1936, p. 104). Criar coelhos também era um modo de aproveitar as sobras dos legumes, verduras e frutas consumidos na escola.

Do casal de coelhos doados por Noêmia, os alunos puderam observar a reprodução e procriação dos filhotes. A primeira ninhada não vingou, tampouco a segunda. “Aproveitando as aulas de linguagem, [os alunos] escreveram ao Instituto Biológico de S. Paulo fazendo uma consulta” (CRUZ, 1936, p. 105). O Clube Agrícola enviou um filhote morto para análise, mas, antes, a professora abriu o animal para mostrar a anatomia do coelho às crianças. A partir da resposta do Instituto Biológico, as instruções foram seguidas com o fito de evitar novos óbitos.

Imagem 32 - Cunicultura, s/d

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A fotografia acima consta de um dos álbuns feitos por Noêmia e apresenta um grupo de meninas provavelmente posando para a foto, pois estão em roda. Outras duas se aventuraram pegando os coelhos. Na legenda da foto encontra-se a pergunta “Qual será o meu?... [se eu] me esforçar... Serei premiada?...” Em outra fotografia as crianças estão perto de galinhas e no verso consta uma inscrição parecida. Fazia parte da proposta de Noêmia Cruz incentivar a criação e

o cuidado dos bichos durante o ano, para no fim doá-los “como prêmio” (DEMARTINI, 1997, p. 16).

5.1.2 Atividades agrícolas

Uma das primeiras realizações do Clube Agrícola no amanho da terra foi plantar “ervas medicinais caseiras”¹¹⁷ no terreno da escola. O Clube parece não ter tido problemas com ferramentas para o plantio por causa da Seção Agrícola do IB. As mudas das ervas eram levadas pelos alunos e eles as trocavam entre si, “e assim, conseguimos, em cada casa, uma farmacinha barata e fácil” (RELATÓRIO DO CLUBE AGRÍCOLA, 1934, p. 3). A partir da contribuição dos alunos, Noêmia Cruz explicava as utilidades das plantas medicinais e seus modos de cultivo.

Os alunos também receberam sementes de feijão chumbinho, feijão de Goiás, milho catete, milho de pipoca, soja amarela, sementes de melão mexicano, abóbora, pepino, melancia, girassol gigante, mudas de alface e couve, além de seis enxadas “velhas”, oferta da Seção Agrícola do Instituto Butantan. Os alunos tiveram que recorrer a empréstimos de outros instrumentos com suas famílias antes de iniciar o cultivo das plantas, e, em seguida, começaram extinguindo um capinzal e ervas daninhas, para proceder à adubação orgânica e química e organização dos canteiros, momentos em que a professora aproveitou para ministrar aulas de geometria e aritmética.

Das hortaliças plantadas realizaram duas colheitas de alfaces e rabanetes, produtos aproveitados para rechear o pão servido de lanche para as crianças. Colheram ainda abóbora, abobrinha, acelga, agrião, alho, almeirão, amendoim, aveia, batata, berinjela, brócolis, cebola, cenoura, centeio, cevada, chicória, condimentos, couve, couve-rabano, ervilha, fava, mandioca, melancia, milho, mostarda, nabiça, nabo, pepino, pimentão, repolho, rúcula, salsão, tomate e trigo. De acordo com o Relatório do Clube Agrícola (1934, p. 6), “de todas essas atividades rurais, quer sejam criação, quer sejam plantação, D. Noêmia nos dá sempre muitas explicações”.

¹¹⁷ De acordo com o Relatório do Clube Agrícola (1934, p. 4), as ervas plantadas foram “hortelã, poejo, erva-cidreira, capim santo, macelinha, erva-doce, erva de Santa Maria, bálsamo, sabugueiro, arruda, carqueja, urucum, carobinha, erva cidreira de árvore, agrião, losna, erva terrestre, erva tostão, mastruço, inhame, guaco, quebra pedra, pariparoba, etc.”.

Imagem 33 - Horticultura, 4º grau feminino e masculino, Noêmia Cruz está em pé entre os alunos, 1936

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Em seu livro, Noêmia Cruz se referiu à horta como “garantia da boa alimentação no lar rural” (CRUZ, 1936, p. 82), explanando que “o homem precisa comer vegetais para ser forte, saudável, bonito e ficar preparado para amar a vida e ser, ao mesmo tempo, um elemento de valor real para a sua família, para a sua pátria, para a humanidade, enfim” (CRUZ, 1936, p.82). Para a professora, o “caboclo” deveria mudar a alimentação insuficiente e pobre para ser sadio, animado, nutrido e assim contribuir com a “grandeza da pátria”. Em sua visão, “o Ensino Rural, nas escolas primárias, póde modificar o homem de amanhã, ajudando a integrá-lo na sua própria terra - a dádiva mais surpreendente que aos homens foi dado possuir no mundo - o Brasil” (CRUZ, 1936, p. 82).

De acordo com Jaime Rodrigues (2007), entre as décadas de 1920 e 1950, passaram a ser veiculados, em São Paulo, discursos técnicos e práticas profissionais de higiene e de saúde públicas a respeito da alimentação popular. Para o autor, as ações do Instituto de Higiene redundaram em pesquisas e projetos de políticas públicas concernentes às questões alimentares. No contexto das discussões sobre a forma *correta* de se alimentar despontou a obra de Almeida

Junior intitulada *Cartilha de Higiene para uso nas escolas primárias*, de 1923, na qual o médico-educador tratava dos alimentos considerados próprios para as crianças.

Almeida Junior, em seu livro (1936)¹¹⁸, alertou para o uso do álcool na infância, tratando os pais como criminosos por oferecerem destilados aos filhos. O autor defendeu a boa alimentação, que seria composta por verduras, frutas, leites e derivados, arroz, feijão, pães, milho, carne e ovos. Rodrigues (2007) lembra que o livro de Almeida Junior antecedeu ao curso de Educadores Sanitários (1925), profissionais responsáveis por fazer intervenções higiênicas nas escolas. Cabe lembrar que o Curso de Higiene realizado no Instituto Serumtherápico em 1918 enfatizava a questão alimentar e suas falsificações¹¹⁹.

A prática pedagógica de Noêmia Cruz dialogou com as medidas higiênicas alimentares veiculadas nas décadas de 1920 e 1930, porém enfatizando a produção do Clube Agrícola. Desse modo, ela levava adiante “seu plano de ensino ruralizado e para que as crianças se familiarizassem com o uso de hortaliças na alimentação diária” (CRUZ, 1936, p. 83). A horticultura melhoraria o cardápio da mesa do pobre “e principalmente, do trabalhador e do operário - tão necessitados de legumes crus, frutas frescas, vegetais variados para sua saúde” (CRUZ, 1936, p. 83).

Além de alimentos, os alunos cultivavam flores e plantas ornamentais. De algumas sementes faziam experiências de energia e germinação. Dos gérmenes às plantas crescidas, durante todo o processo a professora enfatizava a observação dos alunos e a pesquisa baseada nos livros. Nas palavras da professora, “a miúdo, [os alunos] folheavam os tratados especializados, que eu lhes punha nas mãos, sobre a época do plantio, ciclo vegetativo, nome de plantas e modo de cultivá-las, as moléstias e pragas que apareciam e, enfim, todos os delicados problemas referentes ao caso” (CRUZ, 1936, p. 87). Na prática da Escola Ativa, o livro tinha o papel de “depositário da cultura universal [e] passava a ser visto como fonte de experiência” (VIDAL, 2001). A leitura funcionava como propulsora da “educação intelectual” da criança. Desse modo,

hábitos higiênicos velariam por um corpo perfeito, mas somente a leitura e o estudo possibilitariam o desenvolvimento do pensamento racional e científico solicitado pela nova era: a emersão do trabalhador capacitado e da elite meritocrática, necessária à modernização da sociedade brasileira. A escola, finalmente, exercia sua missão democrática (VIDAL, 2001, p. 201).

¹¹⁸ Rodrigues (2007) consultou o primeiro exemplar da cartilha publicado em 1923. O livro consultado por mim refere-se à 15ª edição com data de 1936.

¹¹⁹ No Relatório do Instituto Serumtherápico (1918), há somente indicações sobre os assuntos abordados.

A produção dos alunos servia para consumo próprio e para venda. O dinheiro era revertido para a compra de ferramentas, sementes, madeiras, brinquedos e o restante utilizado em passeios e excursões. Além disso, os alunos vendiam o que produziam em suas casas.

A silvicultura foi outro cultivo bastante valorizado no Clube Agrícola e ressaltada pela SAAT. Seu regimento tratava do incentivo ao reflorestamento e cuidado das árvores. Ao iniciar a silvicultura no GERB, Noêmia Cruz pediu a J. Cabral, diretor do Horto Florestal da Cantareira, mudas de árvores de madeira de lei e de ornamento. Após a solicitação, o Clube recebeu 263 mudas de árvores, distribuídas aos alunos que quisessem plantar em suas casas.

O Clube recebeu, entre abril de 1934 e abril de 1935, mudas de caqui da ESALQ, mudas de laranjeiras caipiras, do Departamento de Agricultura de São Paulo e mudas de *citrus*, do Serviço de Citricultura de São Paulo (LIVRO DE REGISTRO DAS ÁRVORES, 1934).

O propósito de Noêmia Cruz era realizar uma campanha de reflorestamento, iniciando pelo terreno do IB e expandindo para os arredores (LIVRO DE REGISTRO DAS ÁRVORES, 1934).

Imagem 34 - Plantação de um pinheiro, s/d

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

O projeto de Noêmia Cruz a começar pela campanha de reflorestamento abrangia festejar todos os anos o Dia da Árvore. Em São Paulo o Decreto n. 5.525, de 19 de maio de 1932, fixou as datas de 15 de abril e 15 de setembro para celebrar, nas escolas, a festa das árvores e dos animais, respectivamente. Nos Estados Unidos se comemorava, de igual modo, o *Day Arbor* em 15 de abril¹²⁰. A árvore como símbolo de celebração à vida remonta a civilizações ancestrais e não é objetivo desta tese proceder a um estudo da arte sobre a tradição. Porém, ressalto a instituição do *Day Arbor* nos Estados Unidos como uma provável influência em legitimar o festejo no Brasil, dada a semelhança das datas (15 de abril). Em Portugal, a Festa das Árvores, celebrada também nas escolas, marcou o fim da Monarquia e início da República, momento propício a campanhas cívicas republicanas que utilizavam a árvore como símbolo de fraternidade, de educação e de culto à pátria (VIEIRA, 2010).

Mário Bulcão, no livro *Vida Infantil - Noções de Agricultura, Zootecnia e Educação Cívica*, de 1904, dedicou um capítulo à Festa das Árvores. Pela escrita do autor, o volume parece ser uma continuação do primeiro que versou sobre higiene e civilidade. A história narra a vida do menino Paulo e seus questionamentos sobre natureza e civismo. O texto é ilustrado com fotografias de festas das Árvores que ocorreram em Itapira e em Araras - SP (sem data). Logo no primeiro capítulo, há menção a ida de Paulo e seus pais à Festa das Árvores realizada na escola. Na história de Bulcão (1904), as crianças participaram do plantio de uma muda de pau-brasil, os meninos amanhando a terra e as meninas a regando. A festividade foi feita ao som de músicas, fogos, discursos e aplausos. Pelas fotografias do livro, percebe-se que havia o costume de celebrar a árvore no interior de São Paulo. Noêmia pode ter participado de algumas dessas festas por ter nascido em Rio Claro ou também ter lido o livro de Bulcão na escola, obra aprovada para ser adotada nas instituições de ensino “do Estado de S. Paulo, E. de Minas Geraes, Capital Federal, E. do Paraná e em outros Estados da União Brasileira” (BULCÃO, 1904).

Abaixo se encontram duas fotografias, uma da Festa das Árvores em Itapira (BULCÃO, 1904, p. 10) e a outra da mesma festa realizada no GERB em 1938. Havia muitas semelhanças nas solenidades, a começar pela espécie de alpendre enfeitado com bandeiras e plantas,

¹²⁰ Pelos documentos disponíveis na *Library of Congress*, a primeira festa da árvore ocorreu em 10 de abril de 1872 em Oklahoma. Em 1907, Theodore Roosevelt determinou que a comemoração se realizaria no dia 15 de abril, principalmente nas escolas. Disponível em <https://www.loc.gov/resource/rbpe.24001100/>. Acesso em 17 de janeiro de 2017). Na mesma Biblioteca há disponível on-line o *Arbor Day Manual*, de Charles Skinner (1890), com programas e exercícios sugeridos para a solenidade. Disponível em <https://archive.org/stream/arbordaymanuai01skin#page/n5/mode/2up>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

diferenciando-se somente nas quantidades, visto que na festa de Itapira havia mais bandeiras e na festa do GERB, mais plantas.

Imagem 35 - Festas das Árvores em Itapira, SP

Fonte: Bulcão, 1904, p. 10.

Imagem 36 - Festa das Árvores no Grupo Escolar Rural de Butantan, 1938

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A partir de 1935, o GERB passou a comemorar o Dia da Árvore em 21 de setembro, coincidentemente data de nascimento de Noêmia Cruz. O Conselho Florestal do Estado de São Paulo salientou que as datas estabelecidas em 1932 não convinham às comemorações, por isso, o Decreto n. 5.525 foi substituído pelo de n. 7.612, de 25 de março de 1936, estabelecendo a data de 15 de março para o Dia dos Animais e o dia 21 de setembro para o Dia das Árvores. As celebrações deveriam ser realizadas todos os anos nas escolas.

Na Festa das Árvores de 1935, o Clube Agrícola plantou um limoeiro no quintal da escola. Segundo Noêmia Cruz, a árvore era de grande utilidade para o “lar rural” (1936, p. 69). Em seguida ao plantio, a professora discursou sobre a vantagem da árvore para as “civilizações” e sobre a árvore como símbolo da “própria vida” (CRUZ, 1936, p. 73-74). Pela coleção de fotografias do NDIB, ocorreram festas das Árvores no GERB até 1943, juntamente com a comemoração do aniversário de Noêmia Cruz.

Além das hortaliças e das árvores, o Clube Agrícola do Butantan cultivava algodão, trigo e milho.

Sobre o algodão, Noêmia Cruz classificou-o como o “ouro branco” (1936, p. 139), pois, após a crise de 1929, a cultura do algodão foi a “esperança dos lavradores”, por isso incentivava seu plantio. No início, consoante ao depoimento da professora, o terreno estava ruim, tomado de ervas daninhas, levando-a a solicitar, à Diretoria da Seção Agrícola do Butantan, o serviço de preparação do terreno com um arado puxado por muares. As crianças acompanharam o crescimento da fibra e registraram cada fase com desenhos para serem expostos no museu da escola (CRUZ, 1936).

O cultivo de trigo foi feito numa parte do terreno da escola a partir de maio de 1934. Noêmia Cruz, em seu livro, relatou a importância do cereal para a alimentação do brasileiro e se ressentia da importação que o país fazia do grão. A educadora aproveitou a época da semeadura do trigo e fez “várias preleções sobre o valor nutritivo dêsse e de outros cereais, procurando intensificar na escola a propaganda da boa alimentação e indicando a necessidade da cultura dos cereais pelo homem do campo” (CRUZ, 1936, p. 150). A colheita do trigo foi feita pelos alunos no período em que a professora esteve no Congresso da Bahia. A pequena ceifa foi destroçada pelos pardais, salvando-se apenas um feixe, guardado por um aluno para presentear a professora em sua volta a São Paulo

De igual modo, Noêmia Cruz explicou o valor nutricional do milho na alimentação. Segundo a educadora, os alunos copiavam receitas de pratos feitos com milho e levavam para casa. A professora contou, aos alunos, sobre um estudo realizado na Fazenda Modelo de Piracicaba sobre a nutrição dos italianos e dos brasileiros, concluindo que os autóctones

utilizavam o milho em menor escala, “produto tão brasileiro e tão útil na alimentação. Será, talvez, uma questão de educação doméstica, dentre tantas outras, de que a Escola Primária Rural pode ir se incumbindo [...]” (CRUZ, 1936, p.151).

As crianças fizeram várias experiências com milho: plantaram em terra fértil e infértil; cultivaram grãos em covas diferentes para constatar se atingiriam tamanhos diversos; alguns rizomas foram mais regados que outros; determinados pés de milho foram colocados em ambientes escuros e outros deixados na claridade. Após a colheita, procederam ao exame das espigas, separando as melhores para um novo plantio.

5.1.3 Assistência escolar

O Código de Educação de 1933 tratou do item relativo ao “Serviço de Obras sociais escolares, peri-escolares e post-escolares” no capítulo XII, com o fim de reorganizar a “escola em bases de comunidade social de trabalho em cooperação sua articulação com meio social por todas as medidas que tendem a estender seu raio de ação educativa e a tornar estreita a colaboração entre a escola, a família, e as obras instituições sociais” (SÃO PAULO. Código de Educação, 1933, artigo 139). A intervenção social era uma forma de garantir a frequência e de evitar a evasão escolar.

De acordo com Rosa Fátima de Souza (2006), as instituições auxiliares do ensino eram apontadas, por escolanovistas, como elementos basilares contributivos de realização da função social da educação. As instituições auxiliares do ensino mais comuns e elencadas no AEESP (1935-1936) eram as instituições de ação educativa geral (biblioteca infantil, jornal infantil, cinema educativo, orfeão infantil), as instituições de educação agrícola (jardim escolar, horta escolar, clube agrícola, criação de animais), as instituições de educação econômica (cooperativa, banco escolar), as instituições de ação social (Associação de Pais e Mestres, Associação de Amigos da Escola), as instituições de assistência (caixa escolar, assistência alimentar, assistência dentária, assistência médica, assistência higiênica).

Mesmo com diversos incentivos para que as instituições auxiliares se desenvolvessem, de acordo com Souza (2006), as de caráter assistencial foram as que tiveram maior êxito, tendo em vista a escassez material das escolas e as condições socioeconômicas dos alunos. Das instituições auxiliares de ensino destacadas no AEESP, o GERB possuía caixa escolar, jornal infantil, jardim e horta escolares, clube agrícola, criação de animais, cooperativa, canto orfeônico, Associação de Mães e assistência alimentar (CRUZ, 1936).

De acordo com o AEESP (1935-1936), diretores de grupos escolares da Capital reuniram-se na sede do Serviço de Hygiene e Educação Sanitária Escolar em 26 de maio de 1933 para discutirem ações conjuntas em favor da nutrição dos alunos.

De então, para cá, nada menos de 25 escolas organizaram a distribuição das refeições aos seus alumnos, favorecendo com isso, 2.815 crianças, e tendo distribuído, até 31 de julho, 49.788 refeições. [...] Cada director dá ao problema uma solução pessoal, compatível com as possibilidades e condições do estabelecimento. Mas o ponto de vista de todos é o mesmo: regularizar o estado de nutrição da criança. Uns fornecem alimento de maneira restrita, só os de necessidade urgente; outros à larga, a todos que o desejam, seja mediante contribuição, seja gratuitamente. Uns fornecem leite; a maioria sôpa (SÃO PAULO. AEESP, 1935-1936, p. 160).

Por meio de um inquérito feito em 1936, verificou-se que 35 grupos escolares forneciam sopa, 146 davam lanche às crianças pobres, 19 ofereciam copo de leite ou café com leite.

Dos estabelecimentos que responderam ao inquérito, 2 iniciaram a assistência alimentar em 1919; 3 em 1920; 6 em 1921; 2 em 1922; 3 em 1923; 1 em 1924; 4 em 1925; 3 em 1926; 4 em 1927; 6 em 1928; 6 em 1929; 6 em 1930; 13 em 1931; 17 em 1932; 8 em 1933; 12 em 1934; 31 em 1935; 56 em 1936; (18 não informaram) (SÃO PAULO. AEESP, 1935-1936, p. 161).

Não pude constatar quando o Grupo Escolar Rural de Butantan passou a servir sopa, mas talvez tenha sido no final de 1934, pois na legenda de uma das fotografias que mostram os alunos construindo a carvoeira, constava a data de setembro daquele ano. Noêmia Cruz (1936) fez referência à sopa no capítulo “Desenvolvendo o espírito de iniciativa dos meninos” de seu livro. Na coleção de fotos, a primeira imagem de crianças se alimentando foi datada de 1937.

A imagem abaixo retrata três alunas e um aluno sentados na calçada do prédio da escola tomando sopa. A legenda no verso da fotografia abordou a impropriedade do espaço na hora da refeição. Em 1940 o problema da falta de mesa e de cadeiras estava solucionado.

Imagem 37 - Sopa escolar, 1937

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Segundo Noêmia Cruz, mediante as sobras da horta, os alunos propuseram fazer sopa, ao que a professora sugeriu a montagem de um fogareiro. “E assim foi. Depois das explicações que lhes dei, arranjaram uma lata vazia de querosene, 4 tijolos, reboque, pedaços de arcos velhos de barris e fabricaram, finalmente, o fogareiro, que ficou mesmo bem feito” (1936, p. 155-156). Os alunos se dispuseram a cozinhar no dia seguinte com carvão que levariam de casa, porém Noêmia os desafiou a fazerem o produto.

Alguns, os mais afoitos, logo se propuseram a dar início ao trabalho. Deixei-os discutir os métodos e processos que deveriam ser usados na fabricação e escolher livremente, entre si, os mais entendidos para chefes “carvoeiros”. Reunidos, por todos os meninos, muitos tócos e pedaços de madeira e seguindo as instruções dos pequenos chefes, construíram a carvoeira, à sua vontade, sem a minha interferência (CRUZ, 1936, p. 156, grifos da autora).

A ação dos alunos não foi promissora. No processo, a madeira trabalhada transformou-se em cinzas. Noêmia Cruz aproveitou o momento para dizer que a falta de orientação e estudos podem trazer prejuízos e os instou a buscarem conselhos com os pais sobre técnicas de produção de carvão. “Mas, como êles, não conseguissem obter a fórmula técnica desejada, tive eu mesma

de arranjá-la, pois tinha sido a autora da ideia e era necessário dar aos meninos um exemplo de constância e resistência” (CRUZ, 1936, p. 157).

Imagem 38 - Construção de carvoeira, 1934

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A orientação sobre o modo correto de fazer o carvão partiu de Frederico Carlos Hoehne, chefe da seção de botânica do Instituto Biológico, por solicitação da professora. Uma nova tentativa de carvoeira foi feita e o objetivo alcançado. Tão logo os alunos quiseram utilizar o carvão, mas não tinham fósforos. Desse modo, a professora mandou “que juntassem no fogareiro gravêtos e folhas secas e, com uma lente de aumento que eu tinha na classe, captando os raios solares, consegui fazer-lhes a vontade, acendendo o fogo sem fósforos, sob a ruidosa alegria da criançada” (CRUZ, 1936, p. 158).

A prática pedagógica de Noêmia Cruz estava calcada no desafio e na persistência, que, segundo ela, eram características do progresso. Em sua visão, o indivíduo residente no campo era resistente à noção de desenvolvimento quando lhe ofereciam a “teoria ou ciência pura. Mas converte-se em imitador fiel e discípulo submisso quando vê unidos o exemplo e a teoria e quando se lhe apresentam resultados palpáveis e fatos visíveis” (CRUZ, 1936, p. 160). Nesse processo, de acordo com a professora, a criança tinha o papel fundamental de “um verdadeiro

fio condutor de uma constante corrente de ideias e sentimentos, que vai do coração da escola ao coração do lar doméstico” (CRUZ, 1936, p. 160).

O lucro das vendas das hortaliças e afins proporcionou a compra de tecidos para o uniforme. Esse era um dos propósitos registrados no Relatório do Clube Agrícola de 1934 que foi alcançado em 1935. O uniforme deveria ser usado pelos alunos em festas, reuniões, feiras e passeios dos sócios do Clube. Para os alunos, o Clube ficaria

[...] em ordem. Nós queremos que ele seja um dos melhores da nossa terra. D. Noêmia deseja muito que seja transformado em uma escola agrícola primária. [...] D. Noêmia sempre diz que nós é que vamos fazer do Brasil uma grande pátria. Ela nos aconselha, todo o dia, a sermos esforçados, estudiosos e honestos para podermos construir uma pátria que seja a melhor do mundo (RELATÓRIO DO CLUBE AGRÍCOLA, 1934, p. 9).

Outro fim do dinheiro arrecadado com as hortaliças foi a compra de brinquedos para o GERB. Como a proposta era engendrada na “ação”, havia incentivo às brincadeiras coletivas ou mesmo confecção dos próprios brinquedos. Há fotografias do NDIB que mostram as crianças se entretendo em brinquedos coletivos, que foram comprados com os lucros das vendas dos produtos da horta (1937). Negociar as hortaliças era uma forma de suprir algumas necessidades da escola que poderiam não ser contempladas pela administração estadual de ensino.

De acordo com Demartini (1997, p. 23), Noêmia Cruz fotografou outras atividades diferentes daquelas relacionadas às lides rurais, pois estava atenta também à “aquisição e sistematização de conhecimentos”, bem como ao “desenvolvimento psíquico e social das crianças. As fotos evidenciam a preocupação com a parte lúdica [...]” (DEMARTINI, 1997, p. 23).

Nas imagens abaixo as crianças brincavam livremente. Na primeira, quatro meninos jogavam gude, “o brinquedo predilecto”, no “pateo de recreio”, conforme sinalizou a legenda, e na segunda, as alunas pulavam corda.

Imagem 39- Alunos jogando gude, 1936

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Imagem 40 - Alunas pulando corda, 1937

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Há ainda uma imagem que expôs brinquedos produzidos pelos alunos na aula de “trabalhos manuais” (1938) e outra, no texto de Demartini (1997, p. 20), exibindo a casa das bonecas, construída pelas alunas a partir de uma peça que Pérola Byington presenteou a Noêmia Cruz. Todos os brinquedos eram confeccionados com restos de madeira e tecido.

Compreendendo as diversões, Noêmia Cruz narrou a ida aos espetáculos infantis do Circo Sarrasani. Ela conseguiu, da Secretaria de Educação, “a título de prêmio” (CRUZ, 1936, p. 121), 190 ingressos grátis para uma *matinée*. Segundo a professora, “foi um passeio agradabilíssimo. Vivêram esse passeio o mês inteiro... nas lições, nos problemas formulados pelas próprias crianças, nas perguntas, nas conversas do recreio, em tudo o Circo Sarrasani era relembrado” (CRUZ, 1936, p. 122). Impressiona a articulação da professora para obter “prêmios” da Secretaria de Educação, de modo que gera a dúvida sobre como era feita tal aproximação. Havia um intermediário entre ela e a Secretaria de Educação? Será que outras escolas recebiam “prêmios” também? Essas são questões das quais não encontrei respostas.

A produção dos alunos servia para consumo próprio, vendas, mas também como presentes. Noêmia relatou que no fim do mês de agosto de 1934, os integrantes do Clube Agrícola decidiram enviar uma cesta com produtos da horta para “o paladino do Ensino Rural no Brasil”, Sud Mennucci (CRUZ, 1936, p. 87). O regalo foi acompanhado da seguinte carta,

São Paulo, 1 de Setembro de 1934

Ilmo. Sr. Professor SudMennucci

Saudações

Como secretário do “Clube Agrícola de Butantan” venho, em nome da Diretoria, oferecer-lhe esta pequena lembrança.

É um presente próprio das creanças da roça, como nós. Estas hortaliças que aqui vão tão modestas, têm, entretanto, um valor: foram semeadas e plantadas por nossas próprias mãos, por isso sabemos que o Snr. vai recebê-las, com satisfação, e ficar contente, quando elas aparecerem na mesa para o almoço.

Desejamos muito que o Snr. venha nos visitar. Ficaremos muito contentes. Foi o Snr. que fundou o nosso Grupo Escolar, por isso venha nos ver.

Cumprimentos de todos nós e de nossa professora.

Seu am.º e criado às ordens

(a) Paulo Carrilho Soares

O presente enviado a Mennucci pode ter sido um modo de comunicar concretamente o resultado de seu empreendimento ao estabelecer o Grupo Escolar do Butantan como local oficial de uma experiência ruralista. A menção como “paladino” (Um “herói” do ensino rural? Ou um “defensor”?) poderia ser uma marca do discurso de Noêmia Cruz com relação ao movimento do ruralismo pedagógico. A cesta também era um lembrete para que Mennucci fosse conhecer de perto “sua criação”, constatando, assim, que a defesa que fazia do ensino

rural vinha sendo promissora. Uma questão intrigante visível na carta enviada a Sud Mennucci foi o fato de não ter ido ao GERB conhecer o trabalho de Noêmia Cruz, visto que a nomeação da professora havia sido feita por ele há quase dois anos. Como “paladino” do ensino rural na escola primária e autor do Decreto 6.047 de 1933, por que Mennucci não tinha se interessado por conhecer uma de *suas obras*?

Uma hipótese pode ser levantada a partir da carta-resposta de Sud Mennucci.

São Paulo, 6 de fevereiro de 1935

Aos alunos do Batalhão Rural “Rumo ao Campo”

Discípulos de D. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz - no Grupo Escolar de “Butantan” - Capital

Recebi, antes das férias do verão, alguns produtos que V. V. tiveram a gentileza de me mandar, colhendo-os da horta que V. V. mesmos formaram e cuidaram e recebi, também, os votos de felicidade que a classe do 3º ano do Grupo Escolar do Butantan me endereçava, por causa da minha viagem à Bahia, onde ia assistir ao Primeiro Congresso de Ensino Rural.

Muito de propósito não quiz responder logo, nem agradecer o rico presente, que foi devorado, com o máximo prazer, pelo pessoal aqui de minha casa, onde há nada menos de quatro crianças, afóra as visitas diárias dos coleguinhas dos meus filhos.

Eu queria ver, primeiro, o sucesso que V. V. fariam com o material que D. Noêmia levava para a Exposição de São Paulo no Congresso da Bahia. Agora que vi e que pude acompanhar de perto como D. Noêmia foi elogiada e festejada por causa dos trabalhos que ela soube fazer com as crianças do 3º ano do Grupo Escolar do Butantan, agora o meu prazer é muito maior em agradecer a lembrança que tiveram a bondade de me enviar e os votos de boa viagem.

Fiquei orgulhoso na Bahia pelas crianças de São Paulo e, especialmente, pelas crianças do Butantan, que mostavam ao Brasil inteiro como se póde aprender, valorizando a terra e ensinando a todos como a terra é boa e como recompensa quem a trata com carinho e amor. Fiquei orgulhoso de que V. V. tivessem tão dedicada e tão inteligente professora e ainda tão bem orientada diretora, D. Dinorah que dava força a D. Noêmia, deixando que ela realizasse o milagre em que V. V. tão valentemente colaboraram.

Não quero contar mais do que se passou na Bahia; primeiro, porque com certeza D. Noêmia, já o fez nestes dias; depois, porque vocês eram capazes de ficarem cheios de si.

Para mostrar a vocês como apreciei o que o Butantan fez, só tenho um meio: o de pedir a vocês que continuem pelo mesmo caminho do ano passado, realizando, neste, cousas ainda mais dignas de admiração.

Peço a vocês que apresentem minhas felicitações a D. Dinorah, a D. Noêmia, ao Dr. Afrânio do Amaral, ao Professor Joel de Aguiar, o seu bondoso inspetor escolar, pelo sucesso do Grupo do Butantan.

E aqui fica às ordens o am.º e adm.º

(a) SudMennucci (CRUZ, 1936, p. 87-89, grifos nossos).

A missiva enviada pelo Clube Agrícola foi datada em 1 de setembro de 1934. Mennucci recebeu o presente antes do I Congresso de Ensino Regional da Bahia, que ocorreu entre 15 e

30 de novembro daquele ano. A carta-resposta foi redigida em 6 de fevereiro de 1935, ou seja, alguns meses se passaram sem que houvesse resposta de agradecimento. Mennucci admitiu que, “de propósito”, não respondeu a missiva, pois queria ver o desempenho de Noêmia Cruz na exposição de seus trabalhos na Bahia. Talvez este seja um indício do afastamento de Sud no que se refere à proposta de Noêmia. O educador não conhecia a professora quando a nomeou para a escola no Butantan e isso pode ter gerado dúvidas no tocante à atuação de Noêmia Cruz. Parece que Sud Mennucci esperou a avaliação de fora, de outras pessoas que elogiaram o trabalho da professora para se posicionar e enfim agradecer a lembrança.

A escrita era uma prática no Clube Agrícola. Pelo relato de Noêmia Cruz, todas as atividades eram registradas em cadernos, livros da vida e jornais, assunto do próximo capítulo.

6 REGISTRO DAS ATIVIDADES DO CLUBE AGRÍCOLA

Na década de 1930, com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, o Brasil deixou de importar produtos de papelaria, afetando a distribuição no país. De acordo com Mignot (2008), as papelarias do Brasil passaram a cobrir a lacuna do mercado internacional. A autora afirmou ainda que os materiais pedagógicos “ganham importância” (MIGNOT, 2008, p. 79) no contexto das reformas educacionais empreendidas por escolanovistas. Desse modo, o registro tomou um novo significado, e a substituição da lousa pelo caderno foi feita de forma gradativa, incorporando-se ao cotidiano escolar (VIDAL; ESTEVES, 2003).

No GERB, encontrei uma variedade de formas de registro escolar. Em cadernos de capa dura pautados, utilizados como Livros da Vida, as atividades do Clube agrícola eram anotadas; e como cadernos de atividades, nos quais se registravam os conteúdos rurais. Na escola localizei ainda jornais estudantis, inicialmente manuscritos e posteriormente impressos em gráfica, nomeados como *Vida na Roça*, relatado por Noêmia Cruz (1936), e *Rumo ao Campo*, nas versões de 1936 e 1941.

Além da escrita, as atividades rurais do Clube Agrícola do GERB foram registradas por meio de fotografias, utilizadas por Noêmia Cruz para dar visibilidade à sua experiência. As fotos foram importantes para a compreensão do cotidiano escolar do GERB na época em que Noêmia Cruz trabalhou como professora e diretora da instituição. A seguir, detalho cada um destes tipos de registro, destacando sua materialidade e discorrendo sobre os conteúdos.

6.1 LIVROS DA VIDA

Os Livros da Vida eram cadernos de registro de atividades realizadas no Clube Agrícola, bem como de informações pessoais dos alunos, que foram nomeados como Livro de Registro de Sócios, Livro de Atas, Livro de Correspondências, Livro de Atividades Rurais e Livro de Registro das Árvores.

De acordo com Noêmia Cruz (1936), o primeiro a ser feito foi o de Registro dos Sócios, no qual se lançavam dados pessoais e as atividades que os sócios gostariam de desenvolver no Clube Agrícola. No Livro de Atas anotavam-se os assuntos tratados nas reuniões, construindo uma “história da vida do Clube” (CRUZ, 1936, p. 58). Noêmia Cruz afirmou que esse era o livro mais precioso, escrito com “sinceridade, delicadeza, candura e valor” (CRUZ, 1936, p. 59), próprios da vida infantil, e que ela o lia nas “horas de desfalecimento e desânimo” (CRUZ, 1936, p. 59). O Livro de Correspondências continha a compilação de todas as cartas enviadas

pelos alunos, bem como as respostas e missivas de “vários pontos do país”. As cartas recebidas continham pedidos de informações e conselhos, acompanhavam o envio de mudas e sementes, entre outros. Esses livros não constam no NDIB, mas foi possível saber que foram utilizados pelo relato de Noêmia Cruz (1936).

O Livro de Atividades Rurais e o Livro de Registro das Árvores integram o acervo da escola e estão preservados no NDIB. São cadernos de capa dura, pautados, com a identificação na frente. No primeiro, constam as seções e a escolha das atividades pelos alunos ao entrarem para o Clube Agrícola, iniciando pela horticultura, seguida de jardinagem, avicultura, sericicultura, cunicultura, roças, pomicultura, plantas de estufa (ornamento), apicultura, canaviais e silvicultura, esta última cultura tinha um livro específico, o de Registro das Árvores.

Imagem 41 – Capa do Livro de Atividades Rurais, 1934

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Cada página do Livro de Atividades Rurais era dividida em número de ordem, indicando a sequência dos inscritos; número de inscrição, possivelmente se remetendo à ordem de matrícula; nome e endereço dos alunos e a respectiva classe. Participavam das culturas os

alunos do 2º, 3º e 4º graus, moradores do Instituto Butantan, moradores das ruas adjacentes e dos arredores, como Rio Pequeno, Pedreira, Vila Gomes, Avenida Vital Brazil, Rua das Missões, Rua Cotia, Água Podre, Rua Belchior Pontes, Rua Catequese, Rua dos Pinheiros, Estrada do Caxingui, Estrada de Cotia, Vila Edith, Rua Butantan, Estrada de Osasco, Jardim Europa, Avenida Cidade Jardim, Rua Pirajussara, Rua da Pedreira, Rua Fernão Dias, Chácara do Passeio, Estrada da Pedreira, Rua Pedreira Lago, Rua Aldeias, Rua da Várzea, Pedreira Velha, Vila Oriental, Vila Fidalga, Pinheiros e Rua Osasco.

Em virtude do tempo e mesmo do foco desta tese, não fiz uma busca aprofundada dos nomes das ruas de São Paulo para comparar os trechos que as crianças percorriam até chegar à escola¹²¹, no entanto, ao fazer uma busca rápida no *Google maps*, inserindo nomes de ruas que não sofreram alterações, percebi que algumas crianças faziam trajetos longos até chegar à escola. Como exemplo, cito a Rua Belchior Pontes (Rua Padre Belchior de Pontes) que ficava há 18 km do Instituto Butantan. No momento não há como saber como ou por qual motivação tais percursos eram feitos.

De acordo com Noêmia Cruz (1936), as crianças se inscreviam nas atividades rurais por afinidades¹²². Na maior parte havia participação de meninos e meninas, sendo que, em cunicultura, roças, apicultura e canaviais, somente meninos participassem, conforme se pode conferir no quadro abaixo¹²³:

Quadro 3 – Relação de culturas e número de participantes

CULTURAS	NÚMERO DE MENINOS	NÚMERO DE MENINAS
Horticultura	46	5
Jardinagem	30	13
Avicultura	29	8
Sericicultura	26	4
Cunicultura	22	-
Roças	10	-
Pomicultura	8	1
Plantas de estufa (ornamento)	1	6
Apicultura	6	-
Canaviais	2	-

Fonte: Livro de Atividades Rurais, 1934. Acervo Grupo Escolar Rural. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan.

¹²¹ Há documentos no Arquivo Histórico de São Paulo que mostram alterações nos nomes das ruas e que serão acessados futuramente.

¹²² Cf. Anexo I, p. 289.

¹²³ Ibidem.

Não consegui obter dados sobre a quantidade exata de alunos da escola para comparar com as inscrições das crianças nas atividades rurais, com o intuito de saber se o número de meninas e de meninos era realmente desproporcional.

O Livro de Registro das Árvores possuía semelhanças com o Livro de Atividades Rurais. Pelo conteúdo, a intenção era fazer um inventário de todas as ações relacionadas ao recebimento e à doação de sementes ou mudas de árvores.

Imagem 42 – Livro de Registro das Árvores, 1934

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Nas primeiras páginas do Livro de Registro das Árvores estão copiadas a lápis, provavelmente com grafia da Noêmia Cruz, as correspondências realizadas entre o Clube Agrícola e J. Cabral - Diretor do Horto Florestal da Cantareira, e entre a professora e Rafael Xavier – representante do Ministério da Agricultura e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A primeira carta transcrita foi a que a professora enviou ao Diretor do Horto Florestal da Cantareira, J. Cabral, no dia 17 de março de 1934. Noêmia Cruz iniciou relatando que havia

despertado, nas crianças, “um verdadeiro entusiasmo pelo plantio das árvores” (LIVRO DE REGISTRO DAS ÁRVORES, 1934). A proposta da professora era que os alunos iniciassem um reflorestamento na zona em que residiam, por isso pedia a J. Cabral que enviasse “algumas mudas de essências florestais”, esclarecendo que

os alunos deste bairro de Butantan são quase todos filhos de pequenos lavradores, sitiantes, chacareiros, donos de pequenos lotes de terra às margens das estradas de rodagem de Cotia, Sorocaba, etc. que muito agradecerão esta minha iniciativa de oferecer-lhes oportunidade de reflorestarem suas terras, já áridas, nuas e empobrecidas (LIVRO DE REGISTRO DAS ÁRVORES, 1934).

O modo como Noêmia Cruz descreveu os pais dos alunos e a situação das terras mostra a intenção de apresentar-se como alternativa para a “grande obra de reflorestamento” do país.

As mudas foram enviadas em latas, do Horto Florestal para o Clube Agrícola, juntamente com uma carta datada de 21 de março de 1934. Tão logo teve o pedido atendido, Noêmia Cruz redigiu nova carta, com data de 25 de março de 2017, agradecendo o envio de mudas de essências florais e de ornamentação para “a minha campanha de reflorestamento” (LIVRO DE REGISTRO DAS ÁRVORES, 1934). O pronome pessoal utilizado por Noêmia Cruz manifestava o desejo de consolidação de uma proposta que pudesse ter um longo alcance, bem como estar tomando para si a responsabilidade de reflorestar, seguida do anseio de modificar uma realidade que vinha sendo tão rechaçada, como a do habitante das zonas rurais.

As mudas foram compartilhadas com o Horto do Instituto Butantan a pedido de Waldemar Pecholt da seção de botânica, e distribuídas aos sócios do Clube Agrícola. Cada receptor registrou o número de sócio no Clube Agrícola, a data, o nome, o endereço, o número de mudas e a espécie da árvore.

Em 15 de abril de 1934, o Clube Agrícola recebeu novas mudas, dessa feita do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, plantadas em canteiros especiais no dia 02 de maio. Em abril do ano seguinte, há registro da distribuição de mudas de *citrus* aos alunos, doadas pelo Serviço de Citricultura de São Paulo por meio de ofício enviado a Adalberto Netto, Secretário de Agricultura de São Paulo.

Tanto o Livro de Atividades Rurais quanto o Livro de Registro das Árvores não receberam novos registros após 1935 e não há indicação de que a prática tenha tido continuidade em outros livros. A documentação do GERB, apesar de ampla, apresenta lacunas e não foi possível encontrar outras fontes que pudessem dar pistas sobre a continuação da prática de registros nos Livros da Vida. De acordo com Noêmia Cruz (1936), o Clube Agrícola possuía

ainda um Livro de Notas que funcionava como diário, no qual os alunos registravam todos os dias de trabalho, do plantio ao cuidado com os animais. Talvez os Livros da Vida tenham servido para fins de consulta sobre as culturas efetuadas, bem como de suporte para a confecção dos jornais escolares.

6.2 JORNAIS

O GERB produzia dois jornais, *Vida na Roça* e *Rumo ao Campo*. Por ocasião do I Congresso de Ensino Regional na Bahia, Noêmia Cruz levou-os para a exposição das atividades do Clube Agrícola. Nessa época, os jornais eram manuscritos, feitos por dois grupos de meninos “mais atirados à literatura” (CRUZ, 1936, p. 176). De acordo com a educadora, os próprios alunos escolhiam os assuntos e escreviam sobre eles, sendo que muitos temas já haviam sido trabalhados na prática e depois eram relatados em textos.

Segundo Maria Helena Bastos (2013), os jornais estudantis são documentos importantes na análise da cultura escolar e suas práticas. No campo da História da Educação é possível encontrar muitas pesquisas sobre impressos, porém, de acordo com a autora são poucas aquelas que tratam de impressos feitos pelos próprios alunos, em virtude da pouca conservação, pois muitos eram manuscritos.

Esse tipo de fonte permite

(a) captar vozes ausentes em outros documentos, usualmente encontrados em instituições escolares; (b) ser um espaço em que acontecimentos locais e nacionais são captados, transformados e produzidos por reflexões, modulações e reinterpretações, e, ao mesmo tempo, “publicizados” em diferentes círculos sociais; e (c) constituir-se em instrumento de formação, afirmação e regulação coletiva (WERLE et al, 2007, p. 83).

O jornal de alunos pode ser considerado um modelo de “imprensa periódica educacional”, elaborada por um grupo de alunos no período em que se encontram na escola. Configura-se como espaço de informação das atividades e de opinião da comunidade escolar (alunos, professores, diretores) (WERLE et al, 2007). O periódico pode ser abordado de duas formas,

[...] uma centrada na análise interna do próprio impresso e sua produção, o ciclo de vida (duração, periodicidade, agentes responsáveis, colaboradores, recorrências e predominâncias temáticas); e outra que permite reconstruir o campo educacional e as disputas, os debates compreendidos e os grupos neles envolvidos (CATANI; SOUSA, 1999, p. 11-15).

Na *Revista de Professor* (1935), há uma coluna dedicada aos Jornais Escolares, sem autoria. A partir do recebimento de exemplares de *O Anchietano*, jornal do Grêmio Ginásial Julio Ribeiro, da cidade de Jardinópolis em São Paulo, o autor da coluna declarou que a imprensa infantil era pouco utilizada no Estado e que, em sua época de estudante, juntamente com colegas, fazia jornais clandestinos “onde metíamos à bulha os mestres, os amigos e principalmente os desafetos” (REVISTA DO PROFESSOR, 1935, p. 33). Eram feitos com borracha ou manuscritos. Para o autor do texto, São Paulo não dava importância aos jornais pela preferência ao rádio, ao passo que Minas Gerais já registrava “500 desses periódicos” (REVISTA DO PROFESSOR, 1935, p. 33). Por certo o autor desconhecia outras iniciativas, inclusive a do Grupo Escolar Rural de Butantan que confeccionava seus jornais desde 1934.

O NDIB possui dois exemplares do jornal *Rumo ao Campo*, um de 1936 (fotocópia) e outro de 1941.

Imagem 43 - Jornal *Rumo ao Campo*, 1936

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Imagem 44 - Jornal *Rumo ao Campo*, 1941.

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A expressão *Rumo ao Campo* aparece no livro de Noêmia Cruz (1936), sendo repetida exaustivamente pela autora em seus discursos e, por certo, a escolha do nome do jornal pode ter influência da professora. O título do texto inicial da edição de 1936 levava o mesmo nome do jornal. Tanto pela identificação de ano (I) e número (I) quanto pelo primeiro parágrafo, “[...] este jornal pequenino no tamanho, mas grande no ideal, surge no Grupo Escolar Rural de Butantan”. Percebe-se que aquela poderia ser a primeira edição impressa e, portanto, sem ser propriamente uma continuação das manuscritas. O jornal provavelmente recebeu patrocínio da Typografia e Papelaria M. E. Silva, única propaganda veiculada e que ocupa grande parte da última página do jornal. Neste exemplar havia relatos de passeios dos alunos, visitas recebidas e orientações de como plantar árvores frutíferas. Marcus Santos (1998) relatou que o último texto do jornal foi escrito por Jairo Mendes de Souza, aluno do 3º grau masculino e que anos depois ocupou a função de serpentista do IB.

No texto “A vitrola”, a aluna Benedita Cavalheiro, do 4º grau feminino, escreveu sobre o instrumento manual, posto em funcionamento “todos os dias na hora do recreio para alegrar o grupo”. Em uma das fotografias do acervo do NDIB, a autora do texto aparece com as mãos na cintura ao lado de outras colegas que parecem estar dançando. Na legenda da foto que antecede esta, está escrito “uns ensaios prematuros”, provavelmente indicando que estariam testando algum tipo de dança. Ambas as fotografias não registram data.

Imagem 45 - A aluna Benedita Cavalheiro, s/d

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

O aparelho musical servia de auxílio nas aulas de canto orfeônico e era utilizado para ajudar os alunos no compasso das canções. A música era primordial nas festas realizadas na escola. No mesmo jornal, a aluna Elisa Ridente, colega de Benedita, relatou que as meninas eram boas de canto.

A música parecia ser uma forma de *saudar* as visitas que o GERB recebia. No jornal de 1936, há relatos da visita de um grupo de professoras de “outros Estados brasileiros”,

conduzidas por Chiquinha Rodrigues da SLPB, bem como de um grupo de alunos da Escola Normal “Padre Anchieta”. Sobre o primeiro grupo, não há informações, porém sobre o segundo, consta que a visita ao GERB ocorreu no dia 1º de agosto de 1936. Alunos e alunas da escola executaram atividades “em demonstrações de ruralismo” aos visitantes da Escola Normal “Padre Anchieta”. O texto, sem autoria, narrava que a turma de normalistas acompanhou o que “tem sido feito em prol do ensino rural” com “grande interesse, e regressou “à cidade” impressionada. A menção “à cidade” poderia traduzir-se na questão do pertencimento ao Butantan como campo/rural, como defendia Noêmia Cruz.

Imagem 46 - Visita de alunos e professores da Escola Normal “Padre Anchieta” ao GERB, em 1 de agosto de 1936

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Noêmia Cruz relatou a Demartini (1997, p. 21) que as visitas atrapalhavam seu trabalho, mas acreditava que eram um benefício, pois haviam mudado “a mentalidade de uma porção de gente, e de uma porção de autoridades escolares também”.

No jornal, mencionou-se ainda a visita dos alunos à exposição de trabalhos indígenas na Faculdade de Medicina no dia 16 de abril; assuntos relacionados às culturas realizadas na escola (apicultura, sericicultura, plantio de cravos); a carta aberta a Amaro Van Emelen com

pedido de imagens de abelhas; notícias sobre a enfermidade de Seraphim Fontes, funcionário do Setor Agrícola do IB e sobre o falecimento da mãe da professora Achilia Pontes; e cupom para participação de um concurso interno no qual se premiariam 5 pessoas¹²⁴.

Da edição de 1936 à de 1941, o jornal sofreu poucas mudanças quanto à sua apresentação gráfica. Permaneceram as informações do cabeçalho como nome, identificação, orientação, ano, local, data e número. De acordo com Abdala (2013), nesse mesmo ano a recém-reaberta Biblioteca Infantil da Escola Primária do Instituto Caetano de Campos, passou a elaborar o jornal *Nosso Esforço* como atividade extracurricular da instituição.

Imagem 47 - Jornal *Nosso Esforço*, 1939

Fonte: ABDALA, 2013, p. 75.

¹²⁴ Os prêmios eram: 1º lugar: 5\$000, cinco mil réis em dinheiro; 2º: compasso com lápis; 3º: e 4º: caixa de lápis de cor de 12 cores; e 5º: 4 cadernos de 40 folhas.

Imagem 48 - Jornal *Nosso Esforço*, 1940

Fonte: ABDALA, 2013, p. 76.

Comparando a apresentação gráfica do *Rumo ao Campo* de 1936 com o *Nosso Esforço* de 1939, percebem-se semelhanças nos jornais e destes com os periódicos da imprensa local que circulavam na mesma época, como, por exemplo, o *Correio Paulistano*, destinado ao público adulto, e a *Gazeta Infantil*. Tais semelhanças não podem ser compreendidas como coincidências, antes analisadas como um modo de apresentação do valor e respeitabilidade, os quais o Clube Agrícola do GERB poderia pretender disseminar ao equiparar, ao menos graficamente, o *Rumo ao Campo* aos jornais tradicionais.

Imagem 49 - Jornal *Correio Paulistano*

Fonte: JORNAL CORREIO PAULISTANO, 1 de janeiro de 1936.

Imagem 50 – Jornal *Gazeta Infantil*

Fonte: JORNAL GAZETA INFANTIL, 9 de janeiro de 1936.

O *Rumo ao Campo* de 1941 continha assuntos como concurso de plantio do milho, campanha do trigo, horticultura, puericultura, além de textos produzidos pelos alunos, mapa de movimento escolar de fevereiro de 1941, lista de aniversariantes e da classificação da contribuição das classes para a Caixa Escolar. Os textos têm um tom prescritivo, valorizando o amor à natureza, o plantar para o próprio sustento, e a participação em concursos, enaltecendo o ensino rural e estabelecendo o GERB como um pequeno núcleo ruralista.

O jornal de 1941 foi impresso provavelmente pela Gráfica Iasi, que fez propaganda na 3ª página do jornal. O ato de imprimir o jornal permitia maior circulação na escola e o envio de exemplares para outras instituições.

O editorial não tem autoria, da mesma forma como tradicionalmente os jornais da grande imprensa externam sua opinião. Os outros textos foram assinados por alunos e alunas de diferentes graus de ensino. Além dos assuntos relacionados à vida rural, o jornal traz um pequeno texto sobre Martin Afonso de Souza, primeiro donatário da Capitania de São Vicente, e uma seção de aniversariantes do mês. O jornal apresenta um exercício de “completar sentenças” com questões sobre a vida rural.

Tanto na edição de 1936 quanto na de 1941, o clichê mostrava o *Rumo ao Campo* como um “órgão dos alunos”, porém com orientação do corpo docente. Será que realmente o jornal tinha iniciativa e autoria dos alunos ou havia intervenções das professoras? Considerando os primeiros anos escolares como início do contato com a escrita, os textos das duas edições poderiam ter interferências das professoras, demonstrando o envolvimento para além do programa oficial de ensino primário, oportunizando a formação no próprio ambiente de trabalho.

Tratando sobre o Grupo Escolar Rural de Butantan, Almeida Junior afirmou que

actualmente, o ensino atravez dos trabalhos ruraes se vem extendendo a todas as classes do grupo, à medida que o corpo docente se prepara devidamente, e graças à *bôa vontade das professoras*, vai o estabelecimento acentuando cada vez mais o seu cunho de grupo escolar rural (SÃO PAULO. AEESP, 1935-1936, p. 216, grifos nossos).

A ênfase ao *preparo devido* e à *boa vontade das professoras* não foi casual. No mesmo AEESP, o Diretor de Ensino comentou sobre a formação específica para o trabalho nas escolas rurais, com a qual concordava com ressalvas, pois, naquela época, as 10 escolas normais oficiais e as 43 normais livres formavam em média 1000 alunos por ano, redundando na “fabricação de

legiões de desempregados”. Sua proposta era criar um curso de especialização para professores rurais nas escolas normais do Estado¹²⁵,

curtos breves de três ou quatro mezes de duração com aulas diárias theoricas e praticas. Devem elles abranger as matérias e actividades essenciaes ao professor rural. Primeiro a hygiene rural: alimentação, cuidados corporaes, hygiene doméstica, combate às moléstias. Depois, a sociologia rural, com o estudo resumido dos principais problemas creados pela vida social do campo, afim de que o professor possa interpretar-os e cooperar na sua solução. Em terceiro lugar, a educação rural propriamente dita, no seu aspecto technico: o ensino primário atravez dos assumptos ruraes, o ensino da leitura e da linguagem na zona rural, a educação physica, as recreações por meio dos jogos, das bibliotecas infantis, etc. Finalmente, as actividades ruraes, que incentivem o gosto do professor pela vida no campo e lhe dêem meios de crear, no alumno, a sympathia pela roça, bem como de ensaiar, entre os mais velhos, cursos pre-vocacionaes (SÃO PAULO. AEESP, 1935-1936, p. 191-192).

Após o curso, os professores que optassem por lecionar nas zonas rurais passariam por uma seleção. A proposta facultativa de ensino proporcionaria reconhecer aqueles com “pendor” para o magistério rural, como relatou Almeida Junior. O curso proposto pelo Diretor de Ensino era semelhante à proposta desenvolvida por Noêmia Cruz no GERB.

6.3 CADERNOS

Provavelmente, ao iniciar a experiência no GERB, Noêmia Cruz compartilhou saberes rurais com as suas colegas de profissão. Ao assumir a direção da escola em 1935, a educadora pode ter incentivado as professoras a se aprofundarem em assuntos rurais, preparando-se “devidamente”, como pontuou Almeida Junior. Foi possível chegar a tal dedução ao manusear a coleção de cadernos rurais (1937-1945) preservados no NDIB, os quais havia registros das práticas rurais feitos pelos alunos, com orientação da professora da turma e visto de Noêmia Cruz como diretora.

De acordo com Mignot (2008), o caderno é um objeto que carrega a memória da educação e que pode dar pistas sobre as relações e práticas escolares. Muitos alunos descartam seus cadernos e aqueles preservados são classificados como “passado a limpo”. Seria uma grande contribuição para as pesquisas do campo da História da Educação encontrar os rascunhos com imperfeições e interferências do professor, pois,

[...] nem tudo está nos cadernos. Eles silenciam, não dizem nada sobre as intervenções orais ou gestuais do professor e dos alunos, sobre seu peso e o modo como ocorrem e se manifestam, sobre o ambiente ou clima da sala de

¹²⁵ O programa completo proposto por Almeida Junior se encontra no anexo H, p. 288.

aula, sobre as atividades que não deixam pistas escritas ou de outro tipo, como os exercícios de leitura (a leitura em voz alta, por exemplo) e todo o mundo do oral (VIÑAO, 2008, p. 25).

Segundo Antonio Viñao (2008, p. 17), uma maneira de aproximar-se dos autores dos cadernos é “estudar o produto dos seus trabalhos”. A partir do século XIX houve uma crescente incorporação do registro escrito no cotidiano escolar, feito inicialmente em folhas soltas, depois apostiladas até tomarem a forma de um caderno. E o que seria um caderno escolar? De acordo com Viñao (2008, p. 19), “[...] um conjunto de folhas encadernadas ou costuradas de antemão em forma de livro que formam uma unidade ou volume e que são utilizadas com fins escolares”.

Os cadernos dos alunos do GERB referem-se às atividades do Clube Agrícola: puericultura e sericicultura (1937), avicultura (1938), horticultura (1939), e jardinagem (1945). As datas dos cadernos reportam-se ao período em que Noêmia Cruz exerceu a função de Diretora do GERB. Cada assunto ficava a cargo de uma professora, que possivelmente vinha acompanhando o desenvolvimento da prática pedagógica de Noêmia Cruz, como no caso de Dinah Chacon de Freitas. Seu nome aparece no caderno de avicultura (1938), atividade que provavelmente aprendera com Noêmia desde 1934, quando *livrou* dois pintinhos de serem autopsiados. Naqueles primeiros anos, como não havia curso específico para o exercício nas escolas rurais, as professoras que iam trabalhar no GERB se envolviam com as atividades do Clube Agrícola, possibilitando a *formação pela ação*. Tal dinâmica contrariava a tese de Sud Mennucci de que seria necessário curso específico para o exercício da docência rural. Como Noêmia Cruz buscou especializar-se em saberes rurais, poderia ter incentivado as professoras a procederem da mesma forma.

Os cadernos têm o tamanho de uma folha A3 e são similares a cadernos de desenho sem pauta. O de avicultura e o de puericultura estão encapados com um papel preto, mas todos apresentam identificação da matéria correspondente. Apenas três têm ilustração na capa, o de puericultura e o de jardinagem com colagem de imagem, aparentemente recortada de alguma revista da época. No caderno de horticultura há um desenho detalhado de dois homens cultivando hortaliças.

Imagem 51 - Capa do caderno de Horticultura, 1939

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Na capa ou na primeira página dos cadernos havia informações sobre a matéria, o grau de ensino, o ano e o nome da professora. A arte não seguia um padrão e os textos estavam intercalados com desenhos ou colagens de figuras. No canto de cada capa ou da primeira página encontra-se o visto de Noêmia Cruz feito com caneta vermelha, bem como mês e ano da *inspeção*. O registro de vistoria da diretora era traçado na diagonal, iniciando a escrita de baixo para cima.

A cor vermelha, de acordo com Isa Lopes (2008, p. 194), poderia associar-se “à proibição, à instrução e ao cuidado”, como também à diferenciação (LOPES, 2008, p. 195) da cor utilizada pelas professoras ou pelos alunos. A autora afirmou que

de modo explícito, posição e forma encontram-se entrelaçadas pela sua posição em diagonal no espaço gráfico e afastadas do registro escrito do aluno. De modo implícito, a rubrica enuncia: “Eu estou aqui e vi este aluno/esta atividade”. Esses aspectos em seu conjunto atribuem ao professor, indiscutivelmente, o papel de representante da lei. E, na qualidade de lei deve ser obedecido em sua representação simbólica a quem se atribui uma legitimidade e poder de saber. Sua assinatura abreviada delimita fronteiras discursivas no âmbito das normas e dispositivos escolares (LOPES, 2008, p. 196).

Nos cadernos não havia notas nem categorias funcionais de análise que determinassem se os alunos atingiram ou não a expectativa esperada, talvez porque as matérias não constavam no programa oficial de ensino primário.

Os cadernos eram frutos dos trabalhos coletivos nos quais alunas e alunos participavam. A partir da análise de Viñao (2008, p. 21), os cadernos do Clube Agrícola poderiam se caracterizar como “de deveres mensais” ou “de comprovação”, feitos para apreciação do progresso dos alunos, “de rotação”, no qual cada aluno deixava seu registro em uma página, “de honra”, destinado a recolher os melhores trabalhos dos alunos, “de trabalho” ou “de resumo”, no qual se sintetizava a matéria estudada.

As atividades não eram registradas nos cadernos em todos os meses, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 4 - Número de exercícios mensais contidos nos cadernos

Atividades Meses	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Sem data	Total
Puericultura (1937)	1	2	1		1	2	2	2	2		13
Sericultura (1937)						3	6				9
Avicultura (1938)	1	2	1	1		2	2	1			10
Horticultura (1939)		6	2		2	4	3				17
Jardinagem (1945)				1						6	7

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural. Cadernos de Atividades Rurais.

Os meses que não foram preenchidos mostram que não houve registro de atividades. O número em cada mês refere-se à quantidade de textos escritos pelos alunos. No caderno de Jardinagem há definição de apenas uma data (junho).

Os assuntos dos cadernos referentes a avicultura, horticultura, sericultura e jardinagem retomavam as atividades desenvolvidas por Noêmia Cruz (1936) e ampliavam o escopo, detalhando o modo de proceder em cada cultura. A puericultura não apareceu como “matéria” específica do Clube Agrícola no livro da professora (1936), mas estava presente em seus discursos sobre alimentação e higiene.

O Decreto n. 2.944, de 8 de agosto de 1918, estabeleceu várias disposições sobre a Instrução Pública de São Paulo. Uma delas relacionava-se à disciplina Educação Doméstica e Puericultura para crianças do quarto ano dos grupos escolares, na qual a ênfase estava nos

cuidados infantis. Quando o Código de Educação foi instituído em 1933, a puericultura poderia se destinar às escolas pré-escolares e maternais, aos cursos populares noturnos em institutos profissionais femininos, às escolas profissionais primárias, às escolas domésticas e ao Patronato Profissional para Órfãs, no entanto, não havia prescrição para as escolas primárias como na lei de 1918, apenas uma indicação de um programa mínimo que poderia ser ampliado pelos professores com ajuda do diretor de cada escola (SÃO PAULO. AEESP, 1918, artigo 271)¹²⁶.

Segundo Rocha (2003), no Instituto de Higiene havia palestras e cursos para estudantes de escolas normais, bem como para os professores de escolas públicas, com o intuito de disseminar conhecimentos sobre saúde, enfatizando a higiene e a eugenia como princípios para construir uma “nação forte”. A puericultura continha estes dois elementos. Cabe pontuar que a Sociedade de Eugenia de São Paulo foi criada no mesmo ano do Instituto de Higiene (1918).

O caderno de puericultura do Clube Agrícola do GERB apresenta capa preta e recorte de revista de uma imagem de bebê com pele branca e cabelo loiro sentado, vestindo fraldas e sorrindo. À direita, um quadrado amarelo com a identificação "Grupo Escolar Rural Butantan - Puericultura - 4º grau feminino - Professora Achília Vera Cruz Pontes". Na página seguinte há uma família constituída por um homem, uma mulher e um bebê. O casal está sorrindo para a criança e todos parecem felizes. O canto inferior esquerdo contém a assinatura de Noêmia Cruz e a data, novembro de 1937.

Escrito somente por meninas, o caderno traz a definição da “matéria” na sua primeira página: "Puericultura ensina o modo de criar as criancinhas dentro das normas de higiene [...] O dever de mães que têm patriotismo é dar filhos fortes e sadios à sua pátria para tornal-os forte e cada vez maior" (*sic*). Essa poderia ser uma forma de direcionar as mulheres à maternidade, focando suas atividades nas rotinas domésticas diárias, incluindo os cuidados infantis, persuadindo-as com o discurso de terem filhos robustos e saudáveis para dar à nação. Isto significava incorporar o discurso da eugenia, ciência que visava melhorar a “raça humana”. No lado esquerdo do texto, a aluna Yolanda César Campos de 10 anos colou uma imagem de uma mulher segurando seu filho nos braços, ambos aparecem sorrindo, aparentando harmonia entre mãe e filho.

¹²⁶ Não foi possível saber quando a puericultura passou a fazer parte do programa do GERB.

Imagem 52 - Texto assinado pela aluna Yolanda Cesar Campos, 1937

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Nas outras páginas do caderno aparecem recomendações sobre o cuidado dos bebês, acompanhadas sempre por imagens ilustrativas. São indicações que se relacionam à preparação das roupas do bebê, o número de peças para o enxoval e, ainda, técnicas de banho, de como fazê-lo dormir, instruções sobre o berço, sobre o desenvolvimento físico, incluindo cuidados com aleitamento e peso.

Todas as ilustrações contêm mulheres brancas felizes ao lado de crianças igualmente brancas e robustas. A robustez infantil foi um assunto muito tratado pela medicina. Em 1928, foi realizado, em São Paulo, um Concurso de Robustez Infantil, por ocasião do aniversário da cidade. Para Jane Almeida (2004, p. 8), essa foi uma forma de "dar exemplos cívicos ao País e ao mundo", com "aspirações de uma raça forte comandando uma nação que iria ser soberana num futuro que estava quase chegando" (ALMEIDA, 2004, p. 8). O Concurso aceitava crianças matriculadas em centros de saúde com mais de três meses de frequência, idade entre um e três anos; era também necessário preencher os itens do formulário de inscrição, como "nome, idade, cor, nacionalidade, nome do pai e da mãe, nacionalidade, residência e profissão, além do número inscrito no serviço de saúde" do governo (ALMEIDA, 2004, p. 10). Todos os inscritos ganhavam um certificado e um prêmio em dinheiro. "Além desses, haveria mais dois prêmios

de assiduidade aos serviços, uma dúzia de fotografias de cada criança premiada e uma medalha de ouro para o primeiro lugar, ofertada pelo jornal *A Gazeta*" (ALMEIDA, 2004, p. 11). O concurso de 1928 ocorreu no anfiteatro do Jardim de Infância da Escola Normal Caetano de Campos.

Segundo Almeida (2004), os principais jornais da cidade de São Paulo publicaram artigos exaltando as iniciativas médicas e educativas de cuidados infantis. Os médicos higienistas trabalharam por uma nação culta, limpa e civilizada, juntamente a professoras, educadoras sanitárias e mães, estas últimas com maiores responsabilidades:

Para atingir o objetivo do progresso biológico defendido pela higiene e pela eugenia está explícita e latente a idéia de que educando a mãe nos modernos preceitos de preservação da saúde é que se poderá amparar a criança para que tenha mocidade robusta, preparando a nação para ser forte e vitoriosa. A mãe é a figura central no processo da higiene da infância, de nada valem os cuidados médicos e a boa alimentação se a criança não estiver rodeada dos inteligentes cuidados maternos. Contrapõe-se, pois, à ignorância materna, a sua educação, esta é a chave-mestra contra a mortalidade e nela reside a responsabilidade da preservação da vida desde a mais tenra idade. As mães devem ser as aliadas do Estado e dos sanitaristas, cerrando fileiras para proteger a saúde da infância. Amparando-se a mãe, instruindo-a durante e após a gestação é o segredo do Estado para construir uma nação perfeita (ALMEIDA, 2004, p. 13).

Na visão de Noêmia Cruz, ensinar puericultura poderia ser uma maneira de obter uma nação saudável e condições de progresso. Talvez por essa razão a “matéria” fosse um saber imprescindível para o Clube Agrícola do Grupo Escolar Rural.

6.4 FOTOGRAFIAS

Outra forma de registro, o fotográfico, já foi bastante vista no decorrer da tese. De acordo com Demartini (1997), Noêmia Cruz produziu “ela própria as fotos sobre a experiência ruralista”, visto que o intuito era “documentar esta experiência e através desta documentação mostrar sua viabilidade e validade” (DEMARTINI, 1997, p. 22). Concordando com a autora, ao analisar as imagens das práticas pedagógicas rurais do GERB nas fotografias, é possível perceber que Noêmia Cruz teve êxito em sua proposta, e, portanto, aqueles que desejassem poderiam proceder da mesma forma, se as palavras não bastassem, as fotos testemunhariam.

De acordo com Noêmia Cruz, sua prática se baseava no lúdico e as crianças realizavam as atividades a partir do interesse e da curiosidade. Para Demartini (2002), a professora não via necessidade de fotografar o interior da sala de aula, como fez com as atividades externas, porque

o que ocorria fora estava relacionado ao que ocorria dentro da classe. Como constatou Demartini (1997), não existia uma dissociação do relato de Noêmia Cruz com as fotografias feitas por ela. “Eram as fotos, portanto, fundamentais à preservação da memória da experiência e, a partir do significado de que se revestiam para sua autora, passaram a ser o sustentáculo de sua própria memória” (DEMARTINI, 1997, p. 26). De certa forma, como já foi pontuado anteriormente, Noêmia Cruz queria mostrar algo novo dando visibilidade à sua prática pedagógica rural, não registrada em fotografia até aquele momento.

Para Noêmia Cruz, as fotografias funcionavam com um “*relais do real*” (ABDALA, 2013, p. 48), como se fosse possível transportar a realidade para o registro fotográfico. Muitas fotografias encontradas no NDIB registravam as práticas rurais desempenhadas pelos alunos, mantendo “um padrão de representação social que articula a cultura escolar aos condicionamentos sociais” (ABDALA, 2013, p. 27). De acordo com Boris Kossoy (2012, p. 52), “toda a fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo em que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho”.

Noêmia Cruz fez muitos registros fotográficos. Os que constam no acervo do NDIB estão avulsos ou em álbuns e a maior parte trata das atividades rurais realizadas no GERB. Há um álbum¹²⁷ específico que contém fotografias da cultura de animais e da cultura agrícola. De acordo com Abdala (2013, p. 218),

o álbum é um tipo de documento que se caracteriza primordialmente pela sua completude e pela sua lógica organizacional. Compõe uma narrativa sobre determinado assunto. Articula imagens e textos. Os textos apresentam-se sob a forma de legendas (identificatórias e/ou interpretativas), textos de apresentação e textos de acompanhamento.

O álbum fotográfico tem uma narrativa, é um arquivo que preserva dados de uma maneira organizada. Abdala (2013, p. 219) observou que há um “padrão na organicidade” dos álbuns escolares, que podem se dividir em dois grupos, aqueles produzidos “de modo amador e artesanal” e aqueles feitos “de acordo com técnicas e materiais profissionais”. Em uma ou outra forma há “elementos didático-pedagógicos, pois direcionam o olhar, ao imporem uma determinada ordem aos elementos que os compõem” (ABDALA, 2013, p. 221).

¹²⁷ Apesar do acervo estar dividido supostamente em quatro álbuns, como está identificado no arquivo digital cedido a mim (IC 0169_0227 (álbum) 1934 a 1940; IC 0228_0291 (álbum) Déc. 1930; IC 0292_0353 (álbum) Curso em Viçosa 1936; e IC 0354_0442 (álbum) Curso em Juiz de Fora 1939 1940), vou abordar o conteúdo do IC 0169_0227 (álbum) 1934 a 1940 e IC 0228_0291 (álbum) Déc. 1930 como se fosse somente um álbum, como pontuou Demartini (1997), para não confundir o (a) leitor (a).

O álbum de atividades rurais (IC 0169_0227 (álbum) 1934 a 1940 e IC 0228_0291 (álbum) Déc. 1930) contém uma sequência própria. O primeiro arquivo (IC 0169_0227 (álbum) 1934 a 1940) traz a série com fotografias de avicultura, sericicultura, apicultura e cunicultura, *destoando*, do conjunto, cinco registros. Um dos registros se refere à Festa das Árvores, em 21 de setembro de 1939, na qual os alunos do GERB plantaram 21 espécies no Orquidário da Água Funda; outro, em que quatro alunos estão envolvidos em uma brincadeira com bolas de gude; no seguinte, a classe masculina da professora Dinah de Freitas estava observando um eclipse, conforme legenda; na foto subsequente, Noêmia Cruz está posando ao lado de crianças, tendo ela esclarecido, na legenda, que a formação era composta de “5 raças” diferentes, “portuguesa, africana, espanhola, brasileira, japonesa e italiana”; por último, um aluno empurrando um carrinho de mão. Uma hipótese para a “quebra” da sequência seria, como pontuou Demartini (1997), considerar o álbum como uma amostra da experiência de Noêmia Cruz e, consequentemente, deveria conter não só atividades relacionadas às lides rurais, como também outras que ocorriam na escola. Sendo assim, a professora intercalou as fotografias das culturas de animais com as de uma festa tradicional da escola, com um momento de brincadeira livre, com a observação de um eclipse, com o registro da diversidade étnica da escola e com o exemplo de que carregar um carrinho de mão “faria bem”.

Imagem 53 - Noêmia Cruz posando para foto rodeada por crianças da escola

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A série do arquivo *IC 0169_0227 (álbum) 1934 a 1940* inicia pela avicultura, somando 16 fotos. Na sequência, há imagens de alunos preparando ninhos para incubação natural; dando alimento para as aves da raça “minorca preta” já crescidas; de preparo de aves para exposição, registrando a ação da professora Dinah Freitas com as crianças; de pose com o galo campeão da Exposição Estadual de Animais no Parque da Água Branca; de registro do “cuidador” do galo campeão; de vacinação contra boubá; de coleta de ovos do aviário; de pesagem e seleção de ovos; de mistura de alimentos para aves; de pesagem de alimentos para aves (aula de aritmética); de desinfecção do aviário com maçarico; de abertura de chocadeira; de exibição de pintinhos e galinhas; de crianças que ganharam galinhas criadas durante o ano inteiro como prêmio; e por último, de pintinhos doados pelo Ministério da Agricultura.

Imagem 54 - “Aula de aritmética - Pesagem de alimentos para aves”

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Da preparação do ninho até o recebimento dos prêmios houve um encadeamento da história narrada pelas imagens com uma lógica discursiva que apresenta a cultura escolar.

As culturas seguintes (sericultura, apicultura e cunicultura) apresentam a mesma forma narrativa com começo, meio e fim.

Na parte de sericultura, a imagem inicial exhibe o “leito” das lagartas, os casulos nos galhos, a coleta dos casulos e a apresentação dos resultados. As imagens que retratavam o resultado do trabalho eram posadas, normalmente com as crianças posicionadas ordenadamente, sempre a favor da iluminação natural, com enquadramento frontal, plano geral, e de conjunto¹²⁸. Nas fotografias as crianças estão quase sempre sendo retratadas trabalhando em grupo.

Imagem 55 - “Temos a alegria de apresentar o resultado de nosso trabalho!!!!” (sericultura)

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Na parte de apicultura há fotografias de Amaro Van Emelen, religioso especialista no assunto, que, segundo Noêmia Cruz, passava os sábados no GERB ensinando as crianças a cuidar das abelhas (DEMARTINI, 1997). Na fotografia abaixo, Noêmia Cruz está construindo, juntamente com quatro alunos, um banco para abrigar as colmeias. Parecia ser importante para

¹²⁸ Cf. ABDALA, 2013.

a professora retratar a cooperação nas atividades realizadas. Nota-se que quando a professora era fotografada usava sapatos de salto, vestido e um jaleco branco por cima, raramente os cabelos estavam soltos e na maior parte das vezes com penteados.

Imagem 56 - “Construção de bancos para colmeias”

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

As fotografias sobre a cunicultura mostram as coelheiras fabricadas em madeiras, latas velhas, caixas usadas e todo o tipo de sucata. Em depoimento a Demartini (1997), Noêmia Cruz relatou que recebia muitas críticas pelo reaproveitamento dos materiais descartados. Essa deveria ser mais uma forma de sustentar seu argumento sobre a viabilidade econômica da escola rural. Nas imagens seguintes as crianças estão com os coelhos nas mãos ou ao redor delas no chão. Há ainda uma fotografia das coelheiras da Escola Rural do Horto S. Mateus, lugar onde a professora deu um curso entre 1939 e 1940, talvez como modelo inovador de ambientar os animais ou também para comparar o que era possível fazer com ou sem recursos financeiros.

Imagem 57 - Coelheiras do Clube Agrícola do GERB

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

O arquivo IC 0228_0291 (*álbum*) Déc. 1930 contém imagens de horticultura, jardinagem e fruticultura, na mesma sequência das culturas anteriores. Primeiro o preparo da terra e transplantação de mudas para os canteiros, adubação química, cuidados culturais e por fim a apresentação da produção.

Na fotografia a seguir, Noêmia Cruz encontra-se curvada, parecendo orientar os alunos com relação à limpeza dos canteiros de alface. O registro da imagem, feito na lateral, dava a impressão de que os fotografados estavam alheios à intenção do fotógrafo. Na legenda ao lado há uma indicação de que ao fundo estava plantada mandioquinha salsa, um modo de orientar o leitor a ver além do primeiro plano.

Imagem 58 - “Limpeza dos canteiros de alface”

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Outro registro feito de forma parecida com o anterior se deu numa aula de jardinagem, em que Noêmia Cruz estava rodeada de meninas envolvidas com a extração de sementes de cravinas. Era comum que houvesse observadores ao redor daqueles que estavam comprometidos diretamente com a atividade, confirmando um dos pilares da proposta pedagógica de Noêmia Cruz, a observação atenta. A imagem abaixo não parece ter sido feita de forma desprestigiada, pois, apesar de quase todas as alunas estarem com foco na atividade, duas meninas denunciam a presença do fotógrafo ao direcionarem seus olhares para a câmera. O caminho aberto e a aluna em primeiro plano, no canto à direita, com a cabeça inclinada, confirmam a suspeita de que a fotografia foi posada.

Imagem 59 - Colheita de sementes de cravinas

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Nas fotografias do álbum aparecem várias professoras que trabalhavam no GERB, nem sempre com identificação. Na imagem abaixo, a professora Laudicena Colaço, ou Ceninha, como era conhecida pelos alunos e colegas de trabalho, aparece plantando uma videira juntamente com as crianças. A fotografia está na parte dedicada à fruticultura. Novamente, há executores e observadores e o registro é feito na lateral. Laudicena Colaço substituiu Noêmia Cruz na direção do GERB a partir de 1943, permanecendo até sua aposentadoria. Em sua gestão, o GERB passou a Escola Estadual Alberto Torres (1952), quando saiu da antiga casa de Vital Brazil no Instituto Butantan para ocupar o prédio construído especificamente para abrigá-la¹²⁹.

¹²⁹ O prédio da Escola Estadual Alberto Torres foi construído na entrada do Instituto Butantan (Avenida Vital Brazil, n. 1.260).

Imagem 60 - A professora Laudicena Colaço plantando uma videira com as crianças

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

Era comum encontrar sobreposição das fotografias no álbum, talvez por falta de espaço. Na página abaixo há duas imagens referentes à Festa das Árvores realizada em 1937. Na primeira, Frederico Carlos Hoehne, botânico nascido em Juiz de Fora e que trabalhava no Instituto de Botânica de São Paulo, discursava aos alunos na solenidade. Noêmia Cruz citou as pesquisas de Hoehne em várias oportunidades que teve ao falar sobre ensino rural. Ao lado do botânico está um homem identificado como Kuhlmann¹³⁰.

¹³⁰ Na História da Educação paulista há dois educadores de sobrenome Kuhlmann, Gustavo Kuhlmanne e Guilherme Kuhlmann. Não é possível precisar se um deles esteve no evento. Gustavo Kuhlmann participou do Curso de Higiene, organizado por Vital Brazil, como tratado no capítulo 4. Especificamente sobre Gustavo Kuhlmann, conferir a tese de Poubel e Silva (2006). No entanto, penso não tratar-se dos nomes descritos anteriormente, pois Frederico Carlos Hoehne (1882-1959) era cunhado do botânico João Geraldo Kuhlmann (1882-1958) (CASAZZA, 2012). O Jardim Botânico de São Paulo teve um Diretor chamado Moysés Kuhlmann (1906-1972), que também era botânico, porém não encontrei informações sobre um possível parentesco entre João Geraldo e Moysés. Frederico Carlos Hoehne foi convidado pelo Estado para implantar o Jardim Botânico de São Paulo em 1928 (Disponível em <http://jardimbotanico.sp.gov.br/o-jardim/historico-do-jardim-botanico/>. Acesso em 17 de junho de 2017), podendo ter trabalhado na época ou mesmo ter sido sucedido por Moysés Kuhlmann. Pela aparência jovial da pessoa que estava acompanhando Hoehne e pelo contexto - Festa das Árvores - poderia mesmo se tratar de Moysés Kuhlmann.

Imagem 61 - Festa das Árvores, 1937

Fonte: INSTITUTO BUTANTAN. Núcleo de Documentação do Instituto Butantan. Acervo Grupo Escolar Rural.

A paineira foi a espécie escolhida para fazer parte do “plantio solene” e podia ter vários significados. Como visto anteriormente, Noêmia Cruz levou sementes da espécie para o I Congresso de Ensino Regional realizado na Bahia, com o intuito de mostrar que havia possibilidade de a seca do Nordeste brasileiro ser solucionada. A paineira, portanto, tinha o sentido de prolongamento da vida, de desenvolvimento, de futuro. Plantada por um especialista, como ocorreu na Festa das Árvores de 1937, reforçava sua importância, mas também, evidenciava o comprometimento do GERB com a ciência. A paineira é uma árvore que cresce rapidamente, tem ciclo de vida longo, sua madeira é de fácil manuseio e apresenta-se como uma espécie útil¹³¹. Seu plantio poderia manifestar a própria experiência de Noêmia Cruz no Grupo Escolar Rural de Butantan.

¹³¹ Cf. <http://www.esalq.usp.br/trilhas/uteis/ut07.php>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - “UM CASO MICROSCÓPICO”

Em 28 de dezembro de 1937, o jornal *Correio Paulistano* veiculou uma matéria com o título *Collaborando com o Ministro da Agricultura - Difficuldades sérias a superar*, subscrita por H. Bassi, aludindo ao “problema da educação” e à “mentalidade agrícola”. A matéria tratava dos esforços empreendidos “nestes últimos tempos” para que os habitantes permanecessem nas zonas rurais. O autor afirmou que, “em 1930, o argumento era da moda. Mas, naquele ano, de tudo quanto se tentou fazer, ficou o grupo escolar do Butantan, isto é, *um caso microscópico* frente ao problema nacional, e que por isso não merecia todos aqueles louvores”. O autor prosseguiu destacando a criação dos Clubes de Trabalho pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo em 1935 e a realização do Primeiro Congresso de Ensino Rural em São Paulo (1937) pela Sociedade “Luiz Pereira Barreto”, evento que enfatizou a criação de escolas rurais e a formação específica para os professores. H. Bassi fez críticas às propostas de ensino rural e arrematou “e, pensem ainda, que, se com um ‘truc’ de vara mágica, pudéssemos ter edifícios e professores, o problema ainda não seria resolvido, pois as causas do êxodo rural, ‘de tão complexidade’ o forçaria mais a morrer do que a viver”.

O fato de o autor do texto jornalístico ter mencionado a iniciativa do GERB como um caso microscópico é um indício de que a experiência de Noêmia Cruz foi promissora em meio a tantos projetos de ensino rural no Brasil e de que foi caracterizada como tal justamente por meio do desvio à regra. O autor não considerou outras tentativas de ensino rural e talvez não achasse o GERB digno de “todos aqueles louvores” por ter sido uma experiência pontual ou mesmo por esperar que a escola fosse uma instituição de preparo para mão de obra rural.

A expressão “um caso microscópico” lembra as reflexões de Carlo Ginzburg (2007, p. 267) sobre “o olhar aproximado [que] nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-versa”, ou “que toda a configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que somente a observação próxima possibilita reconstituir” (GINZBURG, 2007, p. 277). No decorrer da tese, operei com a mudança de lentes, tentando mostrar como o ensino rural foi debatido e efetivado na sociedade brasileira, partindo do macro para o micro, tentando perceber detalhes ínfimos num grande contexto de disputas em torno do ensino rural.

Iniciei a escrita a partir das reflexões de Alberto Torres sobre a suposta falta de organização econômica do Brasil e sua vocação agrícola. Desses relatos percebi que os discursos, nem sempre concordantes, expunham opiniões sobre o crescimento econômico de base agrícola utilizando mão de obra nacional. Essas discussões deixavam entrever que, de um

lado, os interessados em fomentar a policultura reclamavam da falta de técnicas de plantio, e, de outro, que os interessados em expandir o ensino criticavam a falta de ensino específico para as zonas rurais. Paralelamente, os setores agrícolas foram direcionando seus cursos aos egressos das escolas primárias e os setores educacionais, ao ensino primário. Diante desse cenário, São Paulo colocava-se à frente de outros Estados ao buscar destacar-se nas questões agrícolas.

Pela análise das fontes, vê-se que nesse contexto ocorreram iniciativas com vistas a classificar escolas em rurais, distritais e urbanas, como em 1918, na administração de Oscar Thompson. Havia interesse na expansão do ensino e esperava-se que a escola fosse o veículo de promoção do nacionalismo e do higienismo. Nessa época, Noêmia Saraiva trabalhava no Grupo Escolar de Pedreira e, pelo contato com a comunidade, pode ter começado a perceber e a concordar que as escolas localizadas nas zonas rurais necessitavam de uma maior singularidade.

Alguns casos pontuais de ensino para as populações rurais surgiram em lugares diferentes, como no Grupo Escolar de Itararé, com o professor Thomé Teixeira; na Escola Regional de Meriti, com Armanda Álvaro Alberto; no Clube do Milho de Piracicaba, com Thales de Andrade. A iniciativa de Armanda Alberto tratava do regional com o fito de eliminar as diferenças e formar o cidadão brasileiro, e o empreendimento dos professores paulistas cuidava da cultura de alimentos. Essas experiências já davam mostras dos debates que seriam realizados na década de 1920.

Em 1920, Noêmia Cruz pediu demissão do cargo de professora, mesmo ano em que a Reforma Sampaio Dória criou duas mil escolas isoladas. A expansão do ensino para as zonas rurais era um modo de conter os fluxos migratórios, ainda tímidos, mas que já se apresentavam como questão urgente. Outras reformas ocorreram pelo país, bem como a veiculação de inquéritos que colocavam em xeque uma educação livresca que não condizia com o pretendido desenvolvimento. Os debates se acirraram em torno de disputas sobre qual a melhor forma de ensino para as zonas rurais, se a escola fosse especializada (rural, litorânea, etc.), não seria universal; se fosse universal, não conseguiria ver as necessidades de regiões não urbanas. As fontes deram visibilidade a Fernando de Azevedo e a Sud Mennucci, ambos pertencentes a grupos distintos, envolvidos, a princípio, com as políticas públicas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Eles concordavam com a ação de limitar a migração campo-cidade e com a formação nas escolas primárias para a promoção do trabalho na sociedade. Frente à hegemonia do grupo de Fernando de Azevedo, houve o rompimento com Sud Mennucci, que passou a construir uma plataforma em torno especificamente das questões rurais, principalmente para a formação de professores.

Sud Mennucci assumiu a Diretoria de Ensino em São Paulo no momento em que o Estado havia iniciado um levante contra o governo provisório de Getúlio Vargas. A disputa simbolizava o desejo de manutenção da hegemonia paulista no país. Essa postura podia ser vista na Capital paulista já urbanizada, que ao mesmo tempo tinha ao seu redor áreas rurais mantenedoras de necessidades básicas da cidade. São Paulo encarnava a ideia de que era preciso se desenvolver não esquecendo a condição “natural” rural. No bojo desses eventos, Noêmia Cruz foi convidada por Sud Mennucci a iniciar uma proposta de ensino rural em uma escola situada no Butantan, bairro/distrito reflexo da cidade à qual se integrava. A opção pelo Grupo Escolar se justificou pelo tipo de escola, pela estrutura do Instituto Butantan e pela proximidade com as instâncias administrativas. Como afirmou Mennucci, Noêmia Cruz era “*the right woman in the right place*”.

A educadora relacionava-se com pessoas que transitavam em vários âmbitos da sociedade paulista e sua nomeação dava provas dessa influência. Ela assumiu uma turma e iniciou seus estudos rurais, deslocando-se na cidade paulista em guerra, em decorrência da Guerra Civil de 1932, saindo de sua residência no bairro Cidade Jardim, em direção ao curso no Instituto Biológico e depois para ao Butantan. O deslocamento só era possível porque a cidade oferecia estrutura e transporte, evidenciando que a urbanização tinha se expandido para aqueles lugares. O fato de haver instituições que promoviam cursos rurais mostrava o envolvimento do Estado de São Paulo com a busca de técnicas agrícolas para o plantio e para os cuidados dos animais, bem como que havia acumulado saberes científicos, como almejado no início do século XX.

No Grupo Escolar do Butantan Noêmia Cruz passou por um tempo de experiência. Dentro do IB, a professora mapeou seu plano de ação analisando terrenos disponíveis e a própria estrutura que estava ao seu alcance. Ela terminou o ano de 1932 e iniciou o seguinte aprofundando-se nos cursos que se dispôs a fazer. A saída de Sud Mennucci da Diretoria de Ensino pode ter deixado a professora num impasse, se deveria ou não levar sua proposta adiante, no entanto, o Código de Educação, publicado em abril de 1933, previa a criação de escolas experimentais, normativo no qual a educadora poderia se ancorar. Em agosto daquele mesmo ano, estrategicamente, Mennucci reassumiu a Diretoria de Ensino e baixou o Decreto n. 6.047, transformando a escola do IB em Grupo Escolar Rural. O Instituto tinha uma demanda e necessitava de que seus funcionários se estabelecessem no local, sendo por isso, imprescindível criar condições para o funcionamento de uma escola rural pelo contexto rural do Instituto Butantan.

Noêmia Cruz criou um Clube Agrícola, também previsto no Decreto n. 6.047. Inspirados na experiência de Thales de Andrade em Piracicaba, os clubes agrícolas entraram na lista das instituições auxiliares de ensino do Estado de São Paulo, sendo, assim, uma forma de dar assistência aos alunos e de mantê-los na escola, consolidando o plano de expansão do ensino iniciado na década de 1920 e uma maneira de ensinar a alimentação “correta”, visto que a imagem massivamente propagandeada do país como “eminente agrícola” já estava consolidada na década de 1930. A produção do país criava uma demanda de consumo, e, com isso, deveria haver uma mudança na cultura alimentar da população.

A professora passou o ano de 1934 fazendo experiências, colocando em prática o que havia estudado. Ela queria que os alunos se envolvessem com questões da terra, mas não poderia prescindir do programa oficial de ensino, haja vista que uma escola primária na Capital não poderia ser somente rural. Noêmia Cruz sabia também dos desafios em estabelecer atividades rurais em horários diferentes dos da escola, tinha que ser ágil e estimular a vontade dos alunos, lançando mão do método de ensino ativo. Sua prática pedagógica consolidava os debates realizados nos anos anteriores, mostrando a “face agrícola” do país - consequentemente fomentada pelo nacionalismo e pela necessidade de levar saneamento às populações rurais, maior contingente populacional do país à época, que “precisava” fixar-se no campo e tomar conhecimento de higiene. Mostrava também a preocupação com o intelecto porque não dispensava a instrução oficial e com o método de ensino ativo prescrito nas reformas realizadas na década de 1920. Pode-se concluir que a prática pedagógica de Noêmia Cruz foi uma proposta de escola ativa que teve êxito, ainda que não tivesse sido propagada dessa forma.

Ao manusear as fontes, a impressão que se tem é a de uma escola muito dinâmica e produtiva no que diz respeito às atividades escolares, dentro e fora da sala de aula, vistas nos registros dos alunos. Os dois jornais, *Vida na Roça* e *Rumo ao Campo*, “órgão dos alunos” que tratavam do cotidiano escolar, as atividades rurais em Livros da Vida, os cadernos e as fotografias, foram imprescindíveis à propagação da experiência de Noêmia Cruz.

A professora e seus alunos trabalharam arduamente para que a escola pudesse ser representada no I Congresso de Ensino Regional na Bahia. O ano de 1934 foi primordial para o estabelecimento das culturas da terra e de animais, que permaneceram nos anos seguintes - até pelo menos sua saída da escola em 1943. Para a professora, aquela experiência não poderia ficar somente no Butantan ou mesmo no Estado de São Paulo, mas deveria ser disseminada em outros espaços, estabelecendo-se como proposta de ensino rural para o país. A intenção de Noêmia Cruz é perceptível em alguns de seus relatos no livro publicado em 1936.

No Congresso, a professora destacou-se pelas fotografias e pelo filme que mostravam imagens do cotidiano escolar, pelos trabalhos feitos pelos alunos, que encantaram o público, bem como pelos depoimentos dos congressistas, transcritos na *Revista do Professor* (1934, 1935). A imagem que Noêmia Cruz queria transmitir estava registrada, aquela era a “realidade” de sua prática. Sua estratégia foi consolidada. As fotografias mostravam que era possível fazer uma escola rural conjugada ao ensino oficial e com poucos recursos, visto ser esse o maior problema apresentado nos debates sobre ensino rural. A professora tornou-se conhecida, recebendo convites para expor seu trabalho em eventos organizados pela SAAT e pela SLPB. Tanto a SAAT, que reascendeu as discussões de Alberto Torres, quanto a SLPB, tiveram papel fundamental na disseminação da visão “eminentemente agrícola” do país, na propagação de saberes técnicos e de fomento ao ensino rural pelos Clubes Agrícolas.

Na década de 1940, as reflexões de Alberto Torres foram efetivadas. O governo Vargas impulsionou a “Marcha para o Oeste”, promovendo a “volta ao campo” e uma melhor distribuição dos contingentes populacionais. O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Goiânia em 1942, com o tema “ensino rural”, reuniu os grupos de Fernando de Azevedo e de Sud Mennucci na organização do evento, mostrando que, apesar das diferenças, o objetivo maior havia sido alcançado. Noêmia Cruz apresentou-se com duas teses, dessa feita, sem precisar de fotografias, trabalhos dos alunos ou filme, os textos sozinhos já davam conta de manifestar que o êxito dos dez anos de prática pedagógica no Grupo Escolar Rural do Butantan e que aquela experiência tinha sido fundamental para aprofundar as questões sobre ensino rural no país. “Um caso microscópico” sugeria que aquela experiência tinha sido única, como de fato o foi e, por esse mesmo motivo, síntese inigualável dos debates sobre ensino rural realizados até a década de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Rachel Duarte. *Fotografias escolares: Práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALBERTO, Armanda Álvaro. A Escola Regional de Meriti - Uma tentativa de escola moderna (Tese n. 79). In COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 1997.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Uma vida no magistério: Fios e meadas da história de uma professora paulista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALMEIDA JR., Antonio. *Cartilha de Higiene para uso nas escolas primárias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ALMEIDA, A. Paulino. Um paulista ilustre. *Revista do Arquivo Municipal*. - n. 34 - Abril de 1937.

ALMEIDA, Jane Soares de. Os corpos perfeitos e saudáveis que a pátria necessita: O concurso de robustez infantil e a imagem materna (São Paulo, 1928). *27º Encontro Nacional da Anped*, 2004.

ANDRADE, Oswald. *Marco Zero I - A revolução melancólica*. São Paulo: Globo, 1991.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920*. Estudos e documentos. Publicação da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 1976.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952) - uma abordagem comparada*. 2013. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

_____. Um modelo e um lugar específico para as escolas rurais: as concepções ruralistas na Consolidação das Leis de Ensino em São Paulo (1947). In: *Congresso Brasileiro de História da Educação - Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil*. Vitória/ES, 2011.

AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

BACELLI, Roney. *Jardim América: História dos Bairros de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, Vol. 20, 1982.

BARBOSA, Deuzenir. D. F. Clubes agrícolas escolares em Goiás/ 1930-1960. In: XII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, Medellín. *Anais XII CIHELA*. p. 192-208, 2016.

BARIANI, Edson. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *Cad. CRH [online]*. vol.20, n.49, pp.161-167, 2007. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792007000100013>. Acesso 25 de maio de 2015.

BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1978.

BASTOS, Maria Helena Camara. Escritas estudantis em periódicos escolares. *História da Educação* (Online). Porto Alegre. v. 17. n. 40. Maio/ago. p. 7-10, 2013.

BORGES, Vavy Pacheco; COHEN, Ilka Stern. A cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932. In PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: A cidade na primeira metade do Século XX*. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 2004.

BRAZIL, Lael Vital. *Vital Brazil Mineiro da Campanha*. Uma genealogia brasileira. Rio de Janeiro. 1996.

BRAZIL, Lael Vital. *Vital Brazil: vida e obra 1865-1950*. Niterói: Instituto Vital Brazil, 2001. (Discurso proferido na solenidade de comemoração do aniversário de 80 anos do Instituto Vital Brazil, 11 set. 2000). Disponível em <http://miniweb.com.br/Cidadania/Personalidades/vbvidaobra.pdf>. Acesso em 23 de março de 2015.

BROIDE, Emilia; BROIDE, Jorge. *Butantã, um bairro em movimento*. São Paulo: Versal Editores, 2013.

BULCÃO, Mário. *Vida Infantil: Noções de Agricultura, Zootechnia e Educação Cívica*. São Paulo: Tipographia Brasil Carlos Gerke, 1904. vol. 2

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria. *A voz dos números: imagens e representações das estatísticas de ensino na fixação da identidade nacional (décadas de 1920 a 1940)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

CAMARA, Sônia. A Reforma Fernando de Azevedo e as Colmeias Laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: Vidal, Diana Gonçalves; Miguel, Maria Elizabeth Blank; Araújo, José Carlos Souza. (Org.). *Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)*. 1ed.São Paulo: Autores Associados/ EDUFU/FAPESP, 2011, v. 1, p. 152-167.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Povoar o hinterland o ensino rural como fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 23, p. 97-132, maio/ago. 2010. pp. 97-132.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2001. 9ª ed.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

CAPUTO, Melissa Mendes Serrão. *Eunice Caldas - uma voz feminina no silêncio da história (1897-1967)*. 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Santos. Santos, 2008.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista* (O projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: Problematicando uma tradição interpretativa. In MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). *Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EdUFU, 2011.

_____. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. Notas para reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920-1930). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. n. 66, ago. pp. 04 -12, 1988.

CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (Orgs.). *Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)*: catálogo. São Paulo: Plêiade, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins. Campesinato. In CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação no Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2013. pp. 113-120

COSTA, Patrícia Coelho da. Viajando, conhece-se nosso povo, conhece-se nossa História: a leitura sobre o Brasil elaborada por Ariosto Espinheira para os nossos estudantes. *17º Congresso de Leitura do Brasil*, Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_3244.pdf>. Acesso: 1º de jun. 2016.

CRUZ, Noêmia Saraiva de Mattos. *Educação Rural: Uma aplicação do ensino rural na escola primária Grupo Escolar de Butantan, S. Paulo*. Rio de Janeiro: Saber é Poder Editores, 1936.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino. As Mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 18, 1989. p. 121-144.

CUNHA, Raquel Basílio. A relação significante e significado em Saussure. *ReVEL*. Edição especial n. 2, 2008. Disponível em http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_esp_2_a_relacao_significante_e_significado_em_saussure.pdf. Acesso em 17 de maio de 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936/1937. VII **Congresso Brasileiro de História da Educação. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil**. Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá - MT. 20 a 23 de maio de 2013.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. (Coord.). *Velhos mestres das novas escolas: Um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo*. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1984.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Resgatando imagens, colocando novas dúvidas: Reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em História da Educação. *Cadernos CERU (USP)*. São Paulo, v. 2, n.8, p. 9-28, 1997.

_____. Noêmia Saraiva de Mattos Cruz. In: Fávero, M. de L. de A.; Britto, Jader de M. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/COMP/INEP, p. 854-859, 2002.

DUTENKEFER, Eduardo. Mapa topográfico do Sara Brasil (1930) sobreposto às imagens atuais de satélite do Google Earth. *GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo, v.19, n. 1, pp. 156-159, 2015. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97395>. Acesso em 30 de novembro de 2016.

ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: a formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago, n. 14, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

_____; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano. A imprensa escolar na formação de professores ruralistas: usos e significados de uma experiência. *Educação Unisinos*. set/dez, 2007. pp. 192-199.

FERRIÈRE, Adolphe. *A Escola Activa*. Tradução e notas de Domingos Evangelista. Porto, Portugal: Editora Educação Nacional, 1934.

_____. *A lei biogenética e a escola ativa*. Tradução de Noemy Silveira. Prefácio de M. B. Lourenço Filho. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1929.

FIGUEIREDO, Candido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Livraria Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson, INC, 1922.

FONSECA, Henrique de Oliveira. *Em defesa da ruralização do ensino*: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

FREINET, Celestin. *Jornal Escolar*. Lisboa: Estampa, 1974.

FREIRE, Laudelino. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940. vol II.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940. vol III.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940. vol IV.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940. vol V.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na experiência da Expedição Roncador-Xingú. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH - São Paulo, jul., 2011.

GATTI, André P. *Uma metrópole em busca de sua autodeterminação cinematográfica*. Disponível em <http://www.mnemocine.com.br/index.php/cinema-categoria/24-histcinema/99-uma-metropole-em-busca-da-sua-autodeterminacao-cinematografica>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Sud Mennucci*: Memórias de Piracicaba, Porto Ferreira, São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

GOMES, Angela Maria de Castro. História do Brasil Nação: 1808-2010. Olhando para dentro: 1930-1964. vol. 4. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva em coedição, 2013.

GRANER, E. A. e TRIVELIN, A. P. *Observações preliminares sobre caponização de frangos "Leghorn" com estrogênios*. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Universidade de São Paulo, 1950. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v7/04.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

GUTIERREZ, Talía Violeta. Políticas de orientación agrícola y pedagogía normalista: Entre Ríos, Argentina, 1900-1920. *Perfiles educativos* [online]. 2007, vol.29, n.117, pp.85-110. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982007000300005. Acesso em 20 de dezembro de 2016).

HALL, Michel. O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*: A cidade na primeira metade do Século XX. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 2004.

IGLESIAS, Francisco. Prefácio. In TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Primeira parte: A constituição. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 4ª edição.

INSTITUTO BUTANTAN. *100 anos de Instituto Butantan*. São Paulo: Impressão ADGRAF, 2000.

INSTITUTO BUTANTAN. *Instituto Butantan*. São Paulo, 1946.

JORGE, Marcus. *Alberto Torres e as primeiras formulações teóricas sobre a educação e a “questão social” no Brasil (1909-1915)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

KNOLL, Michael. The Project Method: Its Vocational Education Origin and International Development. *Journal of Industrial Teacher Education*, vol. 34, n. 3, 1997, pp. 59-80. Disponível em <http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/JITE/v34n3/Knoll.html?re>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê editorial, 2012.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da grande São Paulo* - Estudo de geografia urbana. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. 1971.

LEÃO, A. Carneiro. *A sociedade rural, seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro: Editora S. A. A noite, 1940.

LIMA, A. Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Bibliotheca Pedagógica Brasileira. Brasileira. Série V. Vol. XLIII, 1935.

LOPES, Isa Cristina da Rocha. Cadernos escolares: Memórias e discursos em marcas de correção. In MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cadernos à vista*: Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MAGALHÃES JUNIOR, A. G.; FARIAS, I. M. S. A imprensa escolar na formação de professores ruralistas: usos e significados de uma experiência. *Educação Unisinos*, v. 11, 2007. p. 192-199.

MALLART Y CUTÓ, José. *Educación Activa*. Barcelona: Editorial Labor, 1931.

_____. *Educación científica del trabajo*. Barcelona: Editorial Labor, 1942.

_____. *Orientación funcional y formación profesional*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1946.

_____. *La escuela del trabajo*. Buenos Aires: Editorial Losada, S. A., 1949.

MATHIESON, Louisa Campbell. *O militante e o pedagogo Antonio de Sampaio Doria*: A formação do cidadão republicano. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAYUMI, Lia. *Taipa, canela preta e concreto*: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Pós-graduação - Área de concentração: Estruturas Ambientais Urbanas. Universidade de São Paulo, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MENNUCCI, Sud. *Pelo Sentido Ruralista da Civilização*: subsídios para a história do ensino rural no estado de São Paulo (1892-1935) São Paulo: Revista dos Tribunais 1935.

_____. Prefácio. In CRUZ, Noêmia Saraiva de Mattos. *Educação Rural*: Uma aplicação do ensino rural na escola primária Grupo Escolar de Butantan, S. Paulo. Rio de Janeiro: Saber é Poder Editores, 1936.

_____. *A Ruralização*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 1944.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, (Coleção Educadores), 2010.

_____. *Cadernos à vista*: Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. *Baú de memórias, bastidores de histórias*: O legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

_____. Decifrando o recado do nome: Uma escola em Busca de sua identidade pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.74, n. 178, Set./Dez., p.619-638, 1993.

MONARCHA, Carlos. Para o azul, para o centro, marcha para o Brasil profundo: escolarizar os vazios da nação. In VIDAL, Diana; SCWARTZ, Cleonara Maria. *História das culturas escolares no Brasil*. Vitória: Edufes, 2010.

MONTEIRO, Ana Nicolaça. *Cinema Educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista (1933-1944)*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo*: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968) Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MOTA, André. O campo vai à cidade: O caso do Grupo Escolar Rural do Butantan. *Cadernos de História da Ciência*. São Paulo, vol.2 n.2, 2006.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EdUSP, 2009.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo*: Embates no campo educacional (1922-1931). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura e Identidade no Brasil no século XX. In: Angela de Castro Gomes; Dulce Pandolfi; Verena Alberti. (Org.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, v. 1, p. 338-369.

PADILLA, José Maria; HUERTAS, Juan Antonio. Un análisis situado de la producción intelectual de José Mallart. *Revista de História de la Psicología*, 1999. vol 20. n. 3-4. pp. 339-350.

PAOLI, Maria Celia; DUARTE, Adriano. São Paulo no plural: Espaço público e redes de sociabilidade. In PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: A cidade na primeira metade do Século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3.

PAULILO, André Luiz. *A estratégia como invenção: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os passos do saber: A Escola Agrícola Luiz de Queiroz*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PETRONE, Pasquale. A Cidade de São Paulo no século XX. In SILVA, Raul de Andrada; MATOS, Odilon Nogueira de; PETRONE, Pasquale. *A evolução urbana de São Paulo*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1955.

_____. “No cinturão em torno do centro da cidade, definiram-se inúmeras pequenas Itálias”. In EMPLASA - ARQUIVO DO ESTADO/IMPrensa OFICIAL. *Memória urbana - A Grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, pp. 127-145, 2001.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PIRES, Regina Estela Moreira. Chiquinha Rodrigues. In SHUMAER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. pp. 157-158.

POMBO, José Francisco da Rocha. *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, Paris: Aillaud, Alves e Cia

PONCIANO, Levino. *São Paulo: 450 bairros*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo: A cidade na primeira metade do Século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3.

PORTO, Antonio Rodrigues. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Carthago & Forte Editoras Associadas Ltda, 1992.

POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: As representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2006.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo. In *Revista Sociedade e Agricultura*. n. 4, Jul. pp. 5-27, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros rurais paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In PORTA, Paula (Org.). **História da cidade de São Paulo**: A cidade na primeira metade do Século XX. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 2004.

ROCHA, Heloísa, Helena Pimenta. Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. **Pro-Posições** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 151-172, 2011.

_____. **A higienização dos costumes**: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) - políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15. n.2. pp. 221-255. Jul./Dez. 2007.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Estudio Nobel/FAPESP, 1997.

SALIBA, Elias Thomé. **Ideologia liberal e oligarquia paulista**: A atuação e as ideias de Cincinato Braga, 1891/1930. Tese (Doutorado). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1981.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **A vida do pensamento e o pensamento da vida**: Sud Mennucci e a formação de professores rurais. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANTOS, Marcos Ferreira. **Práticas crepusculares**: Mytho, Ciência e Educação no Instituto Butantan - Um estudo de caso em Antropologia Filosófica. FEUSP. Tese de Doutorado. 1998.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 5ª ed.

SILVA, Marcio Rufino. **A reprodução do urbano nas tramas da metrópole**: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008a.

SOUZA, Rosa Fátima de; AVILA, Virgínia Pereira da Silva de. As disputas em torno do ensino primário rural (SÃO PAULO, 1931-1947) *História da Educação On-line*. vol.18 n.43 Porto Alegre. May/Sept. pp. 13-32, 2014.

_____. Fernando de Azevedo e a reconstrução do sistema educacional do Estado de São Paulo em 1933: sentidos e alcances de um projeto de reforma. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Org.). *Reformas Educacionais*: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 - 1946). Uberlândia, Campinas: EDUFU, Autores Associados, 2011. p. 337-362.

_____. *Alicerces da Pátria*: história da escola primária no estado de São Paulo (1890 - 1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009. v. 1.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, Mai./Ago., p. 61-88, 2000.

TORRES, Alberto de Seixas Martins. *A organização nacional*: A constituição. São Paulo: Editora Nacional, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** - Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edue, 2012.

VALDEMARIN, Vera Tereza. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In SAVIANE, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Tereza. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. pp. 163-204.

VAZ, Eduardo. *Fundamentos da história do Instituto Butantan*. Seu desenvolvimento. São Paulo, 1949.

VEIGA, Cynthia Greive. Manifesto dos pioneiros de 1932: O direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social. In XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação*: Um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VICENTINI, Paula Perin. *Um estudo sobre o CPP (Centro de Professorado Paulista)*: Profissão docente e organização do magistério (1930-1964). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educação e Pesquisa (USP. Impresso)*, v. 1, p. 1-12, 2013.

_____. O inquérito sobre a Instrução Pública (1926) e as disputas em torno da educação em São Paulo. In MIGUEL, M.E.B.; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). *Reformas Educacionais - As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. Uberlândia-MG; Campinas -SP: EDUFU; Autores Associados, 2011. pp. 99-120.

_____. No interior da sala de aula: Ensaio sobre cultura e práticas escolares. *Currículo sem fronteiras*. v. 9, n. 1, Jan/Jun, 2009. pp. 25-41.

_____. O museu escolar brasileiro: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO,

Luciano Mendes de (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp.199-220

VIDAL, Diana Gonçalves. *O Exercício Disciplinado do Olhar*: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

VIEIRA, José Neiva. O Culto da Árvore e a 1ª República. *Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento rural e das pescas*, 2010. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/memoflo/resource/doc/cult-arv.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.

VIÑAO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: Aspectos metodológicos e historiográficos. In MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Cadernos à vista*: Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, pp. 25-44, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105. Jun. 2007

_____.; BRITO, Lenir Marina Trindade de Sá. O Professor e a Escola para a Zona Rural: concepções e desdobramentos em uma escola normal rural. *Contexto e Educação*. Editora Unijuí. Ano 21, n. 75 Jan./Jun., pp. 109-129, 2006.

_____. Modernizando os cursos de formação de professores: disciplinarização da Pedagogia e deslocamento da prática. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Formação continuada e gestão da educação*. São Paulo: Cortez, p. 251-304, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*: Na história e da literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Palavras-chave*: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

XAVIER, Priscila de Almeida. *Representação cinematográfica e história institucional*: Uma análise de filmes sobre o Instituto Butantan (1928-1953). Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Cinema, Rádio e Televisão. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

IMAGEM DA AVENIDA VITAL BRAZIL. Obras de pavimentação concluída, 14 de março de 1928. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/index-campos.php>. Acesso em 20 de maio de 2015.

IMAGEM DA ESTRADA DE OSASCO. Trecho a ser macadamizado, 1922. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/index-campos.php>. Acesso em 20 de maio de 2015.

IMAGEM DA ESTRADA DE OSASCO. Betumadeira dupla para pavimentação, 21 de outubro de 1927. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/foto/index-campos.php>. Acesso em 20 de maio de 2015.

PASTA BUTANTÃ (Recortes de jornais e documentos referentes ao Instituto Butantan).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em abril de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1908. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em abril de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1909. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em abril de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em abril de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em abril de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1914. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em abril de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1915. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1916. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1917. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1918. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1919. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1920. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1922. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1926. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

A ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1936. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em maio de 2013.

BOLETIM DE AGRICULTURA, São Paulo, jan./fev. 1930, n. 1 e 2, série 31.

RELATÓRIO DO ANO DE 1935 DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1935.

BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Educação

REVISTA DO PROFESSOR, n. 8 Dez. 1934/Jan. 1935, p. 5.

REVISTA DO PROFESSOR, setembro de 1935.

REVISTA DO PROFESSOR, maio, 1935.

Faculdade de Direito

A ESCOLA REGIONAL. Conferências proferidas durante a IV Semana Nacional de Educação (13 a 18 de maio). Biblioteca da Associação Brasileira de Educação, 1931.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CPDOC/FGV)

BIOGRAFIA DALTRO FILHO. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/daltro_filho. Acesso em 04 de novembro de 2016.

ENTREVISTA AFRÂNIO DO AMARAL. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista420.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. O Estado Novo (10 de novembro de 1937 - 25 de julho de 1938). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. vol. V. Disponível em <file:///C:/Users/Ariadne/Documents/ARIADNE/Arquivos/Doutorado/Fontes/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

VERBETE A CONQUISTA DO OESTE. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

VERBETE ARMANDA ÁLVARO ALBERTO. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armanda-alvaro-alberto>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

VERBETE LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-revolucionaria-de-sao-paulo>. Acesso em 14 de setembro de 2016.

VERBETE LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20NACIONALISTA%20DE%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO - ACERVO ESCOLA NORMAL CAETANO DE CAMPOS

ATAS DE REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO - 1894-1919 - da Escola Normal Caetano de Campos.

CARTA DE THALES DE ANDRADE “Ao Caríssimo Chefão Sud” datada de 28 de janeiro de 1932. Acervo Sud Mennucci, abrigado no acervo da Escola Normal Caetano de Campos. Centro de Referência em Educação Mario Covas.

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 25 de setembro de 1935. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/1935/09/25>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 08 de maio de 1954. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/1954/05/08>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

FONTES DIVERSAS

IV SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123679>. Acesso em 05 de outubro de 2016.

A INSTRUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL. Projecto de reforma de ensino primário e técnico profissional apresentado e justificado, no dia 22 de outubro de 1927, pelo sr. dr. Fernando de Azevedo, Director Geral de Instrução Pública, perante as comissões reunidas de Instrução, Orçamento e Justiça do Conselho Municipal. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927.

ANTONIO JOSÉ DE MATTOS. Disponível em <http://dicionariodepovoenses.blogspot.com.br/2012/12/antonio-jose-de-matos-visconde-de-porto.html>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

BRANT HORTA. Disponível em <https://peregrinacultural.wordpress.com/2008/09/01/simbolo-um-poema-de-brant-horta-na-semana-da-patria/>. Acesso em 01 de julho de 2015.

CARTÃO DE IMIGRAÇÃO DE ARISTIDES DE MATTOS CRUZ. Disponível em <https://familysearch.org/search/record/results?count=20&query=%2Bgivenname%3AAristides%20%2Bsurname%3A%22de%20mattos%20cruz%22~>. Acesso em 08 de setembro de 2016.

DAY ARBOR. Disponível em <https://www.loc.gov/resource/rbpe.24001100/>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

DUTENKEFER, E. Mapa topográfico do Sara Brasil (1930) sobreposto às imagens atuais de satélite do Google Earth. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 156 - 159, 2015. 2015, p. 159.

ENTREVISTA ROBERT DARNTON. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/robert-darnton>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

HORÁRIO SILVEIRA <http://etechoracio.com.br/etec/escola/historia/>. Acesso em 07 de novembro de 2016.

JORNAL NOSSO ESFORÇO de outubro de 1939 e outubro de 1940 Fonte: Abdala, 2013, pp. 75-76.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA (n. 21, 2014). Disponível em <http://www.ihgp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Revista-IHGP-21.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

SÃO PAULO, A SYMPHONIA DA METRÓPOLE (1929). Longa-metragem. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0cumh-UD8GA>. Acesso em 10 de julho de 2016.

SKINNER, Charles. *Arbor Day Manual*. 1890. Disponível em (<https://archive.org/stream/arbordaymanualai01skin#page/n5/mode/2up>). Acesso em 15 de janeiro de 2017.

SOROS OFÍDICOS. Disponível em <http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/serpentes.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

SPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

A GAZETA, de 27 de fevereiro de 1922. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&pesq=mario%20reys>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

A GAZETA, de 31 de outubro de 1929. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&pesq=mario%20reys>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

A GAZETA, de 23 de agosto de 1933. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&pesq=mario%20reys>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

A GAZETA DE SÃO PAULO, de 21 de setembro de 1931.

ALMANACH DO AMPARO PARA 1918. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=707252&pesq=No%C3%A9A%20de%20Barros>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

ALMANAK LAEMMERT, 1891. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=Mattos,%20Maia>. Acesso em 01 de novembro de 2016.

A TRIBUNA, Edição n. 1007, de 02 de julho de 2010. Disponível em <http://www.at.com.br/at/materia.php?reg=3130&cad=37&obj=363635>. Acesso em 03 de agosto de 2015.

CORREIO DA MANHÃ, de 20 de novembro de 1932. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Sociedade%20dos

[%20Amigos%20de%20Alberto%20Torres&pasta=ano%20193](#). Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 31 de março de 1933. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 13 de maio de 1933. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=%22Congresso%20de%20Ensino%20Regional%22. Acesso em 08 de novembro de 2016.

CORREIO DA MANHÃ, de 28 de outubro de 1933. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 19 de dezembro, 1933. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 31 de dezembro de 1933. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=17652&Pesq=Sociedade%20dos%20Amigos%20de%20Alberto%20Torres. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 21 de setembro de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=%22Congresso%20de%20Ensino%20Regional%22. Acesso em 08 de novembro de 2016.

CORREIO DA MANHÃ, de 20 de novembro de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 24 de novembro de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 6 de dezembro de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 10 de maio de 1936. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DA MANHÃ, de 14 de maio de 1936. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO DE S. PAULO, de 13 de julho de 1932. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720216&pasta=ano%20193&pesq=>. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

CORREIO DE S. PAULO, de 25 de julho de 1933. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720216&pasta=ano%20193&pesq=>. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

CORREIO DE S. PAULO, de 1 de junho de 1935. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720216&pasta=ano%20193&pesq=>. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 16 de abril de 1903. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 21 de dezembro de 1907. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 30 de julho de 1911. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=Escola%20Mixta%20Butantan. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 03 de fevereiro de 1912. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=No%C3%A9Amia%20de%20Barros. Acesso em 06 de novembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 01 de agosto de 1912. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 18 de agosto de 1912. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=Escola%20Mixta%20Butantan. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 05 de setembro de 1913. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 19 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 23 de dezembro de 1913. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 19 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 05 de fevereiro de 1916. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 19 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 27 de abril de 1917. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 19 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 07 de agosto de 1917. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=38551&Pesq=No%C3%A0mia%20de%20Barros. Acesso em 06 de novembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 19 de novembro de 1918. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 19 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 17 de outubro de 1919. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=50854&Pesq=No%C3%A0mia%20de%20Barros. Acesso em 06 de novembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 27 de novembro de 1919. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 19 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 05 de fevereiro de 1920. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=663&Pesq=Curs%20de%20Hygiene. Acesso em 02 de outubro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 05 de março de 1920. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=663&Pesq=Curs%20de%20Hygiene. Acesso em 02 de outubro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 11 de abril de 1920. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=Aristides%20de%20Mattos%20Cruz. Acesso em 01 de novembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 03 de fevereiro de 1921. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 20 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 18 de setembro de 1921. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 20 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 24 de dezembro de 1921. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 20 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 07 de agosto de 1923. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 20 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 22 de dezembro de 1925. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=educadora%20sanitaria. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 10 de maio de 1928. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 29 de julho de 1929. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 29 de setembro de 1930. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 25 de novembro de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=elyseo%20castanho%20de%20andrade. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 01 de fevereiro de 1935. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 5 de maio de 1935. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=semana%20ruralista&pasta=ano%20193. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 18 de junho de 1935. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&PagFis=7639&Pesq=Sociedade%20Luiz%20Pereira%20Barreto. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 26 de junho de 1935. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=confer%C3%AAncias%20ruralistas. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 1 de janeiro de 1936. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 17 de maio de 1936. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=No%C3%AAmia%20Cruz. 08 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 24 de outubro de 1936. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 29 de janeiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 30 de janeiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 31 de janeiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 03 de fevereiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 04 de fevereiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 05 de fevereiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 06 de fevereiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 12 de fevereiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 13 de fevereiro de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 28 de dezembro de 1937. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&PagFis=22064&Pesq=. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 26 de outubro de 1939. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=elyseo%20castanho%20de%20andrade. Acesso em 09 de dezembro de 2016.

CORREIO PAULISTANO, de 08 de janeiro 1942. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 15 de agosto de 1942. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_09&pasta=ano%20194&pesq=. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

CORREIO PAULISTANO, de 9 de agosto de 1953. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764302&pesq=Campanha%20Associa>

[tiva%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Natureza&pasta=ano%20195](#). Acesso em 28 de dezembro de 2016.

DIÁRIO CARIOCA, de 15 de março de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&pasta=ano%20193&pesq=Federa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20dos%20Clubs%20Agr%C3%ADcolas%20Escolares. Acesso em 09 de novembro de 2016.

DIÁRIO CARIOCA, de 18 de março de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&pasta=ano%20193&pesq=Federa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20dos%20Clubs%20Agr%C3%ADcolas%20Escolares. Acesso em 09 de novembro de 2016.

DIÁRIO DA MANHÃ (Espírito Santo), de 6 de dezembro de 1933. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pasta=ano%20193&pesq=>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 03 de outubro de 1930. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=1787&Pesq=%22a%20crise%20brasileira%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%22. Acesso em 04 de novembro de 2016.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de 05 de julho de 1942. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22inaugura%C3%A7%C3%A3o%20de%20goi%C3%A2nia%22&pasta=ano%20194. Acesso em 30 de outubro de 2016.

DIÁRIO NACIONAL, de 23 de abril de 1931. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=10320&Pesq=Grupo%20Escolar%20Butantan>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

DIÁRIO NACIONAL, de 12 de agosto de 1932. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=10320&Pesq=Grupo%20Escolar%20Butantan>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS, de 11 de agosto de 1917. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

GAZETA INFANTIL, de 4 de outubro de 1934. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764507&PagFis=1815&Pesq=%22exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20avicultura%20de%20piracicaba%22>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

GAZETA INFANTIL, de 9 de janeiro de 1936. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764507&PagFis=1815&Pesq=%22exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20avicultura%20de%20piracicaba%22>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

JORNAL DO BRASIL, de 20 de junho de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=44300&Pesq=semana%20ruralista. Acesso em 24 de janeiro de 2017. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

JORNAL DO BRASIL, de 6 de julho de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=44960&Pesq=semana%20ruralista. Acesso em 24 de janeiro de 2017. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

JORNAL DO BRASIL, de 13 de julho de 1934. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=44300&Pesq=semana%20ruralista. Acesso em 24 de janeiro de 2017. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

JORNAL DO BRASIL, de 05 de agosto de 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&PagFis=44300&Pesq=semana%20ruralista. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

O COMBATE, de 21 de setembro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830453&pasta=ano%20191&pesq=>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

O COMBATE, de 6 de abril de 1920. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830453&pasta=ano%20192&pesq=>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

O COMBATE, de 21 de setembro de 1920. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830453&pasta=ano%20192&pesq=>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

O COMÉRCIO DE SÃO PAULO, de 21 de setembro de 1909. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=227900&pasta=ano%20190&pesq=>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 31 de março de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=227900&pasta=ano%20190&pesq=No%C3%A0mia%20de%20Barros>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 15 de julho de 1924. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240715-16600-nac-0001-999-1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 15 de novembro de 1925. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19251115-17066-nac-0001-999-1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 11 de novembro de 1928. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19281111-18081-nac-0001-999-1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 17 de junho de 1930. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19300617-18574-nac-0006-999-6-not/busca/CENTRO+PROFESSORADO+PAULISTA>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 19 de novembro de 1931. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19311119-19019-nac-0006-999-6-not/busca/Centro+Professorado+Paulista>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 04 de outubro de 1932. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19321004-19302-nac-0001-999-1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 28 de julho de 1935. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19350728-20178-nac-0001-999-1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO, de 12 de junho de 1954. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19540612-24262-nac-0001-999-1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 27 de setembro de 1994. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940927-36868-nac-0001-pri-a1-not>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

O PAIZ, de 10 de abril de 1920. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=Gertrudes%20de%20Barros%20Saraiva. Acesso em 05 de novembro de 2016.

LAVOURA E COMÉRCIO, 30 de agosto de 1898. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817333&pasta=ano%20189&pesq=>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Goiânia, 1944.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Nacional. vol II Censo demográfico, população e habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf. Acesso em 03 de novembro de 2016.

LEIS

FEDERAIS

BRASIL. Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909. Disponível em <http://www2.dnocs.gov.br/historia>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

BRASIL. Constituição de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 08 de setembro de 2016.

BRASIL. Lei n. 174, de 6 de janeiro de 1936. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-174-6-janeiro-1936-556088-publicacaooriginal-75752-pl.html>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

BRASIL. Constituição de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 08 de setembro de 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 311, de 02 de março de 1938. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

BRASIL. Resolução n. 73, 18 de julho de 1938. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83175.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

BRASIL. Resolução n. 99, de 19 de julho de 1938. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13618.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em 05 de novembro de 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

ESTADUAIS

Atos Oficiais

ESTADO DE SÃO PAULO. Atos oficiais n. 3.455 e 3.456, de 11 de outubro de 1929. Boletim de Agricultura, São Paulo, jan./fev. 1930, n. 1 e 2, série 31.

Decretos

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 611, de 9 de novembro de 1898. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1898/decreto-611-09.11.1898.html>. Acesso em 18 de junho de 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 863-A, de 29 de dezembro de 1900. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1900/decreto-863A-29.12.1900.html>. Acesso em 18 de junho de 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 882, de 18 de março de 1901. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1901/decreto-882-18.03.1901.html>. Acesso em 18 de junho de 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 1.252, de 17 de novembro de 1902. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1904/decreto-1252-17.11.1904.html>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 2.944, de 08 de agosto de 1918. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2944-08.08.1918.html>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 13.001, de 1º de Maio de 1918.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 4.089, de 17 de agosto de 1926. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1926/decreto-4089-17.08.1926.html>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 2.402, de 30 de dezembro de 1929. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1929/lei-2402-30.12.1929.html>. Acesso em 20 de agosto de 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.335, de 7 de janeiro de 1932. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.525, de 19 de maio de 1932. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5525-19.05.1932.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933 (Código de Educação). Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em 20 de abril de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6047-19.08.1933.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 23.504, de 27 de novembro de 1933. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23504.htm. Acesso em 26 de dezembro de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 6.225, em 18 de dezembro de 1933. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6225-18.12.1933.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 7.268, de 2 de julho de 1935. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-7268-02.07.1935.html>. Acesso em 30 de maio de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 7.612, de 25 de março de 1936. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1936/decreto-7612-25.03.1936.html>. Acesso em 06 de janeiro de 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 7.957, de 4 de novembro de 1936. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1936/decreto-7957-04.11.1936.html>. Acesso em 06 de janeiro de 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 8.927, de 19 de janeiro de 1938. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-8927-19.01.1938.html>. Acesso em 06 de janeiro de 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 12.787, 1941.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947.html>. Acesso em 06 de janeiro de 2017.

Leis

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 26, de 11 de maio de 1892. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-26-11.05.1892.html>. Acesso em 28 de junho de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 367, de 3 de setembro de 1892.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.082, de 13 de setembro de 1907. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1907/lei-1082-13.09.1907.html>. Acesso em 28 de junho de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.241, de 26 de dezembro de 1910. Disponível em

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.310 1911. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1911/lei-1310-30.12.1911.html>. Acesso em 28 de junho de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.541, de 30 de dezembro de 1916. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1916/lei-1541-30.12.1916.html>. Acesso em 28 de junho de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.710 1919. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1919/lei-1710-27.12.1919.html>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 1.750, de 08 de dezembro de 1920. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.182-B, de 29 de dezembro de 1926. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1926/lei-2182B-29.12.1926.html>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.249 de 1927. <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2249-27.12.1927.html>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.648, de 17 de janeiro de 1936.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 2.687, de 15 de junho de 1954. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1954/lei-2687-15.06.1954.html>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

MUNICIPAIS

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N. 546, de 9 de setembro de 1957. Disponível em <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1957/00/00/0A/ZH/00000AZHC.PDF>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

SÃO PAULO. Lei n. 3427, de 19 de novembro de 1929 (Código de Obras Arthur Saboya). Disponível em <http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-3427>. Acesso em 08 de agosto de 2015.

SÃO PAULO. Lei n. 3.903, de 16 de junho de 1950. Disponível em <http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-3903>. Acesso em 29 de dezembro de 2016.

SÃO PAULO. n. 10.932, de 15 de janeiro de 1991. Disponível em <http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-10932>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO BUTANTAN**ACERVO GRUPO ESCOLAR RURAL**

ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS (IC 0228_0291 (album) Déc. 1930 e IC 0169_0227 (album) 1934 a 1940).

CADERNO DE PUERICULTURA, 1937.

CADERNO DE SERICICULTURA, 1937.

CADERNO DE AVICULTURA, 1938.

CADERNO DE HORTICULTURA, 1939.

CADERNO DE JARDINAGEM, 1945.

FOTOGRAFIAS AVULSAS (diversas).

JORNAL DE PIRACICABA, 12 de setembro de 1935.

JORNAL DIÁRIO DE PIRACICABA, 14 de abril de 1935.

JORNAL GAZETA DE PIRACICABA, 10 de setembro de 1935.

JORNAL RUMO AO CAMPO, 1936 (fotocópia).

JORNAL RUMO AO CAMPO, 1941 (impresso).

LIVRO DE ATIVIDADES RURAIS, 1934.

LIVRO DE REGISTRO DAS ÁRVORES, 1934.

RELATÓRIO DO CLUBE AGRÍCOLA, 1933-1934.

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, fevereiro de 1934

ACERVO INSTITUTO BUTANTAN

RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1925.

RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1928.

RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1929.

RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1932.

RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1933.

RELATÓRIO DO INSTITUTO BUTANTAN, 1946.

RELATÓRIO DO INSTITUTO SERUMTHERAPICO, 1901.

RELATÓRIO DO INSTITUTO SERUMTHERÁPICO, 1917.

RELATÓRIO DO INSTITUTO SERUMTHERAPICO, 1918.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

MAPA ÁREA URBANIZADA DE SÃO PAULO, de 1915 a 1929. Disponível em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1920.jpg. Acesso em 30 de junho de 2015.

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO, apresentando os arrabaldes e terrenos arruados em 1924. Disponível em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg. Acesso em 30 de junho de 2015.

SITES CONSULTADOS

<http://academiamedicinasapaulo.org.br/biografias/1/BIOGRAFIA-LUIZ-PEREIRA-BARRETO.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2017.

<http://albertotorresacessa.blogspot.com.br/>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

<https://archive.org/stream/arbordaymanualai01skin#page/n5/mode/2up>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=90. Acesso em 15 de novembro de 2016.

http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=161:discurso-de-posse-do-academico-nacim-walter-chieco&catid=10:discursos&Itemid=171%20fundadores. Acesso em 16 de novembro de 2016.

<http://www.arca.museus.ul.pt/ArcaSite/obj/objnat/MNHNL-0000302-JB-DOC-web.PDF>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252003000100021&script=sci_arttext. Acesso em 28 de setembro de 2016.

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1895_Escola_Modelo_da_Luz.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

<http://datos.bne.es/persona/XX1196760.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

<http://dicionariodepovoenses.blogspot.com.br/2012/12/antonio-jose-de-matos-visconde-de-porto.html>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

<http://etechoracio.com.br/etec/escola/historia/>. Acesso em 07 de novembro de 2016.

<http://www.esalq.usp.br/trilhas/uteis/ut07.php>. Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=758&sid=8>. Acesso em 06 de dezembro de 2016.

<http://leicarumors.com/2011/12/04/leica-milestones.aspx/>. Acesso em 05 de setembro de 2016.

<http://www.loc.gov/pictures/item/2001703986/>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

<https://www.loc.gov/resource/rbpe.24001100/>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

<http://miniweb.com.br/Cidadania/Personalidades/vbvidaobra.pdf>. Acesso em 23 de março de 2015.

<http://www.ph.utexas.edu/~yue/misc/LeicaLTM.html>. Acesso em 05 de setembro de 2016.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/serpentes.htm>. Acesso em 06 de dezembro de 2016.

ANEXOS

ANEXO A - Cronograma do primeiro Curso Elementar de Hygiene - Instituto Serumtherapico¹³²

LIÇÕES	PARTE RECREATIVA/ responsável pela lição	PARTE EXPOSITIVA/ responsável pela lição	PARTE PRÁTICA/ responsável pela lição
Primeira 16/08/1918		Problema do saneamento - Papel da escola no saneamento - Histórico do Instituto - Noções geraes de sorotherapia - Dr. Vital Brazil	Visita ao Instituto - Sangria de um cavallo para preparo do sôro - Injecções de toxina - Extracção de peçonha - Modo de preparal-a e empregal-a - Dr. Vital Brazil
Segunda 17/08/1918	Visita ao Desinfectório - Dr. Crissiúma	Transmissores de moléstias - Dr. Vital Brazil	Exame de diferentes ectoparasitas, cujam biologia mais interessam a hygiene - Dr. J. Florencio
Terceira 19/08/1918	Visita ao Museu Ipiranga - Dr. J. Florencio	Ancilostomose, ascaridiose, oxyuridiose - Dr. J. Florencio	Exame de fezes para pesquisa de óvulos parasitarios - Exame macroscopico e microscopico de Ancilostoma duodenalis, Ascaris lombricoides e de Oxyuros vermiculares - Dr. P. de Araújo
Quarta 20/08/1918	Visita ao Hospital de Isolamento e Instituto Bacteriologico - Dr. V. Brazil	Tenias e filarias - Dr. Afrânio do Amaral	Exames de peças anatomicas com cistecercus - Exame de tenias e filarias - Dr. Afrânio do Amaral
Quinta 21/08/1918	Visita ao Instituto Pasteur - Dr. Nova Gomes	Diphteria e peste - Dr. Dorival C. Penteado	Exames de preparações de bacillus diphterias - Exames de culturas de diphteria Preparao e dosagem da toxina diphterica - Dosagem de sôro anti-diphterico - Dr. Dorival C. Penteado
Sexta 22/08/1918	Visita ao Hospital de Misericórdia - Dr. Afrânio do Amaral	Tetano, febre typhoide e dysenteria bacillar - Dr. Octavio Veiga	Exame de culturas e preparações de tétano e febre typhoide. Exames de peças anatômicas
Setima 23/08/1918	Visita ao Guapira - Dr. Afrânio do Amaral	Tuberculose e lepra - Dr. Crissiúma	Exames de culturas de bacillus de Koch e de preparados - Exames de animaes tuberculosos -

¹³² As informações sobre o cronograma constam no Relatório Anual do Instituto Serumtherápico de 1918 e também no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, de 1918. Os dois documentos foram utilizados para completar os dados.

			Preparo e emprego de tuberculina
LIÇÕES	PARTE RECREATIVA/ responsável pela lição	PARTE EXPOSITIVA/ responsável pela lição	PARTE PRÁTICA/ responsável pela lição
Oitava 24/08/1918	Visita ao Dispensario Clemente Ferreira - Dr. Nova Gomes	Raiva e trachoma - Dr. Nova Gomes	Esterilização de instrumentos - Injecções sub-cutaneas, intra-muscular e endovenosa - curativos de urgência - Dr. Arlindo de Assis
Nona 26/08/1918	Visita ao Instituto Vaccinogênico - Dr. P. de Araújo	Variola, sarampo e outras moléstias eruptivas - Dr. A. de Assis	Vaccinação contra variola - Exame microscopico do sangue normal dos homens e dos animaes
Decima 27/08/1918	Visita ao Instituto de Protecção à Primeira Infância e Amas de Leite - Dr. P. de Araújo	Impaludismo - Dr. João Florencio	Exames de preparados fixados de plam vivax e pl. falsiparum; exame de hematoparios de animaes.
Undecima 28/08/1918	Visita ao Posto de Prophylaxia contra verminose - Dr. Hoene ¹³³	Molestia de Chagas, outros trypanomiasis, Úlcera de Bauru - Dr. J. Florêncio	Exames de triatomas infectados. Exame de sangue de animaes infectados - Dr. J. Florêncio
Duodecima 29/08/1918	Visita ao matadouro de Osasco - Dr. Afrânio do Amaral	Ophidismo - Dr. V. Brazil	Capturas de serpentes, extracção de veneno - identidade das principaes espécies peçonhentas - Dr. J. Florêncio
Decima terceira 30/08/1918	Visita à Inspeção Médico Escolar - Dr. Vieira Mello	Alcoolismo, tabagismo e outros envenenamentos - Dr. P. de Araújo	Experiências demonstrativas da efficacia dos soros anti-peçonhentos - Dr. J. Florêncio
Decima quarta 31/08/1918	Visita a Cotia - Dr. Arthur Motta	Agua, exgotos e aparelhos sanitarios - Dr. Octavio Veiga	Exame microscopico e bacteriologico de aguas - Dr. Octavio Veiga

¹³³ No Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1918, p. 217, consta o nome de João Florêncio.

ANEXO B - Tabela com nomes de diretores e suas respectivas escolas da primeira turma do Curso de Higiene Elementar do Instituto Serumtherapico

NÚMERO DE PARTICIPANTES	NOME DO DIRETOR	ESCOLA
1	Francisco A. Chagas Pereira	Grupo Escolar de Aparecida
2	José Maria da Silveira	Escolas Reunidas de Areias
3	Moysés Carlos dos Santos	Grupo Escolar de Bananal
4	Oscar Guilherme Christiano	Grupo Escolar de Caçapava
5	Lindolpho de França Machado	Grupo Escolar de Cachoeira
6	Luiz Ribeiro de Carvalho	Grupo Escolar de Cruzeiro
7	Salvador Ovidio de Arruda	Grupo Escolar de Cunha
8	Gastão Strang	Escola Normal de Guaratinguetá
9	Octaviano de Mello	Grupo Escolar Flaminio Lessa (Guaratinguetá)
10	Augusto Ribeiro de Carvalho	Grupo Escolar de Jacarehy
11	Raul Cardoso de Almeida	Escolas Reunidas de Jambéiro
12	Francisco A. Costa Braga	Grupo Escolar Gabriel Prestes (Lorena)
13	Francisco Prudente Aquino	2º Grupo Escolar de Lorena
14	Rodolpho Nunes Pereira	Grupo Escolar de Mogy das Cruzes
15	Gustavo Fernando Kuhlmann	Grupo Escolar de Parahybuna
16	Euripedes Braga	Grupo Escolar de Pindamonhangaba
17	Luiz de Castro Pinto	Escolas Reunidas de Piquete
18	Ezequiel Ramos Arantes	Grupo Escolar de Queluz
19	Antonio Dutra	Escolas Reunidas de Quiririm
20	Joaquim Braga de Paula	Escolas Reunidas de Redenção
21	José de Castro Silveira	Escolas Reunidas de Sallesópolis
22	Antonio Primo Ferreira	Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos
23	José Olival da Silva	Grupo Escolar de Villa Macuco (Santos)
24	Francisco Lopes de Azevedo	São Bento de Sapucahy
25	Licínio Leite Machado	São José dos Campos
26	Antonio Catalano	São Luis do Parahytinga
27	Paschoal Montezano Salgado	Santa Branca
28	Pio Telles Peixoto	Grupo Escolar Lopes Chaves (Taubaté)
29	Alvaro Ortiz	Grupo Escolar Moreira de Barros (Taubaté)
30	Arthur Bohn	3º Grupo Escolar de Taubaté
31	Thomas Ribas	3º Grupo Escolar de Taubaté
32	Benedicto Eufrazio de Campos	Ubatuba

ANEXO C - Cronograma do segundo Curso Elementar de Hygiene - Instituto Serumtherapico

LIÇÕES	PARTE RECREATIVA/ responsável pela lição	PARTE EXPOSITIVA/ responsável pela lição	PARTE PRÁTICA/ responsável pela lição
Primeira	---	Problema do saneamento - Educação sanitária do povo - Papel da escola no saneamento do Brazil - Programa do curso	Visita ao Instituto - Sangria de um cavallo para preparo do sôro - Injecção de toxina - Dr. Vital Brazil
Segunda	Visita ao Desinfectório - Dr. P. de Araújo	Doenças infecto- contagiosas, sua transmissão. Papel dos animaes na transmissão de doenças - Dr. Vital Brazil	Exame dos anthropodos produtores ou transmissores de doenças - Dr. Vital Brazil
Terceira	Visita ao Museu Ipiranga - Dr. F. C. Hoene	---	Colheita e conservação de plantas e sementes para collecções - Dr. F. C. Hoene
Quarta	Visita ao Hospital de Isolamento e Instituto Bacteriologico - Dr. P. de Araújo	Vermínoses - Dr. J. Florêncio	Exame de fezes para pesquisas de óvulos parasitarios - Exame macroscopico e microscopico de Ancislotomo duedanalie, Ascaris lobricoides e Oxyurus vermiculares - Dr. P. de Araújo
Quinta	Visita ao Instituto de Protecção à Primeira Infância e Amas de Leite - Dr. P. de Araújo	Tenias e filarias - Dr. Afranio do Amaral	Exames de peças anatomicas com cistecercus - Exames de tenias e filarias - Dr. Afranio do Amaral
Sexta	Visita ao Instituto Pasteur - Dr. Nova Gomes	Raiva e trachoma - Dr. Nova Gomes	Esterilização de instrumentos - Injecção sub- cutanea, intra-muscular e endovenosa - curativos de urgência - Dr. A. de Assis
Setima	Visita ao Instituto Vaccinogênico - Dr. A. de Assis	Variola, sarampo e outras moléstias eruptivas - Dr. A. de Assis	Vaccinação contra variola - Exame microscopico do sangue normal dos homens e dos animaes - Dr. Afranio do Amaral
Oitava	Visita ao Hospital da Misericordia - Dr. Afranio do Amaral	Diphtheria, peste, carbúnculo hemático - Dr. Dorival C. Penteado	Exames de culturas e preparações de diphtheria - preparo e dosagem da toxina diphtherica - Dosagem de sôro anti- diftérico
Nona	Visita ao Guapira - Dr Crissiúma	Tuberculose e lepra - Dr Crissiúma	Exames de culturas de bacillo de Koch e de preparados - Exames de animaes tuberculosos - Preparo e emprego de tuberculina - Dr Crissiúma

Decima	Visita à Inspeção Médico Escolar no Grupo Prudente de Moraes - Dr. Vieira Mello	Tetano, febre typhoide e dysenteria bacillar - Dr. O. Veiga	Exame de culturas e preparações de tetano, febre typhoide. Exames de peças anatômicas
Undecima	Visita ao Dispensario Clemente Ferreira - Dr. V. Brazil	Prophylaxia de syphoide e outras doenças venéreas - Dr. Afranio do Amaral	Curativos de urgencia - Dr. Afranio do Amaral
Duodecima	Visita ao laboratorio de analyses chimicos e bromatologicos - Dr. V. Brazil	Impaludismo - Dr. J. Florêncio	Exame de sangue humano parasitado pelo plasmodio de Saveran - Exame de hematozoarios dos animaes - Dr. A. de Assis
Decima terceira	Visita a estação experimental do Belemzinho - Dr. Arthur Motta e Arthur Veiga	Alimento e suas principais falsificações - Dr. P. de Araujo	Exame de leites, farinhas, etc. - Dr. P. de Araujo
Decima quarta	Visita a fabrica de productos chimicos de L. Queiroz	Hygiene das habitações - Dr. Pinheiro Lima	Exame microscopico de aguas poluidas e das diferentes vellas de filtração
Decima quinta	Visita a Diretoria do Serviço Sanitario e a Secção de Estatística Demographo Sanitaria - Dr. V. Brazil	Alcoolismo, tabagismo e outros envenenamentos - Dr. P. de Araújo	Captura de serpentes, extracção de peçonha - Dr. J. Florêncio
Decima sexta	Vista a Faculdade de Medicina - Dr. Paulo de Araujo	Doenças de Chagas, outros trypanomiasis, úlcera de Bauru - Dr. J. Florencio	Exames de triatomas infectados. Exame de sangue de animaes infectados
Decima setima	Visita a Repartição Fiscalizadora de Estabulos - Dr. O. Veiga	Biologia geral dos ophidios - envenenamento ofidico - Dr. V. Brazil	Conservação de ophidios para as colleções - Dr. J. Florencio
Decima oitava	Prophylaxia e tratamento do ophidismo - encerramento do curso	----	Demonstração de acção preventiva curativa dos sôros anti-peçonhetos - Dr. J. Florencio

ANEXO D - Tabela com nomes de diretores e suas respectivas escolas da segunda turma do Curso de Higiene Elementar do Instituto Serumtherapico - 1919

NÚMERO DE PARTICIPANTES	NOME DO DIRETOR	ESCOLA
1	Odilon Corrêa	Grupo Escolar de Batataes
2	Antenor Romano Barreto	Grupo Escolar de Brodowski
3	Alberto Juvenal de Oliveira	Grupo Escolar de Cajurú
4	Euzebio de Paula Marcondes	Grupo Escolar de Casa Branca
5	Sizenando da Rocha Leite	Grupo Escolar de Cravinhos
6	Eduardo da Costa Nunes	Grupo Escolar de Franca
7	Renato Sêneca Fleury	Grupo Escolar de Igarapava
8	Phydias Martins Bonilha	Grupo Escolar de Iguape
9	Benedicto S. Vasconcellos	Grupo Escolar de Ituverava
10	Raphael Gonzalez	Escolas Reunidas de Mato Grosso de Batataes
11	Affonso Sette	Grupo Escolar de Orlandia
12	Gumerrindo S. de Moura	Escolas Reunidas de Pontal em Sertãozinho
13	Vespasiano de Toledo Piza	1º Grupo Escolar de Ribeirão Preto
14	João Alfredo dos Santos	2º Grupo Escolar de Ribeirão Preto
15	Armando Bellegarde	2º Grupo Escolar de Barnabé (Santos)
16	José Augusto Leite Franco	2º Grupo Escolar de São Bernardo
17	Zenon C. Moura	São Paulo
18	Albano Leite do Canto Braga	São Paulo
19	Longino Pinto	2º Grupo Escolar de São Sebastião
20	Francisco Mariano da Costa	2º Grupo Escolar de São Simão
21	José Sampaio da Costa Ferraz	2º Grupo Escolar de V. de Tambahú

ANEXO E - Cronograma do terceiro Curso Elementar de Hygiene- Instituto Serumtherapico

PONTOS	PARTE I	PARTE II
I	Visita às dependências do Instituto	Parte geral. Micróbios e parasitas, therapeutica e hygiene (princípios gerais). Sôros e vaccinas. Inoculação e sangria de um cavalo. Culturas e preparações de germes.
II	Visita ao Desinfectório Central	Doenças contagiosas em geral, meios de contágio, transmissões animaes, mosquitos, barbeiros, sarcoptes, carrapatos, etc. Prophylaxia em geral.
III	Visita aos Institutos Pasteur e Vacinogênico	Parte especial trachoma e raiva - Prophylaxia
IV	---	Variola, sarampo, escarlatina, etc. Vacinação. Prophylaxia
V	Visita ao Instituto Bacteriológico e ao Isolamento	Doenças microbianas e parasitárias. Diphteria e peste. Prophylaxia. Culturas, preparações, etc.
VI		Tetano, typho, etc. desinterias. Prophylaxia. Culturas, preparações, etc.
VII	Visita ao Dispensario Clemente Ferreira	Tuberculose, lepra. Prophylaxia. Preparações, culturas, etc.
VIII	---	Febre amarella. Tripanososnose. Prophylaxia
IX	Visita às dependências do Serviço Sanitário.	Impaludismo. Leishimiose. Prophylaxia.
X	Visita ao Museu Paulista	Doenças venéreas - Syphilis e blenorrargia. Prophylaxia
XI	Visita ao Posto de Santo Amaro	Verminoses em geral. Prophylaxia
XII	Visita a Continental Products Co. (Matadouro de Osasco)	Filariose e tenioses. Sarcoptose e pediculose. Prophylaxia.
XIII	Visita ao Instituto de Medicamentos Officiaes	Intoxicações. Ophidismo, escorpionidismo, etc. Prophylaxia. Extração do veneno, experiências.
XIV	Visita Escola Veterinária	Epizootias transmissíveis ao homem. Carbunculo; mormo. Prophylaxia.
XV	----	Hygiene em geral. Encerramento do curso.

ANEXO F - Tabela com nomes de diretores e suas respectivas escolas do terceiro Curso de Higiene Elementar do Instituto Serumtherapico – 1920

NÚMERO DE PARTICIPANTES	NOME DO DIRETOR	ESCOLA
1	Pedro Voss	Escola Normal de Itapetininga
2	Mariano de Oliveira	Escola Normal de São Carlos
3	Martinho Nogueira	Escola Normal de Campinas
4	Honorato Faustino de Oliveira	Escola Normal de Piracicaba
5	Cesar Prieto Martinez	Escola Normal de Pirassununga
6	Justino Rangel	Escola Normal de Botucatu
7	Moysés Horta Macedo	Escola Normal de Casa Branca
8	André Ohi	Grupo Escolar do Arouche
9	Isidro da Conceição	Grupo Escolar Consolação
10	Denser	Grupo Escolar José Bonifácio
11	Arthur Glória	Grupo Escolar Regente Feijó
12	Carlos Bellegarde	Grupo Escolar da Penha
13	Galdino Lopes Chagas	Grupo Escolar São João
14	Luiz Pinto e Silva	Grupo Escolar Liberdade
15	João de Sousa Azevedo Junior	Grupo Escolar Campos Sales
16	Antonio S. Alves Cruz	Grupo Escolar 2ª do Brás
17	José Francisco Marcondes Domingues	Grupo Escolar (?)
18	Benedicto Esteves dos Santos	Grupo Escolar (?)
19	Antonio Alencastro	Grupo Escolar (?)
20	João Baptista Brito	Grupo Escolar (?)
21	Cybellino de Freitas	Grupo Escolar (?)
22	Frontino Guimarães	Grupo Escolar (?)
23	Raphael Lima	Grupo Escolar (?)

ANEXO G - Questionário aplicado aos alunos do Curso de Hygiene do Instituto Serumtherápico

Nº _____

NOME _____

DIRECTOR DO _____ DE _____

São Paulo, _____ de Agosto de 1918

QUESTIONÁRIO

1º- Qual a matrícula média do Grupo?

2º- Tendes interesse na organização do Museo escolar?

3º- Qual a natureza do material que espera enviar ao Instituto?

4º- Qual a proporção de creanças anêmicas ou de aspecto doentio?

5º- Qual a proporção dos alumnos que usam calçado?

6º- Em que proporção é observada a pediculose?

7º- Têm sido observados casos de diphteria?

8º- Há trachoma no Grupo? Em que proporção?

9º- Há na região o impaludismo?

10º- Tem-se verificado alguma epidemia de febre typhoide na cidade?

11º- No caso afirmativo, quantos foram os alumnos accomettidos?

12º- Qual a água utilizada pelos alumnos?

13º- Estão todos os alumnos vacinados contra variola?

14º- Há alguma difficuldade para vaccinação?

15º- Qual a frequencia dos accidentes ophidicos?

16º- Quaes as serpentes peçonhentas mais communs na região?

17º- Quantos laços, caixas, etc., desejaes receber, no intuito de promover a remessa de ophidios para o Instituto?

18º- Há triatomas na região?

19º- Há leprosos na localidade? Qual approximadamente, o seu número? Vivem isolados, em pontos próximos da cidade?

Observações: - Os Snrs. Inspectores Escolares e Directores de Grupos ou de Escolas reunidas, que conseguirem 50 fornecedores effectivos de serpentes, ficarão com o direito de receber do Instituto o seguinte material:

- a) Uma colleção de 12 serpentes classificadas e colocadas em álcool;
- b) 6 ampôlas de sôros anti-peçonhentos;
- c) Uma seringa para injecção de sôro.

Devem as respostas e estes quesitos ser endereçadas, directamente ao Dr. Vital Brazil, Director do Instituto Serumtherápico do Butantan - Caixa Postal 65 - São Paulo.

ANEXO H - Transcrição da proposta de curso de especialização para professores primários da zona rural - Anuário de Ensino do Estado de São Paulo (1935-1936).

I - Hygiene rural

- 1º - O problema da agua, na zona rural. Processos práticos de depuração.
 - 2º - A alimentação do roceiro. Necessidade de incrementar o uso de leite, das fructas e das verduras.
 - 3º - A teníase e a cysticercose; seus perigos sua prophylaxia.
 - 4º - O amarelão: sua importância; sua prophylaxia; acção da escola primaria.
 - 5º - A malária: sua importância; sua prophylaxia; acção da escola primaria.
 - 6º - O trachoma: sua importância; sua prophylaxia; acção da escola primaria.
 - 7º - O ophidismo: prophylaxia; o sôro anti-ophidico.
 - 8º - Breve (sic.) noções de hygiene escolar, applicáveis à zona rural. O asseio da escola e dos alumnos. A boa posição. Os jogos como instrumento de educação physica.
- (As aulas podem ser completadas por alguns dias de estagio no posto de hygiene, afim de que /os professores se familiarizem com a pratica da vaccinação anti-variolica, o tratamento do amarelão e da malária e os pequenos cuidados de prophylaxia).

II - Problemas geraes do meio rural e da respectiva escola

- 1º - Importancia do meio rural e de suas actividades, na vida social brasileira.
- 2º - A população rural, sua composição, suas migrações. A familia rural.
- 3º - O trabalho infantil na zona rural. Como attenuar seus inconvenientes.
- 4º - A habilitação rural. Defeitos principaes. Cooperação da escola, no sentido de removel-os.
- 5º - As difficuldades materiaes da vida rural. As vias de communicações, o abatimento. A segregação.
- 6º - Crendices, superstições e preconceitos do meio rural. Acção da escola para combatel-os.
- 7º - Papel da escola primária, na solução dos problemas da vida rural: como concorrer para a fixação do roceiro ao seu meio; como leval-o a melhorar seu padrão de vida.
- 8º - Embaraços para a vida do professor e para o funccionamento da escola: a sala de aulas, a residencia e a pensão para o professor. Como enfrontal-os.
- 9º - Attitude da população rural em relação à escola. Acção do professor primário, afim de tornar sympathica a escola ao meio a que serve.
- 10º - Acção social do professor rural: jogos, festas, reuniões, bibliothecas e rádios. Construcção de escolas e de estradas. Casos concretos.
- 11º - Como pode o professor rural preencher os seus lazeres. Leituras e trabalhos recommendáveis.

III- O ensino commum, na escola rural

- 1º - Função social da escola primária, sob o regime democrático.
- 2º - Necessidade de atender, no ensino, as condições do meio. Exemplos para as diferentes disciplinas.
- 3º - O "methodo de projectos", na escola rural. Varios exemplos, mostrando como é possível tirar, dos factos ruraes, material para o ensino.
- 4º - Os "grupos de estudo" (équipes), na escola rural.
- 5º - Como fundamentar nos factos da roça o ensino da linguagem. Necessidade de corrigir os defeitos da linguagem do habitante rural. O papel do ensino da linguagem na assimilação do filho do estrangeiro.
- 6º - O ensino da geographia, na zona rural. Mappa tophografico da escola, das casas dos alumnos, do bairro, das vias de communicação. Produções regionais.
- 7º - Os trabalhos manuaes da escola rural. Trabalhos para cada sexo. Partido a tirar da matéria prima rural (madeira, couro, argilla, fibras, etc.).

IV - Actividades agrícolas

Organizar, de accôrdo com as possibilidades da séde da Escola Normal, cursos praticos abreviados de horticultura, de pomicultura, avicultura, apicultura, etc., em que os candidatos se familiarizem com as technicas elementares das actividades agricolas. Indicações bibliographicas muito simples. A frequencia e o aproveitamento, em pelo menos um desses cursos, serão elementos indispensaveis para a obtenção do certificado.

ANEXO I - Lista de nomes dos alunos do Clube Agrícola do Grupo Escolar Rural de Buntan e das atividades correspondentes

HORTICULTURA			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	1	José Augusto - Rio Pequeno	2º grau
2	2	Antonio Joaquim Augusto - Rio Pequeno	2º grau
3	3	Eduardo Maya - Pedreira	2º grau
4	6	José Geraldo - Pedreira	2º grau
5	8	Armando Afonso - Vila Gomes	2º grau
6	10	Esmerino Corrêa - Rua das Missões, 17	2º grau
7	12	Christovam Damas - Pedreira	2º grau
8	13	Moacyr de Oliveira - Instituto Butantan	2º grau
9	14	Adelino Pereira - Vila Gomes	2º grau
10	15	Gastão Batista Pereira - Avenida Vital Brazil	2º grau
11	16	João Antonio Caldas - Avenida Vital Brazil	2º grau
12	18	Gumercindo de Moraes - Rua Cotia	2º grau
13	19	Benedito Geraldo dos Santos - Água Podre	2º grau
14	20	José Dias - Rio Pequeno	2º grau
15	21	João Faustino - Vila Gomes	2º grau
16	25	Paulo Isidoro Cesar Campos - Rua Belchior de Pontes	2º grau
17	26	José Godoy - Rua Catequese	2º grau
18	27	Bartolomeu Cruz - Rua Catequese	2º grau
19	28	Francisco Cavalhal - Rua de Pinheiros	2º grau
20	29	Irineu de Moraes - Rua da Pedreira	2º grau
21	30	Edmundo Bertelli	2º grau
22	31	Edson Ruiz Dias - Butantan	2º grau
24	34	Paulino Gonçalves Sampaio - Avenida Vital Brazil	2º grau
25	35	Manoel Maria da Rocha - Rua Belchior de Pontes	2º grau
26	37	João Batista Torres - Estrada do Caxingui	3º grau
27	40	Anésio de Godoy - Rua Catequese	3º grau
28	42	Celestino Gonçalves - Rio Pequeno	3º grau
29	43	José Alexandre - Rua de Cotia	3º grau
30	46	Francisco Gonzales - Instituto Butantan	3º grau
31	50	Osvaldo Nelson Corvacho - Estrada de Cotia	3º grau
32	51	José Ayres - Vila Gomes	3º grau
33	52	Antonio Alberto Canteiro - Estrada de Cotia	3º grau
34	55	Maurício Damas - Vila Edith	3º grau
35	58	Americo Parrilo - Estrada de Cotia	3º grau
36	59	Paulo Carrilho Soares - Instituto Butantan	3º grau
37	37	João B. Torres - Estrada do Caxingui	3º grau
38	64	Francisco Pessina - Rio Pequeno	3º grau
39	66	Antonio Moreno Domingues - Rua do Butantan	3º grau
40	67	Maria Teodora dos Santos - Avenida Vital Brazil	3º grau
41	68	Laurindo Ianelato - Estrada de Cotia	3º grau
42	69	João Pascoaeto - Estrada de Cotia	3º grau
43	70	Mario Lassak - Avenida Vital Brazil	3º grau
44	74	Virgília Xinoco - Rua das Missões, 16	3º grau
45	75	Isaltino Domingues Vieira	3º grau
46	83	Ermelinda Corvacho - Estrada de Osasco	3º grau
47	93	Cacilda Bertoni - Rua Butantan, 196	3º grau
48	101	Manuel Mendes - Estrada de Cotia	3º grau

49	112	Luiza Fernandes - Instituto Butantan	4º grau
50	119	Feres Saliva - Avenida Vital Brazil, 71	4º grau
51	128	Pedro Augusto Madaleno - Jardim Europa	2º grau
52	129	João Gonçalves Sampaio - Avenida Vital Brazil, 25a	4º grau

JARDINAGEM			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	2	Antonio Joaquim Augusto - Rio Pequeno	2º grau
2	3	Eduardo Maya - Pedreira	2º grau
4	4	Olympio Bartolini - Butantan	2º grau
5	16	João Antonio Caldas - Avenida Vital Brazil	2º grau
6	20	José Dias - Rio Pequeno	2º grau
7	21	João Faustino - Vila Gomes	2º grau
8	26	José Godoy - Rua Catequese	2º grau
9	28	Francisco Cavallhal - Rua de Pinheiros	2º grau
9	31	Edson Ruiz Dias - Butantan	2º grau
10	35	Manoel Maria da Rocha - Rua Belchior de Pontes	2º grau
11	38	Joaquim Pereira Fonseca - Estrada de Cotia	3º grau
12	45	Manuel Vieira da Rosa - Rua Pedreira de Butantan	3º grau
13	51	José Ayres - Vila Gomes	3º grau
14	47	Durval Ignácio - Estrada de Cotia	3º grau
15	54	Antonio Beto - Estrada de Osasco	3º grau
16	59	Paulo Carrilho Soares - Instituto Butantan	3º grau
17	71	Eunice Nogueira - Instituto Butantan	3º grau
18	72	Petronilha Molina - Instituto Butantan	3º grau
19	73	Maria Guarino - Avenida Cidade Jardim	3º grau
20	74	Virgilia Xinoco - Rua das Missões, 16	3º grau
21	76	Elvira Alves Alegre - Rua de Cotia	3º grau
22	77	Maria Dolores Alberá Terra - Rua Pirajussara	3º grau
23	81	Benjamin Fernandes - Estrada de Osasco	3º grau
24	84	Maria das Dores Ramos - Rua da Pedreira	3º grau
25	85	Osvaldo Julio - Estrada de Osasco	3º grau
26	83	Ermelinda Corvacho - Estrada de Osasco	3º grau
27	85	Assunção Gonzales - Rua Butantan	3º grau
28	86	Francisco Nega Salcedo - Avenida Vital Brazil	3º grau
29	89	José Ramos - Rua da Pedreira	3º grau
30	97	Manuel da Rocha - Butantan	2º grau
31	98	Alvaro Ruiz Pacheco - Avenida Vital Brazil	3º grau
32	103	Cassio Tucunduva - Rua Fernão Dias, 102	3º grau
33	107	Angelo Zanelato	4º grau
34	110	Adair Carrilho Soares - Instituto Butantan	4º grau
35	111	Isaura de Jesus Torres - Chácara do Passeio	4º grau
36	113	Elza Pereira - Avenida Vital Brazil	4º grau
37	114	Maria Ferrari - Avenida Vital Brazil	4º grau
38	115	Maria de Lourdes Algred - Estrada de Cotia	4º grau
39	116	Benedito Vieira da Rosa - Estrada da Pedreira	4º grau
40	117	Ana Rosa M. Silva - Instituto Butantan	4º grau
41	126	Marina Ristolto - Rua Pedreira Lago	4º grau
42	127	Antonio Pinto Marques - Rua Pirajussara	2º grau
43	128	Pedro Augusto Madaleno - Rua Austria - Jardim Europa	
44	129	João Gonçalves Sampaio - Avenida Vital Brazil, 25a	

AVICULTURA			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	1	José Augusto - Rio Pequeno	2º grau
2	2	Antonio Joaquim Augusto - Rio Pequeno	2º grau (patos)
4	4	Olympio Bartolini - Butantan	2º grau
5	8	Bonifácio Martins - Vila Gomes	2º grau
6	9	José Mario dos Santos - Estrada de Osasco	2º grau
7	11	Maurício Proença - Estrada de Osasco	2º grau
8	15	Gastão Batista Pereira - Avenida Vital Brazil	2º grau
9	16	João Antonio Caldas - Avenida Vital Brazil	2º grau
9	18	Gumerindo de Moraes - Rua Cotia	2º grau
10	20	José Dias - Rio Pequeno	2º grau
11	22	Benedito Vicente Cardoso - Vila Butantan	2º grau
12	23	José Medeiros Barbosa - Rio Pequeno	2º grau
13	24	Nicola Mutri - Rua Aldeia, 34	2º grau
14	25	Paulo Izidoro Cesar Campos	2º grau
15	28	Francisco Carvalhal - Rua dos Pinheiros	2º grau
16	29	Irineu de Moraes	2º grau
17	32	Edson Ruiz Dias - Butantan	2º grau
18	33	Guarino dos Santos - Rua Várzea - Rio Pequeno	2º grau
19	34	Paulino Gonçalves Sampaio - Avenida Vital Brazil	2º grau
20	37	João Batista Torres - Estrada do Caxingui	3º grau
21	41	João Fernandes - Instituto Butantan	3º grau
22	48	Carlos Maifrino - Pedreira	3º grau (pombos)
23	49	Abel dos Santos - Avenida Vital Brazil	3º grau
24	58	Americo Parrilo - Estrada de Cotia	3º grau
25	63	Ulisses Bueno - Pedreira Velha	3º grau
26	71	Eunice Nogueira - Instituto Butantan	3º grau
27	72	Petronilha Molina - Instituto Butantan	3º grau
28	88	Vicentina Tadeu - Rua de Caxingui	3º grau (patos)
29	91	Ana dos Anjos - Vila Oreintal	3º grau
30	94	Maria Geralda Ferreira - Avenida Vital Brazil	3º grau
31	97	Manuel da Rocha - Butantan	3º grau
32	99	Arlindo Ramos - Bairro da Pedreira	3º grau
33	100	Pascoal Marques - Água Podre	3º grau
34	105	Benedita Pinto - Vila Fidalga	4º grau
35	118	Arthur Teófilo Martins - Pinheiros	4º grau
36	124	Nair Conceição - Pinheiros	4º grau
37	108	Licínio Ramos - Butantan	2º grau (patos)

SERICICULTURA			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	30	Edmundo Bertelli - Pedreira	2º grau
2	39	Joaquim Pereira Fonseca - Estrada de Cotia	3º grau
4	101	Manuel A. Mendes	3º grau
5	38	Pedro Maya	3º grau
6	43	José Alexandre	3º grau

7	50	Nelson Carvalho	3º grau
8	58	Americo Parrilo	3º grau
9	46	Rancisco Gonzales	3º grau
9	54	Antonio Beto	3º grau
10	52	Alberto Canteiro	3º grau
11		Manuel Vieira da Rosa	3º grau
12	40	Anesio Godoy	3º grau
13	47	Durval Ignacio	3º grau
14	61	Amadeu Caruso	3º grau
15	42	Celestino Gonçalves	3º grau
16	87	Antonietta Gravine - Avenida Vital Brasil	3º grau
17	92	Maria Trombini - Rua Butantan	3º grau
18	121	José Gonçalves	4º grau
19	72	Petronilha Molina	3º grau
20	13	Moacyr de Oliveira	2º grau
21	29	Irineu de Moraes - Rua da Pedreira	2º grau
22	14	Adelino Pereira - Vila Gomes	2º grau
23	26	José Godoy - Rua Catequese	2º grau
24	127	Antonio Pinto Marques - Rua Pirajussara	4º grau
25	116	Benedito Vieira Rosa - Estrada da Pedreira	4º grau
26	118	Arthur J. Martins	4º grau
27		Antonio Navas Fagnoni	4º grau
28		Arthur Vieira	4º grau
29		Alzira	
30	128	Pedro Augusto Madaleno Rua Austria, 4	2º grau B. Augusta

CUNICULTURA			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	3	Eduardo Maya - Pedreira	2º grau
2	5	João Patané - Chacara do Passeio	3º grau
4	10	Esmerino Correia - Rua das Missões, 17	2º grau
5	12	Christovam Damas - Pedreira	2º grau
6	13	Moacyr de Oliveira - Instituto Butantan	2º grau
7	17	João Gonçalves - Instituto Butantan	2º grau
8	20	José Dias - Rio Pequeno	2º grau
9	26	José Godoy - Rua Catequese	2º grau
9	31	Francisco Ramos - Vila Oriental	2º grau
10	32	Edson Ruiz Dias	2º grau
11	43	José Alexandre - Rua Cotia	3º grau
12	44	Mario Elias de Camargo - Vila Gomes	3º grau (eliminado)
13	46	Francisco Gonzales - Instituto Butantan	3º grau
14	48	Carlos Maifrino - Pedreira	3º grau
15	50	Osvaldo Nelson Corvacho - Estrada de Cotia	3º grau
16	62	Antonio Alberto Canteiro - Estrada de Cotia	3º grau
17	64	Francisco Pessina - Rio Pequeno	3º grau
18	101	Manuel Mendes - Estrada de Cotia	3º grau
19	104	Elviro Aleixo - Butantan	4º grau
20	106	José S. Aleixo - Butantan	4º grau
21	123	José Salcedo Aleixo - Instituto Butantan	4º grau
22	102	Waldemar Maifrino	3º grau

ROÇAS (arroz, feijão, milho e soja)			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	35	Manuel Maria da Rocha - Rua Belquior de Pontes	2º grau
2	38	Pedro Maya - Pedreira	3º grau
4	41	João Fernandes - Butantan	3º grau
5	44	Maria Elias de Camargo - Vila Gomes	3º grau
6	56	Benedito Moreira Filho - Butantan	3º grau
7	61	Amadeu Caruso - Rua Catequese, 6	3º grau
8	66	Antonio Moreno Domingues - Rua Butantan	3º grau
9	97	Manuel da Rocha - Butantan	2º grau
9	17	João Gonzales - Instituto Butantan	2º grau
10	19	Benedito Geraldo dos Santos - Agua Podre	2º grau

POMICULTURA			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	38	Pedro Maya - Pedreira	3º grau
2	42	Celestino Golçalves - Rio Pequeno	3º grau
3	47	Mario Elias Camargo - Vila Gomes	3º grau
4	53	João Bruno Cristi - Rua Pirajussara	3º grau (mamão)
5	58	Americo Parrilo - Estrada de Cotia	3º grau
6	65	ANTONIO Bruno Cristi - Rua Pirajussara	4º grau
7	106	José Salcedo Aleixo - Butantan	4º grau
8	117	Ana Rosa Martins Silva - Instituto Butantan	4º grau
9	122	Christovam Lucena - Avenida Vital Brasil	4º grau

PLANTAS DE ORNAMENTO (Estufas)			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	62	Arlindo Rodrigues - Rio Pequeno	3º grau
2	77	Maria Dolores Alberá Terra - Rua Pirajussara	3º grau (avencas)
3	78	Jandyra Martins - Avenida Vital Brasil	3º grau (avencas)
4	79	Eunice Cesar Campos - Rua Belquior de Pontes, 25	3º grau
5	80	Rosalina Amelia dos Santos - Estrada de Osasco	3º grau (avencas)
6	90	Maria Benedita Luiz - Rua da Pedreira	3º grau (fetos)
7	96	Josefina dos Santos - Rua Osasco	3º grau (avencas)

APICULTURA			
N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	3	Eduardo Maya - Pedreira	2º grau
2	6	José Geraldo - Butantan Pedreira	2º grau
3	14	Adelino Pereira - Vila Gomes	2º grau

4	49	Abel dos Santos - Avenida Vital Brazil, 15	3º grau
5	121	José Gonçalves - Rio Pequeno	4º grau
6	128	Pedro Madaleno - Jardim Europa	2º grau

CANAVIAIS

N. de ordem	N. de inscrição	Nome e endereço	Classe
1	54	Antonio Beto - Estrada de Osasco	3º grau
2	38	Pedro Maya - Pedreira	3º grau